



FEDERAÇÃO
PORTUGUESA
ATLETISMO

Regras de Competição 2018 - 2019



Associação Internacional das Federações de Atletismo (IAAF)

Regras de Competição

2018 - 2019

Em vigor desde 1 de novembro 2017

(Alterações recentes e esclarecimentos às regras assinaladas nas margens)

Tradução para português, da responsabilidade da
FPA – Federação Portuguesa de Atletismo



Legenda:

- || alterações recentes
- } esclarecimentos à regra
- pc - pista coberta

Ficha Técnica:

Tradução e revisão

António Costa, Samuel Lopes, Rui Loução, Carlos Miranda, Jorge Salcedo e
Elisabete Simão

Composição e paginação

Jorge Damásio

Impressão

Gráfica Sobreirense

Contactos:

Federação Portuguesa de Atletismo

Largo da Lagoa 15 B

2799-538 Linda-a-Velha

(+351) 21 414 60 20

www.fpatletismo.pt

fpa@fpatletismo.pt

ISBN 978-989-98048-4-5

Índice**Lista de Regras da IAAF**

Definições	9
001 - Competições internacionais	14
100 - Generalidades	16
110 - Oficiais internacionais	17
111 - Delegados de organização	18
112 - Delegados técnicos	18
113 - Delegado médico	19
114 - Delegado de controlo de doping	20
115 - Oficiais técnicos internacionais (ITOs)	20
116 - Juizes internacionais de marcha	21
117 - Medidor internacional de provas de estrada	21
118 - Juizes internacionais de partida e de cronometragem automática	22
119 - Júri de apelo	22
120 - Oficiais de competição	23
121 - Diretor de competição	26
122 - Diretor de reunião	26
123 - Diretor técnico	27
124 - Diretor de apresentação da competição	28
125 - Árbitros	29
126 - Juizes	35
127 - Fiscais (de corridas e provas de marcha)	37
128 - Cronometristas, juizes de cronometragem automática e juizes de cronometragem tipo "chip"	38
129 - Coordenador de partida, juiz de partida e seus auxiliares	38
130 - Assistentes do juiz de partida	40
131 - Contadores de voltas	41
132 - Secretário da competição, centro de informação técnica (CIT)	42
133 - Chefe de terreno	44
134 - Operador do anemómetro	45
135 - Juizes de medição (científica)	46
136 - Juizes da câmara de chamada	47
137 - Comissário de publicidade	48
140 - A instalação de atletismo	49
141 - Grupos etários e categorias por sexo	49
142 - Inscrições	51
143 - Equipamento, sapatos e dorsais	53
144 - Assistência a atletas	56
145 - Efeito da desclassificação	59
146 - Protestos e apelos	60
147 - Provas mistas	65
148 - Medições e o seu controlo	66
149 - Validade dos resultados	67

150 - Registo de vídeo	68
151 - Pontuação	69
160 - As medidas de uma pista	70
161 - Blocos de partida	72
162 - A partida	73
163 - Provas de pista	80
164 - A chegada	86
165 - Cronometragem e vídeo finish	86
166 - Distribuição de atletas, sorteios e qualificações nas corridas	92
167 - Empates	100
168 - Corridas de barreiras	101
169 - Corridas de obstáculos	105
170 - Corridas de estafetas	108
180 - Normas gerais	114
181 - Normas gerais - saltos verticais	124
182 - Salto em altura	129
183 - Salto com vara	132
184 - Normas gerais - saltos horizontais	140
185 - Salto em comprimento	143
186 - Triplo salto	146
187 - Condições gerais - lançamentos	148
188 - Lançamento do peso	158
189 - Lançamento do disco	161
190 - Gaiola para o lançamento do disco	164
191 - Lançamento do martelo	166
192 - Gaiola para o lançamento do martelo	170
193 - Lançamento do dardo	176
200 - Competições de provas combinadas	182
210 - Aplicabilidade do regulamento das competições ao ar livre às de pc	186
211 - A pista coberta	186
212 - A pista reta	187
213 - A pista oval e as suas pistas individuais	188
214 - Marcação das linhas de partida e chegada da pista oval	190
215 - Sorteio das pistas nas corridas de pista coberta	192
216 - Equipamento, sapatos e dorsais	192
217 - Corridas de barreiras	193
218 - Corridas de estafetas	193
219 - Salto em altura	194
220 - Salto com vara	194
221 - Saltos horizontais	195
222 - Lançamento do peso	195
223 - Competições de provas combinadas	197
230 - Marcha atlética	198
240 - Corridas de estrada	204
250 - Corridas de corta-mato	209
251 - Corridas de montanha	212

252 - Corridas de trail	214
260 - Recordes do mundo	216
261 - Provas em que se reconhecem recordes do mundo	224
262 - Provas em que se reconhecem recordes do mundo de sub 20	225
263 - Provas em que se reconhecem recordes do mundo de pista coberta	226
264 - Provas em que se reconhecem recordes do mundo de sub 20 de pc	227
265 - Outros recordes	227

Figuras

Fig. 160 as medidas de uma pista	71
Fig. 168(a) exemplo de uma barreira	101
Fig. 168(b) exemplo de uma barreira	102
Fig. 169(a) exemplo de um obstáculo	106
Fig. 169(b) vala de água	107
Fig. 181 extremos alternativos da fasquia	126
Fig. 182 postes e fasquia do salto em altura	130
Fig. 183(a) caixa do salto com vara	135
Fig. 183(b) suporte da fasquia do salto com vara	136
Fig. 183(c) zona de queda do salto com vara	138
Fig. 184(a) tábua de chamada e placa indicadora de plasticina	141
Fig. 184(b) área de queda centralizada para comprimento e triplo	142
Fig. 187(a) círculo de lançamento do peso	151
Fig. 187(b) círculo de lançamento do disco	151
Fig. 187(c) círculo de lançamento do martelo	152
Fig. 187(d) círculos concêntricos de lançamento do disco e do martelo	152
Fig. 187(e) pista de balanço e sector de queda para lançamento do dardo	153
Fig. 188 antepara do lançamento do peso	159
Fig. 189 disco	162
Fig. 190 gaiola apenas para disco	166
Fig. 191(a) sugestão para testar o centro de gravidade da cabeça do martelo	167
Fig. 191(b) pega genérica do martelo	168
Fig. 192(a) gaiola para lançamento do martelo e disco com círculos concêntricos	172
Fig. 192(b) gaiola para lançamento do disco e martelo com círculos concêntricos	174
Fig. 192(c) gaiola para lançamento do disco e do martelo com círculos separados	175
Fig. 193 dardo internacional	179

Tabelas

Tab. dos tempos mínimos entre rondas	99
Tab. das distâncias normalizadas das barreiras	101
Tab. das alturas das barreiras	103
Tab. de tempos dos ensaios	120
Tab. dos pesos dos engenhos para cada grupo etário	148
Tab. dos pesos e medidas do peso	160
Tab. dos pesos e medidas do disco	162
Tab. dos pesos e medidas do martelo	168
Tab. dos pesos e medidas dos dardos	178
Tab. dos pontos de aferição dos dardos com pesos e medidas	180
Tab. com as distâncias da colocação das barreiras, pesos e alturas de pc	193
Tab. com os pesos e medidas do peso de pista coberta	196
Tab. das distâncias do corta-mato por sexo e grupo etário	209
Tab. das provas em que se reconhecem recordes do mundo(m) (f)	224
Tab. das provas em que se reconhecem recordes do mundo(u)	225
Tab. das provas em que se reconhecem recordes do mundo de sub 20 (m)	225
Tab. das provas em que se reconhecem recordes do mundo de sub 20 (f)	226
Tab. das provas em que se reconhecem recordes do mundo de pc (m)	226
Tab. das provas em que se reconhecem recordes do mundo de pc (f)	227
Tab. das provas em que se reconhecem recordes do mundo de sub 20 de pc (m)	227
Tab. das provas em que se reconhecem recordes do mundo de sub 20 de pc (f)	228

Definições

Área

Área geográfica que compreende todos os Países e Territórios filiados numa das seis Associações de Área.

Associação de Área

Uma Associação de Área da IAAF, responsável pela promoção do Atletismo numa das seis áreas nas quais os membros estão divididos de acordo com os Estatutos.

Representante de Atletas

Uma pessoa que está autorizada e registada como um Representante de Atletas, de acordo com os Regulamentos da IAAF de Representantes de Atletas.

Regulamentos dos Representantes de Atletas

Os Regulamentos dos Representantes de Atletas, aprovados pelo Conselho.

Pessoal de Apoio de um Atleta

Qualquer treinador, dirigente, Representante de Atletas, agente, membro da equipa, médico ou paramédico, parente ou qualquer outra pessoa empregada por ou trabalhando para o Atleta ou para a Federação Nacional do Atleta que participe numa Competição Internacional.

Atletismo

Provas de Pista, Concursos, Corridas de Estrada, Marcha Atlética, Corridas de Corta-Mato, Corridas de Montanha e corridas de Trail.

CAS

O Tribunal de Arbitragem para o Desporto, é uma organização independente de arbitragem, sediada em Lausanne, na Suíça.

Cidadão

Um indivíduo que possua a Cidadania legal de um País ou, no caso de um Território, possua a cidadania legal do país a que esse Território pertence, bem como o estatuto legal apropriado de acordo com as leis aplicáveis.

Cidadania

Cidadania legal de um País ou, no caso de um território, cidadania legal do País a que esse Território pertence, bem como o estatuto legal apropriado de acordo com as leis aplicáveis.

Clube

Um clube ou sociedade de atletas filiados, diretamente ou através de uma organização, numa Federação Membro de acordo com as Regras da mesma.

Comissão

Uma comissão da IAAF que tenha sido designada pelo Conselho de acordo com os termos dos Estatutos

Estatutos

Os Estatutos da IAAF.

Conselho

O Conselho da IAAF.

País

Uma área geográfica do mundo, com governo próprio, reconhecido como estado independente pela lei internacional e por organizações governamentais internacionais.

IAAF

Associação Internacional das Federações de Atletismo

Competições Internacionais

Todas as competições da Série Mundial de Atletismo (descritas no presente Regulamento), o programa do Atletismo dos Jogos Olímpicos e outras competições organizadas pela ou em nome da IAAF, ou ainda realizadas de acordo com Regras e Regulamentos.

Encontro Internacional por Convite (Meeting)

Competição de Atletismo, em que a participação é efetuada por convite prévio, por parte da Organização, a atletas filiados, de duas ou mais Federações Membro

Atleta de nível Internacional

Um atleta que esteja integrado na Lista de Atletas a serem sujeitos a controlos anti doping, ou que compita numa Competição Internacional como definido nas Regras Anti Doping.

COI (IOC)

Comité Olímpico Internacional.

Federação Membro

Um organismo governamental nacional para o atletismo, filiado na IAAF.

Associado

Associado da IAAF.

Federação Nacional

O Membro da IAAF no qual um atleta, ou outra pessoa, de acordo com os Estatutos, esteja filiado diretamente ou através de um clube ou de outro organismo filiado num Membro.

Atleta Neutro

Conforme especificado na Regra 22. 1 a), é um atleta a quem é garantida uma elegibilidade especial pelo Conselho da IAAF, para competir numa ou mais competições internacionais, como atleta individual, e que satisfaça, em qualquer momento, as condições especificadas pelo Conselho, que determinam essa elegibilidade. Todas as determinações previstas nestas Regras e Regulamentos aplicáveis a todos os atletas, devem também ser aplicadas igualmente aos atletas Neutros, a não ser que seja expressamente determinado de outra forma; e qualquer treinador, orientador técnico, empresário, Representante de Atletas, agente desportivo, membro de equipa, dirigente, médico, ou pessoal paramédico, parente, ou qualquer outra pessoa contratada ou a trabalhar com um atleta neutro que participe numa Competição Internacional deve ser considerado como Apoio Pessoal do Atleta para os fins deste Regulamento.

Regulamentos

Os Regulamentos da IAAF, como possam ser aprovados pelo Conselho de tempos a tempos.

Regras

As Regras da IAAF, incluindo as Regras da Competição (que incluem as Regras Técnicas), o Antigo Código de Ética, o Código de Conduta de Integridade, as Regras de Procedimento do Congresso e outros regulamentos da IAAF que possam ser aprovados, de tempos a tempos, de acordo com a Constituição.

Regras Técnicas

As Regras que descrevem as Regras Técnicas das Competições de Atletismo, como integradas nas Regras de Competição da IAAF.

Residência

Residência é o lugar onde o atleta está registado nas autoridades relevantes como tendo a sua residência permanente.

Território

Um território geográfico ou região, que não seja um país, mas de certa forma autónomo, pelo menos no que diz respeito ao controle das suas modalidades desportivas, e que é reconhecido como tal pela I

Série de Atletismo Mundial

As principais competições internacionais integradas no programa de 4 anos de competições oficiais da IAAF.

Nota (i): *As definições acima referidas aplicam-se a todas as Regras, exceto quando os mesmos termos também são definidos no Regulamento do Antidoping, por exemplo, Competição Internacional, neste caso as referidas definições aplicam-se a todas as Regras, exceto ao Regulamento do Antidoping.*

Nota (ii): *Todas as referências no Regulamento para o género masculino também devem incluir as referências para o feminino e todas as referências para o singular também devem incluir referências para o plural.*

Nota (iii): *As notas com impressão a verde (anteriormente publicadas pela IAAF no manual "O Árbitro" - "Le Juge Arbitre") dão uma interpretação das Regras da Competição e dão orientações práticas para a sua implementação.*

Nota (iv): *As emendas (exceto emendas editoriais) ao referente Regulamento de Competições da IAAF 2018-2019, são marcadas por linhas duplas na margem e são aplicáveis desde 1 de novembro de 2017, salvo indicação em contrário.*

Competições Internacionais

Competições Internacionais

REGRA 1

Competições Internacionais

1. As seguintes são competições internacionais:

- a) (i) Competições incluídas na Série de Atletismo Mundial
- (ii) O programa de Atletismo dos Jogos Olímpicos
- b) O programa de Atletismo dos Jogos de Área, Regionais ou de Grupo não confinados a participantes de uma só Área, onde a IAAF não tem o controlo exclusivo;
- c) Campeonatos de Atletismo Regionais ou de Grupo, cuja participação não está limitada a membros de uma só Área;
- d) Encontros entre equipas de diferentes Áreas que representam Federações Membro ou Áreas ou combinações das mesmas;
- e) Encontros Internacionais por Convite (Meeting) e competições que estão classificadas pela IAAF como parte da estrutura global e aprovados pelo Conselho;
- f) Campeonatos de Área e outras competições internas da Área organizadas por uma Associação de Área;
- g) O programa de Atletismo dos Jogos de Área, Regionais ou de Grupo e Campeonatos Regionais ou de Grupo, cuja participação está limitada a membros de uma só Área;
- h) Encontros entre equipas que representam duas ou mais Federações Membro ou combinações destas dentro da mesma Área, com exceção das competições de Sub 18 e Sub 20;
- i) Encontros Internacionais por Convite e competições que não se incluem na Regra 1.1 e), onde os prémios de presença, prémios por classificação e/ou o valor de prémios não em dinheiro, excedam 50.000 dólares americanos no total, ou 8.000 por prova individual;
- j) Programas de Área similares aos que se referem a Regra 1.1 e).

Regulamento

Técnico

Regras Técnicas

REGRA 100

Generalidades

Todas as competições Internacionais, como definidas na Regra 1.1, serão realizadas segundo as Regras da IAAF.

Em todas as competições, exceto nos Campeonatos do Mundo e Jogos Olímpicos, os eventos podem realizar-se num formato distinto do previsto no Regulamento Técnico da IAAF, mas as Regras que concedam mais direitos aos atletas, do que obteriam se fossem aplicadas as Regras atuais, não poderão ser aplicadas. Estes formatos de competição serão decididos ou autorizados pelas entidades que tenham o controlo da competição.

No caso de eventos com muita participação fora do estádio, estas Regras normalmente só devem ser aplicadas na íntegra aos atletas, caso existam, que foram designados como participando numa determinada secção da prova, como atletas de elite, ou como atletas incluídos em categorias de idade, para os quais uma classificação por ordem de chegada corresponderá a uma atribuição de prémios. Os organizadores da corrida devem mencionar, nas informações fornecidas aos outros atletas, todo o enquadramento regulamentar dessa sua participação, particularmente aquelas relacionadas à sua segurança.

Nota: Recomenda-se que as Federações Membros adotem as Regras da IAAF para a condução das suas próprias competições.

Embora estas Regras já contemplem algumas variações das suas aplicações mais estritas, refira-se que os organizadores da competição podem avançar ainda mais na aplicação de formatos diferentes para as competições - a única restrição é a do atleta não poder ter mais "direitos" nessas circunstâncias. Por exemplo, é aceitável reduzir o número de ensaios numa prova no estádio ou reduzir o tempo permitido para que um atleta faça o seu ensaio, mas não aumentá-los em ambos os casos.

No que diz respeito à participação em massa de atletas, nas provas de corrida e de marcha, é determinado que estas Regras só serão totalmente aplicadas nessa competição a qualquer atleta de elite ou a qualquer outro elemento designado pelos organizadores, sempre que haja uma razão lógica para o fazer, por exemplo, pela importância dos prémios envolvidos.

No entanto, os organizadores da prova serão aconselhados a salientar nas informações fornecidas a todos os participantes as regras e os procedimentos que se irão aplicar nas várias categorias, especialmente aquelas relativas às considerações de segurança, particularmente quando grande parte da corrida não está fechada ao trânsito. Isso pode, por exemplo, permitir que os atletas de elite usem auscultadores ou auriculares quando estão a correr num circuito fechado, mas proibir a sua utilização (ou pelo menos recomendar não os utilizar) para os atletas mais lentos quando o percurso é aberto ao trânsito.

SECÇÃO I – Oficiais

REGRA 110

Oficiais Internacionais

Nas competições organizadas de acordo com a Regra 1.1 a), b), c) e f), serão nomeados os seguintes oficiais internacionais:

- a) Delegado(s) de Organização
- b) Delegado(s) Técnico(s)
- c) Delegado Médico
- d) Delegado do Controlo de Doping
- e) Oficiais Técnicos Internacionais
- f) Juízes Internacionais de Marcha
- g) Medidor Internacional de Provas de Estrada
- h) Juiz Internacional de Partida
- i) Juiz Internacional de Cronometragem Automática
- j) Júri de Apelo

O número de Oficiais nomeados em cada categoria, e como, quando e por quem serão nomeados, será indicado nos Regulamentos Técnicos das competições da IAAF (ou Associação de Área).

Nas competições previstas na Regra 1.1 a) e e), a IAAF pode nomear um Comissário de Publicidade.

Nas competições previstas na Regra 1.1 c), f) e j), tais nomeações serão realizadas pela respetiva Associação de Área, nas Competições previstas na Regra 1.1 b) pela entidade relevante e, no que se refere às competições referidas em 1.1 d), h) e i), pelo respetiva Federação Membro da IAAF.

Nota (i): Os *Oficiais Internacionais* deverão usar uma *indumentária* ou *insígnia* que os *distinga*.

Nota (ii): Os *oficiais internacionais* de e) a i) acima podem ser *classificados* em *Nível IAAF* e *Nível Área*, de acordo com os *princípios da IAAF*. As *despesas de transporte e de alojamento de cada indivíduo nomeado pela IAAF ou por uma Associação de Área, com base nesta Regra ou na 3.2, serão pagas aos indivíduos, com base nos Regulamentos relevantes.*

REGRA 111

Delegados de Organização

Os Delegados de Organização manterão uma ligação permanente e estreita com o Comité Organizador, farão relatórios regulares à IAAF (ou à Associação de Área ou a outra entidade responsável pela competição) e tratarão, conforme seja necessário, de assuntos relacionados com os deveres e responsabilidades financeiras do Membro organizador e do Comité Organizador. Cooperarão com o(s) Delegado(s) Técnico(s)

REGRA 112

Delegados Técnicos

O (s) Delegado (s) Técnico (s), em conjunto com os Organizadores, que lhes devem proporcionar toda a ajuda necessária, são responsáveis por garantir que todos os arranjos técnicos estejam em total conformidade com as Regras Técnicas da IAAF e do Manual de Instalações de Atletismo da IAAF.

Os Delegados Técnicos nomeados para competições que não sejam reuniões de um dia devem:

- Submeter à entidade competente propostas sobre o horário das provas e mínimos de participação.
- Determinar a lista de engenhos que serão utilizados e se os atletas podem utilizar engenhos pessoais ou fornecidos por outras marcas.
- Assegurar que os Regulamentos Técnicos aplicáveis serão enviados a todas as Federações Membros participantes com a necessária antecedência em relação à data da competição.
- Ser responsáveis por todas as restantes preparações técnicas necessárias à realização da competição.
- Controlar as inscrições e ter o poder de as rejeitar por motivos técnicos

ou de acordo com a Regra 146.1. (Rejeições por outros motivos que não técnicos devem resultar de uma decisão da IAAF, da relevante Associação de Área ou de outro órgão diretivo relevante).

f) Determinar as marcas de qualificação nos concursos, assim como as bases para a realização de voltas qualificativas nas corridas.

g) Fazer com que o processo de organização das voltas e respetivos sorteios sejam realizados de acordo com as Regras e quaisquer Regulamentos Técnicos aplicáveis, e aprovar todas as Listas de Partida.

h) Se solicitado, presidir à Reunião Técnica e informar os Oficiais Técnicos.

i) Garantir a apresentação de relatórios escritos antes da competição sobre os seus preparativos e após a conclusão sobre a sua execução, incluindo recomendações para futuras edições.

Os Delegados Técnicos nomeados para reuniões de um dia devem fornecer todo o apoio e conselhos necessários aos organizadores e assegurar a apresentação de relatórios escritos sobre a execução da competição.

Informação específica é providenciada nos Procedimentos dos Delegados Técnicos da IAAF, os quais poderão ser descarregados da página da IAAF.

REGRA 113

Delegado Médico

O Delegado Médico

a) terá autoridade máxima em todos os assuntos médicos.

b) assegurar-se-á de que as instalações são adequadas para os exames médicos, tratamentos e que os serviços de urgência estarão disponíveis no(s) local(is) da competição, de treino e das zonas de aquecimento, e que o atendimento médico possa ser fornecido no alojamento dos atletas.

c) examinará e fornecerá os certificados médicos de acordo com a Regra 142.4.

d) terá o poder de pedir a um atleta para se retirar antes, ou para se retirar de imediato durante uma prova.

Nota (i): os poderes referidos na alínea c) e d) podem ser delegados pelo Delegado Médico (ou quando nenhum Delegado Médico foi nomeado ou esteja disponível) a um médico designado pelos Organizadores que deverá ser identificado com uma braçadeira, colete ou uma indumentária semelhante que o distinga.

Nota (ii): qualquer atleta impedido ou retirado duma competição como referido na alínea d) deve ser registado nos resultados como DNS e DNF, respetivamente. Qualquer atleta que não atenda a tal pedido deve ser desqualificado.

A IAAF, outros órgãos de direção e os organizadores de uma competição consideram que a saúde e a segurança de todos os participantes numa competição tem uma elevada prioridade. A disponibilidade da experiência de uma pessoa respeitada e qualificada no papel de Delegado Médico é essencial para o cabal desempenho dessas tarefas-chave, especialmente porque ele (aqueles que ele delegar ou os Organizadores), entre outras responsabilidades, tem o dever de retirar um atleta da competição, se, por razões médicas, for considerado necessário. É importante notar que o poder do Delegado Médico (um médico em quem ele delegar ou ainda alguém em sua substituição) aplica-se a todas as competições.

É essencial que exista um sistema e procedimentos de comunicação fiáveis entre o Delegado Médico (e aqueles autorizados a atuar no seu lugar), os Delegados Técnicos e o Diretor da Competição particularmente em relação aos deveres previstos nas alíneas c) e d), uma vez que estas decisões têm um impacto direto nas listas de partida, nos resultados e na gestão da competição.

REGRA 114

Delegado de Controlo de Doping

O Delegado de Controlo de Doping cooperará com o Comité Organizador para se assegurar que serão providenciadas instalações adequadas para a realização do Controlo de Doping. Será responsável por tudo o que se relacione com o Controlo de Doping.

REGRA 115

Oficiais Técnicos Internacionais (ITOs)

1. Quando forem nomeados ITOs, os Delegados Técnicos nomearão um Chefe de ITOs de entre os ITOs designados, se não tiver sido nomeado anteriormente pela organização relevante.

Quando seja possível, o Chefe de ITOs, em colaboração com os Delegados Técnicos, designará pelo menos um Oficial Técnico Internacional para cada prova do programa.

O ITO será o Árbitro da prova para a qual foi designado.

2. Nas competições de corridas Corta-Mato, Estrada, Montanha e Trail, os ITOs se nomeados, providenciarão todo o auxílio necessário à organização da competição.

Devem estar sempre presentes durante a realização da prova para que foram designados e devem assegurar-se que a condução da Competição se realiza em plena conformidade com as Regras, Regulamentos da Competição e decisões relevantes dos Delegados Técnicos.

Informação específica é providenciada no Guia da IAAF dos ITOs, que pode ser descarregada da página web da IAAF.

REGRA 116

Juízes Internacionais de Marcha

Os Juízes de Marcha nomeados para as competições referidas na Regra 1.1 a) deverão ser Membros do Painel de Juízes Internacionais de Marcha da IAAF.

Nota: Os Juízes de Marcha designados para as competições previstas na Regra 1.1 b), c), e), f), g) e j), serão membros do Painel de Juízes Internacionais de Marcha da IAAF ou de Área.

REGRA 117

Medidor Internacional de Provas de Estrada

Nas competições organizadas segundo a Regra 1.1, deverá ser nomeado um Medidor Internacional de Provas de Estrada, para verificar os percursos onde as provas em estrada se vão realizar, quer sejam total ou parcialmente fora do estádio.

O Medidor terá de estar integrado no Painel de Medidores Internacionais de Provas de Estrada da IAAF/AIMS (Grau "A" ou "B").

O percurso deverá ser medido com tempo suficiente antes da competição.

O Medidor nomeado irá verificar e certificar o percurso, caso considere que o mesmo está em conformidade com as Regras da IAAF para provas de estrada (Ver Regras 240.2, 240.3 e 230. e respetivas notas). Ele também assegurará, caso um Recorde do Mundo seja obtido, o cumprimento das Regras 260.20 e 261.21.

Cooperará com os Organizadores na preparação do percurso e assistirá à condução da prova de estrada, de modo a assegurar que os atletas utilizaram o mesmo percurso que foi medido e aprovado.

Ele deverá fornecer um certificado apropriado ao(s) Delegado(s) Técnico(s).

REGRA 118

Juízes Internacionais de Partida e de Cronometragem Automática

Em todas as Competições realizadas segundo a Regra 1.1 a), b), c) e f) em estádios, um Juiz Internacional de Partida e um Juiz Internacional de Cronometragem Automática deverão ser nomeados, pela IAAF ou pela Associação de Área respetiva ou organismo dirigente. O Juiz Internacional de Partida dará as partidas das corridas (e efetuará outras funções) que lhe sejam designadas pelo(s) Delegado(s) Técnico(s), e supervisionará o controlo e o funcionamento do Sistema de Informação de Partidas. O Juiz Internacional de Cronometragem Automática, supervisionará todas as funções de cronometragem totalmente automática e será o Juiz Chefe de Cronometragem Automática.

Informação específica é providenciada no Guia de Partidas da IAAF e no Guia de Cronometragem Automática da IAAF, que podem ser descarregados da página web da IAAF.

Note-se que embora o Juiz Internacional de Cronometragem Automática atue como o Juiz Chefe de Cronometragem Automática nas competições para as quais ele é nomeado e os ITOs atuem como Árbitros, continua a existir uma clara divisão de responsabilidades entre o Juiz de Partidas Internacional (JIP) e os outros membros da equipa de partidas. Embora o JIP assuma todos os poderes e deveres do Juiz de Partidas quando dê uma partida que lhe tenha sido designada, ele não poderá, nessa ou em qualquer outra altura, substituir em funções e poderes o Árbitro de Partidas.

REGRA 119

Júri de Apelo

Em todas as competições organizadas segundo a Regra 1.1 a), b), c) e f), será nomeado um Júri de Apelo que deverá, em princípio, ser constituído por 3, 5 ou 7 pessoas. Um dos seus membros será o Presidente e outro Secretário. Se e quando considerado apropriado, o Secretário poderá ser uma pessoa que não integre o Júri de Apelo.

Nos casos em que haja um recurso relacionado com a Regra 230, pelo menos um dos elementos do Júri de Apelo deverá ser membro do Painel da IAAF (ou de Área) de Juízes de Marcha.

Os membros do Júri de Apelo não deverão estar presentes durante as deliberações do Júri, relacionadas com qualquer protesto que afete, direta ou indiretamente, um atleta filiado na sua Federação Nacional.

O Presidente do Júri deve solicitar a qualquer membro abrangido por esta Regra a retirar-se, caso este ainda não o tenha feito.

A IAAF ou outra organização responsável pela competição deverá designar um ou mais membros do Júri de Apelo como suplentes, para substituir qualquer membro do Júri que não seja elegível para participar no recurso apresentado.

Para além disso, um Júri será nomeado nas restantes competições desde que os organizadores o considerem desejável ou necessário no interesse de um desenrolar correto das competições.

A função primária do Júri será o tratar de todos os recursos realizados de acordo com a Regra 146, e de todos os assuntos que ocorram durante a competição, e que lhes sejam apresentados para decisão.

REGRA 120

Oficiais de Competição

Os Organizadores de uma Competição nomearão todos os oficiais, de acordo com as Regras da Federação Membro em cujo país a Competição se vai realizar e, no caso de uma Competição realizada segundo a Regra 1.1 a), b), c) e f), de acordo com as Regras e procedimentos da respetiva Organização Internacional.

A lista seguinte compreende os oficiais considerados necessários para as grandes competições internacionais. Os Organizadores podem, no entanto, alterar esta lista de acordo com as circunstâncias locais.

Oficiais Diretores

- Diretor de Competição (ver Regra 121)
- Diretor de Reunião e um número adequado de assistentes (ver Regra 122)
- Diretor Técnico e um número adequado de assistentes (ver Regra 123)
- Diretor de Apresentação da Competição (ver Regra 124)

Oficiais da Competição

- Árbitro(s) da Câmara de Chamada
- Árbitro(s) para provas de pista
- Árbitro(s) para concursos
- Árbitro(s) para as Provas Combinadas
- Árbitro(s) para provas realizadas fora do estádio
- Árbitros(s) de vídeo
- Juiz-Chefe e um número suficiente de Juizes para as provas de pista (ver Regra 126)
- Juiz-Chefe e um número suficiente de Juizes para cada concurso (ver Regra 126)
- Juiz-Chefe, um número adequado de assistentes e cinco Juizes para provas de marcha realizadas dentro do estádio (ver Regra 230)
- Juiz-Chefe, um número adequado de assistentes e oito Juizes para provas de marcha realizadas fora do estádio (ver Regra 230)
- Outros Juizes intervenientes em provas de marcha, como seja necessário, incluindo secretários, operadores do quadro de desclassificações, etc. (ver Regra 230)
- Juiz-Chefe dos Fiscais e um número suficiente de Fiscais (ver Regra 127)
- Juiz-Chefe dos cronometristas e um número suficiente de cronometristas (ver Regra 128)
- Juiz-Chefe de Cronometragem Automática, e um número adequado de assistentes (ver Regras 128 e 165)
- Juiz-Chefe de Cronometragem por chip, e um número adequado de assistentes (ver Regras 128 e 165)
- Coordenador de Partida e um número adequado de Juizes de Partida e de Auxiliares de Juiz de Partida. (ver Regra 129)
- Assistentes do Juiz de Partida (ver Regra 130)
- Juiz-Chefe e um número suficiente de Contadores de Voltas (ver Regra 131)
- Secretário da Competição e um número adequado de Assistentes. (ver Regra 132)
- Diretor do Centro de Informação Técnica (CIT), e um número adequado de assistentes (ver Regra 132.5)
- Chefe de Terreno e um número adequado de Assistentes. (ver Regra 133)
- Operador(es) do Anemómetro (ver Regra 134)
- Juiz-Chefe de Medição (Científica), e um número adequado de assistentes (ver Regra 135)

- Juiz-Chefe e um número adequado de Juizes da Câmara de Chamada (ver Regra 136)
- Comissário de publicidade (ver Regra 137)

Oficiais Adicionais

- Locutor(es)
- Estatístico(s)
- Médico(s)
- Delegados junto dos Atletas, Dirigentes e Imprensa

Os Árbitros e os Juizes-Chefes deverão utilizar uma braçadeira ou insígnia distintivas.

Em caso de necessidade, poderão ser nomeados auxiliares, mas tomar-se-ão providências para que no terreno haja o menor número possível de Oficiais.

O número de oficiais nomeados para uma competição deve ser adequado, para garantir que as atividades necessárias sejam realizadas de forma correta e eficiente e também para garantir o necessário descanso, se a competição decorrer durante um longo período de tempo, num único dia ou em vários dias consecutivos. Mas também deve-se ter cuidado para não nomear muitos juizes para um local de competição que fique desordenada ou obstruída com pessoas desnecessárias. Em maior número de competições, algumas tarefas que são realizadas por Juizes no estádio, estão a ser “substituídas” por tecnologia e, a menos que um back-up seja logicamente necessário, isso deve ser tido em consideração quando da convocatória dos Juizes.

Uma Nota sobre Segurança

Os Árbitros e os Juizes numa competição de Atletismo, têm muitas funções importantes, mas nenhuma é mais importante do que a sua responsabilidade de garantir a segurança de todos os envolvidos na competição. A pista de atletismo pode ser um lugar perigoso. Existem engenhos muito pesados e afiados que são lançados pelos atletas e representam um perigo para qualquer um que passe no caminho da sua trajetória. Os atletas que correm, a grande velocidade, na pista ou nos corredores de balanço, podem aleijar-se e aleijar a pessoa com quem colidam. Aqueles que estão a competir nos concursos de saltos, muitas vezes caem de forma inesperada ou não intencional. As condições ambientais, atmosféricas ou outras, podem tornar a competição de atletismo, temporariamente ou por longos períodos, muito insegura.

Houve casos de atletas, Juizes, fotógrafos e outros elementos que ficaram feridos (às vezes fatalmente) em acidentes nos locais de competição e de treino e muitas dessas lesões poderiam ter sido evitadas.

Os Juizes devem sempre estar atentos aos perigos inerentes ao desporto. Eles devem estar sempre atentos e não se devem distrair. Independentemente da sua posição oficial, todos os Juizes têm a responsabilidade de fazer o que podem, para tornar a pista de atletismo um lugar seguro. Todos os Juizes também devem pensar em termos de segurança e onde estiverem colocados, no local da competição, devem intervir sempre que necessário para evitar acidentes, quando prevejam que existem condições ou situações para que isso aconteça. Garantir a segurança é da mais alta importância – sobretudo pelo estrito cumprimento das regras da competição. Em situações raras em que haja a possibilidade de conflito, a preocupação com a segurança deve sempre prevalecer.

REGRA 121

Diretor de Competição

O Diretor de Competição planeará a organização técnica de uma competição em cooperação com os Delegados Técnicos, quando estes tenham sido nomeados, assegurar-se-á de que este plano é cumprido e tomará decisões sobre quaisquer problemas técnicos, juntamente com os Delegados Técnicos. O Diretor de Competição dirigirá a ação e a interação entre os diversos participantes numa competição e, através do sistema de comunicações, estará em contacto com todos os Oficiais sénior.

REGRA 122

Diretor de Reunião

O Diretor de Reunião será o responsável pela condução correta da competição. Deverá verificar se todos os oficiais estão presentes, nomeando substitutos quando necessário e terá autoridade para retirar de serviço qualquer Oficial que não esteja a cumprir as Regras. Em colaboração com o Chefe de Terreno, tomará providências para que na área de competição, estejam somente pessoas autorizadas.

Nota: *Recomenda-se que, para competições com uma duração superior a 4 horas ou que se prolongue por mais de um dia, o Diretor de Reunião tenha um número adequado de Adjuntos.*

O(s) Diretor(es) de reunião devem ser responsáveis, sob a autoridade do Diretor de Competição, e de acordo com as orientações e decisões dos Delegados Técnicos, por tudo o que se desenrole no local da competição. No estádio, ele deve colocar-se onde consiga observar tudo aquilo que acontece e poder dar as ordens/instruções necessárias. Ele deve ter acesso à lista completa de todos os Juízes nomeados e em funções e a possibilidade de comunicar de forma eficiente com os outros Diretores, Árbitros e Juízes-Chefe.

Nas competições que decorrem particularmente em vários dias, é provável que alguns juízes não possam atuar durante toda a competição. O Diretor de Reunião deverá ter à sua disposição uma reserva de Juízes a partir da qual ele pode, se necessário, planejar qualquer substituição. Mesmo que todos os Juízes de um evento estejam presentes, o Diretor de Reunião deve garantir que os Juízes cumpram as suas funções corretamente e se não estiverem disponíveis terá que os substituir.

Ele deve garantir que os juízes (e os seus auxiliares) saiam da pista logo que sua prova esteja concluída ou quando a sua subsequente tarefa esteja pronta.

REGRA 123

Diretor Técnico

O Diretor Técnico será responsável por garantir que:

- a) A pista, pistas individuais, círculos, arcos, sectores, áreas de queda para concursos e todo o equipamento e engenhos estão de acordo com as Regras da IAAF.
- b) A colocação e remoção dos equipamentos e engenhos de acordo com o plano técnico para a competição aprovado pelo(s) Delegado(s) Técnico(s).
- c) A apresentação técnica das áreas de competição decorre de acordo com o plano técnico.
- d) A verificação e marcação de todos os engenhos pessoais permitidos na competição é feita de acordo com a Regra 187.2.
- e) Recebeu ou que teve conhecimento da existência da certificação necessária de acordo com a Regra 148.1, antes da competição.

O Diretor Técnico atua sob a autoridade do Diretor de Competição ou do Diretor de Reunião, mas um Diretor Técnico experiente assumirá grande parte das suas responsabilidades sem qualquer supervisão de direção. Ele

deve ser contactável a qualquer momento. Se um Árbitro ou um Juiz Chefe de um concurso perceber que o local onde uma prova está a decorrer (ou decorrerá) precisa ser modificado ou melhorado, ele deve comunicar com o Diretor de Reunião, que solicitará ao Diretor Técnico que tome as medidas necessárias para o efeito. Além disso, quando um Árbitro sente que há uma necessidade de mudança de lugar de uma competição (Regra 180.20), ele agirá da mesma forma através do Diretor de Reuniões que solicitará ao Diretor Técnico que execute ou venha a realizar os desejos de o Árbitro. Lembra-se que nem a força do vento nem a sua mudança de direção são condições suficientes para mudar o local de uma competição.

Uma vez que o Diretor de Competição, ou os Delegados Técnicos em competições internacionais, aprovaram a lista de engenhos que serão utilizados durante a competição, o Diretor Técnico deve preparar, encomendar e receber os vários engenhos. Em seguida ele ou a sua equipa deve verificar cuidadosamente o peso e as dimensões dos engenhos e de quaisquer outros engenhos pessoais que forem permitidos e entregues na Direção Técnica, para que seja cumprido o Regulamento. Ele também deve garantir que a Regra 260.17 d) seja cumprida correta e eficientemente se algum Recorde for batido.

Em relação aos engenhos dos lançamentos, as informações para os fabricantes quanto à gama de engenhos que podem ser fornecidos aos Organizadores foram retiradas das Regras em 2017 e transferidas para a documentação relativa ao sistema de certificação da IAAF. Os Diretores técnicos devem, no entanto, aplicar essas diretrizes ao aceitar novos engenhos dos fornecedores, mas não devem rejeitar os engenhos submetidos ou utilizados na competição porque não cumprem essa condição. Neste aspecto o peso mínimo é que é crítico.

REGRA 124

Diretor de Apresentação da Competição

O Diretor de Apresentação da Competição deverá planejar, em conjunto com o Diretor de Competição, os pormenores relativos à apresentação da competição, em cooperação com o(s) Delegado(s) de Organização e Delegado(s) Técnico(s), se e quando aplicável. Deverá assegurar-se que o plano é cumprido, resolvendo os problemas que surjam com o Diretor de Competição e Delegado(s) relevantes. Ele deverá também manter uma interação direta com todos os membros da equipa de apresentação, usando sistemas de comunicação para manter o contacto com todos eles.

Ele deve assegurar que, através de anúncios e da tecnologia disponível, o público seja informado sobre notícias dos atletas que participam em cada evento, incluindo as listas de partida, resultados intermédios e finais. Os resultados oficiais (posições, tempos, alturas, distâncias e pontos) de cada evento devem ser transmitidos o mais cedo possível após a receção das informações. Nas competições realizadas de acordo com a Regra 1.1 a), os Locutores de língua inglesa e francesa serão nomeados pela IAAF.

O Diretor de Apresentação da Competição (DPA) não só tem a responsabilidade de planear, liderar e coordenar uma produção em termos de apresentação de todas as atividades que ocorrem na pista, mas também integrá-las no espetáculo que deve ser apresentado aos espectadores durante a sua programação. O objetivo final do seu trabalho é criar uma produção informativa, divertida, animada e atrativa do espetáculo, para ser uma oferta agradável para os espectadores. Para que haja sucesso, é importante ter uma boa equipa e o equipamento necessário para realizar esse trabalho. O DPA é a pessoa encarregada de coordenar as atividades da equipa de apresentação de eventos que trabalham dentro e fora da pista e estão diretamente ligadas com esta atividade, incluindo, mas não limitado aos Locutores, Operadores dos quadros de afixação de informação e de imagens de vídeo, Técnicos de Áudio e Vídeo e responsáveis das Cerimónias Protocolares.

Para quase todas as competições, um locutor é essencial. Ele deve ser colocado de modo a poder seguir adequadamente a competição e, de preferência, próximo ou em comunicação imediata com o Diretor de Competição ou, se designado, o Diretor de Apresentação da Competição. Os procedimentos do DPA podem ser encontrados no site da IAAF.

REGRA 125

Árbitros

1. Serão nomeados um (ou mais) Árbitros, consoante as necessidades, para a Câmara de Chamada, para as Provas de pista, para os Concursos, para as Provas Combinadas assim como para as corridas e provas de marcha que se realizem fora do estádio. Quando adequado, um (ou mais) Árbitro(s) de Vídeo será(ão) nomeado(s). Um Árbitro de Corridas nomeado para supervisionar as partidas é designado como Árbitro de Partidas.

O Árbitro de Vídeo atuará desde a Sala de Controlo Vídeo deverá, em princípio, consultar, e deverá estar em comunicação com os outros Árbitros.

Nas competições onde um número suficiente de Juízes está disponível, para que mais de um Árbitro seja nomeado para as corridas, é altamente recomendável que um deles seja nomeado Árbitro de Partidas. Para ser mais preciso, o Árbitro de Partidas em tais circunstâncias deve exercer todos os poderes do Árbitro em relação à partida e não é obrigado, enquanto estiver nessas funções, de reportar ou atuar através de qualquer outro Árbitro de Corridas.

No entanto, se apenas um Árbitro for nomeado para supervisionar as corridas de uma determinada competição e, considerando os poderes que ele possui, é muito recomendável que o Árbitro seja posicionado na área das partidas, para que em cada partida (pelo menos para aquelas competições que tem partidas de blocos) ele possa testemunhar qualquer eventual problema que possa ocorrer e tomar a decisão necessária para resolvê-lo. Isto será mais fácil quando estiver em funcionamento um sistema de Detecção de Falsas Partidas homologado pela IAAF.

Caso contrário, e se o Árbitro não tiver tempo para se colocar no enfiamento da linha de chegada após o procedimento da partida (como nos 100m, 100/110m barreiras e 200m), e prevendo a possível necessidade do Árbitro decidir posições de chegada, uma boa solução pode ser a de nomear o Coordenador de Partida (que deve ter uma grande experiência como Starter) para atuar como Árbitro de Partidas.

2. É da competência dum Árbitro, assegurar o cumprimento de todas as Regras e Regulamentos (bem como, do Regulamento Técnico da competição). Deverão decidir relativamente a qualquer protesto ou objeção relativamente à condução da competição, e tomar decisões sobre quaisquer casos que possam surgir durante uma competição (incluindo na Zona de Aquecimento, Câmara de Chamada e, depois da competição, até e incluindo a Cerimónia protocolar de entrega de prémios) e sobre os quais expressamente nada esteja previsto nestas Regras (ou quaisquer Regulamentos aplicáveis).

O Árbitro não deve atuar como Juiz ou Fiscal, mas pode tomar decisões, de acordo com o Regulamento, baseado nas suas próprias observações e pode anular a decisão de um Juiz.

Nota: *Para o propósito desta Regra e Regulamentos aplicáveis, incluindo o Regulamento de Publicidade, considera-se que a Cerimónia protocolar de entrega de prémios está concluída quando todas as atividades diretamente relacionadas com ela (incluindo fotografias, voltas de honra, interação com o público, etc.) estejam finalizadas.*

Deve-se ter em atenção que não é necessário que um Árbitro tenha recebido um relatório de um Juiz ou de um Fiscal para desclassificar um atleta. Ele pode atuar sempre através da sua direta observação.

Esta nota deve ser interpretada de forma a incluir todos os assuntos que são incidentais ou relacionados com as Cerimónias Protocolares e de que o Árbitro daquela prova é responsável. Quando as Cerimónias Protocolares de Entrega de Medalhas são realizadas num local diferente ou numa altura diferente, o senso comum deve ser aplicado e, se necessário, outro Árbitro deve intervir caso o Árbitro nomeado de início não puder gerir esta situação.

3. Os Árbitros de provas de pista e de provas fora do estádio têm poderes para decidir qualquer classificação numa prova, mas somente quando os Juizes de chegada não consigam tomar uma decisão. Não terão jurisdição em assuntos que sejam da responsabilidade do Juiz de Chefe de provas de marcha.

O Árbitro relevante de provas de pista tem a jurisdição para decidir sobre quaisquer factos relacionados com a partida caso não concorde com as decisões tomadas pela Equipa de Partida, exceto quando se trate de um caso de uma aparente falsa partida detetada por um Sistema de Informação de Partidas aprovado pela IAAF, salvo se por qualquer razão o Árbitro considerar que a informação proporcionada pelo aparelho não está correta.

O Árbitro de Provas Combinadas terá jurisdição sobre a realização das Provas Combinadas e sobre a condução das respetivas provas individuais.

4. O Árbitro respetivo controlará os resultados finais, resolverá os casos de disputa e, em conjunto com o Juiz Chefe de Medição (Científica), quando nomeado, supervisionará as medições dos recordes. No final de cada prova, a folha contendo os resultados será completada imediatamente, assinada pelo Juiz Árbitro respetivo (ou aprovado de outro modo) e remetida ao Secretário da Competição.
5. O Árbitro respetivo terá autoridade para advertir ou excluir da competição qualquer atleta responsável por conduta antidesportiva ou comportamento impróprio, ou nos termos das Regras 144, 162.5, 163.14, 163.15 c), 180.5, 180.19, 230.7 d), 230.10 h) ou 240.8 h). O aviso pode ser efetuado mostrando um cartão amarelo, a exclusão mostrando um cartão vermelho. As advertências e as exclusões deverão ser mencionadas na folha da prova e comunicadas ao Secretariado da Competição e aos outros Árbitros.

No caso de existência de matéria disciplinar, o Árbitro da Câmara de Chamada tem poderes desde a Zona de Aquecimento até à zona de competição. Em todos os outros casos, o Árbitro competente para uma

determinada prova, em que o atleta, é ou foi participante, tem autoridade para intervir na matéria disciplinar.

O Árbitro respetivo (sempre que possível, depois de consultar o Diretor de Competição) , terá o poder de advertir ou retirar qualquer pessoa, devidamente identificada, que não esteja em competição mas presente na área da competição (ou de outra área relacionada com a competição , incluindo a zona de aquecimento ,câmara de chamada, e zonas reservadas para treinadores) que se comporte de forma anti-desportiva ou imprópria ou ainda, que preste assistência aos atletas que não seja permitida pelas Regras.

Nota (i): *O Árbitro pode, quando as circunstancias o justificarem, excluir um atleta sem ter sido advertido previamente (ver também a Nota à Regra 144.2).*

Nota (ii): *O Árbitro para provas fora do estádio deve, sempre que seja possível (por exemplo, de acordo com as Regras 144,230.10 ou 240.8), advertir um atleta antes de desclassifica-lo. Caso a decisão do Árbitro for contestada, aplicar-se-á a Regra 146.*

Nota (iii): *Quando se exclua um atleta da competição segundo esta Regra, se o Árbitro tiver conhecimento de que já tenha sido mostrado um cartão amarelo, ele deverá mostrar o segundo cartão amarelo, seguido imediatamente por um cartão vermelho.*

Nota (iv): *Se for mostrado um cartão amarelo e o Árbitro não tiver conhecimento de que esse cartão amarelo tinha sido mostrado, uma vez este facto seja conhecido, a consequência será a mesma do que se o cartão amarelo tivesse sido mostrado juntamente com um cartão vermelho. O Árbitro relevante deve tomar de imediato as medidas necessárias para informar o atleta ou a sua equipa da sua exclusão.*

Seis pontos-chave foram elaborados para fornecer uma orientação e clareza em relação à forma como os cartões são mostrados e registados:

(1) Os cartões amarelos e vermelhos podem ser mostrados por razões disciplinares (referem-se principalmente às Regras 125.5 e 145.2) ou por infrações técnicas no caso de serem suficientemente graves para serem considerados comportamentos antidesportivos (por exemplo, uma grave, deliberada e clara obstrução numa corrida).

(2) Enquanto é normal e habitualmente expectável que um cartão amarelo tenha sido dado antes de um cartão vermelho, está previsto que nos casos de comportamento antidesportivo ou impróprio particularmente grave, um cartão vermelho pode ser dado de imediato. Convém referir-se que o atleta tem, em qualquer dos casos, a oportunidade de apelar dessa decisão para o Juri de Apelo.

(3) Ocorrerão também alguns casos em que não é prático ou mesmo lógico que um cartão amarelo tenha sido mostrado. Por exemplo, a nota da Regra 144.2 especificamente permite a amostragem de um cartão vermelho de imediato se for justificado nos casos abrangidos pela Regra 144.3 (a), como por exemplo fazer de lebre nas corridas.

(4) Uma situação semelhante também pode ocorrer quando um Árbitro emite um cartão amarelo e o atleta responde de forma completamente inadequada que justifica, se for o caso, mostrar imediatamente um cartão vermelho. Não é necessário que haja duas alturas temporais diferentes e distintas, em que foi verificado um comportamento inadequado.

(5) De acordo com a Nota (iii) nos casos em que um Árbitro esteja consciente de que o atleta em questão já recebeu um cartão amarelo durante a competição, e ele propõe-se mostrar um cartão vermelho, o Árbitro deve primeiro mostrar um segundo cartão amarelo e, em seguida, o cartão vermelho. No entanto, se um árbitro não mostrar o segundo cartão amarelo, não invalidará a mostragem do cartão vermelho.

6. O Árbitro poderá reconsiderar uma decisão (efetuada na primeira instância ou em resultado de um protesto) com base numa evidência disponível, desde que a nova decisão ainda possa ser aplicada. Normalmente a reconsideração de uma decisão só poderá ser realizada antes da Cerimónia protocolar de entrega de prémios, da prova em questão ou de uma decisão aplicada pelo Júri de Apelo.

Esta Regra esclarece que, tal como acontece com o Júri de Apelo (ver Regra 146.9), um Árbitro pode reconsiderar uma decisão e pode fazê-lo igualmente se esta for uma decisão tomada por ele, em primeira instância, ou efetuada depois de ponderar um protesto a si dirigido. Esta opção pode ser considerada, especialmente quando, de forma expedita, lhe chegam novas evidências e informações, pois assim, poderá evitar-se a necessidade de o transformar numa situação mais complicada, ou envolvendo um apelo ao Júri de Apelo. Mas, nessa reconsideração, deve-se observar as limitações práticas relativas ao tempo disponível.

7. Se, na opinião do Árbitro respetivo, se verificarem circunstâncias em qualquer competição que, em seu justo critério, indiquem que uma prova ou uma parte da prova deve ser repetida, ele tem poderes para declarar a prova ou parte da prova nula e repeti-la, quer no mesmo dia quer em qualquer outro, ficando a decisão à sua absoluta descrição. (Ver também Regras 146.4 e 163.2)

Deverá ser cuidadosamente observado pelos Árbitros e elementos do Júri de Apelo que, exceto em circunstâncias muito especiais, um atleta que não termine uma corrida, não deve ser colocado numa ronda posterior ou incluído numa nova eliminatória de uma competição.

8. Quando um atleta com uma deficiência física compete numa competição realizada segundo estas Regras, o Árbitro relevante pode interpretar ou permitir uma variante de qualquer Regra relevante (com exceção da 144.3), para permitir a participação do atleta, desde que essa variante não proporcione ao atleta uma vantagem, relativamente a outro atleta que participe na mesma prova. Em caso de dúvida ou se a decisão for contestada, o assunto será remetido ao Júri de Apelo.

Nota: Esta Regra não se destina a permitir a participação de atletas guia, que assistam atletas com deficiências visuais, a não ser que os regulamentos da competição o permitam.

Esta Regra facilita a participação de atletas com deficiência atlética, para competir em competições de atletismo com atletas atleticamente normais. Por exemplo, um amputado de um braço não é capaz de cumprir estritamente a Regra 162.3 durante uma partida de blocos na fase de agachamento colocando ambas as mãos no chão. Esta Regra permite que um Árbitro de Partidas interprete as Regras de forma a permitir que o atleta coloque um coto no chão, ou coloque blocos de madeira ou similares no chão atrás da linha de partida na qual o coto se possa apoiar, ou no caso de um amputado total dos braços que não é capaz de entrar em contacto com o solo de qualquer forma, adote uma posição inicial de partida sem qualquer contacto com o solo.

Deve-se, contudo, referir, que esta Regra não permite o uso de atletas guias em competições para atletas não deficientes motores, (a menos que seja especificamente permitido pelos regulamentos dessa competição em particular), nem permite que os Árbitros interpretem as Regras de tal forma que, os aspectos relevantes da regra 144 são violados - particularmente o uso de tecnologias ou aparelhos que dariam ao atleta portador uma vantagem [ver Regras 144.3 (c) e 144.3 (d), que abrange especificamente o uso de próteses e outros meios auxiliares].

Nos casos em que os atletas com deficiência estão a competir na mesma competição, ao mesmo tempo que atletas sem deficiência (aptos) e não estão em conformidade com as Regras (quer porque as Regras especificamente não o esclarecem ou o Árbitro não é capaz de interpretar corretamente as Regras de acordo com a Regra 125.8), então um resultado em separado deve ser comunicado relativamente a esses atletas, ou a sua participação deve ser claramente indicada nos resultados de outra forma, (ver também a Regra 132.3)., É sempre útil indicar, nas listas de inscritos e de partida assim como nos resultados, a classificação IPC dos atletas.

REGRA 126**Juízes**

Generalidades

1. O Juiz-Chefe de provas de pista e o Juiz-Chefe de cada concurso coordenarão o trabalho dos Juízes na prova respetiva. Deverão distribuir os Juízes pelas respetivas funções se entretanto tal não tiver sido previamente efetuado pelos Organizadores.
2. Os juízes podem reconsiderar qualquer decisão inicial por eles tomada, se for efetuada por engano, desde que a nova decisão ainda possa ser aplicável. Em alternativa ou se uma decisão tiver sido tomada posteriormente por um Árbitro ou Júri de Apelo, devem comunicar todas as informações disponíveis ao Árbitro ou ao Júri de Apelo.

Provas de pista e provas de estrada

3. Os Juízes de chegada, que atuarão todos do mesmo lado da pista ou percurso, julgarão a ordem pela qual os atletas terminaram a prova e, no caso de não ser possível chegar a uma decisão, submeterão o caso ao Árbitro respetivo, que decidirá.

Nota: Os Juízes deverão estar afastados pelo menos 5m da linha de chegada e alinhados com a mesma. Para os Juízes terem um bom campo de visão sobre a linha de chegada, devem dispor para o efeito, de um lugar elevado.

Concursos

4. Os Juízes julgarão, medirão e registarão cada ensaio válido dos atletas em todas as provas nas quais o resultado seja determinado pela altura ou pela distância.

No salto em altura e salto com vara, medições precisas serão realizadas sempre que a fasquia suba, especialmente se estão a ser tentados recordes.

Dois Juízes, pelo menos, deverão registar todos os ensaios, conferindo as suas notas no fim de cada volta.

O Juiz respetivo indicará a validade ou não validade de um ensaio, levantando, uma bandeira branca ou vermelha, respetivamente.

A menos que um juiz tenha a certeza de que ocorreu uma violação das regras, normalmente dará o benefício da dúvida ao atleta, e decidirá que o ensaio é válido, elevando uma bandeira branca. No entanto, quando um Árbitro de Vídeo é nomeado, com acesso a imagens dos concursos a decorrer na pista, existe uma opção para o juiz, no caso de haver dúvidas, que será, em conjunto com o Árbitro no terreno, o de adiar o levantamento de qualquer bandeira, até que ele tenha procurado a conselho do Árbitro de Vídeo - sempre garantindo que a marca do ensaio seja preservada ou o ensaio medido no caso de ser válido. Alternativamente, caso o juiz esteja realmente em dúvida, poderá levantar a bandeira vermelha, assegurando-se de que a marca seja preservada ou que o ensaio seja medido e depois procure o conselho do Árbitro de Vídeo.

Recomenda-se que, para cada prova de pista, apenas um conjunto de bandeiras branca e vermelha seja usado para reduzir a possibilidade de qualquer confusão, quanto à validade dos ensaios. Considera-se que nunca é necessário usar mais de um conjunto de bandeiras numa prova de saltos. Quando um mostrador específico não está disponível para indicar a leitura do vento nos saltos horizontais, alguma forma de indicação diferente de uma bandeira vermelha deve ser usada para indicar um valor não regulamentar.

No que diz respeito aos lançamentos, é importante ter em consideração:

a) Relativamente às indicações dadas por outros juizes do círculo de lançamentos ao juiz com as bandeiras da existência de um ensaio nulo, recomenda-se que seja utilizada uma forma alternativa dessa indicação relativamente ao uso de bandeiras, como um pequeno cartão vermelho mantido na mão desse juiz;

b) Para assinalar a queda de um engenho sobre ou fora da linha do sector de queda, é recomendável que seja utilizada uma forma alternativa de indicação relativamente ao uso de bandeiras – tal como o braço estendido do juiz paralelo ao chão;

c) Para assinalar que num lançamento do dardo, não foi a cabeça de metal que tocou o chão em primeiro, antes de qualquer outra parte do dardo, é recomendável que seja utilizada uma forma alternativa de indicação da infração, relativamente ao uso de bandeiras - como um movimento da mão aberta do juiz no sentido do chão.

REGRA 127

Fiscais (de Corridas e Provas de Marcha)

1. Os Fiscais são auxiliares do Árbitro sem autoridade para tomar decisões finais.
2. Os Fiscais serão colocados pelo Árbitro num local onde possam observar a prova de perto e deverão assinalar e enviar imediatamente por escrito, ao Árbitro, qualquer falta ou violação das Regras (com exceção da Regra 230.2) por um atleta ou qualquer outra pessoa.
3. Qualquer infração às Regras será em princípio comunicada ao Juiz Árbitro respetivo, levantando uma bandeira amarela ou através de outro meio fiável aprovado pelo(s) Delegado(s) Técnico(s).
4. Um número suficiente de Fiscais tem de ser também designados para supervisionar as zonas de transmissão nas provas de estafeta.

Nota (i): Quando um Fiscal verifique que um atleta correu fora do seu corredor ou que uma passagem de testemunho se realizou fora da zona de transmissão, deverá assinalar na pista com material apropriado, o local onde o facto se verificou ou realizar uma anotação similar em papel ou por meios eletrónicos.

Nota (ii): O(s) Fiscal(ais) deverá(ão) reportar ao Árbitro qualquer incumprimento das Regras, mesmo que o atleta (ou equipa, de estafetas) não tenha terminado a prova.

O Chefe dos Fiscais (ver Regra 120) é o assistente do Árbitro de Corridas, indica a colocação destes fiscais, e coordena o trabalho e relatórios de cada um deles. Esquemas que recomendam a disposição dos fiscais em cada prova de pista podem ser descarregados no site da IAAF, (sujeito sempre ao número de fiscais disponível). Entenda-se que estes esquemas descrevem uma hipótese de distribuição. Cabe ao Diretor de Reunião, depois de consultar o Árbitro de Corridas, seleccionar o número apropriado de Fiscais de acordo com a importância da Competição, o número de Atletas inscritos e o número de Juizes disponíveis.

Indicação de uma infração

Quando as provas forem realizadas numa pista de piso sintético, a prática é fornecer aos árbitros uma fita autocolante para que eles possam marcar na pista onde ocorreu a infração - embora as Regras (ver a nota i) agora reconheçam que isso pode ser e, muitas vezes é feito, de outra forma.

Deve-se ter em atenção que a falha em reportar uma infração de determinado modo (ou de não reportar de todo) não impedirá a validade da existência de uma desclassificação.

É importante que os Fiscais “reportem” todas as situações onde admitem que as Regras foram violadas, mesmo quando o atleta ou a equipa não termina a corrida.

REGRA 128

Cronometristas, Juizes de Cronometragem Automática e Juizes e Cronometragem Tipo “Chip”

1. No caso de haver cronometragem manual, terá de ser designado um número suficiente de Cronometristas para o número de atletas em competição, sendo um deles o Chefe dos Cronometristas. Este distribuirá funções aos Cronometristas. Estes atuarão como Cronometristas de recurso quando funcionar a Cronometragem Totalmente Automática ou tipo “chip”.
2. Os Cronometristas, juizes de cronometragem automática e juizes de cronometragem tipo “chip” atuarão em conformidade com a Regra 165.
3. Quando a Cronometragem Totalmente Automática estiver em funcionamento devem ser nomeados um Juiz-Chefe de Cronometragem Automática e um número adequado de Assistentes.
4. Quando for usado um sistema de cronometragem tipo “Chip”, deve ser nomeado um Juiz-Chefe de cronometragem tipo “Chip” e um número adequado de Assistentes.

As diretrizes do Manual da Cronometragem Automática podem ser descarregadas no site da IAAF.

REGRA 129

Coordenador de Partida, Juiz de Partida e seus Auxiliares

1. O Coordenador de Partida será responsável pelas seguintes tarefas:
 - a. Distribuir as funções pelos juizes que compõem a Equipa de Partida. No caso das competições previstas na Regra 1.1 a), Campeonatos de Área e Jogos a determinação de que provas serão atribuídas aos Juizes Internacionais de Partidas, será da responsabilidade dos Delegados Técnicos.

- b. Supervisionar as funções a cumprir por cada membro da equipa.
- c. Informar o Juiz de Partida, após receber a respetiva instrução do Diretor de Competição, que tudo está a postos para iniciar o procedimento de partida (e.g. que os Cronometristas, os Juizes de Chegada, e nos casos aplicáveis o Juiz Chefe de Cronometragem Automática e o Operador do Anemómetro estão preparados).
- d. Atuar como interlocutor entre o pessoal técnico da empresa responsável pelo equipamento de cronometragem e os Juizes.
- e. Reunir todos os documentos produzidos durante os procedimentos de partida, incluindo todos os que contêm o registo dos tempos de reação e/ou imagens da variação da pressão sobre os blocos de partida exercida pelos atletas ("waveform images"), quando disponíveis.
- f. Assegurar o cumprimento do referido nas Regras 162.7, 162.8 e 200.8 c).

Todos os elementos da equipa devem estar bem informados sobre as Regras e como elas devem ser interpretadas. A equipa também deve ter ideias claras relativamente aos procedimentos que devem ser cumpridos após as Regras serem implementadas, para que as provas possam continuar sem atrasos. Eles devem entender bem as suas responsabilidades e os deveres de cada membro da equipa, especialmente o Juiz de Partidas e o Árbitro de Partidas.

2. O Juiz de Partida terá inteiro controlo sobre os atletas quando nos seus lugares. Quando for utilizado um Sistema de Informações de Partida para ajudar em partidas em que se utilizam blocos de partida, a Regra 162.6 será aplicada.

A principal responsabilidade do Juiz de Partidas (e dos Auxiliares) é garantir uma partida justa e equitativa para todos os atletas.

3. O Juiz de Partida terá de posicionar-se de modo a ter um controlo visual completo sobre todos os atletas durante os procedimentos da partida. Recomenda-se, especialmente nos casos das partidas escalonadas, que sejam utilizados altifalantes nas pistas individuais, de modo a transmitir a todos os atletas ao mesmo tempo, as ordens de partida e a partida, e qualquer sinal de chamada abortando-a.

Nota: O Juiz de Partida deverá colocar-se de modo a que todos os atletas sejam abrangidos num estreito campo visual. No caso das provas em que se utilizam blocos de partida, é necessário que ele se coloque numa posição tal que lhe permita assegurar que todos os atletas estão imóveis na sua posição final de partida antes da pistola ser disparada, ou outro aparelho de partida ser ativado (Todos esses aparelhos de partida são designados por "pistola" para o propósito desta Regra).

Quando não sejam utilizados altifalantes em provas em que se utilizam blocos de partida, o Juiz de Partida colocar-se-á numa posição tal que a distância entre ele e cada um dos atletas seja aproximadamente a mesma. Quando, no entanto, o Juiz de Partida não se possa colocar nessa posição, a pistola ou o aparelho aprovado de partida deverá aí ser colocado e iniciado o seu funcionamento por contacto elétrico.

Os comandos do Juiz de Partida devem ser claros e ouvidos por todos os atletas, mas, a não ser que ele esteja longe dos atletas e sem um sistema de colunas de som (altifalantes), ao dar os comandos deverá evitar gritar.

4. Um ou mais Auxiliares devem ser nomeados para ajudar o Juiz de Partida.

Nota: Nas provas de 200m, 400m, 400m de barreiras, 4x100m, 4x200m, Estafeta Mista, e 4x400m, terão de funcionar, pelo menos, dois Auxiliares.

5. Cada Auxiliar terá de colocar-se, de modo a que possa ver cada atleta que lhe for atribuído.
6. O Juiz de Partidas e/ou cada Auxiliar está obrigado a anular ou abortar uma partida, caso observe qualquer infração das Regras. Após uma partida anulada ou abortada, o Auxiliar reportará as suas observações ao Juiz de Partida, que decidirá se uma advertência ou desqualificação serão atribuídas e a quem (Ver também Regras 162.7 e 162.10).
7. A advertência e a desqualificação referidas nas Regras 162.7, 162.8 e 200.8. c), só podem ser aplicadas pelo Juiz de Partida. (Ver também Regra 125.3)

É necessário ter em consideração a Regra 125.3, quando interpretando esta Regra e a Regra 162, pois, na verdade, é o Juiz de partidas e o Árbitro responsável pelas Partidas que podem determinar se uma partida foi correta. Por outro lado, um Auxiliar de Partidas não tem tal poder e, embora ele possa anular uma partida, não pode atuar unilateralmente e deve apenas relatar os factos ao Juiz de Partidas.

As diretrizes das Partidas podem ser descarregadas no site da IAAF.

REGRA 130

Assistentes do Juiz de Partida

1. Os Assistentes do Juiz de Partida verificarão se os atletas estão a participar na eliminatória ou prova respetivas e se os seus números estão corretamente colocados.

2. Têm de colocar cada atleta no lugar devido, isto é, na sua pista individual ou local de partida, reunindo-os no local de alinhamento afastado 3m para trás da linha de partida (no caso de provas com partidas escalonadas os atletas também ficarão afastados 3m da sua linha de partida).

Quando os atletas estiverem colocados deste modo os Assistentes farão sinal ao Juiz de Partida de que tudo está pronto.

No caso de ter que ser dada nova partida os Assistentes do Juiz de Partida colocarão novamente os atletas pela mesma forma, nos mesmos lugares.

3. Os Assistentes do Juiz de Partida serão responsáveis pela entrega dos testemunhos aos primeiros componentes das equipas de estafetas.
4. Quando o Juiz de Partida der a voz de "aos seus lugares", os Assistentes do Juiz de Partida assegurar-se-ão de que as Regras 162.3 e 162.4 são cumpridas.
5. Em caso de falsa partida, os Assistentes do Juiz de Partida deverá(ão) proceder de acordo com a Regra 162.9.

REGRA 131

Contadores de Voltas

1. Os Contadores de Voltas farão o registo das voltas percorridas por cada atleta nas corridas superiores a 1.500m. Nas corridas iguais ou superiores a 5.000m e nas provas de marcha, haverá vários Contadores de Voltas que atuarão sob a direção do Árbitro e a cada um será fornecido um registo de verificação de voltas, no qual registarão os tempos realizados por volta pelos atletas que lhes foram distribuídos (que lhes serão fornecidos por um Cronometrista Oficial). Caso este sistema seja utilizado, nenhum Contador de Voltas terá a seu cargo mais do que 4 atletas (6 no caso de provas de marcha). No lugar de um contador de voltas manual, pode ser utilizado um sistema informatizado, o que pode implicar que cada atleta seja portador de um "Chip".
2. Um Contador de Voltas será responsável pela indicação, junto à linha de chegada, e por intermédio de um marcador, do número de voltas que falta percorrer. O marcador será alterado em cada volta no momento em que o atleta que lidera a prova entrar na reta da meta. Para além disso serão dadas indicações manuais quando necessário, aos atletas que já tenham perdido, ou estejam em vias de perder, uma (ou mais) volta(s).

A volta final de cada atleta será assinalada, usualmente pelo toque de um sino.

As diretrizes para a Contagem de Voltas podem ser descarregadas no site da IAAF.

REGRA 132

Secretário da Competição, Centro de Informação Técnica (CIT)

1. O Secretário da Competição recolherá os resultados completos de cada prova, que lhe serão fornecidos pelo Árbitro, Chefe de Cronometristas, Juiz Chefe de Cronometragem Automática ou Juiz Chefe de Cronometragem por chip, e pelo Operador do Anemómetro. Transmitirá essas informações ao locutor o mais rapidamente que lhe seja possível, registrará os resultados e entregará as folhas de resultados ao Diretor de Competição.

Nos casos em que um sistema informático de resultados seja utilizado, o operador de computador colocado em cada concurso assegurará que os resultados completos de cada prova sejam introduzidos no sistema informático. Os resultados das provas de pista serão introduzidos sob a direção do Juiz-chefe de Cronometragem Automática. O Locutor e o Diretor de Competição terão acesso aos resultados por via informática.

2. Nas provas em que os atletas competem com diferentes especificações (tal como o peso dos engenhos ou a altura das barreiras), as diferenças correspondentes deverão ser indicadas nos resultados ou os resultados deverão ser separados por categorias.
3. Quando os regulamentos de uma competição, que não sejam as incluídas na Regra 1.1 a), permitam a participação simultânea de atletas

a) Competindo com assistência de outra pessoa (isto é, um corredor guia); ou

b) Utilizando uma ajuda mecânica que não está autorizada de acordo com a Regra 144.3 d);

Os resultados serão apresentados separadamente e, quando aplicável, será apresentada a classificação paralímpica.

4. As seguintes abreviaturas padrão e símbolos deverão ser utilizadas na preparação das listas de partidas e nos resultados:

Não partiu – DNS

Não terminou – DNF (provas de pista)

Sem marca válida – NM

Desclassificado – DQ (seguido pela indicação da Regra aplicada)

Ensaio válido no Salto em Altura e Salto com Vara – “O”

Ensaio nulo - “X”

Prescinde de um ensaio – “-“

Abandono da competição (Concursos e Provas Combinadas) – r

Qualificados por lugar nas corridas – Q

Qualificado por tempo nas corridas – q

Qualificado por marca de qualificação nos concursos – Q

Qualificado sem obter marca qualificações dos concursos – q

Avança para a ronda seguinte autorizado pelo Árbitro – qR

Avança para a ronda seguinte por decisão do Júri de Apelo – qJ

Joelho dobrado (provas de Marcha) – “>”

Suspensão Perda de contacto (prova de Marcha) – “~”

Cartão Amarelo – YC

Segundo Cartão Amarelo – YRC

Cartão Vermelho – RC

Se um atleta é desclassificado numa competição por uma violação de qualquer Regra, será feita referência nos resultados oficiais à Regra que foi violada.

Se um atleta é desclassificado numa competição por agir de forma antidesportiva ou imprópria, deve ser feita referência nos resultados oficiais sobre quais os motivos de tal desclassificação.

As Regras 132.2-4, desde 2015, foram elaboradas para padronizar procedimentos e para ser utilizada a mesma terminologia em situações comuns nas listas de partida e nos resultados. As Regras 132.2 e 132.3 reconhecem situações não incomuns em muitas competições abaixo das de alto nível (e mesmo nalgumas competições de alto nível) em que os atletas de idades diferentes e que estão integrados em grupos do desporto adaptado, estão a participar na mesma competição. Esta Regra confirma que isso é aceitável – incluindo o poder ser um meio para serem cumpridos os requisitos mínimos do número de atletas de acordo com a Regra 260.1, assim como a descrição de como os resultados devem ser apresentados.

Considerando que as desclassificações podem ser feitas por razões técnicas e disciplinares, é muito importante que o motivo de uma desclassificação seja sempre indicado nos resultados. Isto consegue-se mencionando a Regra segunda a qual os atletas foram desclassificados, ao lado do símbolo DQ

5. Um Centro de Informação Técnico (CIT) deverá ser implementado para competições definidas na Regra 1.1 a), b), c), f) e g) e é recomendado para outras competições com duração superior a um dia. A principal função do CIT é assegurar a comunicação fácil entre cada Equipa, os organizadores, os delegados técnicos e a Direção da Competição sobre questões técnicas bem como outras questões relacionadas com a competição.

Um Centro de Informação Técnica - CIT gerido eficazmente ajudará significativamente ao desenrolar eficaz e com qualidade da organização de uma competição. O Diretor do CIT deve ter um excelente conhecimento das Regras e, igualmente importante, dos Regulamentos específicos da competição em causa.

O período de funcionamento do CIT deve refletir os horários da competição, devendo acrescentar-se alguns períodos de tempo antes e depois da mesma, quando existe necessidade de interação entre as várias partes, particularmente entre os representantes das equipas e os organizadores. É normal, embora não essencial, que as grandes competições tenham “delegações” do CIT (por vezes chamados de Centros de Informação Desportiva) nos principais locais de alojamento dos atletas. Se for esse o caso, deve haver uma excelente comunicação entre o(s) CID e o CIT.

Como as horas de funcionamento do CIT e dos CIT(s) podem ser longas, será necessário que o Diretor do CIT tenha vários assistentes e que eles trabalhem por turnos.

Embora alguns deveres do CIT estejam refletidos nas Regras de Competição (veja-se por exemplo, as Regras 132, 146.3 e 146.7), outros serão definidas no Regulamento para cada competição e noutros documentos da competição, como Manuais de Equipa, etc.

REGRA 133

Chefe de Terreno

O Chefe do Terreno controlará a área de competição, e não consentirá que outras pessoas, que não sejam os Oficiais e os atletas que se reúnam para uma prova ou outras pessoas autorizadas com acreditação, entrem no terreno e ali permaneçam.

O papel do Chefe do Terreno é controlar a entrada na área de competição durante a sua preparação, antes do início da competição, e durante o decorrer da competição. A sua atuação, em geral, está de acordo com o

plano estabelecido pelo Diretor de Competição e, em relação a assuntos mais imediatos, recebe ordens diretamente do Diretor de Reunião. Assim, ele deverá:

a) Gerir o controlo da entrada na zona de competição dos atletas, Juizes e voluntários de pista, do pessoal de apoio, dos fotógrafos de imprensa credenciados e das equipas de TV. Em cada competição, o número dessas creditações para a zona de competição é previamente acordado e todas essas pessoas devem usar um colete especial;

b) Gerir o controlo do local em que os atletas deixam a pista (geralmente nas grandes competições para a Zona Mista e/ou Área de Controlo de Pós-Competição) quando eles terminam a competição;

c) Garantir que, a todo o tempo, as linhas de visão para os locais da competição sejam tão desafogadas quanto possível, para o benefício de todos os espectadores assim como, para a captação de imagens para a televisão.

Ele responde ao Diretor de Reunião, que deve poder contactá-lo, caso seja necessário, em qualquer altura.

Para ajudar o trabalho do Chefe do Terreno e da sua equipa, é normal que as pessoas que podem entrar na pista, para além dos atletas, sejam claramente distinguíveis por meio de um colete especial, cartão de acreditação ou de um equipamento distintivo.

REGRA 134

Operador do Anemómetro

O Operador do Anemómetro determinará a velocidade do vento no sentido da corrida, nas provas para as quais foi nomeado e deverá registar e assinar os resultados obtidos e comunica-los ao Secretário da Competição.

Enquanto na prática, pode ser o Operador do Anemómetro, o Diretor Técnico ou um Juiz de Vídeo Finish quem realmente coloque o anemómetro no lugar correto, em última instância, é da responsabilidade do Árbitro respetivo verificar se isso foi efetuado de acordo com as Regras (ver Regras 163.10 e 184.11)

É de notar que, particularmente para as provas de pista, o anemómetro pode ser operado remotamente. Nestes casos, quase sempre está ligado ao aparelho de Vídeo Finish e ao "sistema" de resultados, de modo que não será necessário nomear um Operador de Anemómetro e assim, as suas funções poderão passar para a equipa de Vídeo Finish.

REGRA 135

Juízes de Medição (Científica)

Um Juiz-Chefe de Medição (Científica) e um ou mais assistentes serão nomeados quando for utilizado um sistema de Medição Eletrônica ou de Medição por Vídeo, ou outro sistema de medição científica.

Antes do início da competição, reunirá com a equipa técnica envolvida e familiarizar-se-á com o equipamento.

Antes de cada prova, supervisionará o posicionamento dos instrumentos de medida, tomando conhecimento das indicações técnicas providenciadas pelo fabricante e pelo laboratório de calibração de instrumentos.

Para assegurar que o equipamento está a funcionar corretamente, terá de, antes e depois da prova, supervisionar uma série de medições em conjunto com os Juizes e sobre a supervisão do Árbitro que confirmem a coincidência dessas medições com outras realizadas utilizando uma fita de aço calibrada e certificada.

Um formulário de conformidade deverá ser preenchido e assinado por todos os envolvidos no teste e anexado às folhas de resultados.

Durante a competição manter-se-á como responsável das operações. Ele reportará ao Juiz Árbitro de concursos a precisão do equipamento.

Quando se utiliza um equipamento de medição eletrônica ou de vídeo, um Juiz Chefe é nomeado como o oficial responsável, de forma idêntica como é o caso do Vídeo Finish ou de cronometragem por "chip". No caso da medição de vídeo, espera-se que o juiz responsável da medição tenha um papel mais ativo e prático nas competições, quando se compara com casos de medição totalmente eletrônica nos concursos.

Especificamente, esta situação deve envolver a garantia de que existe um sistema adequado de comunicações entre os juizes na pista e os juizes que realizam a leitura de vídeo, para garantir que cada medida seja feita corretamente e que, no caso dos saltos horizontais, a marca na zona de queda na areia não é eliminada até que uma imagem seja confirmada.

Quer seja o Juiz Chefe, quer seja outro Juiz o responsável por assegurar que a leitura de vídeo é correta, ele deve ter especial cuidado em garantir que é o último ensaio e não um anterior, que deve ser medido.

REGRA 136

Juízes da Câmara de Chamada

O Juiz Chefe da Câmara de Chamada deve:

- a) Em conjunto com o Diretor de Competição, preparar e publicar um horário da Câmara de Chamada, que indicará, para cada prova, e pelo menos, a hora do início e final de entrada em cada Câmara de Chamada que esteja a ser utilizada, e o horário em que os atletas sairão da Câmara de Chamadas (final) para o local da competição.
- b) Supervisionará o fluxo entre a área de aquecimento e a zona de competição de forma a assegurar que os atletas, depois da verificação na Câmara de Chamada, estejam presentes e prontos no local da competição dentro do horário programado para a sua prova.

Os Juízes da Câmara de Chamada assegurarão que os atletas vestem o equipamento nacional ou do clube, oficialmente aprovado pela sua Federação Nacional, que os atletas neutrais vestem o equipamento aprovado pela IAAF, que os dorsais usados pelos atletas estão colocados corretamente e correspondem às listas de partida e que os sapatos, número e dimensões dos bicos dos mesmos, a publicidade no equipamento e no saco dos atletas, estão de acordo com as Regras e Regulamentos aplicáveis, e que material não autorizado não seja introduzido na zona de competição.

Quaisquer assuntos ou problemas não resolvido que aconteçam, serão reportados pelos Juízes ao Juiz Árbitro da Câmara de Chamada.

Uma Câmara de Chamada bem planeada e gerida eficientemente, torna-se fundamental, para o sucesso de uma competição. É importante um planeamento que assegure que o espaço disponível é suficiente no momento em que a Câmara de Chamada esteja na sua capacidade máxima de ocupação, que determine quantas Câmaras de Chamada (e seções em cada uma) serão necessárias, que preveja a existência de um sistema de comunicação fiável com os outros juízes e para notificar os atletas de quando devem deixar a zona de aquecimento para se apresentarem na Câmara de Chamadas. Outras considerações a ter em conta, variam de acordo com o tipo de competição e do número de controlos decididos realizar na Câmara de Chamada. Por exemplo, na maioria das competições escolares, é improvável que a verificação da publicidade nos equipamentos dos atletas possa ser um problema, pelo contrário, a verificação do comprimento dos bicos para proteger a superfície da pista, pode sê-lo. É importante que no processo de planeamento se determine quais as verificações que serão

feitas e, de preferência, estas devem ser comunicadas antecipadamente aos atletas e às equipes, para evitar problemas de stress ou confusão antes da competição. Os juízes da Câmara de Chamada devem assegurar que os atletas estejam na série, corrida ou no grupo corretos, e que eles se dirijam ao local da competição, de acordo com o horário da Câmara de Chamada. Sempre que possível, o horário deve ser disponibilizado aos atletas e às equipes antes do início de cada dia de competição.

REGRA 137

Comissário de Publicidade

O Comissário de Publicidade (sempre que tenha sido nomeado) supervisionará e fará aplicar as Regras e Regulamentos de Publicidade da IAAF em vigor e decidirá, conjuntamente com o Árbitro da Câmara de Chamada, qualquer assunto ou situação não envolvidos, que ocorra na Câmara de Chamada.

SECÇÃO II - Regras da Competição - Generalidades

REGRA 140

A Instalação de Atletismo

Qualquer superfície firme e uniforme, que esteja em conformidade com as especificações definidas no Manual de Instalações de Atletismo da IAAF, pode ser utilizada em provas de Atletismo. As competições de atletismo realizadas segundo a Regra 1.1 a) só podem ter lugar em instalações em pista de superfície sintética que disponham de um Certificado de Homologação vigente de Classe 1 da IAAF.

Recomenda-se que, caso essas pistas estejam disponíveis, as Competições previstas na Regra 1.1 b) a j) sejam igualmente realizadas nessas pistas.

Em qualquer caso, exige-se um Certificado válido de Homologação de Classe 2 da IAAF, no caso de todas as instalações que sejam utilizadas em competições organizadas segundo a Regra 1.1 b) a j).

Nota (i): O Manual de Instalações de Atletismo da IAAF, que está disponível na Sede da IAAF, e que pode ser descarregado da página web da IAAF, contém especificações precisas e detalhadas para o planeamento e construção de instalações de atletismo incluindo gráficos para as medições e marcações da pista.

Nota (ii): Os formulários padrão necessários para pedidos de certificação e relatórios de medição, assim como os procedimentos do Sistema de Certificação, estão disponíveis na Sede da IAAF, e podem ser descarregados da página web da IAAF.

Nota (iii): Para o caso de percursos de corridas ou de provas de marcha em estrada, ou de percursos de corta-mato, corridas de montanha ou corridas de Trail, ver Regras 230.11, 240.2, 240.3, 250.1-3, 251.1 e 252.1.

Nota (iv): Para instalações de pista coberta ver Regra 211.

REGRA 141

Grupos Etários e Categorias por Sexo

Escalões etários

1. Competições realizadas de acordo com estas Regras podem dividir-se em escalões etários como segue:

Sub 18 (U18) Masculinos e Femininos - Qualquer atleta com 16 ou 17 anos no dia 31 de dezembro do ano da competição;

Sub 20 (U20) Masculinos e Femininos - Qualquer atleta com 18 ou 19 anos no dia 31 de dezembro do ano da competição;

Veterano Masculino e Feminino – Um(a) atleta torna-se veterano(a) no dia do seu 35º aniversário.

Nota (i): Todos os outros assuntos relacionados com as competições de Veteranos serão referidos no Manual da IAAF/WMA aprovado pela IAAF e WMA (World Masters Athletics).

Nota (ii): A elegibilidade para participar em competições da IAAF, incluindo a idade mínima de participação em competições da IAAF, deve ser especificada no Regulamento Técnico específico de cada competição.

- Um atleta será elegível para competir num determinado grupo etário, de acordo com estas Regras, se pertencer a um dos grupos etários especificado no número anterior. Um atleta deverá estar habilitado a comprovar a sua idade apresentando um passaporte válido ou através de outra forma de evidência permitida pelo regulamento da competição. Um atleta que falhe ou que se recuse a prestar essa comprovação não será elegível para competir.

Nota: Ver a Regra 22.2 para as sanções por incumprimento do disposto nesta Regra.

Embora a Regra 141.1 defina os grupos etários de forma particular, é o disposto nos regulamentos para cada competição que determina quais os grupos etários a que se aplicam e se os atletas mais jovens podem ou não participar, de acordo com o previsto na Nota (ii).

Categories por sexo

- As competições que decorrem de acordo com estas Regras são divididas em classificações masculinas, femininas e universais. Quando uma competição mista é realizada fora de um estádio ou num dos casos limitados definidos na Regra 147, classificações separadas para atletas masculinos e femininos devem ser declaradas ou de outro modo indicadas. Quando é organizada uma prova ou competição universal, apenas uma classificação final será anunciada.
- Um atleta será elegível para competir numa competição masculina (ou universal) se ele está reconhecido legalmente como sendo do sexo masculino e se está elegível para competir segundo as Regras e Regulamentos da IAAF.

5. Uma atleta será elegível para competir numa competição feminina (ou universal) se ela está reconhecida legalmente como sendo do sexo feminino e se está elegível para competir segundo as Regras e Regulamentos da IAAF.
6. O Conselho aprovará o Regulamento que determina a elegibilidade de participação nas competições femininas para:
 - a) Atletas do sexo masculino que tenham sido submetidos à mudança de sexo para feminino, e
 - b) Atletas do sexo feminino com hiperandrogenismo.

O atleta que falhe ou se recuse a cumprir os regulamentos aplicáveis não será elegível para competir.

Nota: Ver Regra 22.2 para as sanções de não cumprimento do disposto nesta Regra 141.

A competição universal abrange competições em que homens e mulheres participam em conjunto sem que os resultados tenham uma classificação separada, bem como corridas de estafetas ou de equipas mistas em que se incluem homens e mulheres.

REGRA 142

Inscrições

1. Nas competições realizadas segundo as Regras, apenas poderão participar atletas elegíveis.
2. A elegibilidade de um atleta para competir fora do seu país está definida na Regra 4.2. Esta elegibilidade será assumida a não ser que uma objeção ao seu estatuto seja apresentada ao(s) Delegado(s) Técnico(s). Ver também Regra 146.1.

Inscrições simultâneas

3. Quando um atleta estiver inscrito numa prova de pista e num concurso, ou em mais de um concurso que se realizem simultaneamente, o Árbitro respetivo poderá, em cada volta de ensaios, ou em cada ensaio (no caso dos saltos em altura e com vara), permitir ao atleta realizar o ensaio numa ordem diferente da que foi decidida por sorteio antes do início da competição.

Contudo, se um atleta, posteriormente, não estiver presente para realizar esse ensaio, deverá ser considerado que ele prescindiu do ensaio, logo que se esgote o período de tempo que tinha para o efetuar.

Nota: Em Concursos, o Árbitro não deverá permitir que um atleta realize um ensaio numa ordem diferente na ronda final, mas o Árbitro pode permitir tal em qualquer ronda anterior de ensaios. Nas Provas Combinadas, uma alteração da ordem pode ser autorizada em qualquer ronda de ensaios do concurso.

A Nota esclarece que não é permitido a um atleta, na última volta de ensaios de um concurso, realizar o seu ensaio numa ordem diferente da previamente determinada (independentemente do número de rondas de ensaios da prova), quando esteja a competir em simultâneo noutra prova. Se um atleta não estiver presente na ronda final e não indicou, com antecedência, que prescinde, então será acionado o tempo oficial dado para se efetuar o seu ensaio e, se ele não iniciar o ensaio antes dele expirar, será considerado ensaio nulo. [Ver também a Regra 180.18 onde uma mudança de ordem normalmente não será efetuada, em qualquer ronda da competição, quando um ensaio substituto for concedido.]

Falta de Participação

4. Em todas as Competições previstas na Regra 1.1 a), b), c) e f), um atleta será excluído da participação em todas as provas posteriores (incluindo outras provas nas quais esteja a participar simultaneamente) da mesma competição, incluindo as estafetas, nos casos em que:

a) Uma confirmação final tenha sido realizada em relação à participação de um atleta numa prova mas ele não tenha participado;

NOTA: Um tempo fixo para a confirmação final de participação será publicado antecipadamente.

b) Se tenha qualificado em qualquer Volta Qualificativa de uma prova para participação posterior nesta prova e não tenha participado nessa volta posterior.

c) Um atleta não compita honestamente, com um esforço de boa-fé. O Árbitro relevante decidirá neste caso e a correspondente referência tem de ser feita nos resultados oficiais.

Nota: A situação prevista na Regra 142.4 c) não se aplica às provas individuais das provas combinadas.

Contudo, a apresentação de um atestado médico, providenciado e baseado num exame do atleta pelo Delegado Médico nomeado segundo a Regra 113, ou, caso um Delegado Médico não seja nomeado, por um médico designado pelos Organizadores, pode ser aceite como razão suficiente para admitir que um atleta que não tenha podido competir depois de fechadas as confirmações, ou depois de competir numa eliminatória

prévia, possa tomar parte noutras provas (com exceção das provas individuais de provas combinadas), que se realize num dia subsequente da competição. Outras razões justificativas para não participar numa prova para a qual estava inscrito (ex. fatores não controlados pela própria ação dos atletas, tais como problemas no serviço de transporte oficial), podem, depois de confirmação, ser igualmente aceites pelo(s) Delegado(s) Técnico(s).

O Árbitro respetivo, uma vez consciente de tal situação e convencido de que o atleta que abandonou a corrida não estava a competir com esforço e de boa-fé, deve fazer uma referência a isso, na folha de resultados como menciona a “Regra 142.4. c) – DNF”. Seja no processo de decisão por parte do Árbitro, ou por parte do Júri de Apelo, quando considerando um apelo decorrente daquela decisão, podem ser consideradas razões, apresentadas pelo atleta ou por alguém em seu nome, justificativas do abandono ou da falta de participação com esforço. A Regra estabelece o processo que deve ser explicitamente seguido, no caso de uma razão médica.

Falta de Apresentação na Câmara de Chamada

5. Sujeito sempre a qualquer sanção adicional de acordo com a Regra 142.4 e, exceto o disposto abaixo, um atleta deve ser excluído da participação em qualquer evento em que não esteja presente na (s) Câmara(s) de Chamadas à hora prevista no horário da Câmara de Chamadas (ver Regra 138). Ele deve ser mostrado nos resultados como DNS.

O Árbitro relevante tomará as decisões que se mostrem adequadas (incluindo se o atleta pode competir sob protesto caso uma decisão não possa ser tomada imediatamente) e a referência correspondente deve ser feita nos resultados oficiais.

Razões justificáveis (por exemplo, fatores independentes das próprias ações do atleta, como problemas com o sistema de transporte oficial ou erro no horário da Câmara de Chamadas publicado) podem, após a confirmação, ser aceites pelo Árbitro, e o atleta pode então ser autorizado a participar.

REGRA 143

Equipamento, Sapatos e Dorsais

Vestuário

1. Em todas as provas, os atletas têm de usar equipamento limpo, sendo dum modelo e vestido de tal forma que não levante objeções. O equipamento

deve ser feito dum tecido que não seja transparente mesmo depois de molhado. Os atletas não podem utilizar um equipamento que perturbe a visão dos Juizes. O equipamento dos atletas deverá preferencialmente ter a mesma cor na frente e nas costas.

Os atletas em todas as Competições previstas na Regra 1.1 a), b), c), f) e g) e quando representam as suas Federações de acordo com a Regra 1.1 d) e h), deverão envergar o equipamento oficial aprovado pela respetiva Federação Nacional e, em todas as competições previstas na Regra 1.1 a), b), c), f) e g), os Atletas Neutrais deverão participar com o equipamento oficial aprovado pela IAAF. A cerimónia protocolar de entrega de prémios e qualquer volta de honra são consideradas parte da competição para este efeito.

Nota: A entidade responsável pela competição pode especificar nos regulamentos de uma competição que é obrigatório o uso da mesma cor na frente e nas costas dos equipamentos.

Sapatos

2. Os atletas podem competir descalços, ou com um ou ambos os pés calçados.

A finalidade dos sapatos em competições é dar proteção e estabilidade aos pés, bem como uma maior aderência ao terreno. Contudo, os sapatos não podem ser feitos de modo a dar aos atletas qualquer assistência injusta ou vantagem. Qualquer tipo de sapato utilizado, deve estar razoavelmente disponível para todos os atletas no espírito da universalidade do atletismo.

Nota (i): A adaptação de um sapato para se adequar às características específicas de um pé de um atleta é permitida se for feita de acordo com os princípios gerais destas Regras.

Nota (ii): Sempre que evidências sejam fornecidas à IAAF, de que um tipo de sapato a ser utilizado em competição, não está em conformidade com as Regras ou o espírito delas, pode-se enviar o sapato para estudo, e se for provado o incumprimento, pode-se proibir esse sapato de ser usado em competição.

Número de bicos

3. A sola e o tacão dos sapatos serão construídos de modo a providenciar a utilização de até 11 bicos. Qualquer número de bicos até 11 pode ser utilizado, mas o número de posições não pode exceder este número.

Dimensões dos Bicos

4. A parte de cada bico que se projeta da sola ou salto não pode exceder 9mm, com exceção do salto em altura e lançamento do dardo, onde a parte de cada bico que se projeta da sola ou tacão não pode exceder os 12mm. Os bicos deverão ser construídos de modo que pelo menos metade do seu comprimento, medido desde a sua ponta, possa ser introduzida numa secção quadrada com 4mm de lado. Se o fabricante da pista ou o responsável do estádio decretarem um tamanho máximo inferior, este se aplicará.

Nota: *A superfície deve ser apropriada para permitir a utilização de bicos autorizados segundo esta Regra.*

A Sola e o Tacão

5. A sola e/ou tacão podem possuir ranhuras, saliências, recortes dentados ou protuberâncias, desde que qualquer saliência ou protuberância seja construída com o mesmo material que constitui a própria sola, ou com um material semelhante àquele.

No salto em altura e salto em comprimento, a sola terá uma espessura máxima de 13mm e no salto em altura o tacão terá uma espessura máxima de 19mm. Em todas as outras provas não há limite para a espessura da sola e/ou tacão.

Nota: *A espessura da sola e do tacão será medido desde o topo superior do interior do sapato, até ao topo inferior do exterior do tacão e sola, incluindo as formas (saliências, protuberâncias) atrás referidas, incluindo qualquer classe ou forma de sola amovível*

Inserções e Adições ao Sapato

6. Os atletas não poderão usar nada que, colocado dentro ou fora do sapato, provoque o aumento de espessura dos sapatos acima do máximo permitido, ou que lhe permita tirar qualquer vantagem, que não obteria se utilizasse o tipo de sapato descrito nos parágrafos anteriores.

Dorsais

7. Terão de ser fornecidos dois dorsais aos atletas, que serão visivelmente usados por estes durante a competição, no peito e nas costas, com exceção dos Saltos, onde podem usar unicamente um dorsal, nas costas ou no peito. Quer os nomes dos atletas ou outra identificação apropriada serão autorizadas em vez de números em todos ou qualquer um dos dorsais. Se forem utilizados números, eles corresponderão aos que foram atribuídos aos atletas nas listas de partida ou no programa. Se

forem utilizados fatos de treino durante a competição, os dorsais serão utilizados nestes de modo similar.

8. Nenhum atleta será autorizado a participar numa competição sem que exibam o dorsal e/ou identificação apropriado/a.
9. Estes dorsais devem ser colocados como foram produzidos e não podem ser cortados, dobrados ou encobertos por qualquer modo. Em provas de fundo os dorsais poderão ser perfurados para auxiliar a circulação de ar, mas a perfuração não pode ser feita em qualquer das letras ou números que neles apareçam.
10. Nas competições em que seja utilizado um equipamento de cronometragem totalmente automática, os Organizadores podem exigir que os atletas utilizem números suplementares de tipo adesivo, na parte lateral dos calções. Nenhum atleta pode participar numa prova sem ter o(s) dorsal(ais), e/ou identificação apropriada(s).
11. Se um atleta não cumprir com esta Regra de alguma forma e:
 - a) Se negar a cumprir a indicação do Árbitro relevante para o seu cumprimento; ou
 - b) Participa na competição,será desclassificado.

A regra 143.11 determina a sanção se não for seguido algum aspeto da Regra 143. No entanto, espera-se que, sempre que possível, os Juizes respetivos devam solicitar e encorajar o atleta a cumprir a regra e aconselhá-lo sobre as consequências se ele não o fizer. Mas, quando um atleta não cumpre qualquer ponto da Regra durante a competição, e não se torne exequível para um Juiz solicitar ao atleta que o cumpra, a desclassificação pode, ou deve ser a decisão a ser tomada pelo Árbitro.

É uma responsabilidade dos Assistentes do Juiz de Partidas e dos Fiscais (para corridas em pista e fora do Estádio) e dos Juizes (no caso dos Concursos) estarem atentos a estas questões e reportar quaisquer aparentes violações ao Árbitro respetivo.

REGRA 144

Assistência a Atletas

Exames Médicos e Assistência

1. Exames/tratamentos médicos e/ou fisioterapia, podem ser realizados na zona de competição por membros da equipa médica oficial, designada

pelos Organizadores e identificados com braçadeiras, uniforme ou insígnias distintivas similares ou em áreas definidas para tratamento médico fora da área de competição por pessoal médico acreditado, autorizado pelo(s) Delegado(s) Médico ou Técnico para esse propósito. Em nenhuma circunstância poderá a intervenção atrasar o desenrolar da competição ou alterar a ordem de ensaio prevista. Este tipo de assistência ou ajuda prestada por qualquer outra pessoa, seja durante a competição ou imediatamente antes desde que o atleta tenha abandonado a Câmara de Chamada será considerada como assistência.

Nota: *A área de competição, que normalmente possui uma barreira física, é definida como a área onde a competição se desenrola e onde o acesso é restrito a atletas participantes e a pessoal autorizado de acordo com as Regras e Regulamentos relevantes.*

2. Qualquer Atleta que dê ou receba assistência dentro da área de competição durante uma prova, (incluindo sob as Regras 163.14, 163.15, 230.10 e 240.8) deverá ser advertido pelo Árbitro e avisado que se houver repetição será desclassificado da respetiva prova.

Nota: *Nos casos previstos na Regra 144.3 (a), a desclassificação pode ser feita sem aviso prévio.*

Assistência não permitida

3. Para efeitos desta Regra, os seguintes exemplos serão considerados como assistência e por consequência não serão permitidos:

a) Marcação de ritmo por pessoas não participantes numa corrida ou prova de marcha, por corredores ou marchadores ultrapassados, ou quase a serem ultrapassados, ou por qualquer espécie de aparelho técnico (com exceção dos autorizados nos termos da Regra 144.4 d).

b) A posse ou o uso de gravadores de vídeo ou de cassetes, rádios, CDs, rádio transmissores, telemóveis ou outros aparelhos similares na área de competição.

c) Exceto para os sapatos que cumpram a Regra 143, o uso de qualquer tecnologia ou dispositivo que permita ao seu utilizador uma vantagem que não obteria se usasse o equipamento especificado nas Regras.

d) A utilização de qualquer auxílio mecânico, a menos que o atleta possa estabelecer, segundo o balanço de probabilidades, que a utilização desse auxílio não lhe proporcionará uma vantagem competitiva sobre outro atleta que não utilize essa ajuda.

e) A prestação de aconselhamento ou outro tipo de apoio por parte de

qualquer Oficial da competição que não esteja relacionado com, ou que não seja exigido pelo seu papel específico na competição nesse momento (por exemplo, conselhos de treino, indicação do ponto de chamada nos concursos de salto, exceto para indicar um ensaio nulo nos saltos horizontais, intervalos de tempo ou de distância numa corrida, etc.).

f) Receber apoio físico de outro atleta (outro para além de ajudar a recuperar a posição levantada) que ajude a sua progressão na corrida ou prova de marcha no sentido da meta.

Assistência Permitida

4. Para efeitos desta Regra, o seguinte não deve ser considerado como assistência, e será, por conseguinte, autorizado:

a) A comunicação entre os atletas e os seus treinadores que não se encontrem na zona de competição. A fim de facilitar essa comunicação e para não perturbar o desenrolar da competição, deverá ser reservada uma zona nas bancadas próximo do sector de cada concurso para os treinadores dos atletas.

Nota: os treinadores e outras pessoas de outra forma cumprindo com as Regras 230.10 e 240.8 podem comunicar com os seus atletas.

b) Exames/tratamentos médicos e/ou fisioterapia que permitam a um atleta participar ou continuar a sua participação, quando estiverem na área de competição, conforme a Rega 144.1.

c) O uso de qualquer tipo de estruturas, para proteção pessoal e/ou com fins médicos (ex: fitas, ligaduras, cintos, suporte, refrescamento de pulso, ajuda à respiração, etc.). O Árbitro, em conjunto com o Delegado Médico, tem autoridade para verificar qualquer situação caso o considere desejável. (Ver também a Regra 187.4 e 187.5)

d) Dispositivos transportados ou utilizados pessoalmente pelos atletas durante uma prova e que fornecem informação sobre a frequência cardíaca, velocidade do atleta, extensão da passada ou dispositivos similares, desde que tal dispositivo não permita ser usado para comunicar com qualquer outra pessoa.

e) Visão, por atletas competindo em concursos, de imagens de ensaios anteriores, registados em seu nome por pessoas que não se situam na área de competição (ver NOTA de 144.1). O aparelho que serviu para registar as imagens não pode ser transportado para a zona de competição.

f) Chapéus, luvas, sapatos e outro tipo de vestuário fornecido nas estações oficiais ou de outra forma aprovados pelo respetivo Árbitro.

A regra 144 tem sido objeto, nos últimos anos, de constantes mudanças refletindo a forma como o atletismo é gerido, para respeitar o papel dos treinadores, gerir a inovação e os novos produtos, etc. A IAAF continuará a responder aos novos produtos e às novas tendências logo que se tornem em lugares-comuns em provas e competições.

As alterações a estas Regras são projetadas para facilitar, o máximo possível, a participação dos atletas nas competições e para reduzir conflitos desnecessários entre atletas/treinadores e Juízes. Cada uma destas Regras deve ser interpretada à luz do anteriormente referido, garantindo sempre que a competição seja conduzida de forma justa para todos.

A regra 144.3 (e), no entanto, deixa claro que os Juízes não devem ajudar nenhum atleta para além do que é exigido nas suas funções - e especificamente estabelece, como exemplo, que os Juízes não devem fornecer detalhes da posição da chamada do atleta nos concursos de saltos, para além da indicação do ponto de "impacto" num caso de um ensaio nulo nos saltos horizontais.

REGRA 145

Efeito da Desclassificação

Desclassificação resultante de uma infração de uma Regra Técnica (que não das Regras 125.5 e 162.5)

1. Caso um atleta seja desclassificado numa prova por infração a uma Regra Técnica (com exceção do previsto na Regras 125.5 ou 162.5), qualquer marca obtida até esse momento, na mesma ronda dessa prova, não será considerada válida. No entanto, marcas obtidas numa volta prévia dessa prova manter-se-ão válidas. Este tipo de desclassificação numa prova, não impedirá que o atleta continue a competir em provas subsequentes da mesma competição.

Desqualificação resultante da exclusão prevista na Regra 125.5 (incluindo o previsto na Regra 162.5)

2. Se um atleta for desclassificado de uma prova em consequência ao abrigo da Regra 125.5, por comportamento antidesportivo ou impróprio, será desclassificado da prova questão. Se um atleta receber uma 2ª advertência nos termos da Regra 125.5. Caso a segunda advertência ocorra numa prova diferente da primeira, o atleta será apenas desclassificado na segunda prova. Qualquer marca realizada na mesma volta desta prova até ao momento da desclassificação não será válida. No entanto, marcas obtidas numa volta prévia dessa prova ou noutras provas anteriores, ou

no caso de provas individuais anteriores de uma competição de Provas Combinadas, manter-se-ão válidas. A Desclassificações, impedirão um atleta de tomar parte nas restantes provas, (incluindo em provas individuais de Provas Combinadas, outras provas em que está a competir em simultâneo e estafetas) da mesma competição.

3. Se a falta for considerada grave, o Diretor da Competição relatá-la-á à entidade competente, para possível procedimento disciplinar adicional.

REGRA 146

Protestos e Apelos

1. Os protestos referentes ao direito de um atleta participar numa competição, têm de ser apresentados, antes do início da mesma, ao(s) Delegado(s) Técnico(s). Após a decisão do(s) Delegado(s) Técnico(s) há direito a recurso para o Júri de Apelo. Se não se puder resolver o diferendo de maneira satisfatória antes do início da competição, será permitido ao atleta participar "sobre protesto" e o assunto será transmitido à relevante entidade responsável da competição.
2. Os protestos relativos aos resultados ou condução de uma prova têm de ser realizados até 30 minutos após o resultado dessa prova ter sido anunciado oficialmente. Os organizadores da Competição serão responsáveis por assegurar que se registre a hora do anúncio oficial dos resultados.
3. Todos os protestos têm de ser realizados, oralmente ao Árbitro, por um atleta, por alguém em seu nome, ou por um representante oficial de uma equipa.

Essa pessoa ou equipa só pode protestar se estiver a competir na mesma ronda da prova em que o protesto (ou posterior recurso) está relacionado (ou se estiver a competir numa competição onde haja uma classificação coletiva).

Com o objetivo de tomar uma decisão justa, o Árbitro deverá considerar qualquer prova disponível que julgue necessária, incluindo um filme ou fotografia proveniente de um aparelho de vídeo oficial, ou qualquer evidência de vídeo disponível. O Árbitro poderá tomar uma decisão ou submeter o assunto ao Júri de Apelo. Se o Árbitro tomar uma decisão, haverá o direito de recorrer para o Júri de Apelo.

Quando o Árbitro não está acessível ou disponível, o protesto deverá ser-lhe apresentado através do Centro de Informação Técnica.

4. Numa prova de pista:

a) Se um atleta tiver apresentado um protesto oral imediatamente contra o facto de lhe ter sido atribuída uma falsa partida, um Árbitro de provas de pista, caso tenha alguma dúvida poderá permitir que o atleta compita sob protesto, para preservar os direitos de todos os envolvidos. Não será permitido competir sob protesto se a falsa partida for detetada por um Sistema de Informação de Partidas certificado, a não ser que por qualquer razão o Árbitro determine que a informação proporcionada pelo sistema é obviamente incorreta.

b) Um protesto pode basear-se na falha de um juiz de partidas ao não assinalar uma falsa partida ou, de acordo com a Regra 162.5, ao não abortar uma partida.

O protesto só poderá ser efetuado por um atleta, ou em seu nome, que tenha terminado a prova. Se o protesto for aceite, qualquer atleta que cometeu a falsa partida, ou cuja conduta tivesse levado a abortar a partida, e que fosse objeto de advertência ou desclassificação, segundo as Regras 162.5, 162.7, 162.8 ou 200.8.(c) será advertido ou desclassificado. Caso haja ou não qualquer advertência ou desclassificação, o Árbitro tem a autoridade de declarar a prova ou parte da prova nula e mandá-la repetir no todo ou em parte, se em sua opinião tal for considerado justo.

Nota: O direito a protestar ou apelar previsto em 146.4 b), aplicar-se-á independentemente de ter sido utilizado um Sistema de Informação de Partidas ou não.

c) Se um protesto ou apelo for baseado na exclusão incorreta de um atleta de uma prova devido a uma falsa partida, e um deles for aceite após a conclusão da corrida, então o atleta deve ter a oportunidade de correr sozinho para obter um tempo nessa prova e consequentemente, se aplicável, ser apurado para voltas subsequentes. Nenhum atleta deveria avançar para uma ronda subsequente sem competir em todas as rondas anteriores, a menos que o Árbitro ou Júri de Apelo determinem de outro modo, tendo em consideração eventuais nas circunstâncias particulares de cada caso, como por exemplo, a falta de tempo até se realizar a ronda seguinte, ou a distância da corrida.

Nota: Esta Regra pode também ser aplicada pelo Árbitro e pelo Júri de Apelo noutras circunstâncias em que se considere apropriado (ver a Regra 163.2)

Quando o Árbitro de Partidas decidir sobre um protesto oral feito de imediato por um atleta, após lhe ter sido assinalada uma falsa partida, ele deve considerar todos os dados disponíveis e, no caso de uma

possibilidade razoável de que o protesto do atleta tenha validade, ele deve permitir ao atleta que possa competir sob protesto. Após a corrida, uma decisão final deve ser tomada pelo Árbitro, decisão que pode ser objeto de recurso ao Júri de Apelo. Mas para se ser mais claro, o Árbitro não deve permitir que um atleta participe sob protesto, caso a falsa partida tenha sido detetada por um Sistema Automático de Partidas que esteja a funcionar corretamente, ou nos casos em que foi muito clara, por observação visual, que o atleta cometeu uma falsa partida, e não existindo uma razão válida para permitir o protesto.

Estas Regras não se aplicam apenas quando um Juiz de Partidas falhou ao não assinalar uma falsa Partida, mas também quando um Juiz de Partidas falhou ao não “abortar” corretamente uma partida. Em ambos os casos, o Árbitro deve considerar todos os fatores envolvidos em cada situação e deve decidir se a prova (ou parte dela) deve ser repetida.

Dando dois exemplos de situações extremas, não será muito lógico ou necessário voltar a correr uma Maratona no caso de um atleta que a acabe, tenha sido responsável por uma falsa partida não assinalada. Mas o mesmo provavelmente não será o caso numa corrida rápida. Por exemplo: os 100m em que um atleta foi responsável por uma falsa partida não assinalada, o que pode ter afetado a partida e a corrida subsequente de outros atletas.

Por outro lado, se, por exemplo, numa ronda preliminar, ou talvez ainda mais numa corrida que faça parte de provas combinadas, ficou claro que apenas um ou alguns atletas foram prejudicados por uma falha ao não ser assinalada uma falsa partida, ou ao não ser abortada uma partida, o Árbitro poderá decidir que apenas esses atletas terão a oportunidade de correr novamente e em que circunstâncias.

A regra 146.4 c) cobre as situações em que é assinalada, erradamente, uma falsa partida a um atleta, e ele é excluído de uma prova.

5. Num concurso, caso um atleta realize um protesto oral, imediatamente após um seu ensaio ter sido considerado como nulo, o Árbitro da prova pode, caso tenha alguma dúvida, ordenar que o ensaio seja medido e o resultado registado, de modo a preservar os direitos de todos os interessados.

Se o protesto ocorrer:

- a) Durante os três primeiros ensaios de um Concurso Horizontal com mais de 8 atletas em prova, e o atleta só realizaria qualquer dos subsequentes ensaios se o protesto ou subsequente recurso fosse aceite; ou

b) Nos Concursos Verticais, quando o atleta só avançasse para uma altura superior apenas se o protesto ou subsequente recurso fosse aceite,

O Árbitro relevante, em caso de dúvida, tem poderes para permitir que o atleta continue a competir, sob protesto, de modo a preservar os direitos de todos os envolvidos.

Nos casos em que o Árbitro tenha a certeza de que a decisão dos juízes é correta, particularmente pela sua própria observação ou conselho recebido do Vídeo Árbitro, o atleta não deveria ser autorizado a continuar.

Mas, ao considerar se se deve medir um ensaio que é objeto de um protesto oral imediato, o Árbitro deve:

a) Não o fazer nos casos em que houve uma violação clara das Regras, por exemplo, no salto em comprimento, uma marca clara feita na plasticina pelo atleta em questão, ou num concurso de lançamentos onde o engenho tenha caído claramente fora do sector;

b) Deve-se sempre fazê-lo (de imediato para não atrasar a competição) nos casos em que haja alguma dúvida.

O bom funcionamento desta Regra significa que o juiz com o prego ou com o prisma deve sempre marcar o ponto de queda (exceto nos concursos de lançamentos onde o engenho cai claramente fora do sector) mesmo quando for levantada uma bandeira vermelha. Para além da possibilidade do atleta fazer um protesto oral imediato, também é possível que o juiz das bandeiras possa ter levantado incorretamente ou acidentalmente a bandeira errada.

6. O resultado do ensaio protestado e qualquer outra prestação alcançada durante os ensaios realizados "sob protesto" só serão válidos se houver uma subsequente decisão pelo Árbitro ou pelo Júri de Apelo, que aceite o apelo ou recurso.

A Regra 146.6 aplica-se a todas as provas, não apenas aos concursos. No entanto, em concursos, onde, como resultado de um atleta competir "sobre protesto", outro atleta está autorizado a continuar em competição quando ele de outro modo não o poderia fazer, as marcas eventualmente conseguidas serão consideradas válidas, independentemente do sucesso do protesto que foi efetuado de imediato e oralmente pelo outro atleta.

7. Um apelo dirigido ao Júri de Apelo deverá ser realizado nos 30 minutos seguintes:

a) Ao anúncio oficial do resultado alterado de uma prova, decorrente da decisão tomada pelo Árbitro, ou

b) Do conselho prestado a quem realizou o protesto, quando não haja qualquer alteração de um resultado.

Tem de ser apresentado por escrito, assinado pelo atleta, por alguém em seu nome, ou por um representante oficial de uma equipa, e será acompanhado por um depósito de 100 dólares americanos ou o seu equivalente. A soma depositada não será reembolsada se o protesto for considerado injustificado.

Este atleta ou equipa só poderão recorrer ao Júri de Apelo se tiverem competido na mesma ronda da prova com a qual o recurso está relacionado (ou se estiverem a competir numa competição com classificação coletiva).

Nota: O Árbitro relevante, depois de tomada a sua decisão relativamente a um protesto, informará de imediato o CIT (Centro de Informação Técnica) da hora da sua decisão. Se o Árbitro não tiver podido comunicar oralmente à equipa relevante(s)/atleta(s) esta hora, a hora oficial de anúncio será considerada a de afixação da respetiva informação do resultado corrigido ou da decisão no CIT.

8. O Júri de Apelo consultará todas as pessoas relevantes, incluindo o Árbitro respetivo (exceto nos casos em que a decisão do Árbitro vá ser totalmente confirmada pelo Júri de Apelo). Caso o Júri de Apelo tenha dúvidas sobre a decisão a tomar poderá apreciar outros dados disponíveis. Se esses dados, incluindo qualquer vídeo disponível, não forem conclusivos, a decisão do Árbitro ou do Juiz-Chefe de Marcha manter-se-á.

9. O Júri de Apelo poderá reconsiderar uma sua decisão, caso sejam apresentadas novas evidências, e desde que a nova decisão seja ainda aplicável.

Normalmente, tal reconsideração só poderá ser tomada antes da Cerimónia protocolar de entrega de prémios da prova a que diz respeito, a não ser que o órgão competente determine que as circunstâncias justifiquem o contrário.

Em determinadas circunstâncias, os juizes (Regra 126.2), o Árbitro (Regra 125.6) e o Júri de Apelo (Regra 146.9) podem reconsiderar uma decisão por eles tomada - se ainda for aplicável e prático fazê-lo.

10. Decisões que envolvam assuntos que não estejam previstos nestas Regras, deverão ser reportadas subsequentemente pelo Presidente do Júri ao Secretário-geral da IAAF.

11. A decisão do Júri de Apelo (ou, na ausência do Júri de Apelo, a decisão

do Árbitro, ou caso não seja apresentado nenhum recurso ao Júri de Apelo), será final, não havendo direito a recurso, incluindo ao Tribunal de Arbitragem de Desporto.

REGRA 147

Provas Mistas

1. São permitidas competições universais como estafetas ou outras competições de equipas em que homens e mulheres competem juntos, ou competições em que homens e mulheres competem para uma única classificação, de acordo com os regulamentos aplicáveis do órgão competente.
2. Diferentemente do referido na Regra 147.1, para todas as outras competições que se realizem completamente no estádio, não serão normalmente autorizadas provas mistas com atletas masculinos e femininos. No entanto, nas provas que se realizem completamente no estádio, as provas mistas de concursos ou corridas de distância igual ou superior a 5000m, serão permitidas em todas as competições exceto nas que se realizem segundo a Regra 1.1 a) a h) inclusive. Em caso de competições sob as Regras 1.1. i) e j), estas provas mistas serão autorizadas em determinadas competições, se especificamente autorizadas pela Associação de Área relevante.

Nota (i): Quando se realizarem provas mistas, nos concursos, deverão ser usadas folhas de resultados distintas e os resultados deverão ser anunciados para cada sexo. Nas corridas e provas de marcha, o sexo de cada atleta indicar-se-á nos resultados.

Nota (ii): Provas mistas em provas de pista são permitidas de acordo com esta Regra, só podendo ser realizadas quando haja um número insuficiente de atletas de um ou de ambos os sexos competindo para justificar a realização de provas separadas.

Nota (iii): Provas mistas em provas de pista não podem, em qualquer caso, ser conduzidas de modo que seja possível a um atleta de um sexo, ser assistido ou tenha quem lhe imprima um ritmo, sendo o atleta que o faça de outro sexo.

A intenção da Regra 147.2 é facilitar a realização de concursos e de corridas iguais ou superiores a 5000m, quando um pequeno número de atletas de um ou de ambos os sexos vão competir em corridas mais longas (por exemplo, uma prova de marcha atlética em pista de distância igual ou superior a 10.000m), onde restrições de tempo tornam

difícil a programação de provas separadas. A intenção da Regra não é proporcionar a oportunidade para que as mulheres compitam em provas contra homens, para serem potencialmente conseguidas melhores condições para a obtenção de resultados.

Para se ser mais preciso, competições mistas em concursos e em provas de 5000m ou superiores são:

a) Permitidas em todas as competições nacionais, sujeitas apenas às regras da federação respetiva. [Não é necessária nenhuma autorização adicional de uma Associação de Área];

b) Permitidas nas competições realizadas de acordo com as Regras 1.1 i) e j) se tal for especificamente permitido pela Associação de Área respetiva;

c) Proibidas numa competição realizada de acordo com as Regras 1.1 a) a h).

No caso de uma competição mista nos saltos verticais, as Regras 181 a 183 devem ser rigorosamente aplicadas - incluindo que a fasquia deve continuar a subir de acordo com um único conjunto de incrementos, acordados previamente para toda a competição.

Há também restrições ao reconhecimento dos Recordes Mundiais em competições mistas - ver as Regras 260.1 (com referência a provas de pista de 5000m e distâncias superiores) e 261 (com referência às provas de estrada para mulheres). A Regra 261 Nota (ii) fornece orientações sobre como se pode conseguir uma prova "só para mulheres" (permitindo que um recorde "só para mulheres" possa ser considerado) numa situação em que homens e mulheres estão ou podem estar a competir.

[Ver também as Regras 132.2 e 132.3]

REGRA 148

Medições e o seu Controlo

1. A precisão das marcações e das instalações de atletismo de acordo com as Regras 140 e 149.2 devem ser verificada por um agrimensor qualificado, que deve fornecer os certificados apropriados, com juntamente com os detalhes de quaisquer medições de controlo que tenha feito, ao órgão competente e/ou ao proprietário ou Diretor da instalação. Para realizar esta verificação, ele deve ter acesso aos planos e desenhos da instalação, assim como aos relatórios mais recentes de medições efetuadas.

2. Para Provas de Pista e Concursos de atletismo realizadas em competições de acordo com as Regras 1.1 (a), (b), (c) e (f), todas as medições devem ser efetuadas com uma fita ou régua de aço devidamente calibrada, ou com um dispositivo de medição eletrónico devidamente calibrado. A fita de aço, a régua ou o dispositivo de medição eletrónico devem ser fabricados e calibrados de acordo com as normas internacionais. A precisão do equipamento de medição utilizado na competição deve ter sido verificada por uma organização apropriada credenciada pela autoridade nacional de medição.

Nas competições que não sejam as de acordo com as Regras 1.1 a), b), c) e f), as fitas de fibra de vidro também podem ser usadas.

Nota: *No que diz respeito à aceitação dos Recordes, ver Regra 260.17 a)*

REGRA 149

Validade dos Resultados

1. Nenhuma marca realizada por um atleta será válida a menos que seja realizada durante uma competição oficial organizada de acordo com o presente Regulamento.
2. As marcas de provas normalmente realizados no estádio, feitas fora das instalações tradicionais de atletismo (como os que são realizados em praças de uma cidade, outras instalações desportivas, praias, etc.) ou em instalações temporárias construídas dentro de um estádio devem ser válidas e reconhecidas oficialmente, se estiverem dentro das seguintes condições:
 - a) A Direção da Competição respetiva, emite uma autorização para o evento de acordo com o previsto nas Regras 1 a 3;
 - b) Um painel qualificado de Juízes Nacionais é nomeado e oficialmente para o evento;
 - c) Quando aplicável, são utilizados equipamentos e engenhos de acordo com as Regras; e
 - d) O evento é realizado num local ou instalação de competição de acordo com as Regras e em relação ao qual, no dia do evento, um controlo foi efetuado de acordo com a Regra 148.

Nota: *Os atuais formulários normalizados necessários para serem utilizados para informar sobre a conformidade da área de competição ou da instalação estão disponíveis na Sede da IAAF, ou podem ser descarregados do site da IAAF.*

Quando uma competição descrita na Regra 149.2 tem uma duração mais de um dia, a certificação deve ser feita no primeiro dia do evento. Em qualquer caso se o agrimensor estiver convencido de que não haverá alterações nas instalações certificadas, este processo pode ser finalizado até dois dias antes do primeiro dia do evento.

3. As marcas feitas de acordo com estas Regras em Rondas de Qualificação, na decisão de empates no Salto em Altura e no Salto com Vara, em qualquer prova ou parte de uma prova que seja posteriormente anulada com base no disposto nas Regras 125.7, 146.4 b), 163.2 ou 180,20, ou nas provas individuais de Provas Combinadas, independentemente de o atleta completar ou não a competição de Provas Combinadas, serão normalmente consideradas válidas para fins estatísticos, recordes, rankings e a obtenção de mínimos de participação.

A IAAF determinou, excecionalmente, com o objetivo de determinar se um atleta alcançou os mínimos para participar numa competição de Provas Combinadas, o seguinte:

“Todas as condições regulamentares devem ter sido cumpridas em cada uma das provas individuais, com exceção das provas onde a velocidade do vento é medida em que, pelo menos uma das seguintes condições deverá ter sido satisfeita:

a) A velocidade do vento em qualquer prova individual, não deve exceder os 4 metros por segundo.

b) A velocidade média (com base na soma algébrica das velocidades do vento, medida para cada uma das provas individuais, dividida pelo número dessas provas) não deve exceder os 2 metros por segundo.”

REGRA 150

Registo de Vídeo

Nas competições realizadas segundo a Regra 1.1 a), b) e c) e, sempre que possível, em outras competições, efetuar-se-á um registo oficial de vídeo de todas as provas, que satisfaça o(s) Delegado(s) Técnico(s). Deverá ser capaz de suportar o trabalho do Árbitro de Vídeo quando nomeado e noutras situações para demonstrar a validade das marcas e qualquer violação das Regras.

Informações específicas são fornecidas no “Manual da IAAF de Registo de Vídeo e do Árbitro de Vídeo”, que pode ser descarregado no site da IAAF.

A nomeação de um Árbitro de Vídeo numa competição, contribuirá significativamente para a supervisão prática de muitos aspetos das competições onde estejam disponíveis sistemas suficientes de recolha e reprodução de vídeo, em número suficiente.

O Vídeo Árbitro será usualmente capaz de agir de forma proativa em relação às provas de pista (por exemplo, na partida, quando o atleta corre para o interior da linha à sua esquerda e ao longo da curva, nas situações associadas a empurrões e obstruções, quando um atleta “passa à corda” antes da zona onde o pode fazer, nos processos de transmissão do testemunho nas estafetas). Se o número de câmaras e de equipamento for suficiente para desempenhar uma função idêntica para alguns ou mesmo todos os concursos, ele pode fazer uma cobertura semelhante, mas, normalmente de forma mais reativa, caso o Árbitro de pista solicitar uma verificação ou revisão de uma determinada situação.

No caso das provas de pista, o Vídeo Árbitro observará as provas num ou em mais do que um ecrã, numa sala de vídeo apropriada e, em seguida, com base nas suas próprias observações ou após o pedido de um Árbitro ou de um Juiz Chefe dos Fiscais, examinará uma ou mais situações específicas, observando as imagens que possam estar disponíveis. Se for claro que existe uma nítida violação das Regras, então ele deve tomar a decisão apropriada e transmiti-la ao Árbitro de Provas de Pista e ao Juiz Chefe do Vídeo Finish. Da mesma forma, se um Fiscal ou um Árbitro de Provas de Pista tiver informado sobre uma potencial infração, a situação deve ser verificada pelo Vídeo Árbitro, um conselho apropriado transmitido, e uma decisão tomada.

Além disso, as filmagens oficiais, como no passado, continuam a ser usadas para ajudar a resolver protestos e apelos.

Está a tornar-se um lugar-comum que empresas com experiência, forneçam este serviço aos organizadores de competições, em vez de serem os Organizadores a montar o sistema. No entanto, qualquer opção pode ser utilizada.

REGRA 151

Pontuação

Numa competição onde o resultado seja obtido pela soma de pontos, o método de pontuação será acordado por todos os Membros ou equipas, antes do início do encontro, a não ser que tal esteja definido nos Regulamentos da competição.

SECÇÃO III - Provas de Pista

As Regras 163.2, 163.6 (exceto o previsto em 230.12 e 240.9), 163.14, 164.2, 165 e 167.1 também se aplicam às SECÇÕES VII, VIII e IX.

REGRA 160

As Medidas de uma Pista

1. O perímetro de uma pista "standard" será de 400m e consistirá de duas retas paralelas e duas curvas, com raios iguais. O interior da pista será limitado por um rebordo de material apropriado, de cor branca, com uma altura de 50mm a 65mm e com uma largura de 50mm a 250mm. O rebordo situado nas retas pode ser suprimido e substituído por uma linha branca de 50mm de largura.

Se uma parte do rebordo situado na curva tiver de ser temporariamente removido para a realização de concursos, o local onde o mesmo se encontrar será definido por uma linha branca com 50mm de largura e por cones ou bandeiras, com uma altura mínima de 0,20m colocadas sobre a linha branca, de forma que a margem da base do cone ou as hastes das bandeiras coincidam com a extremidade da linha que se situa mais próximo da pista, e em intervalos que não excedam 4m. (As bandeiras devem ser colocadas formando um ângulo de 60° graus com o terreno interior à pista). Este sistema (incluindo a utilização de um rebordo temporário) também se aplicará na parte do percurso de uma corrida de obstáculos em que os atletas abandonem a pista principal para se dirigirem à vala com água, na parte exterior da pista, no caso de partidas realizadas segundo a Regra 163.5.b) e, opcionalmente nas retas, neste último caso, em intervalos não superiores a 10m.

Nota: Todos os pontos em que a pista muda de uma curva para uma reta, ou de uma reta para uma curva, serão assinalados por um agrimensor, na linha branca que limita interiormente a pista, usando uma cor distintiva, por marcas com dimensões de 50mm x 50mm. Durante a prova, cones serão colocados nestas marcas.

2. As medições serão feitas a 0,30m da face externa do rebordo interior da pista ou, quando não exista rebordo numa curva, a 0,20m da linha que limita o interior da pista.

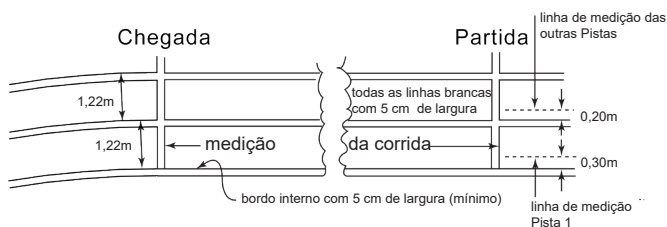


Fig.160 - As medidas de uma pista

3. A distância da corrida será medida desde a margem da linha de partida que fica mais afastada da linha de chegada até à margem da linha de chegada que fica mais perto da linha de partida.
4. Em todas as corridas até 400m inclusive, cada atleta terá de ter uma pista individual, com uma largura de 1,22m ($\pm 0,01$ m), incluindo a linha branca situada à direita, limitada por linhas com 50mm de largura. Todas as pistas individuais terão a mesma largura. A pista individual mais interna será medida conforme é referido na Regra 160.2, mas as outras serão medidas a 0,20m das margens externas das linhas.

Nota: Para todas as pistas construídas antes de 1 de janeiro de 2004, para todas estas provas, a largura das pistas individuais poderá ser no máximo de 1,25m.

Contudo, quando a pista for totalmente renovada com uma nova superfície sintética, a largura de cada pista individual cumprirá com esta Regra

Em Competições Internacionais referidas na Regra 1.1 a), b), c) e f), a pista deverá ter, no mínimo, 8 pistas individuais.

5. A inclinação lateral máxima permitida da pista no sentido da pista individual, não deverá exceder 1/100 (1%) a não ser em circunstâncias especiais que justifiquem que a IAAF conceda uma exceção, e a inclinação descendente máxima na direção da corrida não deverá exceder 1/1000 (0,1%).
6. Informações técnicas completas relativas à construção de pistas, plantas e marcações estão contidas no "Manual de Instalações de Atletismo da IAAF". Esta Regra indica princípios básicos que devem ser cumpridos.

As cores que devem ser usadas para marcar a pista são indicadas no Plano de Marcação de Pistas incluído no Manual de Instalações de Atletismo da IAAF.

REGRA 161

Blocos de Partida

1. Blocos de partida terão de ser usados em todas as corridas até 400m inclusive (incluindo o primeiro percurso dos 4x200m, Estafeta Mista e 4x400m) e não serão usados para qualquer outra corrida. Quando colocado na pista, nenhuma parte do bloco de partida poderá situar-se sobre a linha de partida ou prolongar-se para outra pista individual, com exceção de que, desde que não haja obstrução a qualquer outro atleta, a parte posterior da estrutura do bloco pode estender-se para além da linha exterior que limita a pista.
2. Os blocos de partida devem cumprir as seguintes especificações gerais:
 - a) Os blocos de partida devem ser compostos por dois apoios para os pés, contra os quais o atleta pressionará com os pés na posição de partida, e que serão montados numa estrutura rígida. Eles serão de construção inteiramente rígida e não poderão proporcionar qualquer vantagem injusta ao atleta. A estrutura não deve, de modo algum, obstruir os pés do atleta ao sair dos blocos;
 - b) Os apoios para os pés devem estar inclinados para se adequarem à posição inicial do atleta e podem ser planos ou ligeiramente côncavos. As superfícies dos apoios dos pés devem acomodar os bicos dos sapatos do atleta, quer através de ranhuras ou reentrâncias na superfície do apoio do pé ou cobrindo a superfície do apoio do pé com um material adequado permitindo o uso de sapatos com bicos.
 - c) A montagem dos apoios dos pés numa estrutura rígida pode ser ajustável, mas não deve permitir qualquer movimento durante a partida. Em todos os casos, os apoios dos pés devem ser ajustáveis para a frente ou para trás em relação um ao outro. Os ajustes devem ser garantidos por ganchos fortes ou por um mecanismo de bloqueio, que possa ser operado de forma fácil e rápida pelo atleta.
 - d) Terão de ser fixados à pista por meio de pregos ou espigões dispostos de tal modo que causem um prejuízo mínimo à pista. Esta disposição permitirá que os blocos de partida sejam rápida e facilmente removidos. O número, espessura e comprimento dos pregos ou espigões dependem da construção da pista. A ligação desses pregos aos blocos de partida e à pista não deverão permitir qualquer movimento durante a partida propriamente dita.

- e) Quando um atleta utilizar os seus próprios blocos de partida, eles terão de estar de acordo com estas Regras, mas por outro lado, poderão apresentar qualquer desenho ou construção desde que, no entanto, não interfiram com os outros atletas.
3. Nas competições previstas na Regra 1.1 a), b) c) e f), e no caso de qualquer resultado que seja submetido para ratificação como Recorde do Mundo, de acordo com as Regras 261 ou 263, os blocos de partida terão de estar ligados a um Sistema de Informação de Partidas certificado pela IAAF. Este sistema é fortemente recomendado para as outras competições.
- Nota:** Adicionalmente, um Sistema Automático que emita um som para abortar uma partida, conforme as Regras, pode também ser usado.
4. Nas competições previstas na Regra 1.1 a) a f) os atletas têm de usar os blocos de partida fornecidos pelos Organizadores da competição. Em outras competições realizadas em pista sintética, os Organizadores podem insistir que apenas os blocos de partida por ele fornecidos sejam utilizados.

Esta Regra também deve ser interpretada do seguinte modo:

- a) *Nenhuma parte da estrutura ou das placas de apoio dos pés pode sobrepor-se à linha de partida;*
- b) *Apenas a estrutura central (mas não qualquer parte da placa de apoio dos pés) pode estender-se para a pista exterior, desde que não cause obstrução. Isto reflete a longa prática dos atletas na partida das corridas numa curva, ao colocar os seus blocos num determinado ângulo para correr numa linha mais reta após a partida.*

A utilização de luzes, apenas por atletas surdos ou com deficiência auditiva, é permitida nas partidas e não é considerado assistência. No entanto, deve ser obrigação do atleta ou da sua equipa o financiamento e fornecimento de tais equipamentos, e a sua compatibilidade com o sistema instalado e em utilização, a menos que numa determinada competição haja um parceiro técnico que possa providenciá-lo.

REGRA 162

A Partida

1. A partida de uma corrida será indicada por uma linha branca com 50mm de largura. Em todas as corridas não realizadas em pistas individuais, a linha de partida será curva de modo a que todos os atletas percorram a mesma distância até ao final. Para todas as provas, de qualquer distância, as pistas individuais serão numeradas da esquerda para a direita, no sentido da corrida.

Nota: (i): Em provas com partida fora do estádio, a linha de partida poderá ter uma largura até 0,30m e ser de qualquer cor, que contraste visivelmente com a superfície da zona de saída.

Nota (ii): A linha de partida dos 1500m, ou qualquer outra linha de partida em curva pode ser prolongada para além da pista mais exterior, desde que o mesmo piso sintético seja disponibilizado.

Antecipe-se que, de modo a completar eficientemente os procedimentos da partida e no caso de competições mais importantes, é adequado apresentar os atletas que irão participar na prova, quando estiverem todos juntos, devem estar em pé e virados na direção da partida.

2. Em todas as Competições Internacionais, exceto nas previstas na nota abaixo, as ordens do Juiz de Partida, serão emitidas na sua língua natal, em Inglês ou em Francês.

a) Nas corridas até 400m inclusive (incluindo 4x200m, Estafeta Mista conforme definida na Regra 170.1 e 4x400m) as ordens serão "Aos seus lugares" e "Prontos".

b) Nas corridas superiores a 400m (exceto 4x200m, Estafeta Mista e 4x400m), a ordem emitida pelo Juiz de Partidas será "Aos seus lugares".

c) Em qualquer prova quando, de acordo com a Regra 162.5, o Juiz de Partidas não esteja satisfeito de que tudo está em condições para a partida ser efetuada, depois dos atletas estarem "nos seus lugares", ou ele abortar o processo de partida, a voz de comando deve ser "Levantem-se".

A partida de todas as corridas será normalmente dada pelo som da pistola do Juiz de Partida, orientada para cima.

Nota: Nas competições previstas na Regra 1.1 a), b), c), e) e i) as ordens do Juiz de Partida serão dadas somente em Inglês.

O Juiz de Partidas não deve iniciar os procedimentos da partida antes de ter certeza de que a equipa de Cronometragem está pronta, bem como os Juizes na meta e em corridas até 200m inclusive, o Operador do Anemómetro. O processo de comunicação entre a área da partida e da meta e a equipa de cronometragem varia de acordo com o nível da competição. Nas competições organizadas de acordo com as Regras 1.1 a) a f) e muitas outras competições de alto nível, invariavelmente é uma empresa de serviços a responsável pela cronometragem eletrónica e pelo Sistema de Falsas Partidas. Neste caso, haverá técnicos responsáveis por esta comunicação. Noutras competições, uma variedade de sistemas de comunicação podem ser utilizados - rádios, telefones ou utilizando bandeiras ou luzes intermitentes.

3. Em todas as corridas até, e incluindo os 400m (incluindo o primeiro percurso de 4x200m, Estafeta Mista e 4x400m) é obrigatória a partida agachada e o uso de blocos de partida. Após a voz "Aos seus lugares", o atleta aproximar-se-á da linha de Partida, assumirá uma posição de tal modo que fique completamente dentro da sua pista individual e atrás da linha de partida. Um atleta não tocará quer a linha de partida quer o terreno à sua frente com as suas mãos ou pés, quando na posição "aos seus lugares". Ambas as mãos e, pelo menos, um dos joelhos terão de estar em contacto com o terreno e os dois pés em contacto com as placas dos blocos de partida. À voz de "Prontos", o atleta deve assumir imediatamente a sua posição final de partida, mantendo o contacto das mãos com o terreno e dos pés com as placas dos blocos de partida. Logo que o Juiz de Partidas constate que os atletas estão imóveis na posição de "Prontos", será acionada a pistola.

Em todas as corridas que têm uma partida agachada, assim que os atletas estiverem imobilizados nos seus blocos, o Juiz de Partidas deve levantar o braço no qual ele segura a arma, então deve dizer "Prontos", aguardará então que todos os atletas permaneçam parados e depois disparará a arma.

O Juiz de Partidas não deve levantar o braço demasiado cedo, especialmente quando estão a ser utilizados cronometristas manuais. É aconselhável levantar o braço apenas quando ele sente que está prestes a dar o comando "Prontos".

Por um lado não há uma regra que permita determinar o tempo decorrido entre os comandos "Aos Seus Lugares" e "Prontos", e também entre o comando "Prontos" e o tiro da arma. O Juiz de Partidas deve deixar os atletas partir logo que estejam todos imóveis na posição correta de partida. O que significa que ele pode ter, para certas partidas, de disparar a arma com bastante rapidez, mas também pode esperar um pouco mais, para se certificar de que estão todos estáveis na sua posição de partida.

4. Nas corridas superiores a 400m (exceto 4x200m, Estafeta Mista e 4x400m), as partidas serão dadas da posição de pé. Após a voz "Aos seus lugares", o atleta aproximar-se-á da linha de Partida, assumirá uma posição de partida atrás da linha de partida (completamente dentro da sua pista individual nas partidas em pistas individuais). Nenhum atleta poderá tocar qualquer parte do solo com a sua mão ou mãos e/ou a linha de partida ou o terreno à frente da linha de partida com os seus pés quando esteja na posição de "Aos seus lugares". Logo que o Juiz de Partidas constate que os atletas estão imóveis na posição correta de partida, será acionada a pistola.

5. À ordem "Aos seus lugares" ou "Prontos", segundo o caso, todos os atletas terão que assumir imediatamente, e sem demora, a sua posição completa e final de partida. Se, por qualquer razão, o Juiz de Partida não estiver seguro de que tudo esteja pronto para a partida após os atletas estarem nos seus lugares, ele ordenará a todos eles que saiam dessa posição, e os Assistentes do Juiz de Partida colocá-los-ão, de novo, no local de alinhamento (ver também Regra 130).

Quando um atleta, na opinião do Juiz de Partida,

a) Depois da voz "Aos seus lugares" ou "Prontos", e antes do som da pistola, interromper a partida, por exemplo levantando a mão e/ou levantando-se ou sentando-se, no caso de uma partida agachada, sem uma razão válida (razão a ser avaliada pelo Árbitro respetivo); ou

b) Não cumprir as ordens de "Aos seus lugares" ou "Prontos", segundo o caso, ou não se colocar na posição final de partida imediatamente e sem atrasos; ou

c) Depois da ordem "Aos seus lugares" ou "Prontos", perturbar os outros atletas em prova através de sons, movimentos ou outros métodos, o Juiz de Partida deverá abortar a partida.

O Árbitro poderá advertir o atleta por conduta incorreta (desclassificação no caso de uma segunda infração do Regulamento da IAAF durante a mesma competição), de acordo com as Regras 125.5 e 145.2. Um cartão verde não deve ser mostrado. Contudo, quando uma causa externa foi considerada responsável por uma partida abortada, ou o Árbitro não concordar com a decisão do Juiz de Partida, terá de ser mostrado um cartão verde a todos os atletas, de modo a indicar que nenhum atleta cometeu falsa partida.

A divisão das regras de partida em assuntos disciplinares (de acordo com a Regra 162.5) e das falsas partidas (Regras 162.7 e 162.8) garante que a totalidade dos atletas não foi penalizada pelas ações de um único atleta. É importante para manter a integridade do objetivo desta seção e que os Juizes de Partida e os Árbitros são diligentes tanto na aplicação da Regra 162.5, bem como na deteção de falsas partidas.

Essa conduta, seja ou não intencional, talvez pelo nervosismo do atleta, deve fazer com que a Regra 162.5 seja aplicada, embora quando o Juiz de Partida for da opinião que não foi intencional, será apenas apropriada a aplicação da Regra 162.2 c).

Por outro lado, haverá casos em que um atleta tenha o direito de solicitar um atraso na partida por motivos legítimos. Por conseguinte, é vital que o Árbitro de Partidas (em particular) preste atenção ao meio ambiente e às condições em torno da partida, especialmente em relação aos fatores dos

quais o Juiz de partidas pode não estar consciente porque ele está focado na sua própria preparação para a partida, e/ou está com auscultadores nos ouvidos.

Em quaisquer destas situações, o Juiz de Partida e o Árbitro devem agir com razoabilidade e eficiência e indicar claramente as suas decisões. Se se considerar apropriado, os motivos das suas decisões podem ser comunicadas aos atletas na prova e através do sistema de comunicação, se possível é desejável também, aos Locutores de serviço, às equipas de televisão etc.

Um cartão verde nunca deve ser mostrado quando um cartão amarelo ou vermelho for exibido.

Falsa Partida

6. Quando for utilizado um Sistema de Informação de Partidas certificado, o Juiz de Partida e/ou um Auxiliar do Juiz de Partida para tal nomeado, utilizará auscultadores, de modo a ouvir claramente o sinal acústico emitido quando o sistema detetar uma possível falsa partida (i.e., quando o tempo de reação for inferior a 0,100 de segundo). Logo que o Juiz de Partida e/ou o Auxiliar nomeado ouçam este sinal, e caso a pistola tenha sido disparada, será dado novo tiro e o Juiz de Partida examinará imediatamente os tempos de reação e outra informação disponível providenciada pelo Sistema de Informação de Partidas, de modo a confirmar que atleta(s), caso haja algum, é/são responsável/eis pela interrupção da partida.

Nota: *Quando for utilizado um Sistema de Informação de Partidas certificado, os dados fornecidos por este equipamento serão utilizados como um recurso pelos Juizes relevantes, para os auxiliar a tomar uma decisão correta.*

7. Um atleta, depois de assumir a sua posição completa e final de partida, apenas está autorizado a iniciar a sua partida, após ter ouvido o som da pistola. Se, no entendimento do Juiz de Partida (incluindo o previsto na Regra 129.6), o atleta fê-lo antes, tal será considerado como falsa partida.

Nota (i): *Um movimento de um atleta que não inclua ou resulte numa perda de contacto de um ou dos dois pés com as placas dos blocos de partida, ou de uma ou das duas mãos com o terreno, não será considerado como sendo o começo da sua partida. Esta ocorrência poderá, no entanto, se aplicável, ser sujeita a ação disciplinar de tipo advertência ou desclassificação.*

No entanto, se o Juiz de Partidas determinar que, antes de ouvir o som da pistola, um atleta iniciou um movimento que não parou e continuou no começo da sua partida, tal será considerado como uma falsa partida.

Nota (ii): *Porque os atletas que partem num posição de pé são mais suscetíveis de perder o equilíbrio, caso um desses movimentos for considerado como accidental, a partida deve ser considerada como “instável”. Caso um atleta for empurrado ou acotovelado para além da linha de partida, antes da partida, ele não deverá ser por isso penalizado. Qualquer atleta que cause tais interferências pode ser sujeito a uma advertência ou desclassificação disciplinar.*

Geralmente nenhuma falsa partida deve ser assinalada se o atleta não perdeu o contacto com o chão ou com os apoios dos pés dos blocos. Por exemplo, se um atleta moveu as ancas para cima, mas depois as moveu para baixo sem que suas mãos ou pés, em qualquer altura, percam contacto com o chão ou com os apoios dos pés dos blocos, não deve ser considerado uma falsa partida. Isto pode ser uma razão para advertir (ou desclassificar caso tenha já havido uma advertência) o atleta por conduta imprópria de acordo com a Regra 163.5.

No entanto, nos casos referidos anteriormente, em que o atleta inicia um movimento de partida antes de ouvir o tiro da pistola, sem que deixe o contacto com os blocos de partida ou solo e o Juiz de Partidas (ou o Auxiliar do Juiz de Partidas) for da opinião que o atleta efetivamente antecipou o início da corrida através de algum movimento contínuo, mesmo que ele não movesse as mãos ou os pés antes do som da pistola, a partida deve ser interrompida. Isso pode ser feito pelo Juiz de Partidas ou pelo Auxiliar do Juiz de Partidas, mas será o Juiz de Partidas que estará em melhor posição para julgar esta situação, porque só ele saberá em que posição estava o seu dedo no gatilho da pistola quando o atleta iniciou o movimento. Nestes casos, em que o Juiz de Partidas tem certeza de que o movimento do atleta começou antes do tiro da pistola, deve ser determinada uma falsa partida.

De acordo com a Nota (ii), os Juiz de Partidas e os Árbitros devem evitar ser excessivamente zelosos na aplicação da Regra 162.7 nas provas que são iniciadas a partir de uma posição de pé. Tais casos são raros, geralmente ocorrem involuntariamente, pois é mais fácil numa partida ter equilíbrio sobre dois pontos. Não se pretende que o atleta seja indevidamente penalizado.

Se tal movimento for considerado accidental, os Juizes de Partidas e os Árbitros são encorajados, em primeiro lugar, a considerarem que a partida foi “instável” e proceder de acordo com a Regra 162.2 (c). No

entanto, práticas repetidas durante a mesma prova, podem permitir que o Juiz de Partidas e/ou o Árbitro apliquem a regra da falsa partida ou de procedimento disciplinar, consoante o que melhor se aplique à situação em causa.

8. Exceto nas Provas Combinadas, qualquer atleta responsável por uma falsa partida será desclassificado.

Para Provas Combinadas, ver Regra 200.8 c).

Nota: Na prática, quando ou mais atletas cometem uma falsa partida, outros são levados a segui-los, e, estritamente falando, qualquer atleta que o faça, também comete uma falsa partida. O Juiz de Partida deverá advertir ou desclassificar apenas o atleta ou atletas que, na sua opinião, foi/foram responsável(is) pela falsa partida. Isto pode resultar em mais de um atleta serem advertidos ou desclassificados. Caso a falsa partida não seja responsabilidade de nenhum atleta, não será decidida nenhuma advertência, e um cartão verde será mostrado a todos os atletas.

9. No caso de ocorrer uma falsa partida, os Assistentes do Juiz de Partida deverão ter o seguinte procedimento:

- Exceto nas Provas Combinadas, o atleta(s) responsável(eis) pela falsa partida deverá(ão) ser desclassificado(s) e um cartão vermelho e preto (dividido na diagonal) será levantado à sua frente.
- Nas Provas Combinadas, no caso de uma primeira falsa partida, o(s) atleta(s) responsável(is) pela falsa partida deverá(ão) ser advertido(s) com um cartão amarelo e preto (dividido na diagonal) que será levantado à sua frente. Em simultâneo, todos os atletas que participem nessa prova, deverão ser advertidos com um cartão amarelo e preto (dividido na diagonal) que será levantado à sua frente por um ou mais Assistente(s) do Juiz de Partida, notificando-os que qualquer atleta que cometa uma outra falsa partida será desclassificado.

No caso de falsas partidas posteriores, o(s) atleta(s) responsável (eis) pela falsa partida será(rão) desclassificado(s), e um cartão vermelho e preto será levantado à sua frente.

Se marcadores de pista individual que o permitam estão a ser utilizados, sempre que um cartão for mostrado ao (s) atleta (s) responsável (is) pela falsa partida, a indicação correspondente deve ser mostrada no (s) marcador (s) da pista.

Recomenda-se que o tamanho dos cartões utilizados seja A5 e que eles tenham dupla face. Note-se que a indicação correspondente existente no(s) marcador(es) de pista individual, pode permanecer amarela e

vermelha como anteriormente, para evitar gastos desnecessários na modificação do equipamento existente.

10. Se o Juiz de Partida ou um dos seus Auxiliares considerar a partida irregular, terá de chamar os atletas com um segundo tiro.

A referência a uma partida justa não se refere unicamente a casos de falsas partidas. Esta regra também deve ser interpretada como aplicando-se a outras situações, como o deslizamento dos blocos, um objeto estranho que interfere com um ou mais atletas durante uma partida, etc.

REGRA 163

Provas de Pista

1. Nas corridas e provas de marcha que incluam pelo menos uma curva, a direção da corrida ou prova de marcha será de modo a que o centro do terreno fique à esquerda. As pistas individuais serão numeradas de modo que a pista mais interna à esquerda seja a número 1.

Onde as condições o permitirem e a pista for devidamente certificada, provas em reta podem ser efetuadas na direção oposta, ou seja, com o centro do terreno situado à direita.

Obstrução

2. Se um atleta for empurrado, acotovelado ou obstruído durante uma prova, sendo assim dificultada a sua progressão, então:

(a) Se o empurrão, acotovelamento ou obstrução não for considerada/o intencional ou não for causada por um atleta, o Árbitro pode, se for de opinião que um atleta (ou a sua equipa) foi seriamente afetado/a, de acordo com a Regra 125.7 ou com a Regra 146.4, ordene que a prova (para um, alguns ou todos os atletas) seja repetida, ou que o atleta ou equipa afetada compitam numa volta seguinte da prova.

(b) Se o Árbitro considerar que um atleta foi responsável pelo empurrão, acotovelamento ou obstrução, este atleta (ou a sua equipa) é passível de desclassificação desta prova. O Árbitro pode, se for de opinião que um atleta (ou a sua equipa) foi seriamente afetado/a, de acordo com a Regra 125.7 ou com a Regra 146.4, ordene que a prova repetida excluindo o(s) atleta(s) ou equipa(s) desclassificada(s), ou que o atleta ou equipa afetada (que não o(s) atleta(s) ou equipa(s) desclassificado(s) compita(m) numa volta seguinte da prova.

Nota: Em casos considerados suficientemente graves, a Regra 145.2 também pode ser aplicada.

Em ambos os casos – Regra 163.2 a) e b), - aquele atleta (ou equipa) deverá ter, em princípio, terminado a prova com um esforço de boa-fé.

Infrações nas pistas individuais

3.a) Nas provas disputadas em pistas individuais cada atleta terá de se manter na sua pista individual durante toda a prova. Isto também se aplicará a qualquer parte de uma corrida que se desenrole em pistas individuais.

b) Em todas as provas (ou parte de uma prova) que não se desenrole em pistas individuais, um atleta que corra numa curva, na parte exterior da pista segundo a Regra 163.5.b) ou na parte curva da pista em que os atletas abandonam a pista principal para passar a vala de água dos obstáculos, não poderá dar qualquer passo ou correr sobre ou internamente ao rebordo ou linha que marca o limite interior relevante (interior da pista, a metade exterior da pista ou a parte da pista utilizada para a abordagem da vala com água).

Com exceção do descrito na Regra 163.4, se o Árbitro tiver conhecimento, por um relatório de um Juiz, Fiscal ou de outro modo, que um atleta violou esta Regra, este será desclassificado.

4. Um atleta não será desclassificado se:

a) For empurrado ou forçado por outra pessoa a correr ou a dar qualquer passo fora da sua pista individual, ou sobre ou interiormente ao rebordo ou linha marcando o limite interior relevante, ou

b) Correr ou dar qualquer passo fora da sua pista individual numa reta, fora de qualquer parte reta da parte da pista em que os atletas abandonam a parte principal para passar a vala de água, ou, na curva, para o exterior da linha que se situa à sua direita da sua pista individual, sem que haja qualquer vantagem material e sem que qualquer outro atleta seja empurrado, acotovelado ou obstruído, de modo que impeça a sua progressão. Se houver obtenção de vantagem material, o atleta deve ser desclassificado.

Nota: Vantagem material inclui a melhoria da sua posição por qualquer maneira, incluindo a sua saída de uma situação de “caixa” numa prova, por ter pisado ou corrido no interior do bordo interior da pista.

Esta Nota proíbe especificamente a prática de um atleta que procura melhorar a sua posição em provas, deslocando-se para o interior da pista

(quer intencionalmente ou depois de ter sido empurrado ou obstruído por outro atleta), para sair de uma posição encurralada, ao correr no interior da pista até sair desta posição encurralada. Embora normalmente, o correr no interior da pista 1 na reta (diferentemente de o fazer na curva) não leve a uma desclassificação obrigatória, o Árbitro tem o poder de o desclassificar, a seu critério, se isso ocorrer, e o atleta tirar vantagem, mesmo que a razão inicial para isso acontecer tivesse sido um empurrão ou uma obstrução. Nestes casos, o atleta deve retornar, de imediato, à pista sem procurar ou ganhar qualquer vantagem.

5. Nas competições previstas na Regra 1.1 e quando for aplicável noutras competições:

a) A corrida de 800m será percorrida em pistas individuais até à margem inicial da linha de passagem à corda, situada no fim da primeira curva, a partir da qual os atletas podem abandonar as respetivas pistas individuais.

A linha de passagem à corda, será uma linha em arco, com 50mm de largura, marcada a toda a largura da pista, com a exceção da pista 1.

Para auxiliar os atletas a identificar a linha de passagem à corda, pequenos cones, prismas ou outras marcas adequadas, de 50mm x 50mm, com um máximo de 0,15m de altura, de preferência de cor diferente da linha de passagem à corda e das linhas das pistas individuais, serão colocados nas linhas delimitadoras das pistas individuais, imediatamente antes da intersecção de cada pista individual com a linha de passagem à corda. Se um atleta não cumprir com esta Regra ele, ou no caso das Estafetas a sua equipa, deverá ser desclassificado(a).

Nota: *Em competições sob a Regra 1.1 d) e h), as equipas participantes podem acordar não utilizar pistas individuais.*

b) Quando há mais de 12 atletas numa prova de 1000m, 2000m, 3000m, 5000m ou 10.000m, eles podem ser divididos em dois grupos, com um grupo com aproximadamente dois terços dos atletas partindo da linha de partida normal em arco, e o outro grupo numa linha de partida separada, igualmente marcada em arco, na metade exterior da pista. O segundo grupo deve correr nesta metade exterior da pista até ao final da primeira curva da corrida, que deve ser marcada por cones, bandeiras ou por um rebordo provisório, conforme descrito na Regra 160.1.

A segunda linha de partida em arco deve ser posicionada para que todos os atletas corram a mesma distância.

A linha de passagem à corda dos 800m indica o local onde os atletas do

grupo exterior dos 2000m e 10.000m se podem juntar aos outros atletas que partiram da linha de partida normal.

Nos casos em que se organizam partidas em grupos separados em provas de 1000m, 3000m e 5000m, a pista deve ser marcada no início do final da reta para indicar onde os atletas que começam no grupo exterior podem juntar-se aos atletas que partiram na linha de partida normal. Esta marca pode ter 50mm x 50mm, situando-se na linha entre as pistas 4 e 5 (pistas 3 e 4 numa pista de 6 pistas individuais), e imediatamente antes deverá estar colocado um cone ou uma bandeira até que os dois grupos convirjam.

c) Se um atleta não respeitar esta Regra ele, ou no caso de uma estafeta a sua equipa, será desclassificada.

Abandono da Pista

- Um atleta, após ter voluntariamente abandonado a pista, não será autorizado a continuar na prova, e será considerado, e assim será registado, como não tendo terminado a prova. Caso o atleta tente voltar à prova, ele será desclassificado pelo Árbitro.

Marcas

- Com exceção do referido em 170.4, quando toda ou a primeira parte de uma corrida de estafetas for corrida em pistas individuais, os atletas não podem colocar marcas ou objetos sobre ou ao longo da pista com o objetivo de os auxiliar. Os juizes devem indicar aos atletas, quando necessário, para adaptarem ou retirarem qualquer marca ou objeto que não cumpram com esta Regra. Se ele não o fizer, os juizes devem removê-las.

Nota: Os casos graves podem ainda ser tratados de acordo com a Regra 145.2

Medição do Vento

- Todos os anemómetros devem ser fabricados e calibrados de acordo com as normas internacionais. A precisão do equipamento de medição utilizado na competição deverá ter sido verificada por uma organização apropriada, acreditada pela Autoridade Nacional de Medição - Instituto de Soldadura e Qualidade – ISQ.
- Anemómetros não mecânicos deverão ser utilizados em todas as competições internacionais realizadas sob a Regra 1.1 a) a h), e para quaisquer resultados submetidos para ratificação como Recorde do Mundo.

Um anemómetro mecânico deverá ter uma proteção adequada para reduzir o impacto de qualquer componente de vento lateral. Quando se utilizar anemómetros em forma de tubo, o seu comprimento em ambos os lados do aparelho, deverá ter pelo menos o dobro do diâmetro do tubo.

10. O Árbitro de Provas de Pista deverá garantir que nas corridas, o anemómetro terá de ser colocado ao lado da reta de chegada adjacente à pista individual n.º 1 e a 50m da linha de chegada. O plano de medição da velocidade do vento deverá estar posicionado a 1,22m de altura $\pm 0,05$, e a 2m no máximo da pista.
11. O anemómetro pode ser acionado e parado automaticamente e/ou remotamente, e a informação ser transmitida diretamente para o sistema informático da competição.
12. Os períodos de tempo durante os quais a velocidade do vento tem de ser medida, a partir da emissão da chama/fumo da pistola, são os seguintes:

100m	10 segundos
100m barreiras	13 segundos
110m barreiras	13 segundos

Nas corridas de 200m, a velocidade do vento será normalmente medida durante um período de 10 segundos, a partir do momento em que o atleta que lidere a prova entre na reta final.

13. O anemómetro será lido em metros por segundo, arredondando-se ao décimo de metro por segundo superior, a não ser que o segundo decimal seja zero (isto é, uma leitura de +2,03m/s será registada como +2,1m/s e uma leitura de -2,03m/s será registada como -2,0m/s). Os anemómetros que produzam leituras digitais expressas em 1/10 por segundo, terão de ser construídos de modo a cumprir esta Regra.

Indicação de Tempos intermédios

14. Tempos intermédios e tempos finais provisórios dos vencedores podem ser anunciados oficialmente e/ou afixados. Tais tempos não podem ser comunicados aos atletas por pessoas que estejam na área da competição sem a autorização prévia do Árbitro respetivo.

Esta permissão só poderá ser concedida quando não haja mostradores do tempo decorrido visíveis para os atletas nos locais relevantes e em circunstâncias em que os tempos sejam disponibilizados a todos os atletas participantes na prova.

Se se considerar que os atletas receberam informação sobre tempos intermédios em violação desta Regra, deverá ser considerado que receberam assistência e como tal sujeitos ao estabelecido na Regra 144.2.

Nota: *A área de competição, que normalmente possui uma barreira física, é definida como a área onde a competição se desenrola e onde o acesso é restrito a atletas participantes e a pessoal autorizado de acordo com as Regras e regulamentos relevantes.*

Bebidas / Refrescamentos

15.a) Nas provas de pista de distância igual ou superior a 5000m, os Organizadores podem providenciar água e esponjas aos atletas, caso as condições meteorológicas o aconselhem.

b) Em provas de pista de distância superior a 10.000m, abastecimentos, água e esponjas devem ser disponibilizados. Os abastecimentos podem ser providenciados quer pelo Comité Organizador quer pelo atleta, e serão colocados de modo a serem facilmente acessíveis por parte do atleta, ou podem ser-lhe entregues na mão por pessoas autorizadas. Os abastecimentos disponibilizados pelos atletas serão guardados sob o controlo de oficiais designados pelos Organizadores, a partir do momento em que sejam entregues pelo atleta ou seu representante. Os oficiais assegurar-se-ão de que os refrescamentos não são alterados ou adulterados de qualquer modo.

c) Um atleta que receba ou recolha refrescamentos ou água num lugar diferente das estações oficiais, exceto quando forem fornecidas por razões médicas, de ou sob a direção de oficiais da prova, ou apanhe o refrescamento de outro atleta, deverá, relativamente à primeira falta, ser advertido pelo Árbitro, usualmente mostrando-lhe um cartão amarelo. Relativamente a uma segunda falta, o Árbitro deve desclassificar o atleta, normalmente exibindo um cartão vermelho. O atleta deve então deixar imediatamente o percurso.

Nota: *Um atleta pode receber de um atleta, ou passar-lhe, um refrescamento, água ou esponjas, desde que tenha sido transportado desde a partida ou recolhido ou recebido numa estação oficial. No entanto, qualquer apoio contínuo de um atleta a um ou mais atletas, de tal modo que tal possa ser considerado como assistência injusta, pode estar sujeitos a advertências e/ou desclassificações como referido anteriormente.*

REGRA 164

A Chegada

1. A chegada de uma corrida ou prova de marcha será indicada por uma linha branca com 50mm de largura.

Nota: *No caso de provas que acabem fora do estádio, a linha de chegada pode ter até 0,30m de largura e pode ter qualquer cor contrastante com a superfície da zona de chegada.*

2. Os atletas serão classificados pela ordem por que qualquer parte do seu corpo (isto é o tronco e nunca a cabeça, o pescoço, braços, pernas, mãos e pés), atinja o plano vertical definido pela margem da linha de chegada que fica mais perto da linha de partida.
3. Nas corridas baseadas na distância percorrida num período de tempo fixo, o Juiz de Partidas disparará a pistola exatamente um minuto antes do fim da prova, para avisar os atletas e os Juizes de que a prova se aproxima do seu fim. O Juiz de Partida será orientado pelo Chefe de Cronometristas, e exatamente no tempo apropriado após a partida, o Juiz de Partida assinalará o fim da prova disparando novo tiro de pistola. No momento em que a pistola é disparada para assinalar que o tempo de prova expirou, os Juizes designados para este fim marcarão a posição exata em que cada atleta tocou na pista pela última vez, antes ou simultaneamente com o disparo da pistola.

A distância percorrida será medida até ao metro anterior mais próximo, relativamente à posição atrás referida. Pelo menos um Juiz terá de ser designado para cada atleta antes do início da prova, com o objetivo de marcar a distância percorrida.

As diretrizes para a organização da Corrida da Hora podem ser descarregadas do site da IAAF.

REGRA 165

Cronometragem e Vídeo Finish

1. Três métodos alternativos de cronometragem serão reconhecidos oficialmente:
 - a) Manual;
 - b) Totalmente automática, obtido através de um sistema de Vídeo Finish;

- c) Cronometragem proveniente de um sistema tipo "Chip", apenas para competições previstas nas Regras 230 (provas não realizadas totalmente em Estádio), 240, 250, 251 e 252.
- 2. De acordo com a Regra 165.1 (a) e (b), o tempo será medido até ao momento em que qualquer parte do corpo do atleta (isto é, o tronco, mas não a cabeça, pescoço, braços, pernas, mãos ou pés) alcança o plano perpendicular definido pela margem da linha de chegada que fica mais próxima da linha de partida.
- 3. Os tempos de todos os atletas que terminem uma corrida ou prova de marcha terão de ser registados. Adicionalmente e sempre que possível, os tempos de passagem volta a volta nas corridas iguais ou superiores a 800m, e de 1.000m em 1.000m nas corridas ou provas de marcha iguais ou superiores a 3.000m, serão igualmente registados.

Cronometragem Manual

- 4. Os Cronometristas terão de estar alinhados com a linha de chegada e, sempre que possível, devem encontrar-se, pelo menos, a 5m da pista individual mais exterior. Para que tenham um bom campo de visão da linha de chegada devem dispor de um lugar elevado.
- 5. Os Cronometristas usarão cronómetros eletrónicos com símbolos digitais, operados manualmente. Todos estes dispositivos serão designados como "Cronómetros" para os fins das Regras da IAAF.
- 6. Os tempos por volta e os tempos intermédios contemplados na Regra 165.3 serão registados, quer pelos Cronometristas principais, utilizando cronómetros capazes de registar mais de um tempo, ou pelos Cronometristas adicionais.
- 7. Os tempos serão medidos a partir do clarão/fumo da pistola.
- 8. Três Cronometristas oficiais (um dos quais será o Chefe) e um ou dois Cronometristas adjuntos cronometrarão o tempo do vencedor de cada prova e qualquer marca para efeitos de recorde. (No caso das Provas Combinadas, ver Regra 200.8 b)). Os tempos registados pelos Cronometristas adjuntos apenas serão tomados em consideração no caso dos cronómetros de um ou mais cronometristas oficiais não tiverem registado o tempo de forma correta. Neste caso serão chamados os Cronometristas adjuntos, pela ordem preestabelecida, de maneira a que o tempo oficial do vencedor seja registado por três cronometristas em todas as corridas.

9. Cada Cronometrista operará independentemente e, sem discutir o seu tempo ou mostrar o seu cronómetro a qualquer pessoa, escreverá o respetivo tempo na folha de registo que, depois de assinada, será entregue ao chefe dos Cronometristas, que poderá examinar os cronómetros para verificar os tempos indicados.
10. Em todas as corridas cronometradas manualmente, os tempos serão lidos e registados como se segue:
- a) Para provas em pista, a não ser que o tempo seja 0,1 segundo exato, o tempo será lido e registado no 0,1 segundo superior, isto é, 10,11 será registado como 10,2.
 - b) Os tempos das corridas ou provas de marcha disputadas parcial ou totalmente fora do estádio, a não ser que o tempo seja um segundo exato, os tempos serão convertidos e registados no segundo superior, isto é, para uma maratona, 2:09:44,3 deve ser convertido em 2:09:45.
11. Se, após conversão dos tempos como indicados anteriormente, dois dos três cronómetros concordarem e o terceiro discordar, o tempo registado pelos dois cronómetros será o tempo oficial.
- Se os três cronómetros discordarem entre si, o tempo do meio será o oficial.
- Se somente dispusermos de dois tempos, e estes divergirem entre si, o pior será o oficial.
12. O Chefe dos Cronometristas em conformidade com as Regras acima mencionadas decidirá então qual é o tempo oficial de cada atleta e entregará os resultados ao Secretário da Competição para sua publicação.

Cronometragem totalmente automática e Sistema de Vídeo Finish

13. Um sistema de cronometragem inteiramente automático e de Vídeo Finish que cumpra as regras da IAAF deveria ser utilizado em todas as competições.

O Sistema

14. O sistema terá de ter sido testado, e ter um certificado de precisão emitido nos 4 anos anteriores à realização da competição, incluindo o seguinte:
- a) O Sistema deve registar a chegada por meio de uma câmara posicionada na extensão da linha de chegada, produzindo uma imagem composta.

(i) Para competições referidas na Regra 1.1, esta imagem composta deve ser composta pelo menos por 1000 imagens por segundo.

(ii) Para outras competições, esta imagem composta deve ser composta pelo menos por 100 imagens por segundo.

Em cada caso, a imagem deve estar sincronizada com uma escala marcada uniformemente, graduada em 0,01s.

b) O Sistema será desencadeado automaticamente pelo sinal do Juiz de Partida, de modo que o intervalo de tempo existente entre o som da pistola ou indicação visual equivalente e o início do funcionamento do sistema de cronometragem seja constante e igual ou inferior a 0,001s.

15. Por forma a confirmar o correto alinhamento da câmara e facilitar a leitura das imagens produzidas, as intersecções das linhas separadoras das pistas individuais com a linha de chegada serão pintadas de preto num desenho adequado. Apenas deverá ser pintada a intersecção das duas linhas, não devendo esta pintura ultrapassar os 20mm para além, e não para aquém, da margem definidora da linha de chegada. Poderão ser colocadas marcas pretas similares de cada lado da intersecção de uma linha de uma pista apropriada e a linha de chegada, para facilitar a leitura.

16. A classificação dos atletas deverá ser obtida a partir da imagem com um cursor que seja garantidamente perpendicular à escala de tempos.

17. O sistema deverá determinar e registar automaticamente os tempos finais dos atletas e deverá também ser capaz de produzir uma imagem impressa que mostre o tempo de cada atleta. Deverá igualmente proporcionar um resumo, em formato de tabela, que mostre os tempos ou outros resultados de cada atleta. Posteriores alterações de valores obtidos automaticamente e a introdução manual de valores (como a hora de partida, a hora de chegada) serão indicados automaticamente pelo sistema na escala de tempos da imagem impressa e do resumo em formato de tabela.

18. Um dispositivo de cronometragem que opere automaticamente à partida ou no fim de uma prova, mas não em ambos os casos, será considerado como não fornecendo tempos manuais nem tempos inteiramente automáticos e não será, por conseguinte, utilizado para obter tempos oficiais. Neste caso, os tempos lidos da imagem não serão, em nenhuma circunstância, considerados como oficiais, mas a imagem poderá ser usada como suporte válido para determinar o posicionamento dos atletas e ajustar intervalos de tempo entre eles.

Nota: Se o sistema não for iniciado automaticamente pelo Juiz de Partida, a escala de tempos na imagem deve indicar esse facto automaticamente.

Operação

- 19.O Juiz-Chefe de Cronometragem Automática será o responsável pelo funcionamento do sistema. Antes do início da competição, ele reunirá com o pessoal técnico envolvido e familiarizar-se com o equipamento, verificando todas as configurações aplicáveis.

O Juiz Chefe de Cronometragem Automática em colaboração com o Árbitro de provas de pista e o Juiz de Partida, realizarão o “teste zero”, antes do início de cada sessão, de modo a assegurar que o funcionamento do equipamento é iniciado automaticamente pela pistola do Juiz de Partida, dentro do limite indicado na Regra 165.14(b) (isto é, igual ou inferior a 0,001 segundos).

Ele supervisionará o teste do equipamento e assegurar-se-á de que a(s) câmara(s) está(ão) corretamente alinhada(s).

- 20.Deverão existir, pelo menos, duas câmaras de cronometragem automática, posicionadas, uma de cada lado. Estes sistemas de cronometragem devem ser, preferencialmente, tecnicamente independentes, isto é, alimentados por fontes de energia diferentes e registando e recebendo o impulso proveniente da pistola do Juiz de Partida por intermédio de equipamentos e cabos diferentes.

Nota: Quando forem utilizadas 2 ou mais câmaras de cronometragem automática, uma deverá ser designada como oficial pelo(s) Delegado(s) Técnico(s) (ou pelo Juiz Internacional de Cronometragem Automática, quando este seja nomeado), antes do início da competição. Os lugares e tempos da(s) outra(s) câmara(s) não serão considerados a não ser que haja razões para duvidar da fiabilidade da câmara oficial, ou haja necessidade de utilizar as imagens suplementares para resolver dúvidas na ordem de chegada (i.e. atletas total ou parcialmente encobertos na foto oficial).

- 21.Em conjunto com um adequado número de assistentes, o Juiz-chefe de Cronometragem Automática determinará o lugar dos atletas e por consequência os seus respetivos tempos oficiais. Assegurar-se-á de que estes resultados são corretamente introduzidos no sistema de resultados ou transferidos para o sistema de resultados da competição e enviados para o Secretário da Competição.

Em competições importantes, onde a tecnologia está disponível, a imagem do Vídeo Finish é geralmente mostrada de imediato no Ecrã de

Vídeo ou publicada na internet. Tornou-se uma prática o proporcionar aos atletas ou pessoas em seu nome, que estão a considerar fazer um protesto ou apelo, a oportunidade de ver a foto, a fim de evitar perdas de tempo em protestos ou recursos desnecessários.

22. Os tempos obtidos a partir de um dispositivo inteiramente automático serão considerados oficiais, a não ser que, por qualquer motivo, o Oficial apropriado decida que eles são manifestamente incorretos. Nesse caso serão aceites como oficiais os tempos manuais, sendo os mesmos, se possível, ajustados com base nos dados fornecidos pelas imagens do sistema de cronometragem automática. Estes cronometristas manuais devem ser nomeados caso exista a possibilidade de falha da cronometragem automática.

23. Os tempos devem ser lidos e registados da imagem do sistema de Vídeo Finish como segue:

a) Em todas as provas até 10.000m inclusive, a não ser que o tempo seja um exato 0,01 segundos, o tempo será convertido e registado ao/no 0,01 segundo superior; por ex.: um tempo de 26:17.533 será registado como 26:17.54.

b) Em todas as provas em pista de distância superior a 10.000m, todos os tempos não terminados em dois zeros serão convertidos e registados ao/no décimo de segundo superior, e registado em décimos de segundo, isto é, um tempo aos 20.000m de 59:26.322 será registado como 59:26.4;

c) Em todas as provas disputadas parcial ou totalmente fora de um estádio, todos os tempos não terminados em três zeros, serão convertidos e registados ao/no segundo imediatamente superior.

Cronometragem tipo “Chip”

24. A utilização de sistema tipo “Chip” que cumpra as Regras da IAAF, em corridas realizadas de acordo com a Regra 230 (corridas não disputadas completamente em Estádio), 240, 250, 251 e 252 está autorizada, desde que:

a) Nenhum dos equipamentos utilizados na partida, ao longo do percurso ou na linha de chegada constituam um obstáculo significativo ou uma barreira à progressão do atleta;

b) O peso do “Chip” e o local onde ele seja colocado no equipamento do atleta, no dorsal ou no calçado seja insignificante;

- c) O sistema seja ativado pela pistola do Juiz de Partida ou sincronizado com o sinal de partida.
- d) O sistema não requeira qualquer intervenção, por parte do atleta, durante a competição, na linha de chegada ou durante o registo das chegadas;
- e) Para todas as corridas ou provas de marcha, todos os tempos lidos não acabados em zero serão convertidos e registados ao/no segundo superior (para uma maratona, 2:09:44.3 será registado como 2:09:45).
- f) Sendo correto que a determinação dos tempos e da ordem de chegada podem ser consideradas como oficiais, as Regras 164.2 e 165.2 têm de ser aplicadas, quando solicitado.

Nota: *Recomenda-se que sejam providenciados Juizes e/ou um Sistema de Vídeo à chegada a fim de ajudar a determinar a ordem de chegada.*

É importante que, ao usar a cronometragem tipo chip, os organizadores utilizem sistemas de backup adequados, especialmente para respeitar a Regra 165.24 (f). A existência de Cronometristas de salvaguarda e, mais importante, Juizes de Chegada, para julgar chegadas mais difíceis (atletas chegando em intervalos de tempo muito curtos, que podem não ser diferenciadas pelo tempo de chip) são fortemente recomendados.

- 25.O Juiz Chefe de Cronometragem tipo «Chip» será o responsável pelo funcionamento do Sistema. Antes do início da competição, ele irá reunir-se com a equipa técnica em funções e familiarizar-se-á com o equipamento. Supervisionará o teste do equipamento e assegurar-se-á de que a passagem do «Chip» sobre a linha de chegada irá gravar o tempo final do atleta. Em conjunto com o Árbitro, assegurar-se-á que é aplicada, quando necessário, a Regra 165.24 f)

REGRA 166

Distribuição de Atletas, Sorteios e Qualificações nas Corridas

Rondas, eliminatórias e séries

1. Serão organizadas rondas qualificativas nas provas de pista em que o número de atletas seja muito elevado para permitir que a prova seja disputada satisfatoriamente em final direta. Nos casos em que se realizem rondas qualificativas numa prova, todos os atletas têm de competir e qualificar-se através de todas elas, exceto que o organismo com controlo sobre a competição, pode, para uma ou mais provas, autorizar a condução de ronda(s) adicional(ais) de qualificação, quer na própria competição

quer em uma ou mais competições prévias, determinando qual ou quais os atletas que terão o direito de participar e em que ronda da competição. Este procedimento e quaisquer outros modos de qualificação (como, por exemplo, obter mínimos de participação num determinado período, uma posição específica alcançada numa determinada competição ou posição em rankings), pelos quais um atleta terá o direito de participar, e em que volta da competição, serão estabelecidos nos regulamentos de cada competição.

2. As voltas qualificativas para as provas de pista serão elaboradas como segue pelos Delegados Técnicos nomeados. Se não forem nomeados Delegados Técnicos deverão ser elaboradas pelos Organizadores.

a) Os regulamentos de cada competição deveriam incluir tabelas, as quais terão, salvo circunstâncias excepcionais, de ser usadas para determinar o número de voltas qualificativas, o número de eliminatórias de cada volta que serão realizadas e o sistema de qualificação, i.e., aqueles que avançam por posição (P) e por tempo (T) em cada volta qualificativa. Esta informação terá ainda de ser providenciada para quaisquer rondas preliminares.

Tabelas, que podem ser utilizadas na ausência de tal informação nos Regulamentos específicos ou de outra decisão dos Organizadores, serão publicadas no site da internet da IAAF.

b) Sempre que possível, representantes de cada Membro da Equipa, assim como os melhores atletas, serão colocados em eliminatórias diferentes, em todas as voltas qualificativas da competição. Ao aplicar-se esta Regra, após a primeira volta qualificativa, a troca de atletas que se mostre necessária entre as eliminatórias de cada volta qualificativa, deveria, quando possível, ser feita entre atletas colocados no mesmo "grupo de pistas individuais", de acordo com a Regra 166.4 (b).

c) Quando se organizarem as eliminatórias, a maior quantidade possível de informação sobre as marcas dos atletas deve ser tomada em consideração, e as eliminatórias elaboradas, de modo que, normalmente, os melhores atletas atinjam a final.

As rondas de qualificação deveriam determinar, da melhor forma possível, os atletas que participarão na próxima ronda e eventualmente na final. Isso inclui evitar, sempre que possível, o confronto entre os melhores atletas (determinados normalmente pelo desempenho durante o período de qualificação, mas também tendo em conta aspectos como as melhores marcas de tempos mais recentes) nas mesmas eliminatórias, do mesmo modo como se aplica aos atletas do mesmo Membro ou equipa.

Pelo menos para as principais competições, a base das seriações que serão utilizadas para a elaboração das eliminatórias da 1ª volta qualificativa, deveriam ser os melhores tempos alcançado por cada atleta em condições válidas (incluindo com os valores da velocidade do vento para as provas relevantes) durante o período pré-determinado. Este período geralmente será especificado nos Regulamentos Técnicos ou no documento que define as condições de inscrição e os mínimos de qualificação para a competição. Onde não houver esta especificação, então o (s) Delegado(s) Técnico(s) ou os Organizadores devem decidir as bases de como a seriação antes referida se realizará.

Fatores como marcas obtidas durante os treinos ou testes, mesmo que pareçam ser uma competição, ou a noção de quanto o atleta possa “valer” mas nunca conseguiu, não podem ser tomadas como válidas para utilizar na seriação.

Os requisitos da Regra em relação aos “melhores atletas” exige algum afastamento do protocolo estrito que foi acima descrito. Por exemplo, um atleta que normalmente pode ser seriado numa posição mais elevada, pode não ter qualquer resultado, ou pode ter um mau resultado, no período pré-determinado (por lesão, doença, inelegibilidade ou, no caso de competições de pista coberta, apenas ter resultados em pista ao ar livre). Embora o atleta pudesse, normalmente, ser colocado numa má posição, ou mesmo no fim da seriação, deverá haver um ajuste por parte dos Delegados Técnicos relativamente a esse posicionamento. Princípios idênticos devem ser aplicados para evitar um confronto, numa ronda de qualificação, entre atletas considerados favoritos para se situarem numa classificação mais elevada na prova, caso os resultados da ronda anterior pudessem ditar, estritamente, que eles deveriam participar na mesma eliminatória. Ao mesmo tempo, também devem ser feitos ajustes para garantir, o máximo possível, que os atletas do mesmo país ou equipa estejam em séries diferentes.

Em todos esses casos, os ajustes na seriação devem ser feitos após a seriação inicial que serviria para organizar as eliminatórias, mas antes que qualquer sorteio das pistas seja efetuado.

Ao aplicar estes princípios, poderão ser feitas trocas de atletas, como segue:

a) Na primeira volta, entre atletas com uma posição semelhante na lista dos melhores resultados válidos durante o período de tempo pré-determinado; e

b) Nas rondas posteriores, entre os atletas com um posicionamento semelhante baseados na Regra 166.4 b).

Seguir estes princípios é mais importante nas competições em que o número de rondas for reduzido a alguns eventos - fazer uma seriação precisa e bem pensada é vital para alcançar um processo que permita uma competição justa eleticamente atraente.

Para competições de nível inferior, os Delegados Técnicos ou os Organizadores podem considerar usar outros princípios para alcançar idêntico resultado final

Rankings e Constituição das Eliminatórias

3. a) Na primeira volta qualificativa os atletas serão colocados nas eliminatórias utilizando a distribuição em "zigzag", a partir da lista de marcas válidas obtidas durante o período predeterminado.

b) Após a primeira volta, os atletas serão colocados nas eliminatórias das voltas subseqüentes de acordo com os seguintes procedimentos:

(i) Nas provas de 100m a 400m inclusive, e estafetas até e incluindo os 4x400m, a distribuição será feita tendo em conta as classificações e as marcas realizadas nas voltas anteriores. Para este fim, os atletas serão colocados num ranking do seguinte modo:

- Vencedor da eliminatória mais rápida;
- Vencedor da 2ª eliminatória mais rápida;
- Vencedor da 3ª eliminatória mais rápida, etc.;
- Segundo classificado com melhor tempo;
- Segundo classificado com segundo melhor tempo;
- Segundo classificado com terceiro melhor tempo, etc.

(Concluindo com)

- Melhor qualificado por tempo;
- Segundo melhor qualificado por tempo;
- Terceiro melhor qualificado por tempo, etc.

(ii) Noutras provas, as marcas iniciais continuarão a ser utilizadas na seriação, apenas modificadas por melhorias nas mesmas, conseguidas durante a(s) volta(s) anterior(es).

c) Os atletas serão, então, colocados nas eliminatórias, pela ordem de seriação, numa distribuição em "zig-zag". Por exemplo, numa distribuição por 3 eliminatórias de uma volta, verificar-se-ia o seguinte:

A 1 6 7 12 13 18 19 24

B 2 5 8 11 14 17 20 23

C 3 4 9 10 15 16 21 22

d) Em cada caso, a ordem de realização das eliminatórias será sorteada, após a composição das eliminatórias ter sido decidida.

Para a primeira ronda, e de modo a reduzir o número de eliminatórias necessário, é aceitável e normal utilizar pistas individuais disponíveis (por exemplo, uma pista número nove em linha reta ou circular), a ser utilizada em corridas até 400 metros inclusive, e ter mais do que um atleta numa mesma pista individual, na partida de uma corrida de 800m.

O sorteio aleatório para determinar a ordem em que as eliminatórias irão decorrer baseia-se num princípio de justiça. Nas corridas de média e longa distância, os atletas que correm na última série, terão conhecimento, no que à qualificação por tempos diz respeito, a marca que deverão fazer para serem qualificados para a volta seguinte. Mesmo no que diz respeito às corridas mais curtas, há um aspeto de justiça envolvido, já que as condições de tempo podem mudar (uma queda de chuva súbita ou uma alteração na força ou direção do vento). A justiça determina que a ordem seja determinada pelo acaso.

Sorteio de Pistas

4. Nas provas de 100m a 800m inclusive, e nas estafetas até 4x400m inclusive, caso se realizem voltas qualificativas sucessivas, as pistas individuais serão sorteadas do seguinte modo:

a) Na primeira ronda, e em qualquer ronda adicional de qualificação de acordo com a Regra 166.1 a colocação nas pistas individuais será sorteada.

b) Para as voltas seguintes, os atletas serão seriados após cada volta, de acordo com os procedimentos referidos na Regra 166.3.b) (i), ou no caso dos 800m, da Regra 166.3 b) (ii).

Realizar-se-ão então três sorteios:

- (i) Um para os 4 atletas ou equipas melhor colocados no Ranking utilizado para elaboração das eliminatórias, para determinar a colocação nas pistas individuais 3, 4, 5 e 6;
- (ii) Outro para os atletas ou equipas seriadas em 5º e 6º lugar para determinar a colocação nas pistas individuais 7 e 8;
- (iii) Outro para os dois atletas ou equipas pior seriadas, para determinar a colocação nas pistas individuais 1 e 2.

Nota (i): Quando existirem menos ou mais de 8 pistas individuais, será seguido o sistema anterior, com as necessárias modificações.

Nota (ii): Nas competições realizadas sob a Regra 1.1 d) a j), a prova de 800m pode ser disputada com um ou dois atletas em cada pista individual ou com os atletas partindo em grupo atrás duma linha curva de partida. Nas competições a que se refere a Regra 1.1 a) b) c) e f) isto deveria ser aplicado apenas para a 1ª eliminatória, a não ser que, devido a empates ou por decisão do Árbitro ou do Júri de Apelo, haja mais atletas para uma eliminatória do que estava previsto.

Nota (iii): Em qualquer corrida de 800m, incluindo a final, onde por qualquer motivo existem mais atletas a competir do que pistas disponíveis, o(s) Delegado(s) Técnico(s) determinará(ão) em que pistas mais do que um atleta irá correr.

Nota (iv): Quando haja mais pistas individuais que atletas, a(s) pista(s) interiores deverão ficar livres.

No que diz respeito à Nota (iii), não existe uma especificação exata sobre como os Delegados Técnicos devem atuar, pois as situações que podem dar origem à mesma, podem variar muito. No entanto, esta questão só afeta o funcionamento na primeira curva da corrida e não é tão importante como a colocação de pistas numa corrida mais curta. Os delegados técnicos são aconselhados a colocar o (s) atleta (s) adicional (s) na (s) pista (s) onde uma colocação “dupla” causará menos complicação - geralmente as pistas externas para que os atletas não corram juntos numa curva mais apertada.

Quanto à Nota (iv), relativamente aos casos que um estádio tem mais de oito pistas disponíveis, o (s) Delegado (s) Técnico (s) (ou se nenhum, os Organizadores) deve(m) decidir antecipadamente que pistas devem ser utilizadas para esse fim. Por exemplo, no caso de uma pista oval com nove pistas individuais, a pista 1 não seria utilizada nos casos em que menos de nove atletas participem numa corrida. Consequentemente, para os propósitos da Regra 166.4, a pista 2 é considerada como pista 1 e assim por sucessivamente.

5. Nas competições previstas na Regra 1.1 a), b), c) e f), para provas superiores a 800m, estafetas superiores a 4x400m, e em qualquer outra em que só se realizem finais, a posição de partida será obtida por sorteio.
6. Quando se decida que uma prova se desenrolará por séries, em vez de voltas qualificativas preliminares e final, os regulamentos da competição deverão incluir todas as considerações relevantes, incluindo a distribuição, sorteio e o método pelo qual serão determinados os resultados finais.
7. Não é permitido a um atleta participar numa eliminatória ou pista individual diferente daquela que lhe foi designada, exceto quando se verificarem circunstâncias que, na opinião do(s) Delegado(s) Técnico(s) ou do Árbitro, justifiquem a alteração.

Qualificação para a ronda seguinte

8. Em todas as rondas qualificativas, as tabelas deveriam, sempre que possível, permitir que pelo menos o primeiro e segundo classificados de cada eliminatória qualifiquem para a volta seguinte, e recomenda-se que, quando possível, pelo menos três atletas sejam classificados em cada eliminatória.

A não ser nos casos em que se aplique o previsto na Regra 167, quaisquer outros atletas admitidos a disputar a volta seguinte serão apurados quer pelo lugar alcançado quer pelos tempos realizados de acordo com a Regra 166.2, quer com base nos Regulamentos Técnicos aplicáveis, ou como determine(m) o(s) Delegado(s) Técnico(s). Quando os atletas forem qualificados pelos tempos obtidos, apenas um sistema de cronometragem pode ser utilizado na determinação dos mesmos.

No entanto, haverá ocasiões em que a Regra 167 pode originar uma variação a ser aplicada, particularmente quando haja um empate para a última posição a ser qualificada com base na classificação. Nesses casos, pode ser necessário que um atleta a menos faça a sua progressão com base no tempo obtido. Nos casos em que há pistas disponíveis, ou no caso dos 800m (onde uma pista na partida pode ser utilizada para mais de um atleta) ou uma corrida com partida em linha, o (s) Delegado (s) Técnico (s) pode(m) decidir fazer progredir atleta(s) adicional(is).

Devido à disposição da Regra 166.8 que, para uma qualificação com base no tempo obtido, apenas um sistema de Cronometragem pode ser aplicado, é importante que sistemas de Cronometragem que atuem como back-up estejam disponíveis, caso o sistema primário (geralmente Vídeo Finish) falhar. Nos casos em que apenas tempos de diferentes sistemas de Cronometragem estejam disponíveis para duas ou mais eliminatórias, os Delegados Técnicos, em conjunto com o Árbitro de Provas de Pista,

deveriam determinar, nas circunstâncias de uma competição específica, o método mais justo para determinar os atletas que devem participar na próxima ronda. Onde existam pistas adicionais disponíveis, é recomendável que esta opção seja considerada em primeiro lugar.

Meetings de um dia

9. Em competições organizadas de acordo com a regra 1.1. (e), (i) e (j), os atletas poderão ser seriados, ordenados e/ou alocados nas pistas individuais de acordo com as regulamentações aplicáveis para a competição ou ser utilizado outro método determinado pelos Organizadores, mas tal deverá ser notificado preferencialmente com antecedência aos atletas e seus representantes.

Em meetings de um dia, se houver apenas uma ronda “final”, mas com mais de uma corrida, as corridas devem ser organizadas de acordo com qualquer regulamentação aplicável para o meeting ou para o conjunto dos meetings de que faz parte. Se não houver nenhum, é habitual a distribuição dos atletas nas várias “corridas” ser efetuada pelos Organizadores ou, se solicitado, pelo(s) Delegado(s) Técnico(s) designado(s).

Considerações semelhantes aplicam-se relativamente a como será decidida a classificação final em casos como este. Nalguns meetings, a(s) “corrida(s)” que não a corrida principal, são consideradas como corridas separadas e não são consideradas para a classificação geral, mas noutros, os resultados de mais de uma corrida são “combinados” para se obter a classificação final. É altamente recomendável assegurar que o que for aplicável para a competição seja dada informação antecipadamente aos participantes, pois pode afetar a atribuição de prémios e outras considerações.

Tempos mínimos entre rondas

10. Quando possível, os seguintes tempos mínimos de intervalo deverão ser previstos, entre a última eliminatória de uma volta e a primeira da volta seguinte ou final:

Provas até 200m (inclusive)	45min
Acima de 200m até 1.000m (inclusive)	90min
Acima de 1.000m	não realizar no mesmo dia

Tab. dos Tempos Mínimos entre Rondas

REGRA 167

Empates

1. Se os Juízes de Chegada ou os Juízes de Cronometragem Automática não conseguirem separar os atletas, relativamente a qualquer posição qualificativa de acordo com as Regras 164.2, 165.18, 165.21 ou 165.24 (conforme aplicável), o empate manter-se-á.

Empates para o posicionamento na seriação (de acordo com a Regra 166.3 b))

2. Caso haja um empate para qualquer posição numa seriação de acordo com a Regra 166.3 b) o Juiz-Chefe de Cronometragem Automática deverá considerar o tempo registado em 0,001 segundos pelos atletas, e caso seja o mesmo, será determinado que há um empate, e um sorteio será realizado, para determinar a posição dos atletas na seriação.

Empate para a última posição de qualificação com base na ordem de chegada

3. Se após a aplicação da Regra 167.1, houver um empate para uma última posição qualificativa com base na ordem de chegada, se houver pistas ou posições disponíveis (incluindo pistas compartilhadas nas corridas de 800m), os atletas empatados devem ser colocados na seguinte ronda. Se isso não for praticável, deverá ser efetuado um sorteio para determinar que (quais) atleta(s) que será(ão) apurado(s) para a ronda seguinte.
4. Quando a qualificação para a ronda seguinte for baseada no critério ordem de chegada e “tempo obtido”, (por exemplo, os três primeiros em cada uma das duas eliminatórias mais os dois melhores tempos) e há um empate para a última posição de qualificação baseada na ordem de chegada, a colocação dos atletas empatados na ronda seguinte, reduzirá o número de atletas qualificados com base no tempo obtido.

Empate para a última posição de qualificação com base no tempo obtido

5. Se houver um empate para uma última posição de qualificação com base no tempo obtido, o Juiz-Chefe de Cronometragem Automática deverá considerar o tempo registado em 0,001 segundos e, se for igual, deve ser determinado como um empate. Se houver pistas ou lugares disponíveis (incluindo a partilha de pistas em corridas de 800m), os atletas empatados devem ser colocados na próxima ronda. Se isso não for praticável, será efetuado um sorteio para determinar qual(is) atleta(s) passara(ão) à ronda seguinte.

REGRA 168

Corridas de Barreiras

1. Distâncias - As distâncias normalizadas são as seguintes:

Masculinos (Seniores, Sub 20 e Sub 18): 110m, 400m

Femininos (Seniores, Sub 20 e Sub 18): 100m, 400m

Terá de haver 10 barreiras em cada pista individual, colocadas de acordo com as seguintes tabelas (valores em metros):

Masculinos (Seniores, Sub 20 e Sub 18)

Corrida	Distância à 1ª barreira	Distância entre barreiras	Distância da última barreira à meta
110m	13,72m	9,14m	14,02m
400m	45,00m	35,00m	40,00m

Femininos (Seniores, Sub 20 e Sub 18)

Corrida	Distância à 1ª barreira	Distância entre barreiras	Distância da última barreira à meta
100m	13,00m	8,50m	10,50m
400m	45,00m	35,00m	40,00m

Tab. das distâncias normalizadas das barreiras

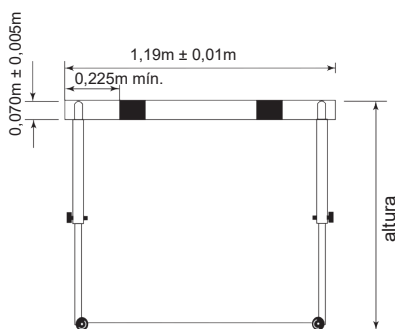


Fig.168(a) - Exemplo de uma barreira

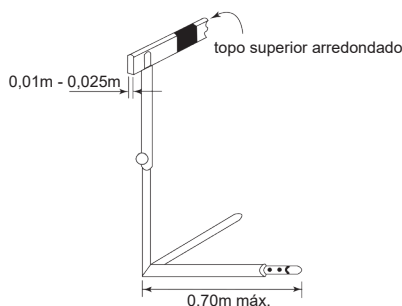


Fig.168(b) - Exemplo de uma barreira

Cada barreira terá de ser colocada na pista de tal modo que a sua base esteja colocada do lado de aproximação do atleta. A barreira será colocada de modo que a margem da barra transversal superior que fica mais próxima do atleta que dela se aproxima, coincida com a margem da marca colocada na pista que igualmente se situa mais próxima do atleta.

2. As barreiras terão de ser construídas em metal ou qualquer outro material apropriado, sendo a barra transversal superior de madeira ou outro material não metálico apropriado.

Consistirão de duas bases e dois postes verticais, que suportam uma estrutura retangular reforçada com uma ou mais barras transversais, os postes verticais estarão fixos às extremidades de cada base.

As barreiras terão de ser concebidas de tal modo que, para as derrubar, seja necessária uma força de pelo menos 3,6kg, aplicada horizontalmente no centro do limite superior da barra transversal.

A barreira pode ser ajustável em altura para cada prova. Os contrapesos serão ajustados de forma que, para cada altura, seja necessária uma força de pelo menos 3,6kg, e não mais que 4kg, para derrubar a barreira.

A deflexão horizontal máxima do topo da barra transversal da barreira (incluindo qualquer deflexão dos postes) quando sujeito a uma força aplicada no centro da mesma igual a 10kg não poderá exceder os 35mm.

3. Dimensões - As alturas padrão das barreiras são as seguintes:

Prova	Masculinos			Femininos	
	Sen	Sub 20	Sub 18	Sen./Sub 20	Sub 18
100m	-	-	-	0,838m	0,762m
110m	1,067m	0,991m	0,914m	-	-
400m	0,914m	0,914m	0,838m	0,762m	0,762m

Tab. das Alturas das Barreiras

Nota: Devido às variações de construção, poderão ser aceites barreiras com uma altura de até 1,00m para provas de 110m Sub 20.

Em cada caso, haverá uma tolerância de 3mm para cima e para baixo das alturas padrão, para permitir variações de fabrico.

A largura das barreiras variará entre 1,18m e 1,20m.

O comprimento máximo da base será de 0,70m.

O peso total da barreira não poderá ser inferior a 10kg.

4. A altura da barra transversal superior será de 70mm \pm 5mm. A espessura desta barra será no mínimo de 10mm e no máximo de 25mm e as margens superiores serão arredondadas.

A barra deverá estar firmemente fixada nas extremidades.

5. A barra superior será pintada com faixas pretas e brancas ou com outras cores vivas contrastantes (e também contrastantes com o ambiente envolvente) dispostas de forma que em cada extremidade figure a faixa mais clara com, pelo menos, 0,225m de largura.

Deverá ser colorida para ser visível por todos os atletas com visão.

6. Todas as corridas serão disputadas em pistas individuais e cada atleta terá de se manter na sua pista, e passará sobre as barreiras da sua pista individual, durante todo o percurso, com exceção do previsto na Regra 163.4. A não ser que não provoque qualquer efeito ou obstrução em qualquer (quaisquer) outro(s) atleta(s) na prova, e a Regra 168.7 a) não for violada, um atleta deverá também ser desclassificado se direta ou indiretamente derrubar ou deslocar significativamente uma barreira de outra pista individual

O requisito de saltar cada barreira não deve ser lido como uma exigência que o atleta tem de saltar cada barreira na sua pista - desde que seja cumprido o disposto nas Regras 163.3 e 163.4. Mas se um atleta derruba

ou desloca uma barreira noutra pista e, desse modo, afeta o progresso de outro atleta, ele deve ser desclassificado.

As situações em que um atleta derruba ou desloca uma barreira noutra pista devem ser aplicadas e interpretadas de maneira lógica. Por exemplo, um atleta que derruba ou desloca uma barreira na pista de um atleta que já passou por essa barreira, não deve necessariamente ser desclassificado, a menos que de outra forma infrinja as Regras, por exemplo, movendo-se para uma pista interior na curva. A intenção desta Regra é deixar claro que um atleta que, ao fazer tal ação afeta outro atleta, deveria ser considerado para desclassificação.

Árbitros e Fiscais devem, no entanto, estar atentos e ter a certeza de que cada atleta se manteve na sua pista. Além disso, é vulgar, nas corridas de barreiras, que os atletas estendem amplamente os braços ao passarem pela barreira, atingindo ou dificultando a progressão do atleta vizinho. Isso pode ser confirmado melhor pelos Fiscais que estão em pé ou através de uma câmara de vídeo colocada em frente dos atletas. A este respeito pode ser aplicada a Regra 163.2.

7. Cada atleta deverá passar sobre cada uma das barreiras. O facto de um atleta não passar uma barreira resultará na sua desqualificação.

Adicionalmente, um atleta será desclassificado nos seguintes casos:

- a) Se o pé ou perna, no instante da passagem, passar pelo lado de fora (em ambos os lados), abaixo do plano horizontal definido pelo topo de qualquer barreira, ou
- b) Se, no critério do Árbitro, derrubar intencionalmente qualquer barreira.

Nota: Desde que esta Regra seja cumprida e a barreira não seja deslocada ou a sua altura reduzida de alguma maneira, incluindo ser inclinada em qualquer direção, um atleta poderá passar a barreira de qualquer forma.

A regra 168.7 a) aplica-se tanto à “perna de ataque” da barreira, como à outra. O “Derrubar uma barreira”, não deve ter, como imediata consequência, a desclassificação de um atleta. Muitos atletas derrubam a barreira ao baterem no topo da barreira ao passar a perna de trás. Derrubar deliberadamente uma barreira (por exemplo, quando o atleta chega demasiadamente perto à barreira) é uma violação da Regra. O Árbitro deve estar convencido de que a ação do atleta foi deliberada para derrubar a barreira no sentido de evitar o requisito principal da Regra 168.7, que determina que cada atleta deverá passar por cima de cada barreira. O exemplo mais óbvio é o quando o atleta usa a mão. Noutros casos, como, por exemplo, quando parece que o pé ou

a parte inferior da coxa podem ter sido utilizados deliberadamente, o Árbitro deve estar muito seguro de que esta ação foi deliberada e contrária ao espírito da Regra. Podemos considerar como exemplo a situação em que um atleta não levanta suficientemente alto a perna de ataque para passar a barreira e a derruba.

Em relação à Nota, esta será principalmente relevante para as competições num nível inferior, mas é, no entanto, aplicável a todas as competições. Essencialmente permite que um atleta que caiu, ou perdeu o ritmo para atacar a barreira, coloca as mãos na parte superior da barreira e “passa por cima”.

8. Com exceção das disposições previstas nas Regras 168.6 e 168.7, o derrube de barreiras não será motivo para desclassificação ou para obstar a que um recorde seja homologado.

REGRA 169

Corridas de Obstáculos

1. As distâncias normalizadas serão as seguintes: 2000m e 3000m.
2. Nos 3000m haverá 28 passagens pelos obstáculos e 7 pela vala com água, e nos 2000m haverá 18 passagens pelos obstáculos e 5 pela vala com água.
3. Nas provas de obstáculos haverá 5 saltos por cada volta depois da linha de chegada ter sido passada pela primeira vez, sendo o da vala com água o quarto. Os saltos devem ser igualmente distribuídos, de modo que a distância entre os saltos seja aproximadamente de 1/5 do perímetro da volta.

Nota (i): *Ajustamentos aos espaços entre as barreiras podem ser necessários, para assegurar que se mantém uma distância de segurança entre uma barreira/ linha de partida e a barreira seguinte, antes e depois da linha de chegada respetivamente, como indicado no Manual de Instalações de Atletismo da IAAF.*

Nota (ii): *No caso das provas de 2000m obstáculos, com vala no interior da pista, a linha de chegada terá de ser passada duas vezes antes da primeira volta com 5 obstáculos.*

4. Na prova de 3000m, a distância desde a linha de partida até ao início da primeira volta não incluirá obstáculos, tendo de remover-se os mesmos até que os atletas tenham iniciado a primeira volta. Na prova de 2000m, o primeiro salto será realizado no terceiro obstáculo de uma volta normal.

Os obstáculos anteriores serão removidos até que os atletas tenham passado pela posição em que vão ser colocados pela primeira vez.

- Os obstáculos terão 0,914m de altura nas provas para homens e 0,762m nas provas femininas, com uma tolerância, em ambos os casos, de $\pm 0,003\text{m}$ e terão, pelo menos 3,94m de largura. A secção da barra superior dos obstáculos e também a do obstáculo junto à vala com água, será quadrada e com 0,127m de lado.

O peso de cada obstáculo variará entre os 80kg e os 100kg. Cada obstáculo terá, de ambos os lados, uma base que variará entre 1,20m a 1,40m. Ver a Fig. 169.a).

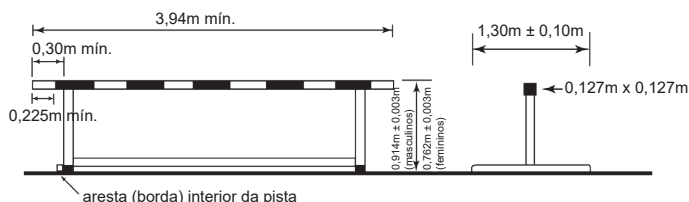


Fig. 169(a) – Exemplo de um Obstáculo

O obstáculo da vala de água terá 3,66m ($\pm 0,02\text{m}$) de largura, e deverá estar firmemente fixado ao solo para que se não produza qualquer movimento horizontal.

As barras superiores dos obstáculos serão pintadas com faixas pretas e brancas ou com outras cores vivas contrastantes (e contrastantes com o ambiente envolvente) dispostas de forma que em cada extremidade figure a faixa mais clara, que terá, pelo menos, 0,225m de largura, e serão pintadas numa cor que seja visível por todos os atletas com visão.

Os obstáculos serão colocados na pista de modo que 0,30m da barra superior, medidos a partir do bordo interno da pista, fiquem para dentro do terreno.

Nota: Recomenda-se que o primeiro obstáculo da corrida tenha, pelo menos, 5m de largura.

- A vala com água, incluindo o obstáculo, terá um comprimento de 3,66m ($\pm 0,02\text{m}$), e uma largura de 3,66m ($\pm 0,02\text{m}$).

O fundo da vala de água estará coberto de uma superfície sintética ou tapete de espessura suficiente que garanta uma aterragem segura dos atletas e permita que os bicos ou sapatilhas a ele se agarrem

satisfatoriamente. A profundidade da água junto à barreira será de 0,70m por aproximadamente cerca de 0,30m. Desde este ponto e até ao fim da vala, tem de haver uma subida regular do fundo da vala até ao nível da pista. No início da corrida a água terá de estar nivelada com a superfície da pista com uma tolerância de 20mm

Nota: A profundidade da água na vala junto à barreira pode ser reduzida de um máximo de 0,70m para um mínimo de 0,50m. A subida regular do fundo da vala até ao nível da pista ($12.4^\circ \pm 1^\circ$) deverá ser mantido como mostrado na Fig. 169b. Na construção de novas pistas, recomenda-se a adoção das novas medidas de profundidade.

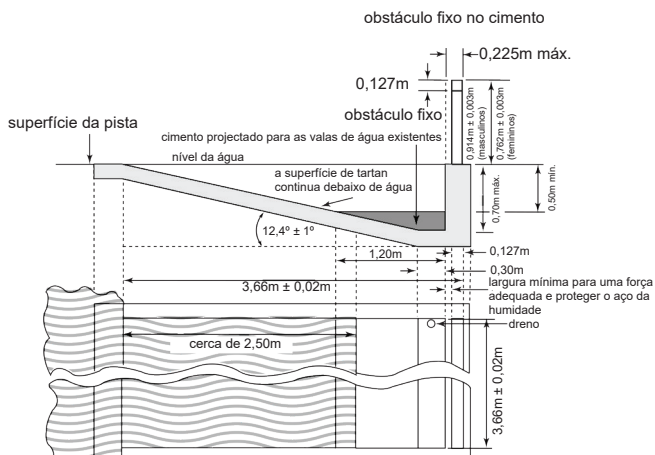


Fig. 169(b) – Vala de Água

7. Cada atleta terá de passar cada obstáculo e passar sobre ou através da água. O não cumprimento desta Regra implicará a desclassificação do atleta.

Adicionalmente, o atleta será desclassificado se:

- Der um ou mais passos para um ou outro lado da vala com água, ou
- Passar uma perna ou pé abaixo do plano horizontal definido pelo topo de qualquer obstáculo na altura da passagem.

Desde que esta Regra seja cumprida, um atleta poderá passar os obstáculos como desejar.

REGRA 170

Corridas de Estafetas

1. As distâncias padrão serão: 4x100m, 4x200m, Estafeta Mista (100m – 200m – 300m – 400m), 4x400m, 4x800m, Estafeta Mista Longa (1200m – 400m – 800m – 1600m) e 4x1500m.

Nota: A Estafeta Mista pode ser corrida com os percursos numa ordem diferente, e neste caso, deverão ser ajustadas as determinações relevantes das Regras 170.14, 170.18, 170.19 e 170.20.

2. Serão marcadas linhas transversais na pista, com 50mm de largura, que indicarão as distâncias de cada percurso e a linha central.
3. Nos 4x100m e nos 4x200m, e na primeira e segunda transmissões da Estafeta Mista, cada zona de transmissão terá 30m de comprimento, dos quais a linha central estará 20m depois do início da zona. Para a terceira transmissão da Estafeta Mista e nos 4x400m, cada zona de transmissão terá 20m de comprimento, sendo o centro dessa zona definido pela linha central. A zona de transmissão iniciar-se-á e terminará nas margens das linhas que a limitam e que ficam mais próximo da linha de partida, no sentido da corrida. Em cada zona de transmissão, um juiz para tal designado, deve assegurar que os atletas estão corretamente colocados na zona de transmissão. Este juiz também deverá assegurar o cumprimento da Regra 170.4.

Os Fiscais devem garantir que cada atleta de cada equipa ocupa a sua posição na pista ou posição corretas. Os Assistentes do Juiz de Partidas serão responsáveis pelo posicionamento dos primeiros atletas e por garantir que a cada um deles será entregue um testemunho. Eles também podem ser designados para auxiliar em qualquer zona de transmissão que posteriormente possa ocorrer na linha de partida. Os Juizes Chefes para cada zona de transmissão e os Juizes colocados à sua disposição, serão responsáveis pelo posicionamento dos corredores seguintes. Quando todos os atletas estiverem posicionados corretamente, o Juiz Chefe de cada zona deve avisar os outros Juizes relevantes, pelos meios de comunicação à sua disposição - o que para as principais competições será normalmente por rádio.

Eles também devem garantir que, para todas as transmissões, os pés dos atletas que recebem o testemunho estejam completamente dentro da zona de transmissão antes de começarem o seu movimento, que eventualmente terminará na receção do testemunho. Este movimento não pode começar em nenhum ponto fora desta zona.

4. Quando toda ou a primeira parte de uma corrida de estafetas se disputar em pistas individuais, um atleta poderá colocar uma marca no interior da sua pista individual, utilizando fita adesiva com as dimensões máximas de 0,05m x 0,40m com uma cor que não permita que se confunda com outras marcações permanentes. Nenhum outro tipo de marcação pode ser utilizado. Os Juízes orientarão os atletas relevantes para adaptarem ou removerem qualquer marca que não cumpra esta Regra. Caso o não faça, os Juízes removê-los-ão.

Nota: *Casos graves poderão ser lidados posteriormente com base na Regra 154.2.*

5. O testemunho será um tubo liso, oco, de secção circular, feito de madeira, metal ou outro material rígido de uma só peça, e cujo tamanho se situará entre 0,28m e 0,30m. O diâmetro exterior será de 40mm (\pm 2mm) e o testemunho não pesará menos de 50g.

O testemunho deverá ser colorido, de modo a ser facilmente visível durante a corrida.

6. a) Será utilizado um testemunho em todas as provas de Estafetas realizadas em Pista e terá de ser transportado na mão durante toda a prova. Pelo menos para as competições realizadas de acordo com as Regras 1.1 a), b), c) e f), cada testemunho deverá ser numerado e de cor diferente e poderá incluir um "chip" de cronometragem.

Nota: Se possível, a atribuição da cor a cada pista individual ou a posição da ordem de partida deverá ser apresentada na lista de partidas.

b) Não é permitido aos atletas usar luvas ou qualquer tipo de material (diferente das permitidas pela Regra 144.4 c)) ou substâncias nas mãos de forma a obter uma melhor aderência com o testemunho.

c) Se um atleta deixar cair o testemunho, só ele o poderá apanhar. Ele poderá abandonar a sua pista individual para apanhar o testemunho desde que, ao realizar essa ação, não diminua a distância a percorrer.

Para além disso, quando o testemunho é deixado cair, de tal forma que se desloca para os lados ou para a frente na direção da corrida (incluindo para além de linha de chegada), o atleta que deixou cair o testemunho, depois de o recuperar, deverá retomar pelo menos até ao ponto em que deixou cair o testemunho, antes de continuar a sua corrida. Caso este procedimento seja adotado e nenhum outro atleta seja obstruído, a queda do testemunho não resultará em desqualificação. Se algum atleta não cumprir com o previsto nesta Regra, a sua equipa deverá ser desclassificada.

7. Em todas as corridas de estafetas, o testemunho terá de ser passado dentro da zona de transmissão. A transmissão do testemunho inicia-se quando for tocado pela primeira vez pelo atleta que o recebe e completa-se no momento em que o atleta que o recebe o detém sozinho. Em relação à zona de transmissão é apenas a posição do testemunho que é decisiva. A entrega do testemunho fora da zona de transmissão implicará a desclassificação da equipa.

Ao determinar a posição do testemunho, é a totalidade do testemunho que deve ser considerado.

Os Fiscais devem ser diligentes para garantir que observem qualquer contato pelo atleta que recebe o testemunho antes do testemunho entrar na zona de transmissão, particularmente nas estafetas de 4x400m e mais longas. Se o corredor que recebe o testemunho toca no testemunho antes que este esteja dentro da zona, a equipa da estafeta estará sujeita à desclassificação. Os Juízes também devem garantir que o testemunho esteja apenas na mão do atleta que recebe o testemunho quando sai da zona de transmissão.

8. Até o momento em que o testemunho está apenas na mão do atleta que o recebe, a Regra 163.3 será apenas aplicável ao atleta que vai passar o testemunho. Quando passado, apenas se aplicará ao atleta que o recebeu.

Adicionalmente, os atletas antes de receberem e/ou depois de terem entregado o testemunho, devem manter-se nas suas pistas individuais ou zonas até que a pista esteja livre, para evitar fazer obstrução aos outros atletas. As Regras 163.3 e 163.4 não se aplicarão a estes atletas. Se, no entanto, um atleta prejudicar deliberadamente um componente de outra equipa, por exemplo, por sair da sua pista individual ou posição, deverá ser aplicada a Regra 163.2.

9. Se durante a prova um atleta pegar ou apanhar o testemunho de outra equipa, essa equipa deverá ser desclassificação. A outra equipa não deverá ser penalizada a menos que tenha obtido uma vantagem.
10. Cada membro da equipa de estafeta poderá realizar unicamente um percurso. Quaisquer quatro atletas inscritos numa competição, seja na prova de estafetas ou em outra qualquer, podem ser utilizados na composição da equipa de estafetas, em qualquer uma das rondas. No entanto, após uma equipa de estafetas ter iniciado a sua participação, apenas dois atletas adicionais podem ser utilizados como substitutos na composição da equipa. Caso uma equipa não cumpra com esta Regra, ela será desclassificada.

11. A composição da equipa e a ordem de participação dos atletas na estafeta terá de ser oficialmente comunicada o mais tardar uma hora antes da hora publicada para a 1ª chamada (a hora a que os atletas têm de estar presentes na câmara de chamada) da 1ª série de cada volta da competição. Alterações posteriores podem realizar-se por razões médicas (verificadas por um oficial médico designado pelos Organizadores) apenas até à última chamada (a hora prevista para os atletas saírem da câmara de chamada) da corrida em que a equipa em questão vai competir. Cada equipa deverá competir com os nomes e ordem de participação declarados. Caso uma equipa não cumpra com esta Regra, ela será desclassificada. A composição da equipa e a ordem de participação dos atletas na estafeta terá de ser oficialmente comunicada o mais tardar uma hora antes da hora publicada para a 1ª chamada da 1ª série de cada volta da competição. Alterações posteriores podem realizar-se por razões médicas (verificadas por um oficial médico designado pelo Comité Organizador) apenas até à última chamada da corrida em que a equipa em questão vai competir. Cada equipa deverá competir com os nomes e ordem de participação declarados. Caso uma equipa não cumpra com esta Regra, ela será desclassificada.

12. A estafeta de 4x100m será corrida totalmente em corredores separados.

13. A estafeta de 4x200m pode ser corrida em qualquer das seguintes maneiras:

(a) Quando possível, completamente em corredores separados (4 curvas em corredores separados)

(b) Em corredores separados nos dois primeiros percursos, assim como na parte do terceiro percurso até à margem da linha de passagem à corda mais próxima da linha de partida, como descrito em 163.5, quando os atletas poderão abandonar as suas pistas individuais (3 curvas em corredores separados);

(c) Em corredores separados no primeiro percurso, até à margem da linha de passagem à corda mais próxima da linha de partida, como descrito em 163.5, quando os atletas poderão abandonar as suas pistas individuais (uma curva em corredores separados).

Nota: Quando não participem mais de 4 equipas e a opção a) não for possível, recomenda-se que a opção c) seja usada.

14. A Estafeta Mista deverá ser corrida em corredores separados durante os dois primeiros percursos, assim como a parte do terceiro percurso até à margem da linha de passagem à corda mais próxima da linha de partida,

como descrito em 163.5, quando os atletas poderão abandonar as suas pistas individuais (2 curvas em corredores separados)

15.A estafeta de 4x400m pode ser corrida em qualquer das seguintes maneiras:

a) Em corredores separados no primeiro percurso, assim como a parte do segundo percurso até à margem da linha de passagem à corda mais próxima da linha de partida, como descrito em 163.5, quando os atletas poderão abandonar as suas pistas individuais (3 curva em corredores separados)

b) Em corredores separados no primeiro percurso, até à margem da linha de passagem à corda mais próxima da linha de partida, como descrito em 163.5, quando os atletas poderão abandonar as suas pistas individuais (1 curva em corredores separados).

Nota: Quando não participem mais de 4 equipas, recomenda-se que a opção b) seja usada.

16.A estafeta de 4x800m pode ser corrida em qualquer das seguintes maneiras:

a) Em corredores separados no primeiro percurso, até à margem da linha de passagem à corda mais próxima da linha de partida, como descrito em 163.5, quando os atletas poderão abandonar as suas pistas individuais (1 curva em corredores separados).

b) Sem o uso de pistas individuais.

17. Se um atleta não respeitar a Regra 170.13, 170.14, 170.15 ou 170.16 (a) a sua equipa será desclassificada.

18.A Estafeta Mista Longa e a estafeta de 4x1.500m será disputada sem a utilização de pistas individuais.

19.No caso de todas as zonas de transmissão, não é permitido aos atletas começar a correr antes da zona de transmissão, e deverão iniciar a sua prova dentro desta zona. Caso um atleta não cumpra esta Regra, a sua equipa será desclassificada.

20.Na estafeta Mista, os atletas que correm o último percurso e na corrida de 4x400m, os atletas que executam o terceiro e o quarto percurso (ou de acordo com a Regra 170.15 (b), o segundo percurso), colocar-se-ão, sob a orientação de um juiz para tal designado, na sua posição de espera, na mesma ordem (do interior para o exterior) em que os seus colegas de equipa que os precedem, entrarem na curva anterior. Assim que estes atletas que os precedem tenham passado neste ponto, os atletas que

esperam devem manter a sua ordem, e não poderão alterar posições no início da zona de transmissão. Caso um atleta não cumpra esta Regra, a sua equipa será desclassificada.

Nota: *Na estafeta de 4x200m (caso a prova não seja totalmente corrida em corredores separados), quando o percurso anterior não seja corrido em corredores separados os atletas colocar-se-ão na ordem da lista de partida (do interior para o exterior).*

21. Em qualquer estafeta, quando corredores separados não estão a ser utilizados, incluindo, quando aplicável, nos 4x200m, Estafeta Mista e 4x400m, os atletas em espera podem tomar uma posição mais interior na pista, quando o seu colega anterior se aproxima, desde que não empurrem, acotovelem ou obstruam outro atleta, dificultando a sua progressão. Nos 4x200m, na Estafeta Mista e nos 4x400m, os atletas em espera manterão a ordem de acordo com a Regra 170.20. Caso um atleta não cumpra esta Regra, a sua equipa será desclassificada.

Os Juizes Chefes dos Fiscais e os seus Juizes devem permanecer na zona para a qual foram nomeados. Logo que os atletas estejam corretamente colocados nas suas pistas e a corrida tenha começado, os Juizes Chefes dos Fiscais de cada zona e os Juizes nomeados para cada zona são responsáveis por comunicar quaisquer infrações de ambas as Regras, bem como quaisquer outras infrações, particularmente aquelas previstas na Regra 163.

SECÇÃO IV – Concursos

REGRA 180

Normas Gerais

Ensaio de prática na zona de competição

1. Na área da competição, e antes do início da prova, cada atleta poderá realizar ensaios de prática. No caso dos lançamentos, os ensaios de prática serão realizados na ordem sorteada previamente, e sempre sob a supervisão dos Juizes.

Enquanto no passado as Regras especificassem que deveria haver dois ensaios de aquecimento para cada atleta nos concursos de lançamentos, atualmente não existe tal determinação. A regra 180.1 deve ser interpretada como permitindo qualquer número de ensaios de aquecimento que possam ser incluídos no tempo do aquecimento disponível. Embora para as competições mais importantes, dois ensaios continuem a ser uma prática normalizada, este é um número considerado como um mínimo, e caso haja tempo disponível e se alguns ou todos atletas o solicitarem, isto pode ser permitido.

2. Desde que a competição se tenha iniciado, não será permitido aos atletas utilizar para ensaios de prática, como apropriado:
- (a) A zona de balanço ou zona de chamada;
 - (b) Varas
 - (c) Engenhos;
 - (d) Os círculos ou o terreno dentro do sector, com ou sem engenhos.

A aplicação destas Regras não deve impedir que o atleta toque, prepare ou ponha fita-cola na sua vara ou no engenho selecionado, durante a preparação para o seu ensaio, desde que não ponha em perigo, atrase ou obstrua outro atleta ou outra pessoa. É particularmente importante que os Juizes interpretem esta Regra sensatamente, de modo a assegurar que a competição prossiga de forma eficiente e que o atleta possa, se assim o desejar, fazer o ensaio logo que o tempo comece a contar.

Marcas

3. a) Em todos os concursos com corredor de balanço as marcas colocam-se exteriormente, e ao longo da pista de balanço, com exceção do Salto

em Altura em que as marcas podem ser colocadas no seu interior. Um atleta poderá colocar uma ou duas marcas (fornecidas ou autorizadas pelos Organizadores) para o auxiliar na corrida de balanço e na chamada. Se essas marcas não forem fornecidas, um atleta poderá usar fita adesiva mas não giz ou substância similar, nem nada que deixe uma marca indelével ou permanente.

b) Nos lançamentos realizados de um círculo (peso, disco e martelo), os atletas podem utilizar uma marca, a qual só poderá ser colocada no solo numa área atrás ou adjacente ao círculo. Deve ser temporária, em posição apenas durante a duração do ensaio, e não deverá limitar a visão dos Juízes.

Nenhuma marca pessoal pode ser colocada dentro ou na proximidade da área de queda.

Nota: Cada marca será composta por uma única peça.

c) Para o Salto com Vara, os Organizadores deverão colocar ao lado da pista de balanço marcas seguras, a distâncias adequadas, a cada 0,5m entre os 2,5m e os 5m da “linha zero” e a cada 1m desde os 5m até aos 18m.

d) Os Juízes orientarão os atletas relevantes para adaptarem ou removerem qualquer marca que não cumpra esta Regra. Caso o não faça, os Juízes removê-los-ão.

Nota: Casos graves poderão ser lidados posteriormente com base na Regra 154.2.

Se o chão estiver molhado, a fita adesiva pode fixar-se ao solo por pinos de desenho de cores diversas.

O requisito para que uma marca possa ser considerada como constituída por uma só peça deve ser interpretado, de forma sensata, pelo Árbitro. Se, por exemplo, o fabricante usou duas peças ligadas para formar uma estrutura única, que se destina a ser utilizada dessa maneira, a sua utilização deve ser aceite. Também deve ser aceitável, da mesma forma, que um atleta opte por colocar as duas marcas no mesmo local ou, no caso do salto em altura, que um atleta decida rasgar a marca que lhe foi dada numa ou mais peças, para “construir” uma marca simples com uma forma diferente de modo a ser mais visível.

A regra 180.3 (c) destina-se a auxiliar os atletas e os seus treinadores na determinação dos locais onde os atletas fazem a chamada, assim como a progressão na pista de balanço. Não existe um conceito determinado sobre como deverão ser construídas e que aspeto devem ter, tendo os

Organizadores e os Árbitros poder para interpretar o que é aceitável e justo, tendo em consideração a intenção da Regra, em cada ambiente de competição particular.

Marcas de Resultado e Mangas de Vento

4. a) Uma bandeira distintiva ou marca pode ser providenciada, para marcar o Recorde do Mundo existente e, quando apropriado, os existentes Recordes de Área, Nacional ou da Competição.
- b) Uma ou mais mangas de vento deverá(ão) ser colocada(s) numa posição apropriada em todas as provas de saltos e nos lançamentos do disco e do dardo, de modo a mostrar aos atletas a direção e a intensidade aproximadas do vento.

Ordem de Competição e Ensaios

5. Exceto quando a regra 180.6 se aplique, os atletas competirão numa ordem obtida por sorteio.

Se qualquer atleta por sua própria iniciativa fizer um ensaio numa ordem diferente da que foi previamente determinada, o incumprimento desta determinação por parte de um atleta, resultará na aplicação das Regras 125.5 e 145.2. Em caso de advertência, o resultado do ensaio será mantido (válido ou nulo). Se houver uma ronda qualificativa, deverá ser efetuado um novo sorteio para a final

6. Com exceção das provas de salto em altura e de salto com vara, nenhum atleta poderá ter mais de um ensaio registado em qualquer volta da competição

Para todos os concursos, com exceção do Salto em Altura e Salto com Vara, quando existam mais de 8 atletas, cada um deles terá direito a três ensaios e os oito atletas que tenham obtido as melhores marcas válidas terão direito a três ensaios suplementares, a não ser que os regulamentos aplicáveis estabeleçam algo diferente.

Em caso de empate para o último lugar qualificativo, ele será resolvido de acordo com o previsto no parágrafo 22 desta Regra. Se o empate se mantiver, os atletas empatados terão os ensaios suplementares permitidos pelos regulamentos aplicáveis.

Quando competirem oito atletas ou menos, cada um terá direito a seis ensaios, a menos que os regulamentos aplicáveis estabeleçam algo diferente. Se mais que um desses atletas não obtiver uma marca válida nos três primeiros ensaios, tais atletas deverão competir nas voltas

subsequentes antes dos que tenham obtido ensaios válidos, pela mesma ordem relativa de acordo com o sorteio inicial.

Em ambos os casos:

a) A ordem de competição para qualquer ronda de ensaios posteriores deve estar na ordem inversa de classificação após a realização dos três primeiros ensaios, a menos que os regulamentos aplicáveis estabeleçam algo diferente.

b) Quando haja necessidade de inverter a ordem de competição e exista um empate para qualquer classificação, os atletas empatados competirão pela mesma ordem relativa de acordo com o sorteio inicial.

Nota (i): Para saltos verticais ver Regra 181.2.

Nota (ii): Se a um ou mais atletas for permitido pelo Árbitro continuar em competição “sob protesto” de acordo com a Regra 146.5, esse(s) atleta(s) competirá (ão) nas voltas seguintes antes de todos os outros que continuam em competição e se houver mais do que um atleta nessa condição, tais atletas deverão competir, pela mesma ordem relativa de acordo com o sorteio inicial.

Nota (iii): É permitido ao respetivo organismo responsável pela Competição, especificar nos Regulamentos o número de ensaios (desde que não sejam mais de seis) e o número de atletas, após o terceiro ensaio, que podem progredir para uma posterior ronda de ensaios.

Registo de Ensaios

7. Com exceção do Salto em Altura e Salto com Vara, um ensaio válido será indicado pela medição efetuada.

Para as abreviações e símbolos padrão a ser usados em todos os outros casos ver Regra 132.4.

Conclusão dos Ensaios

8. Um Juiz não deverá levantar a bandeira branca, para indicação da validação de um ensaio, até que o atleta tenha terminado o ensaio. O Juiz pode reconsiderar a sua decisão se estiver convencido que levantou a bandeira errada.

Considera-se que o ensaio está terminado:

a) Nos Saltos Verticais, quando o Juiz entender que não houve violação das Regras 182.2, 183.2 ou 183.4.

b) Nos Saltos Horizontais, quando o atleta sair da caixa de areia conforme a Regra 185.2.

c) Nos Lançamentos, quando um atleta sair do círculo ou zona de balanço conforme a Regra 187.17.

Volta Qualificativa

9. Realizar-se-á uma volta qualificativa nos concursos, sempre que o número de atletas for demasiadamente elevado, para permitir que a competição se realize satisfatoriamente em final direta.

Quando uma Volta Qualificativa for realizada, todos os atletas competirão e qualificar-se-ão através desta Volta, com exceção que o organismo com controlo sobre a competição, pode, para uma ou mais provas, autorizar a condução de ronda(s) adicional(ais) de qualificação, quer na própria competição quer em uma ou mais competições prévias, para determinar qual ou quais os atletas que terão o direito de participar e em que ronda da competição. Este procedimento e quaisquer outros modos de qualificação (como, por exemplo, obter mínimos de participação num determinado período, uma posição específica alcançada numa determinada competição ou posição em rankings), que estabeleçam as condições de participação pelas quais um atleta terá o direito de participar, e em que ronda da competição, serão estabelecidos nos regulamentos de cada competição.

As marcas obtidas numa Volta Qualificativa não serão considerados como parte da competição propriamente dita.

10. Os atletas serão, em princípio, divididos por sorteio, em dois ou mais grupos, mas quando possível, representantes do mesmo Membro ou equipa, deverão ser colocados em grupos diferentes. A não ser que haja instalações para os grupos competirem simultaneamente e sob as mesmas condições, cada grupo deveria começar o seu aquecimento imediatamente após o grupo anterior ter terminado.
11. Recomenda-se que em competições que se realizem num período superior a três dias, seja providenciado um dia de descanso entre as Voltas Qualificativas e as finais dos saltos verticais.
12. As condições para qualificação, as marcas de qualificação e o número de atletas que participarão na final serão decididos (as) pelo(s) Delegado(s) Técnico(s). Se não houver Delegado(s) Técnico(s) designado(s), as condições anteriores serão decididas pelos Organizadores.

Nas competições indicadas na Regra 1.1 a), b) c) e f), deverão ser

apurados, pelo menos, 12 atletas para a final a menos que seja estabelecida outra forma nos regulamento da competição.

13. Numa Volta Qualificativa, com exceção das provas de salto em altura e salto com vara, cada atleta tem direito a realizar até 3 ensaios.

Logo que um atleta obtenha a marca de qualificação, não poderá continuar a participar na Volta Qualificativa.

14. Numa Volta qualificativa para os saltos em Altura e com Vara, os atletas não eliminados após três ensaios nulos consecutivos, continuarão a competir de acordo com a Regra 181.2 (incluindo os ensaios prescindidos), até ao fim do último ensaio, realizado à altura designada como marca de qualificação, a não ser que o número de atletas para a final tenha sido atingido de acordo com o definido na Regra 180.12. Uma vez determinado que um atleta estará na final, ele não deverá continuar na Volta Qualificativa.

15. Caso nenhum atleta, ou menos atletas que o número desejado, consiga obter a marca de qualificação, o grupo de finalistas será aumentado até esse número, integrando atletas com base nas marcas obtidas na Volta Qualificativa. Os empates para a última posição de qualificação serão decididos, de acordo com a Regra 180.22 ou 181.8, como apropriado. Caso o empate se mantenha, os atletas serão apurados para a final.

16. Quando uma Volta Qualificativa do salto em Altura ou salto com Vara se realizar em dois grupos simultâneos, recomenda-se que a fasquia suba para cada altura ao mesmo tempo em cada grupo. E igualmente recomendado que os atletas participantes sejam homogeneamente distribuídos pelos dois grupos.

É importante, ao seriar grupos para a qualificação dos Saltos em Altura e com Vara, que os requisitos das Regras 180.10 e 180.16 sejam observados. Os Delegados Técnicos e o ITO/Árbitro devem acompanhar de perto a progressão das rondas de qualificação do Salto em Altura e do Salto com Vara. Para garantir que, por um lado, os atletas devem saltar, desde que não sejam eliminados de acordo com a Regra 181.2, ou que prescindam de ensaios, o que é o seu direito, até que o nível da qualificação seja atingido (a menos que o número de atletas para a final tenha sido alcançado conforme definido na Regra 180.12) e, por outro lado, que qualquer empate entre atletas na classificação geral, nos dois concursos a decorrer, seja resolvido de acordo com a Regra 181.8. Deve-se ter uma atenção especial à aplicação da Regra 180.14 para garantir que os atletas não continuem desnecessariamente em competição, desde que esteja garantido, à partida, que eles irão estar na

final, independentemente do que possa acontecer com os outros atletas que continuarem em competição na Volta Qualificativa.

Tempo autorizado para a realização dos ensaios

17.O Juiz responsável deverá indicar ao atleta que tudo está pronto para que se inicie o seu ensaio, e o período de tempo autorizado para esse ensaio iniciar-se-á nesse momento.

No Salto com Vara, o intervalo de tempo começará a ser medido quando a fasquia for colocada de acordo com os desejos previamente referidos pelo atleta. Não será concedido qualquer tempo adicional para ajustamentos posteriores.

Se o intervalo de tempo autorizado se esgotar após o atleta ter iniciado o seu ensaio, esse ensaio não será considerado nulo.

Se, após o tempo de início do ensaio, um atleta decidir não tentar esse ensaio, o ensaio deve ser considerado nulo, após o período permitido para o ensaio ter decorrido.

Os tempos seguintes não devem ser excedidos. Se o tempo for excedido, a menos que uma disposição seja tomada de acordo com a Regra 180.18, o ensaio deve ser registado como um ensaio nulo:

Prova Individual

Nº de atletas ainda em competição	Prova Individual			Prova Combinada		
	Altura	Vara	Outros	Altura	Vara	Outros
Mais de 3 atletas, ou primeiro ensaio do atleta	30seg	1min	30seg	30seg	1min	30seg
2 ou 3atletas	1min 30seg	2min	1min	1min 30seg	2min	1min
1 atleta	3min	5min	-	2min	3min	2min
Ensaio consecutivo	2min	3min	2min	2min	3min	2min

Tab. de Tempos dos Ensaios

Nota (i): Um relógio, que indique o tempo remanescente, deverá ser colocado de modo a ser visualizado pelos atletas. Para além disso, um Juiz terá de levantar uma bandeira amarela e mantê-la levantada, ou utilizar outro método que seja do conhecimento dos atletas, indicando que faltam 15 segundos para o tempo se esgotar.

Nota (ii): No salto em altura e salto com vara, não será efetuada qualquer alteração no intervalo de tempo permitido para um ensaio, até que a fasquia suba para uma nova altura, exceto no caso de se aplicar o

intervalo de tempo para ensaios consecutivos. Relativamente aos outros concursos, com exceção do tempo definido para ensaios consecutivos, os limites de tempo indicados não sofrerão qualquer alteração.

Nota (iii): No cálculo do número de atletas ainda em competição, deverão incluir-se aqueles atletas que possam estar eventualmente envolvidos num salto de desempate para o primeiro lugar.

Nota (iv): Quando apenas um atleta (que já ganhou a competição) permanece no Salto em Altura ou no salto com Vara e está na tentativa de bater um recorde mundial ou outro recorde relevante para a competição, o tempo limite será aumentado num minuto para além dos acima estabelecidos.

Embora os juizes devessem sempre utilizar um sistema que notifique ou chame o atleta que deve fazer o próximo ensaio, mais o que lhe seguirá, isso é essencial quando o tempo permitido para um atleta fazer o seu ensaio é de 30 segundos ou um minuto. Eles também devem garantir que a área de competição esteja completamente pronta para o próximo ensaio, antes de chamar o atleta e por o relógio a funcionar. Os Juizes e o Árbitro em particular, devem estar plenamente conscientes do ambiente envolvente da competição a decorrer ao decidir quando iniciar o relógio ou “o tempo limite” e declarar nulo o ensaio.

Existem circunstâncias particulares que devem ser tidas em consideração como a disponibilidade do corredor de balanço para o ensaio de um atleta no Salto em Altura e no Lançamento do Dardo (quando provas de pista estão a decorrer simultaneamente na mesma área de competição) e a distância que os atletas têm que percorrer até e para dentro da gaiola para chegar ao círculo de lançamentos e fazer o seu ensaio nos lançamentos do Disco e do Martelo.

Para ser claro, o limite de tempo não mudará na ronda final de qualquer Concurso Horizontal, quando houve apenas 2 ou 3 atletas que permanecem para fazer os seus ensaios. O limite de tempo de 1 minuto só se aplica quando um Concurso de Saltos Horizontais tem apenas 2 ou 3 atletas na lista de inscritos inicial (exceto para o primeiro ensaio de cada atleta)

Ensaios de substituição

18. Se por qualquer motivo fora do seu controlo, um atleta for perturbado num ensaio e não puder realizá-lo, ou o ensaio não tiver sido registado corretamente, o Árbitro terá autoridade para atribuir-lhe um ensaio de substituição ou para recomençar o tempo para iniciar o seu ensaio, parcial ou totalmente.

Não será permitida qualquer mudança na ordem de ensaios. Será permitido um prazo razoável para qualquer ensaio de substituição de acordo com as circunstâncias particulares de cada caso. Nos casos em que a competição continuou antes da atribuição do ensaio de substituição, este deve ser efetuado antes de qualquer outro ensaio posterior ser efetuado.

Existem várias situações em que é apropriado dar um ensaio de substituição aos atletas, incluindo quando devido a uma falha técnica ou de procedimento um ensaio não é medido, e não é possível fazer uma nova medição com precisão. Embora esta situação deva ser evitada por bons sistemas de medição e registos alternativos (backups), com a utilização da tecnologia cada vez mais habitual, mais e mais provisões necessitam ser feitas quando as coisas correrem mal. Como nenhuma mudança na ordem da competição deve ser permitida (a menos que o problema não seja imediatamente descoberto e a competição tenha continuada), o Árbitro deve decidir quanto tempo deve ser permitido para o ensaio de substituição se realizar, levando em consideração as circunstâncias específicas de cada caso particular.

Ausência durante a competição

19. Um atleta não pode deixar a área imediata do concurso no decorrer da competição, a menos que ele tenha permissão e seja acompanhado por um Juiz. Se possível e em primeiro lugar, deve-se lhe dar uma advertência, mas para situações posteriores ou em casos mais graves o atleta deve ser desclassificado.

Mudança da área de competição ou Hora de realização

20. O(s) Delegado(s) Técnico(s) ou o Árbitro respetivo terá autoridade para alterar o local de realização ou hora de realização da competição se, em sua opinião, as condições o justificarem. Tal mudança só deveria efetuar-se depois de concluída uma volta de ensaios.

Nota: *Nem a força do vento nem a sua mudança de direção são fatores suficientes para mudar o local ou a hora de realização da prova.*

A frase "ronda de ensaios" em vez de "ronda" é designada para garantir uma clara diferença entre uma "ronda de ensaios" num concurso, e uma "volta da competição" (isto é, uma Volta qualificativa ou a Final).

Se as condições tornarem impossível completar uma ronda de ensaios antes de se efetuar a mudança de lugar ou da hora, o Delegado Técnico (através do Árbitro) ou habitualmente o Árbitro deveria normalmente anular os ensaios já concluídos nessa ronda de ensaios (isto sempre

dependendo da avaliação das condições e dos resultados dos ensaios efetuados até ao momento da interrupção) e deverá recomençar a prova no início dessa ronda de ensaios. Ver também a Regra 149.3.

Resultado

21. Cada atleta será creditado com o melhor de todos os seus ensaios, incluindo, no caso dos Saltos em Altura e com Vara, os realizados para resolver um caso de empate para o primeiro lugar.

Empates

22. Com exceção do Salto em Altura e Salto com Vara, o desempate será realizado em face do segundo melhor resultado obtido pelos atletas empatados. Se o empate subsistir, recorrer-se-á ao terceiro melhor resultado e assim sucessivamente. Se os atletas ainda estiverem empatados, a seguir à aplicação da Regra 180.22, o empate manter-se-á.

Exceto nos Saltos Verticais, no caso de empate para qualquer lugar, incluindo para o primeiro lugar, os empates manter-se-ão.

Nota: Para Saltos Verticais ver também Regra 181.8 e 181.9.

A. Saltos Verticais

REGRA 181

Normas Gerais - Saltos Verticais

1. Antes do início da prova, o Árbitro ou o Juiz-chefe anunciará aos atletas a altura a que a fasquia será colocada no início da prova e as diferentes alturas a que subirá após cada volta, até que fique só um atleta vitorioso da prova ou que haja empate para o 1º lugar. (Para Provas Combinadas, ver Regra 200.8 d).

Ensaaios

2. Um atleta poderá começar a saltar a qualquer altura previamente anunciada pelo Árbitro ou pelo Juiz chefe e pode escolher saltar, a qualquer altura das que se seguirem.

Três ensaios nulos consecutivos, seja qual for a altura a que se verifiquem, implicam a eliminação dos atletas, com exceção dos casos de desempate para o primeiro lugar. O efeito desta Regra é que um atleta pode prescindir do seu segundo ou terceiro ensaios a uma dada altura (após ter falhado o primeiro ou segundo ensaios) e continuar a saltar a uma altura subsequente.

Se um atleta prescindir de um ensaio a uma determinada altura, ele não pode fazer nenhuma tentativa subsequente a essa altura, exceto em casos de empate para o primeiro lugar.

No caso do Salto em Altura e Salto com Vara, se um atleta não estiver presente quando todos os outros atletas presentes e ainda em competição tiverem terminado a sua prova, o Árbitro deverá considerar que esse atleta abandonou a competição, depois de terminar o período de tempo que lhe for concedido para um ensaio seguinte.

3. É permitido a um atleta continuar a saltar até perder o direito de continuar em prova, mesmo depois de todos os outros terem sido eliminados da mesma.
4. A não ser que apenas um atleta esteja em prova e tenha ganho a Competição:
 - a) A fasquia não deverá subir menos de 2 cm no salto em altura nem menos de 5 cm no salto com vara, após cada volta, e

b) O incremento da subida da fasquia nunca deverá aumentar.

Estas Regras (181.4 a) e b)) não se aplicarão desde que todos os atletas em competição acordem em subir a fasquia diretamente para uma marca que seja Recorde do Mundo (ou outro recorde relevante para a competição).

Depois de um atleta ter ganho a competição, a altura ou alturas às quais a fasquia será colocada serão decididas pelo atleta, após consulta feita pelo Juiz ou Árbitro respetivo.

Nota: Esta regra não se aplica às competições de Provas Combinadas.

Medições de uma altura

5. Em todos os saltos verticais, as medições serão feitas em centímetros completos, perpendicularmente, desde o solo até à parte mais baixa da face superior da fasquia.
6. A medição de uma nova altura será feita antes dos atletas terem começado a tentar passá-la. Em todos os casos de Recorde, os Juizes têm de verificar a medição quando a fasquia for colocada à altura do Recorde e terão de reconfirmar a medição antes de cada nova tentativa de Recorde, caso a fasquia tenha sido tocada desde a última medição.

Fasquia

7. A fasquia será de fibra de vidro ou outro material apropriado, mas não de metal, e terá secção circular com exceção das peças das extremidades. Deve ser colorida para ser visível por todos os atletas com visão. O comprimento da fasquia será de 4,00m ($\pm 0,02$ m) no Salto em Altura e de 4,50m ($\pm 0,02$ m) no Salto com Vara.

O peso máximo da fasquia será de 2,0kg no Salto em Altura e de 2,25kg no Salto com Vara.

O diâmetro da parte circular da fasquia será de 30mm (± 1 mm).

A fasquia consistirá de 3 partes - uma cilíndrica e 2 extremidades, cada uma com 30 - 35mm de largura e 0,15m – 0,20m de comprimento, tendo como finalidade colocar a fasquia nos suportes dos postes.

Estas extremidades serão circulares ou semicirculares com uma área plana claramente definida que será utilizada para colocar a fasquia nos suportes. Esta superfície plana não pode estar mais alta que o centro da secção circular vertical da fasquia.

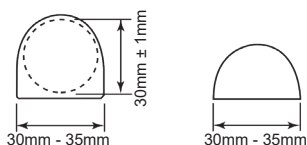


Fig. 181 – Extremos alternativos da fasquia

Estas extremidades serão rígidas e lisas.

Não podem ser ou estar cobertas de/com borracha ou qualquer outro material que tenha como efeito o aumento de fricção entre elas e os suportes.

A fasquia não terá nenhum pendor e, quando colocada nos suportes, vergará no máximo 20mm no salto em altura e 30mm no Salto com Vara.

Controlo da elasticidade: Pendurar um peso de 3 kg na parte média da fasquia quando esta estiver colocada nos suportes. A fasquia poderá vergar um máximo de 70mm no salto em altura e de 0,11m no Salto com Vara.

Ordem de Classificação

8. Se dois ou mais atletas, transpuserem a mesma última altura, o procedimento para determinar a ordem de classificação será o seguinte:

- a) Será atribuída a melhor classificação ao atleta que tenha o menor número de saltos na maior altura transposta;
- b) Se a igualdade permanecer após a aplicação do descrito na alínea a), será atribuída a melhor classificação ao atleta que tiver menor número de ensaios nulos no conjunto de toda a prova, até e inclusive a altura transposta em último lugar.
- c) Se a igualdade ainda se mantiver após a aplicação da alínea b), deverá ser atribuída a mesma classificação, aos atletas em causa, a não ser que se refira ao primeiro lugar.
- d) Se se referir ao primeiro lugar, deverá ser conduzido um processo de desempate entre esses atletas em conformidade com a Regra 181.9, salvo decisão em contrário previamente determinada pelos regulamentos aplicáveis à competição, ou durante a competição, mas antes do início

da prova, pelo(s) Delegado(s) Técnico(s) ou pelo Árbitro se não tiver sido nomeado o Delegado Técnico. Se não for realizado o processo de desempate, incluindo o caso em que os atletas relevantes decidam não saltar mais, o empate para o primeiro lugar manter-se-á.

Nota: A alínea d) desta Regra não se aplica às competições de Provas Combinadas.

Há várias formas para um desempate para o primeiro lugar não se realizar:

- (a) por disposição regulamentar estabelecida antes da competição;*
- (b) por decisão durante a competição pelo Delegado Técnico (ou Árbitro se não houver Delegado Técnico);*
- (c) por decisão dos atletas em não saltar mais antes ou em qualquer fase do desempate para o primeiro lugar.*

Embora qualquer decisão do Delegado Técnico ou do Árbitro para não se realizar um desempate para o primeiro lugar deva ser feita antes do início do concurso, pode haver circunstâncias em que isso não seja possível, tais como as condições do local de competição que tornem impossível ou indesejável iniciar ou continuar um desempate para o primeiro lugar. O Árbitro pode usar os seus poderes, nos termos das Regras 125 ou 180 para lidar com esta situação.

Processo de desempate para o primeiro lugar

9. a) Os atletas em causa têm de tentar saltar a cada altura até que seja resolvido o desempate ou até que todos decidam não saltar mais.
- b) Cada atleta terá direito a um salto a cada altura.
- c) O processo de desempate iniciar-se-á à altura seguinte, determinada de acordo com a Regra 181.1, após a última altura transposta pelos atletas em causa.
- d) Se o desempate não ficar resolvido, a fasquia será subida, caso os atletas tenham êxito, ou descida, no caso contrário (2 cm no caso do Salto em Altura e 5 cm no caso do Salto com Vara).
- e) Se entretanto um atleta não saltar uma altura, ele perderá automaticamente qualquer direito ao primeiro lugar. Se apenas um atleta permanecer em prova, ele será declarado vencedor, independentemente de transpor ou não aquela altura.

Salto em Altura - Exemplo

Alturas anunciadas pelo Juiz chefe no início da competição: 1,75m; 1,80m; 1,84m; 1,88m; 1,91m; 1,94m; 1,97m; 1,99m ...

atleta	alturas							nulos	desempate			class
	1,75m	1,80m	1,84m	1,88m	1,91m	1,94m	1,97m		1,91m	1,89m	1,91	
A	O	OX	O	XO	X-	XX		2	X	O	X	2
B	-	XO	-	XO	-	-	XXX	2	X	O	O	1
C	-	O	XO	XO	-	XXX		2	X	O		3
D	-	XO	XO	XO				3				4

O = salto válido **X** = salto nulo **-** = prescindiu

A, B, C e D transpuseram todos 1,88m e ao segundo ensaio.

A Regra relativa a empates entra em ação. Os Juízes devem somar o número total de ensaios nulos até e incluindo a última altura transposta, isto é, 1,88m.

"D" tem mais ensaios nulos que "A", "B" e "C", será classificado em 4º lugar. "A", "B" e "C" estão empatados, mas como se refere ao 1º lugar, têm mais um ensaio a 1,91m que é a altura subsequente em relação à altura a que se deu o empate. Como todos os atletas falharam essa tentativa, a fasquia baixará para 1,89m para novo desempate. Como apenas "C" falhou esse ensaio os outros 2 atletas, "A" e "B" terão um 3º desempate a 1,91. Apenas "B" conseguiu passar e será, portanto, declarado vencedor.

Quando um atleta decida unilateralmente retirar-se de um processo de desempate para o primeiro lugar, o outro atleta (se apenas um permanecer) será declarado vencedor de acordo com a Regra 181.9 (e). Não é necessário que esse atleta tente a altura aplicável. Quando mais de um atleta se mantém num processo de desempate, o desempate continua com esses atletas, com o atleta que abandonou o desempate a ser colocado na posição classificativa que lhe compete, considerando que ele perdeu o direito a qualquer posição classificativa melhor, incluindo ao primeiro lugar.

Forças (causas) externas:

10. Quando for evidente que a fasquia foi deslocada por uma força (causa) externa não relacionada com o atleta (por exemplo uma rajada de vento):

a) Se esse deslocamento ocorrer depois de o atleta ter passado a fasquia sem lhe tocar, então o ensaio será considerado válido;

b) Se esse deslocamento se produzir sob qualquer outra circunstância, um novo ensaio deverá ser dado ao atleta.

REGRA 182

Salto em Altura

Competição

1. Os atletas terão de fazer a chamada com um único pé.
2. O salto será considerado nulo se:
 - a) Após o salto, a fasquia não se mantiver nos suportes devido a ação do atleta durante o salto, ou
 - b) O atleta tocar o terreno, incluindo a área de queda, para além do plano vertical definido pela margem da fasquia mais próxima da zona de balanço, quer o faça entre os postes ou no seu prolongamento, com qualquer parte do seu corpo, sem primeiro ter transposto a fasquia. No entanto, se ao saltar, um atleta tocar a zona de queda com o pé e, na opinião do Juiz, nenhuma vantagem for obtida, o salto não será considerado como nulo.

Nota: Para ajudar a aplicar esta Regra, deverá desenhar-se uma linha branca de 50mm de largura (normalmente com fita adesiva ou qualquer material similar) entre dois pontos situados 3m para o exterior de cada poste, de modo que a margem desta linha que se situa mais próxima dos atletas, coincida com a margem da fasquia que fica mais próximo da zona de balanço.

c) Se tocar a fasquia ou a secção vertical dos postes quando corra sem saltar.

A Pista de balanço e a Área de chamada

3. A largura mínima da pista de balanço será de 16m e o comprimento mínimo da pista de balanço será de 15m, com exceção das competições previstas na Regra 1.1 a), b) c) e f), onde o comprimento mínimo será de 25m.
4. A inclinação máxima descendente da pista de balanço e da área de chamada nos últimos 15m não deverá exceder 1/250 (0,4%) ao longo de qualquer raio da zona semicircular centrada a meio da distância entre os postes e cujo raio mínimo está definido pela Regra 182.3. A área de queda deverá ser colocada de forma que a aproximação dos atletas esteja na parte ascendente da inclinação.

5. A área de chamada terá de estar nivelada ou qualquer inclinação deverá estar em conformidade com os critérios definidos pela Regra 182.4 e do Manual de Instalações de Atletismo da IAAF.

O Material

6. Qualquer estilo ou modelo de postes pode ser utilizado, desde que sejam rígidos.

Terão de possuir suportes para a fasquia, firmemente fixados aos postes.

Os postes terão de ter altura suficiente para ultrapassar pelo menos em 0,10m a altura a que a fasquia é colocada.

A distância entre os postes não poderá ser inferior a 4,00m nem superior a 4,04m.

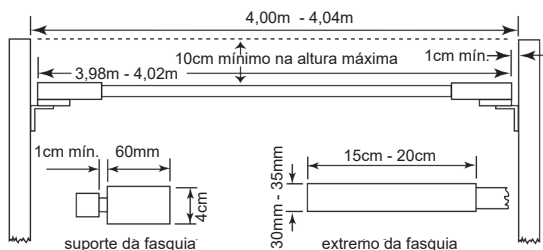


Fig. 182 – Postes e Fasquia do salto em Altura

7. Os postes não poderão ser deslocados durante a prova a não ser que o Árbitro considere que o local de chamada, ou a área de queda, se tornaram impróprios. Em tal caso, a mudança só será feita depois de terminada uma volta.
8. Os suportes da fasquia serão planos e retangulares, com 40mm de largura e 60mm de comprimento. Cada um deles fará face ao poste oposto e terá de estar firmemente fixado ao mesmo durante o salto. As extremidades da fasquia apoiar-se-ão sobre os suportes de tal forma que, se um atleta lhe tocar, ela cairá facilmente para o solo, quer para diante quer para trás. A superfície dos suportes será lisa.

Os suportes não poderão estar cobertos com borracha ou qualquer outro material que tenha como efeito aumentar a fricção entre as superfícies da fasquia e dos suportes, nem poderão ter qualquer espécie de molas.

Os suportes deverão ter a mesma altura acima da zona de chamada e junto a cada extremo da fasquia.

9. Terá de haver um espaço de pelo menos 10mm entre as extremidades da fasquia e os postes.

A Área de Queda:

10. Nas competições referidas na Regra 1.1 a), b), c), e) e f), a área de queda não deve medir menos de 6m de comprimento x 4m de largura e 0,7m de altura, atrás do plano vertical da fasquia.

Nota: Os postes e a área de queda devem ser desenhados de tal forma que haja um espaço de pelo menos 0,10m entre eles, quando estejam a ser utilizados, com o fim de evitar deslocamentos da fasquia devido a um movimento da área de queda (colchões), que cause contacto com os postes.

Para outras competições, a zona de queda deverá medir no mínimo 5m de comprimentos X 3m de largura X 0,7m de altura

A Equipa de Juízes

Para uma competição de Salto em Altura, é recomendável distribuir os Juízes disponíveis da seguinte forma:

1. O juiz chefe supervisionará toda a competição e verificará as medições. Ele deve possuir duas bandeiras - branca para indicar se o ensaio é válido e vermelha se for ensaio nulo. Ele deve colocar-se de modo a gerir particularmente dois temas:
 - a) Frequentemente, acontece que ao passar a fasquia o atleta toca a fasquia, que fica a tremer nos suportes. O juiz-chefe, dependendo da posição da fasquia, deve decidir quando é que a vibração da fasquia deve ser parada e a bandeira respetiva levantada – especialmente as situações especiais como cobertas na Regra 181.10; e
 - b) Uma vez que o atleta não pode tocar na fasquia ou na secção vertical da fasquia ou solo para além do plano vertical da margem da fasquia mais próxima da pista de balanço, é importante que exista um maior controlo da posição dos pés dos atletas, nas situações em que eles decidem não completar o ensaio, e correm para os lados ou então passam por “debaixo” da mesma.
2. Juízes 1 e 2 de cada lado da área de queda e ligeiramente atrás do plano da fasquia, tendo a função de repor a fasquia quando ela cai e a ajudar o Juiz Chefe a aplicar as Regras já mencionadas.

3. Juiz - um secretário que regista as marcas na folha de resultados, e chamando cada atleta a saltar (e aquele que salta a seguir).
4. Juiz responsável pelo Marcador (ensaio-dorsal-marca).
5. Juiz responsável pelo relógio que indica aos atletas o tempo que têm para iniciar o ensaio.
6. Juiz responsável pelos atletas.

Nota (i): Esta é a distribuição habitual dos Juizes. Em competições mais importantes, onde um sistema de dados e painéis eletrónicos de informação estão disponíveis, são necessários Juizes mais especializados com formação adequada. Para ser mais preciso, nestes casos, a progressão e os resultados de um Concurso são seguidos pelo secretariado e pelo sistema de dados.

Nota (ii): Os Juizes e equipamentos devem ser colocados de forma a não obstruir o caminho do atleta nem impedir a visão dos espectadores.

Nota (iii) Deve ser reservado um espaço para colocar uma manga de vento que indique a direção e força do vento.

REGRA 183

Salto com Vara

Competição

1. Os atletas apenas podem fazer deslocar a fasquia no sentido da área de queda, mais propriamente a margem da fasquia mais próximo do atleta, até 80cm da parte terminal posterior da caixa de apoio da vara.

Antes do início da competição o atleta terá de informar o Oficial responsável da posição da fasquia que deseja para o seu primeiro ensaio, e esta posição será registada.

Se posteriormente, o atleta desejar fazer qualquer modificação, deve informar imediatamente o Oficial responsável, antes que a fasquia tenha sido colocada, de acordo com os seus desejos iniciais. Caso não o faça atempadamente, iniciar-se-á a contagem do tempo a que o atleta tem direito para realizar o seu ensaio.

Nota: Uma linha com 10mm de largura com uma cor distintiva deverá ser desenhada perpendicularmente ao eixo da pista de balanço, ao nível da parte terminal posterior da caixa de apoio da vara ("linha zero"). Uma

linha similar, com até 50mm de largura, será ainda colocada na superfície da zona de queda e prolongada até à margem exterior dos postes. A margem da linha mais próxima do atleta no sentido da aproximação coincide com a parte terminal posterior da caixa de apoio.

2. O salto será considerado nulo se:

- a) Após o salto, a fasquia não se mantiver em ambos os suportes por ação do atleta durante o salto, ou
- b) O atleta tocar o terreno, com qualquer parte do seu corpo ou com a vara, incluindo a área de queda, para além do plano vertical que passa pela parte terminal posterior da caixa de apoio, sem primeiro ter transposto a fasquia, ou
- c) Depois de deixar o solo, colocar a mão inferior por cima da superior ou mover esta no sentido do extremo superior da vara.
- d) Durante o salto, um atleta estabilizar ou recolocar, com as suas mãos, a fasquia nos suportes.

Nota (i): Não será considerado como falta o facto de um atleta correr no exterior da sua pista de balanço.

Nota (ii): Se durante um ensaio, a vara tocar no colchão depois de ter sido colocada na caixa de apoio, tal facto não será considerado como falta.

Na aplicação e interpretação da Regra 183.2, deve-se cumprir o seguinte:

- a) A fasquia deve ser retirada dos suportes devido à ação do atleta “durante a ação de saltar”. Assim, se o atleta depois de recuperar corretamente a vara (para não violar a Regra 183.4), atinge a fasquia ou os postes com a mesma, e em consequência a fasquia cair, isto não corresponderá a um ensaio nulo, porque a queda da fasquia não resultou da ação do atleta enquanto executava o seu salto;
- b) É importante ter em consideração o efeito da Nota (ii), pois haverá muitas ocasiões em que a vara dobra e toca na área de queda para além da linha zero;
- c) Da possibilidade do atleta poder fazer a chamada de tal forma que o seu corpo ou a curvatura da vara penetrará no plano vertical da linha zero, mas depois ele volta à pista de balanço sem tentar passar por cima da fasquia. Desde que ainda tenha tempo para o seu ensaio e ele não tenha tocado o chão para além da linha zero, ele pode continuar com o ensaio;

d) Os juízes devem ter especial cuidado, controlando se a ação proibida prevista na Regra 183.2 d) possa ocorrer. Isso significa que o juiz respectivo deve manter o olhar no atleta durante o salto, e deve verificar se tal ação não foi apenas um toque incidental quando o atleta passou por cima da fasquia. Normalmente, para o ponto d) ser aplicado, deve haver alguma ação direta efetuada pelo atleta para estabilizar ou repor a fasquia nos postes.

3. Durante a competição os atletas estão autorizados a colocar uma substância nas suas mãos ou na vara, com vista a obter uma melhor aderência. A utilização de luvas é permitida.

Embora não haja proibição de usar luvas ou substâncias permitidas nas luvas, esta prática deve ser monitorizada pelos Árbitros, caso esta prática cause preocupação e dê lugar a um possível caso de assistência injusta.

4. Após o atleta largar a vara, ninguém (incluindo o atleta) será autorizado a tocá-la a não ser que esta esteja em vias de cair afastando-se da fasquia ou dos postes. Se entretanto ela for tocada por alguém e o árbitro entender que sem esta intervenção a fasquia teria sido derrubada o salto será considerado nulo.

Esta é uma das poucas Regras em que o comportamento de um Juiz pode resultar em ensaio nulo. É importante, portanto, que os juízes que estão na zona dos postes sejam eficazes para garantir que eles não toquem ou peguem na vara, a menos que ela esteja claramente a afastar-se da fasquia e/ou dos postes.

5. Se a vara se partir no decorrer de um ensaio, este não será considerado nulo e deverá ser autorizado um novo ensaio.

Pista de Balanço

6. O comprimento mínimo da pista de balanço, medido desde a linha “zero”, será de 40m e, quando as condições o permitam, será de 45m. A pista de balanço terá uma largura de 1,22m ($\pm 0,01$ m). A pista de balanço terá de ser limitada por linhas brancas com 50mm de largura.

Nota: *Para todas as pistas construídas antes de 1 de janeiro de 2004 a largura da pista de balanço será no máximo de 1,25m. Contudo, quando a pista de balanço for completamente revestida por novo material sintético, a largura da pista deve respeitar este regulamento.*

7. A inclinação lateral máxima permitida da pista não deverá exceder 1/100 (1%) a não ser em circunstâncias especiais que justifiquem que a IAAF conceda uma exceção e, nos últimos 40m a inclinação descendente, no sentido da corrida, não pode exceder 1/1000.

Material

8. A chamada do salto com vara será realizada de uma caixa. Será construída com qualquer material apropriado, com margens superiores arredondadas ou macias, enterrada no terreno, de modo a que a sua parte superior fique ao nível da pista de balanço e medirá 1,00m de comprimento ao longo do fundo interior da caixa, 0,60m de largura na sua extremidade frontal e estreitando até 0,15m de largura no fundo da caixa de apoio. I. O comprimento da caixa ao nível da pista de balanço e a profundidade do bordo terminal serão determinados pelo ângulo de 105° formado entre a base e o bordo terminal (tolerâncias em dimensões e ângulos: $\pm 0,01\text{m}$ e $- 0^\circ / +1^\circ$ respetivamente).

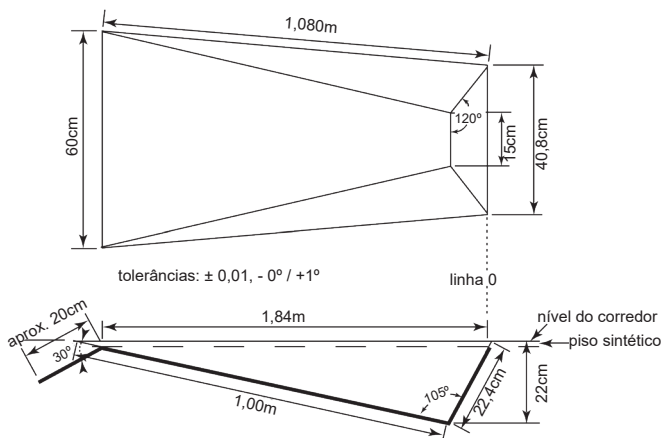


Fig. 183(a) – Caixa do Salto com Vara
(vista superior e lateral)

A base da caixa inclinar-se-á desde o nível da pista de balanço até uma profundidade de 0,20m (medidos na vertical) no local onde se une ao bordo terminal. A caixa deverá ser construída de tal modo que as paredes laterais se inclinem para fora e terminem junto ao bordo terminal, num ângulo aproximado de 120° graus com a base.

Nota: Um atleta pode colocar uma “proteção” acolchoada à volta da caixa de apoio da vara, para proteção adicional, durante qualquer dos seus ensaios. A colocação deste equipamento deve ser realizada durante o

tempo autorizado para o ensaio do atleta, e será removido pelo atleta, imediatamente após o seu ensaio estar completo. Nas competições referidas na Regra 1,1 a), b), c), e) e f), este equipamento deve ser providenciado pela organização.

9. Postes - Qualquer estilo ou tipo de postes poderá ser utilizado desde que sejam de construção rígida. A estrutura metálica da base e a parte inferior dos postes situada acima da zona de queda, deverá estar coberta com um material apropriado, de modo a providenciar proteção aos atletas e às varas na fase de queda.
10. A fasquia terá de ser colocada nos suportes horizontais de maneira a que, se for tocada pelo atleta, ou pela sua vara, caia facilmente na direção da área de queda. Os suportes não terão entalhes ou recortes de qualquer espécie, terão espessura uniforme a todo o seu comprimento e não terão um diâmetro superior a 13mm.

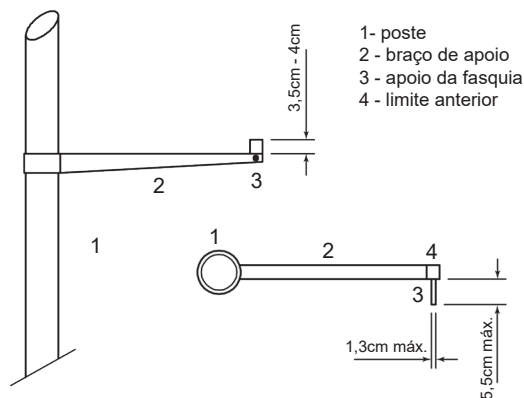


Fig. 183(b) – Suporte da Fasquia do Salto com Vara
(vista da zona de queda e superior)

Não podem prolongar-se mais que 55mm das estruturas que os suportam, que devem ser lisas. As partes verticais posteriores, onde os suportes horizontais se fixam, igualmente serão lisos e construídos de modo que a fasquia não possa pousar na sua parte superior e terão 35mm - 40mm de comprimento, a partir do nível dos suportes horizontais.

A distância entre os suportes não deverá ser inferior a 4,28m, nem superior a 4,37m.

Os suportes não podem ser nem estar cobertos com borracha ou com outro material que tenha como efeito aumentar a fricção entre eles e a superfície da fasquia, nem podem ter qualquer tipo de molas.

Os suportes devem suportar a fasquia no meio das extremidades da fasquia.

Nota: *A fim de diminuir o risco de lesões a um atleta caso este caia sobre a base dos postes, os suportes da fasquia podem ser colocados em braços extensores, presos de forma permanente aos postes, permitindo deste modo colocar os postes mais afastados sem aumentar o comprimento da fasquia (Ver Figura 183b).*

Varas

11. Os atletas podem utilizar as suas próprias varas. Não é permitido a qualquer atleta utilizar a vara pessoal de outro, a não ser que este dê o seu consentimento. A vara pode ser de qualquer material ou combinação de materiais e de qualquer comprimento ou diâmetro, mas a superfície deve ser lisa. A Vara poderá estar coberta por camadas de fita adesiva na pega (para proteger as mãos) e por fita adesiva ou outro material apropriado na extremidade inferior (para proteger a vara). A fita adesiva colocada na pega deve ser uniforme, exceto a inevitável sobreposição das capas o que não deverá resultar numa mudança abrupta do diâmetro, tal como a formação de um “anel” na vara.

Apenas é permitida a colocação de fita adesiva normal na zona de pega da vara de acordo com a Regra, não sendo permitidas estruturas em forma de anel, laço ou semelhante. Não há restrições sobre quando acima ou abaixo na vara esta colocação de fita adesiva se fará, mas deverá ser colocada para ser atingido o objetivo da sua colocação. Proteger as mãos. No entanto, não há restrições na extremidade inferior da vara e, em geral, é permitida qualquer forma de colocação de fita adesiva ou outra proteção, desde que não ofereça ao atleta qualquer vantagem.

A área de queda

12. Nas competições referidas na Regra 1.1 a), b), c), e) e f), a zona de queda não deverá medir menos que 6m de comprimento (para além da linha zero, excluindo as peças frontais) x 6m de largura x 0,80m de altura. As peças de proteção frontais devem ter no mínimo 2m. A proteção lateral da zona de queda mais perto da caixa deverá estar a 0,10m a 0,15m e

deverão afastar-se da mesma através de um ângulo aproximado de 45° (ver figura 183c).

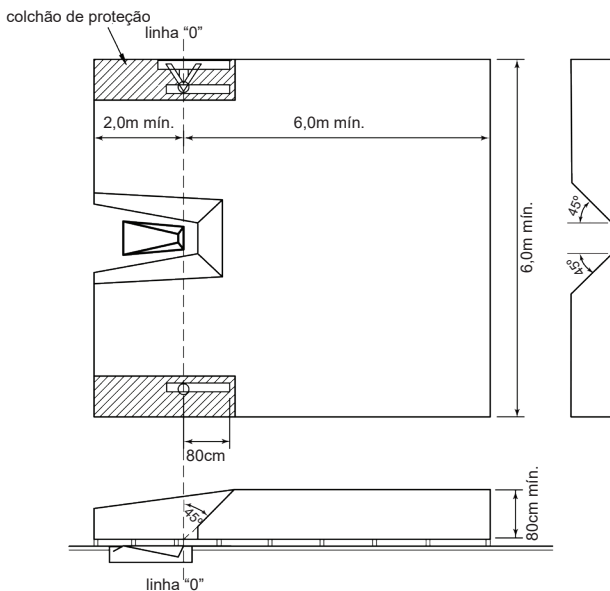


Fig. 183(c) – Zona de Queda do Salto com Vara
(vista superior e lateral)

Os lados da área de queda que ficam mais próximos da caixa de apoio da vara distarão desta 0,10m a 0,15m e inclinar-se-ão a partir da caixa de apoio da vara num ângulo de aproximadamente 45° (Ver Figura 183c).

Para outras competições, a área de queda deve medir no mínimo 5m de comprimento (excluindo os colchões dianteiros) x 5m de largura x 0.8m de altura.

A equipa de Juizes

Para uma competição de Salto com Vara, é recomendável distribuir os Juizes disponíveis da seguinte forma:

- 1. O juiz chefe supervisionará toda a competição e verificará as medições. Ele deve possuir duas bandeiras - branca para indicar se o ensaio é*

válida e vermelha se for ensaio nulo. Ele deve colocar-se de modo a gerir particularmente dois temas:

a) *Frequentemente, acontece que ao passar a fasquia, o atleta toca a fasquia, que fica a tremer nos suportes. O juiz-chefe, dependendo da sua posição em relação à fasquia, deve decidir quando é que a vibração da fasquia deve ser parada e a bandeira respetiva levantada – especialmente as situações especiais descritas particularmente na Regra 181.10 e 183.4; e*

b) *Uma vez que o atleta não pode tocar, antes da chamada, no terreno, para além do plano vertical que passa pela parte traseira da caixa de apoio da vara, ele deve colocar-se de forma a verificar se isso aconteceu.*

2. *Juízes 1 e 2, colocados de cada lado da área de queda e alinhados com a parte posterior da caixa de apoio da vara, encarregados de recolocar a fasquia quando ela cai e a ajudar o Juiz Chefe a aplicar as Regras acima mencionadas. Eles também são responsáveis pelo posicionamento da fasquia, como notificado pelo secretário da prova, segundo os desejos do atleta.*
3. *Juiz - um secretário que toma nota dos pedidos dos atletas, em termos de posicionamento da fasquia, regista as marcas na folha de resultados, e chama o atleta a saltar (e aquele que salta a seguir).*
4. *Juiz responsável pelo Marcador (ensaio-dorsal-marca).*
5. *Um Juiz responsável pelo relógio de contagem decrescente para indicar aos atletas o tempo que eles têm para iniciar o ensaio.*
6. *Juiz responsável pelos atletas.*

Nota (i): Esta é a distribuição habitual dos Juízes. Em competições mais importantes, onde um sistema de dados e painéis eletrónicos de informação estão disponíveis, são necessários Juízes mais especializados com formação adequada. Para ser mais preciso, nestes casos, a progressão e os resultados de um Concurso são seguidos pelo secretariado e pelo sistema de dados.

Nota (ii): Os Juízes e equipamentos devem ser colocados de forma a não obstruir o caminho do atleta nem impedir a visão dos espectadores.

Nota (iii): Deve ser reservado um espaço para colocar uma manga de vento que indique a direção e força do vento.

B. Saltos Horizontais

REGRA 184

Normas Gerais - Saltos Horizontais

A pista de balanço

1. O comprimento mínimo da pista de balanço será de 40m, medido desde a relevante linha de chamada até ao fim da pista de balanço, e quando as condições o permitam deverá medir 45m. A pista de balanço terá uma largura de 1,22m ($\pm 0,01$ m). A pista de balanço será limitada por linhas brancas com 50mm de largura.

Nota: Para todas as pistas construídas antes de 1 de janeiro de 2004 a largura da pista de balanço será no máximo de 1,25m. Contudo, quando a pista de balanço for completamente revestida por novo material sintético, a largura da pista deve respeitar este regulamento.

2. A inclinação lateral máxima da pista deverá ser 1/100 (1%) a não ser em circunstâncias especiais que justifiquem que a IAAF conceda uma exceção e, nos últimos 40m da pista de balanço, a inclinação descendente, no sentido da corrida, não pode exceder 1/1000 (0,1%).

Tábua de chamada

3. A zona de chamada será marcada por uma tábua nivelada com a pista de balanço e com a superfície da área de queda.

A margem da tábua que se encontra mais próxima da área de queda será denominada linha de chamada.

Imediatamente a seguir a esta linha será colocada uma placa de plasticina para auxiliar os juízes.

4. A tábua de chamada terá de ser retangular, feita de madeira ou outro material rígido apropriado no qual os bicos dos atletas se possam prender com facilidade e não derrapar, medirá 1,22m. ($\pm 0,01$ m) de comprimento, 0,20m ($\pm 0,002$ m) de largura e não mais de 0,10m de profundidade. Será pintada de branco.
5. Placa Indicadora de Plasticina - Consistirá de uma placa rígida de madeira ou outro material apropriado com 0,10m ($\pm 0,002$ m) de largura e com 1,22m ($\pm 0,01$ m) de comprimento e será pintada numa cor contrastante com a da tábua de chamada. Sempre que possível, a plasticina deverá ter uma terceira cor contrastante.

A placa será montada numa reentrância incorporada na pista de balanço, junto à margem da tábua de chamada que se situa mais próximo da área de queda. A superfície elevar-se-á a partir do plano da tábua de chamada até uma altura de 7mm (± 1 mm). As margens da placa indicadora inclinar-se-ão num ângulo de 45°, com a margem mais próxima da pista de balanço coberta a todo o comprimento, com uma camada de plasticina com 1mm de espessura, ou esta última margem será cortada de tal modo que o entalhe, quando preenchido com plasticina, fará um ângulo de 45° (ver Figura 184a).

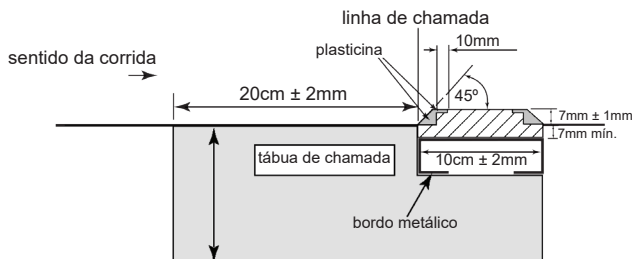


Fig.184(a) – Tábua de Chamada e Placa Indicadora de Plasticina

A parte superior da placa indicadora de plasticina também será coberta por uma capa de plasticina nos primeiros 10mm aproximadamente e ao longo de toda a sua extensão.

Quando montado na reentrância, todo o conjunto terá de se apresentar suficientemente rígido para suportar toda a força exercida pelo pé do atleta. A superfície da placa por baixo da plasticina terá de ser de um material no qual os pregos dos sapatos de um atleta se agarrem mas não escorreguem.

A camada de plasticina poderá ser alisada por um rolo ou raspador apropriado, a fim de serem removidas as marcas feitas pelos pés dos atletas.

Nota: Será muito útil ter várias placas de plasticina de reserva, de maneira a que enquanto a pegada de um atleta é eliminada, a prova não se atrase.

Área de Queda

- A área de queda terá uma largura mínima de 2,75m e uma largura máxima de 3m. A pista de balanço, se possível, será colocada de tal modo que o seu eixo, se prolongado, coincida com o eixo da área de queda.

Nota: Quando o eixo da pista de balanço não estiver alinhado com a linha central da área de queda, uma fita ou, se necessário, duas, serão colocadas ao longo da área de queda, de modo que o que atrás se refere seja conseguido (Ver Figura 184b).

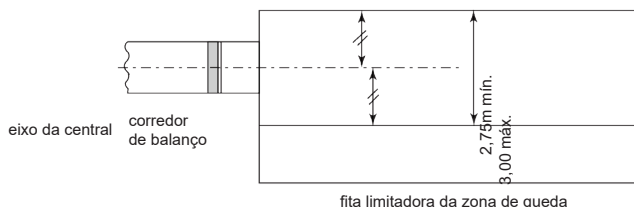


Fig. 184(b) – Área de Queda Centralizada para Comprimento e Triplo

Nos locais onde novas instalações são construídas, em que se prevê a participação de atletas deficientes visuais, pelo menos uma caixa de areia deve ser construída com uma largura maior (3.50m em vez de 3.00m máximo de acordo com as Regras IAAF) conforme recomendado pelo IPC.

7. A área de queda será preenchida com areia macia de modo que a superfície superior esteja nivelada com a tábua de chamada.

Medidas de distâncias

8. Em todos os concursos horizontais, as distâncias serão registadas no 0,01m inferior à distância medida, caso a distância medida não seja um cm completo.

9. A medição de cada salto será feita imediatamente após cada ensaio válido (ou após um protesto imediato, feito com base na Regra 146.5), desde a marca que fique na zona de queda mais próximo da linha de chamada, feita por qualquer parte do corpo do atleta, ou pelo que esteja, no momento da realização da marca, preso ao corpo do atleta, até à linha de chamada, ou extensão da linha de chamada. A medição será feita perpendicularmente à linha de chamada ou sua extensão.

Desde que nenhuma irregularidade tenha sido cometida, cada ensaio deve ser medido independentemente da distância alcançada, inclusive pelos motivos que as outras medições dos ensaios podem tornar-se críticas na determinação de desempates ou para determinar a passagem de um atleta às rondas seguintes.

Excetuando quando a regra 146.5 é aplicada, normalmente nenhum ensaio em que uma irregularidade foi cometida deve ser medido. Os juizes devem usar cuidadosamente a sua discricção ao aplicar, geralmente apenas em casos excepcionais, qualquer prática alternativa.

A menos que a medição de vídeo seja usada, para cada ensaio válido, um estilete (geralmente de metal) deve ser colocado na posição vertical no local da marca deixada pelo atleta na área de queda mais próxima da linha da chamada. O estilete é passado através da argola no final da fita de metal graduada, de forma que o "zero" esteja na marca deixada da areia. A fita deve ser esticada horizontalmente, devendo ter-se o cuidado de não colocá-la a passar em qualquer monte de areia da zona de queda.

Velocidade do vento

10. O anemómetro será o mesmo que o descrito nas Regras 163.8 e 163.9. Ele será operado e lido conforme descrito nas Regras 163.11 e 184.12 e lido como referido na Regra 163.13.

11. O Árbitro de Concursos relevante deverá garantir que o anemómetro terá de ser colocado a 20m da linha de chamada. O plano de medição será posicionado a uma altura de $1,22 \pm 0,05$ m de altura e a 2m, no máximo, da pista de balanço.

12. No salto em comprimento e no triplo salto, a velocidade do vento será medida durante um período de 5 segundos, a partir do momento em que o atleta passa uma marca colocada ao lado da pista de balanço, a 40m e a 35m, respetivamente, da linha de chamada.

Quando os atletas iniciem um balanço inferior a 40m ou 35m, respetivamente, a velocidade do vento terá de ser medida a partir do momento em que os atletas comecem a correr.

REGRA 185

Salto Em Comprimento

Competição

1. Um ensaio será considerado nulo se um atleta:

a) Quando fazendo a chamada, tocar no terreno (incluindo qualquer parte da tábua de plasticina) para além da linha de chamada, com alguma parte do corpo, quer correndo sem saltar quer no ato do salto; ou

b) Fizer a chamada desde o exterior das margens laterais da tábua de

chamada - quer seja para além ou para alguém da extensão da linha de chamada; ou

c) Empregar qualquer forma de salto mortal durante a corrida de balanço ou no ato do salto;

d) Após fazer a chamada, mas antes do seu primeiro contacto com a zona de queda, tocar a pista de balanço ou o terreno exteriormente à pista de balanço ou à zona de queda;

e) No momento da queda (incluindo qualquer perda de equilíbrio) tocar a margem/bordadura da zona de queda, ou o terreno fora da área de queda, num ponto situado mais próximo da linha de chamada que a marca mais próxima existente na zona de queda resultante do salto; ou

f) Ao sair da área de queda, fazê-lo de um modo que não o descrito na Regra 185.2.

2. Ao deixar a zona de queda, o primeiro contacto de um pé com a margem /bordadura desta zona ou com o terreno fora da caixa de saltos, terá de ser efetuado numa zona mais afastada da linha de chamada que a marca mais próxima efetuada na areia resultante da queda (incluindo qualquer marca realizada após desequilíbrio completamente dentro da zona de queda, ou quando caminha para trás mais próximo da linha de chamada que a marca inicial resultante da queda)

Nota: *Este primeiro contacto será considerado como saída da zona de queda.*

3. Não se considerará como nulo um ensaio em que um atleta:

a) Tenha corrido exteriormente às linhas brancas que marcam a pista de balanço, em qualquer parte da sua extensão; ou

b) Com exceção do referido no parágrafo 1. b), faça a chamada antes de atingir a tábua de chamada; ou

c) Sob a Regra 18 5.1(b), uma parte do seu sapato/pé toque o terreno para o exterior de qualquer dos limites laterais da tábua de chamada, e antes da linha de chamada; ou

d) No decurso da queda, tocar, com qualquer parte do corpo, ou com algo que esteja preso ao seu corpo nesse momento, a margem/bordadura da caixa de queda, ou o terreno exterior a esta zona, a não ser que esse contacto infrinja a Regra 185.1 d) ou e);ou

e) Recue através da zona de queda desde que já tenha saído dessa mesma zona de queda como descrito na Regra 185.2.

Linha de chamada

4. A distância entre a linha de chamada e o fim da caixa de saltos terá de ser, pelo menos, de 10m.
5. A linha de chamada estará situada entre 1m a 3m da margem mais próxima da área de queda.

A equipa de Juízes

Para uma competição de Salto em Comprimento ou Triplo Salto, é recomendável distribuir os Juízes disponíveis da seguinte forma: O Juiz Chefe que supervisionará toda a competição.

1. *Um Juiz que verifica se a chamada foi efetuada corretamente e mede o ensaio.*
2. *Ele deve possuir duas bandeiras - branca para indicar se o ensaio é válido e vermelha se for ensaio nulo. Quando o salto está a ser medido, é conveniente que o Juiz se coloque à frente da tábua de chamada, segurando uma bandeira vermelha, enquanto preparam a zona de queda, alisando a areia, e, se relevante, substituir ou reparar a tábua de plasticina. Um cone pode ser colocado em alternativa ou para além da colocação do Juiz. (Nalgumas competições estas responsabilidades são assumidas pelo Juiz Chefe);*
3. *Um Juiz na zona de queda, que determina qual a posição da marca na areia mais perto da linha de chamada, para inserir o estilete ou o bico do prisma e, se for utilizada uma fita métrica, colocar o ponto "0" da fita na marca deixada. Quando for utilizado a medição por Vídeo, não é necessário nenhum Juiz para esta função. Quando um Sistema de Medição Óptica é utilizado no local, são necessários dois Juízes, um para ler no aparelho óptico, e outro para colocar o prisma na areia.*
4. *Juiz - Secretário que regista as marcas na folha de resultados, e chama o atleta para saltar (e aquele que salta a seguir).*
5. *Juiz responsável pelo Marcador (ensaio-dorsal-marca).*
6. *Juiz responsável pelo anemómetro colocado a 20m da tábua de chamada.*
7. *Um ou mais Juízes ou pessoal de campo para alisar a areia.*
8. *Juiz responsável por reparar ou substituir a tábua de plasticina.*
9. *Um Juiz responsável pelo relógio de contagem decrescente para indicar aos atletas o tempo que eles têm para iniciar o ensaio.*
10. *Juiz responsável pelos atletas.*

Nota (i): Esta é a distribuição habitual dos Juízes. Em competições mais importantes, onde um sistema de dados e painéis eletrónicos de informação estão disponíveis, são necessários Juízes mais especializados com formação adequada. Para ser mais preciso, nestes casos, a progressão e os resultados de um Concurso são seguidos pelo secretariado e pelo sistema de dados.

Nota (ii): Os Juízes e equipamentos devem ser colocados de forma a não obstruir o caminho do atleta nem impedir a visão dos espectadores.

Nota (iii): Deve ser reservado um espaço para colocar uma manga de vento que indique a direção e força do vento.

REGRA 186

Triplo Salto

As Regras 184 e 185 aplicam-se ao Triplo-Salto com as seguintes variações:

Competição

1. O Triplo Salto consistirá de um salto ao pé-coxinho, um passo e um salto, realizados por esta ordem.
2. O salto ao pé-coxinho será realizado de modo a que o primeiro contacto seja efetuado com o pé de chamada; no passo ele contatará com a pista com o outro pé, com o qual o último salto será concretizado.

Não será considerada falta, o facto de um atleta, durante o salto, tocar o terreno com a perna "morta".

Nota: A Regra 185.1 d) não se aplicará nas fases de salto ao pé-coxinho e passo.

Note-se que não se deve considerar ensaio nulo (apenas por esta razão) se o atleta:

(a) Toca as linhas brancas ou no solo fora das linhas do corredor de balanço, entre a tábua de chamada e a zona de queda; ou

(b) se o atleta tocar na caixa de areia na fase do passo sem culpa (ou seja, se o juiz incorretamente indicou ou considerou mal a tábua de chamada) – neste caso, o Árbitro dará em princípio ao atleta um ensaio de substituição.

É, no entanto, um ensaio nulo, se o salto não terminar dentro da caixa de areia.

Linha de Chamada

3. A distância entre a tábua de chamada e o fim da área de queda terá de ser, pelo menos, de 21m.
4. Nas competições internacionais, deveria haver tábuas de chamada separadas para provas masculinas e femininas. Recomenda-se que a linha de chamada não se situe a menos de 13m para Homens e a menos de 11m para Mulheres, da parte mais próxima da área de queda. Em qualquer outra competição, esta distância será a apropriada para o nível da competição.
5. Entre a tábua de chamada e a área de queda terá de haver, para a realização dos dois saltos de apoio aí efetuados (passo e salto), uma zona de chamada com uma largura de 1,22m ($\pm 0,01$ m), e que providencie uma base firme e uniforme.

Nota: Para todas as pistas construídas antes de 1 de janeiro de 2004 a largura da pista de balanço será no máximo de 1,25m. Contudo, quando a pista de balanço for completamente revestida por novo material sintético, a largura da pista deve respeitar este regulamento.

C. Lançamentos

REGRA 187

Normas Gerais - Lançamentos

Engenhos oficiais

1. Em todas as Competições Internacionais, os engenhos utilizados terão de estar de acordo com as atuais especificações da IAAF. Apenas poderão ser utilizados engenhos certificados pela IAAF. A tabela seguinte define o peso dos engenhos para cada grupo etário:

Enenho	Mulheres		Homens		
	Sub 18	Sub 20/Seniores	Sub 18	Sub 20	Seniores
Peso	3,000kg	4,000kg	5,000kg	6,000kg	7,260kg
Disco	1,000kg	1,000kg	1,500kg	1,750kg	2,000kg
Martelo	3,000kg	4,000kg	5,000kg	6,000kg	7,260kg
Dardo	500g	600g	700g	800g	800g

Tab. dos Pesos dos Engenhos para cada Grupo Etário

Nota: Um formulário, estandardizado, para solicitação ou renovação de Certificação de Engenhos, assim como os Procedimentos do Sistema de Certificação, estão disponíveis na sede da IAAF, ou poderão ser descarregados da página Web da IAAF.

2. Com exceção do previsto abaixo, todos os engenhos serão fornecidos pelos Organizadores.

O(s) Delegado(s) Técnico(s) poderá(ão), com base nos regulamentos aplicáveis de cada competição, permitir aos atletas a utilização de engenhos pessoais ou outros providenciados por um fornecedor, desde que sejam certificados pela IAAF, aferidos e marcados como aprovados pelos Organizadores antes da competição e sejam colocados à disposição de todos os atletas. Tais engenhos não serão aceites caso sejam de um modelo que já conste na lista providenciada pelos Organizadores.

Nota: Para fins de aceitação como engenhos pessoais, engenhos "certificados pela IAAF" podem incluir modelos mais antigos que anteriormente possuíam um certificado, mas que já não são produzidos.

É cada vez mais comum que os Organizadores ofereçam uma menor variedade de engenhos do que no passado (em grande parte devido ao custo dessas aquisições). Isso aumenta a responsabilidade dos Diretores Técnicos e dos seus assistentes, que devem fazer um controlo rigoroso de todos os engenhos pessoais entregues para entrarem em competição, para se garantir que eles cumprem as Regras, para além de estarem na lista IAAF dos engenhos certificados. Os engenhos que atualmente não possuem, mas já tiveram um certificado IAAF, podem ser aceites para a competição se obedecerem às Regras.

3. Não é permitido proceder a qualquer alteração das características do engenho durante a competição.

Assistência

4. O seguinte será considerado como Assistência, e por conseguinte não autorizado:

- a) O ligar em conjunto dois ou mais dedos. Se for utilizada “ligadura” nas mãos ou dedos, ela pode ser contínua, desde que daí não resulte que dois ou mais dedos fiquem ligados de um modo que os dedos não possam mover-se independentemente. A ligadura deverá ser mostrada ao Juiz Chefe antes da prova.
- b) A utilização de qualquer dispositivo, como por exemplo utilizar pesos presos ao corpo, que de qualquer modo, auxilie um atleta ao realizar um lançamento.
- c) A utilização de luvas com exceção do lançamento do martelo. Neste caso as luvas devem ser lisas nas duas faces, e as extremidades dos dedos das luvas, com exceção do polegar, terão de estar cortadas.
- d) A pulverização ou o espalhar de uma substância, por parte do atleta, no círculo ou nos seus sapatos, ou o aumentar da rugosidade da superfície do círculo.

Nota: Se os juízes tiverem conhecimento deste facto, eles devem indicar a qualquer atleta que não esteja a cumprir esta regra para corrigir a sua situação. Se o atleta não o fizer, tal(ais) ensaio(s) deve(m) ser considerado(s) nulo(s). Se um ensaio for concluído antes que o incumprimento seja notado, o Árbitro deve decidir qual ação a ser tomada. Em todos os casos considerados graves, a Regra 145.2 pode também ser aplicada. Qualquer caso outras ações podem ser aplicadas, se forem considerados suficientemente graves, Regra 145.2.

5. O seguinte não será considerado assistência, sendo por conseguinte autorizado:

a) A utilização, por um atleta, de modo a obter uma melhor aderência ao engenho, de uma substância apropriada, mas somente nas mãos ou no caso dos lançadores de martelo, nas luvas. Os lançadores de peso podem usar essas substâncias no pescoço.

b) A utilização por um atleta, nos lançamentos do Peso e do Disco, nos engenhos, de giz ou uma substância similar.

Todas as substâncias utilizadas nas mãos, luvas e nos engenhos, devem ser facilmente removíveis dos engenhos, utilizando um pano húmido, e não devem deixar resíduo. Se esta regra não for cumprida, a Nota da Regra 187.4 deve ser aplicada.

c) A utilização de ligaduras na mão e dedos que não contrarie o estipulado na Regra 187.4 a).

O círculo de lançamento

6. O aro que limita o círculo terá de ser construído com uma liga de ferro, aço ou outro material apropriado, cujo topo terá de estar nivelado com o terreno exterior. Terá, pelo menos, 6mm de espessura, e será branco. O terreno à volta do círculo poderá ser de cimento, material sintético, madeira, asfalto ou outro material apropriado.

O interior do círculo pode ser construído em cimento, asfalto ou qualquer outro material firme mas não escorregadio. A sua superfície terá de ser horizontal e terá de estar 20mm (\pm 6mm) abaixo do topo superior do aro do círculo.

No lançamento do Peso é permitido um círculo portátil com estas especificações.

7. O diâmetro interno do círculo terá de medir 2,135m (\pm 0,005m) nos lançamentos do peso e martelo e 2,500m (\pm 0,005m) no lançamento do disco.

O martelo pode ser lançado de um círculo do disco desde que o diâmetro desse círculo tenha sido reduzido de 2,50m para 2,135m pela colocação de um anel circular no seu interior.

Nota: *O anel circular não deverá ser branco, mas de outra cor, de modo que as linhas brancas requeridas na Regra 187.8 sejam claramente visíveis.*

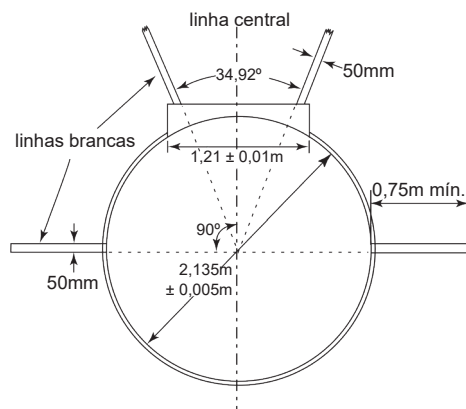


Fig. 187(a) – Círculo de Lançamento do Peso

8. Uma linha branca com 50mm de largura terá de ser desenhada a partir do topo do aro de metal, prolongando-se, pelo menos, 0,75m para cada lado do círculo.

Poderá ser pintada ou feita de madeira ou outro material apropriado. A margem posterior da linha branca será um prolongamento de uma linha teórica que passe através do centro do círculo, e que é perpendicular à linha central do sector de lançamento

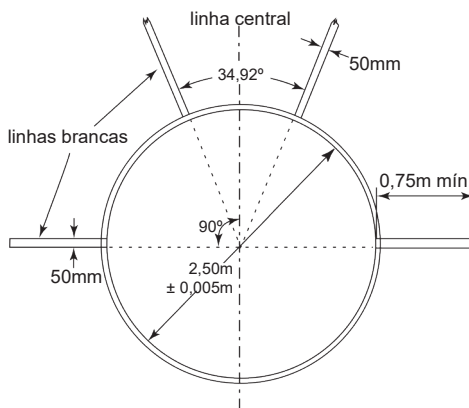


Fig. 187(b) – Círculo de Lançamento do Disco

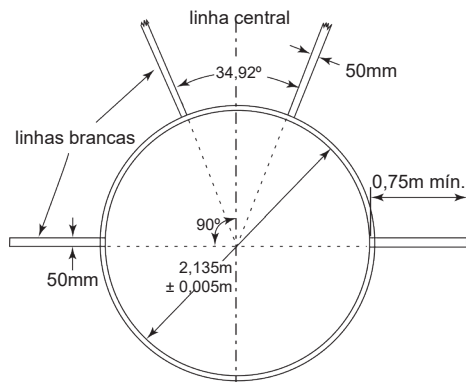


Fig. 187(c) – Círculo de Lançamento do Martelo

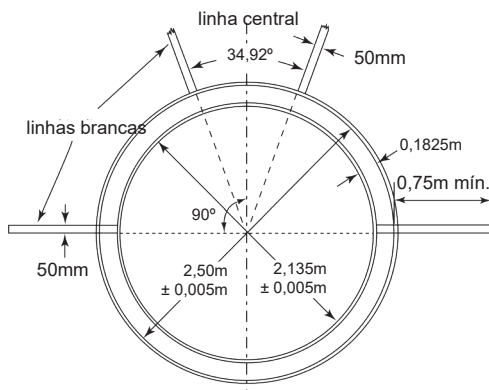


Fig. 187(d) – Círculos Concêntricos de lançamento do Disco e do Martelo

A Pista de Balanço do Dardo

9. O comprimento mínimo da pista de balanço terá de ser de 30m ., exceto nas competições referidas na Regra 1.1 a), b) c), e) e f), onde o comprimento mínimo será de $33,50\text{m}$. Quando as condições o permitam, o comprimento mínimo deveria ser de $36,50\text{m}$.

Será limitada por duas linhas paralelas com 50mm de largura e afastadas 4m . O lançamento terá de ser feito detrás de um arco de círculo desenhado com um raio de 8m .

Sector de Queda

10. O sector de queda será constituído por cinza, relva ou outro material apropriado no qual o engenho deixe uma marca.
11. A inclinação máxima (descendente) permitida do sector de queda, na direção do lançamento, não poderá exceder 1/1000 (0,1%).
12. a) Com exceção do lançamento do dardo, o sector de queda terá 34,92 ° e será delimitado com linhas brancas com 50mm de largura, de tal modo que, se fossem prolongadas as suas margens internas, se intersectariam no centro do círculo.

Nota: O sector de 34,92° pode ser marcado com precisão, fazendo com que 2 pontos situados na margem interna das linhas, e que se encontrem a 20m do centro do círculo, estejam afastados entre si uma distância de $12m \pm 0,05m$ (20x0.60m). Assim, por cada 1m que nos afastemos do centro do círculo, a distância entre os dois pontos aumentará de 0.60m.

b) No lançamento do dardo, o sector de queda será limitado por linhas brancas com 50mm de largura, de tal modo que as margens internas destas linhas, se prolongadas, passarão pelas intersecções da margem interna do arco com as linhas paralelas que limitam a pista de balanço e pelo centro do círculo de que o arco faz parte (Ver Figura 187e). Este sector terá assim 28,96°.

O sector de queda deve ter uma superfície uniforme suficientemente suave para garantir que o local inicial da queda do engenho possa ser claramente determinado pelos juizes. A superfície de queda não deve permitir que o engenho salte para trás, criando assim o risco de que o ponto de medição seja eliminado.

Ensaios

13. Os lançamentos do peso, disco e martelo terão de ser efetuados de um círculo e o dardo de um corredor de balanço. No caso de lançamentos efetuados a partir de um círculo o atleta terá de começar o lançamento de uma posição estacionária. Um atleta pode tocar o interior do aro. No lançamento do peso ele pode também tocar o interior da antepara descrita na Regra 188.2.

Não há restrições quanto a como e por onde, um atleta pode entrar no círculo. O requisito relevante é que depois de entrar no círculo, ele deve adotar uma posição estacionária antes de iniciar o ensaio.

14. Um ensaio será considerado nulo se um atleta, no decurso de um lançamento:

a) Largar o peso ou o dardo de modo diferente do permitido nas Regras 188.1 e 193.1.

b) Depois de ter entrado no círculo e iniciado o lançamento, tocar, com qualquer parte do corpo, no solo fora do círculo, ou na parte superior do aro (ou na parte superior do bordo interno do aro).

Nota: No entanto, não será considerada uma infração se o toque for feito sem fornecer qualquer propulsão e ocorra durante qualquer primeira rotação, num ponto completamente atrás da linha branca que é desenhada fora do círculo e que passa, teoricamente, pelo centro do círculo.

c) No lançamento do peso tocar, com qualquer parte do corpo, qualquer parte da antepara que não o lado interior (a parte superior do bordo interno - aresta, é considerado como pertencente à parte superior da antepara).

d) No lançamento do dardo, tocar com qualquer parte do corpo nas linhas que limitam a pista de balanço ou no terreno exterior.

Nota: Não será considerado ensaio nulo, se o disco ou qualquer parte do martelo tocar na gaiola para lançamentos depois de ser libertado, desde que nenhuma outra Regra tenha sido infringida.

É clarificado que as arestas internas superiores do aro do círculo e da antepara são consideradas como parte do topo do aro e da antepara respetivamente. Isso significa que se um atleta entrar em contato com a aresta interna superior do aro do círculo ou da antepara durante o ensaio, então ele será considerado como tendo feito um ensaio nulo.

A adição da Nota à Regra 187.14 (b) aplica-se às técnicas de rotação utilizadas pelos atletas no lançamento do Peso, Disco ou Martelo. Deve ser interpretado como que qualquer toque "acidental" no topo do aro do círculo, ou na superfície exterior em relação à metade posterior do círculo durante a primeira rotação não deve, por si só, ser considerado como uma infração à Regra. No entanto, é claro que qualquer técnica que obtenha uma vantagem através de alavancagem ou propulsão constituirá uma infração.

15. Desde que no decorrer de um ensaio, as Regras relativas a cada lançamento não tenham sido infringidas, um atleta pode interromper o ensaio já iniciado, pode colocar o engenho no solo no interior ou no

exterior do círculo ou corredor de balanço e abandonar o mesmo. Ao abandonar o círculo ou corredor de balanço, o atleta terá de fazê-lo como é referido no parágrafo 17 desta Regra, antes de iniciar um novo ensaio.

Nota: Todos os movimentos permitidos neste parágrafo serão incluídos no intervalo de tempo máximo autorizado para se iniciar um ensaio, segundo a Regra 180.18.

Nestas circunstâncias, não há restrição sobre como, ou em que direção, um atleta pode deixar o círculo de lançamento ou a pista de balanço se ele optar por fazer. O requisito relevante é que nenhuma outra regra é ou já foi violada.

16. Deverá ser considerado ensaio nulo se o peso, o disco, a cabeça do martelo ou a cabeça do dardo no seu primeiro contacto com o solo, tocar numa linha delimitadora do sector de queda, no terreno para além das linhas delimitadora do sector de queda, ou qualquer objeto (para além da gaiola como referido na nota da Regra 187.14), que se situe exteriormente às linhas delimitadoras do sector.

Deve-se notar que, para a finalidade desta Regra, a posição do cabo ou pega do martelo não é relevante. Por exemplo, o cabo pode cair ou ficar em cima ou para lá da linha limite do sector e isso não é relevante, desde que a cabeça do martelo tenha caído corretamente dentro do sector de queda. O mesmo se aplica na determinação do ponto a partir do qual a medição é considerada de acordo com a Regra 187.20 (a).

17. Um ensaio será considerado nulo se um atleta abandonar o círculo ou a pista de balanço antes do engenho tocar no solo, ou:

a) Para lançamentos realizados a partir de um círculo, se quando o atleta abandona o círculo, o primeiro contacto com o topo do aro, ou com o terreno fora do círculo, não se verificar completamente para trás da linha branca pintada fora do círculo que, se prolongada, passaria pelo seu centro.

Nota: O primeiro contacto com o topo do aro ou com o terreno fora do círculo ou pista de balanço é considerado sair (abandonar) o círculo ou pista de balanço.

b) No caso do Lançamento do Dardo, se quando abandonar a pista de balanço, o primeiro contacto com as linhas paralelas ou o terreno exterior à pista de balanço não for feito completamente para trás da linha branca do arco, ou das linhas marcadas a partir das extremidades do arco e que são perpendiculares às linhas paralelas. Uma vez que o dardo tenha

tocado o solo, poderá igualmente considerar-se que o atleta saiu da pista de balanço, quando ele tocar a linha, ou tocar por detrás dessa linha (pintada ou teórica, e indicada por marcas ao lado da pista de balanço) desenhada através da pista de balanço, 4m para trás das extremidades do arco branco frontal. Caso o atleta estiver posicionado atrás dessa linha e dentro da pista de balanço no momento em que o engenho tocar no solo, será considerado que o atleta já saiu corretamente.

A segunda e terceira frases da Regra 187.17 (b) destinam-se a acelerar o processo de avaliação do ensaio e não a criar um método adicional para avocar um nulo ao atleta. O objetivo da “marca de 4m” é apenas permitir que os juizes levantem a bandeira branca e comecem a medir o ensaio uma vez que o atleta se desloque para trás desse ponto (da mesma forma que fariam se ele tivesse deixado a pista de balanço corretamente). O único requisito é que não haja outra razão para considerar o ensaio como nulo, e que o engenho tenha tocado o chão antes que a bandeira branca fosse levantada. Inevitavelmente, se o atleta, por qualquer motivo, não continuar o seu movimento depois de passar a marca de 4m, a bandeira branca pode ser levantada quando o engenho tocar o solo.

18. Após cada lançamento, o engenho terá de ser transportado de volta para o círculo e nunca arremessado.

Medição de Distâncias

19. Em todos os lançamentos, as distâncias serão sempre registadas até ao 0,01m imediatamente inferior à distância medida, caso esta distância não corresponda a um cm completo.

20. A medição de cada lançamento será feita imediatamente após cada ensaio válido (ou após um protesto imediato feito de acordo com a Regra 146.5):

- a) Desde a marca realizada pela queda do Peso, Disco ou cabeça do Martelo que fica mais próxima do círculo até à margem interna do aro do círculo, ao longo de uma linha que passe pelo seu centro;
- b) Desde o local onde a cabeça metálica do Dardo tocou no solo pela primeira vez, até à margem interna do arco, ao longo de uma linha que vá desde o local de contacto até ao centro do círculo do qual o arco faz parte.

Desde que nenhuma irregularidade tenha sido cometida, cada ensaio deve ser medido, independentemente da distância alcançada, inclusive pelos motivos que as outras medições dos ensaios podem tornar-se críticas

na determinação de empates ou se um dos atletas passará às rondas subsequentes.

Exceto quando a regra 146.5 é aplicada, a norma é que nenhum ensaio em que uma irregularidade foi cometida deva ser medido. Os juizes devem usar cuidadosamente a sua discricção ao aplicar qualquer prática alternativa e geralmente apenas só em casos excecionais.

A menos que seja utilizada a medição de vídeo, para cada ensaio válido, um estilete (geralmente de metal) deve ser colocado, em posição vertical, no local da marca deixada pelo engenho na área de queda, e que se situa mais próxima da linha de chamada. O estilete passa através da argola no final da fita de metal graduada, para que o "zero" esteja nessa marca. A fita deve ser esticada horizontalmente, com cuidado para não passar por cima de qualquer elevação do terreno.

REGRA 188

Lançamento do Peso

Competição

1. O peso terá de ser lançado do ombro apenas com uma mão.

No momento em que o atleta tomar posição no círculo para iniciar um lançamento, o peso terá de tocar ou estar na proximidade do pescoço ou queixo e a mão não poderá deslocar-se para baixo desta posição durante a ação de lançamento. O peso não poderá ser colocado atrás da linha dos ombros.

Nota: *A técnica em que o atleta realiza uma espécie de roda (cartwheeling) não é permitida.*

Antepara

2. A antepara será branca e feita de madeira ou outro material apropriado, com a forma de um arco, de modo que a sua superfície interna esteja alinhada com a margem interna do aro do círculo e perpendicular à superfície do círculo. Será colocada de modo a que o seu centro coincida com a linha central do sector de queda (ver figura 188), e estará firmemente fixada ao solo ou ao cimento que rodeia o círculo.

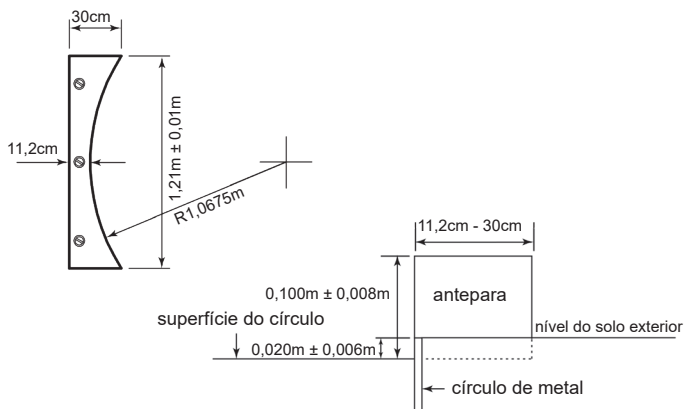


Fig. 188 – Antepara do Lançamento do Peso
(visão do topo e do interior)

Nota: As anteparas que cumpram as especificações da IAAF de 1983/84 serão aceites.

3. A antepara medirá de 0,112m a 0,30m de largura com uma corda de 1,21m ($\pm 0,01$ m) de comprimento para um arco com o mesmo raio do círculo, e 0,10m ($\pm 0,008$ m) de altura em relação ao nível do interior do círculo adjacente à antepara.

Peso

4. O peso será de ferro sólido, latão ou qualquer outro material que não seja mais macio que o latão, ou constituído por um invólucro de qualquer destes metais, cheio de chumbo ou outro material. Terá a forma esférica e a sua superfície não terá rugosidades mas sim uma textura lisa.

Informação para os fabricantes: Para ser considerada lisa a média da altura da rugosidade da superfície será menor que 1,6 micro metros, isto é, uma rugosidade igual ou inferior a N7.

5. Deverá estar de acordo com as seguintes especificações:

Peso		Femininos		Masculinos		
		Sub 18	Sub 20 / Seniores	Sub 18	Sub 20	Seniores
Peso mínimo para admissão na competição e homologação de recorde		3,000kg	4,000kg	5,000kg	6,000kg	7,260kg
Diâmetro	Mínimo	85mm	95mm	100mm	105mm	110mm
	Máximo	110mm	110mm	120mm	125mm	130mm

Tab. dos Pesos e Medidas do Peso

Equipa de Juízes

Para uma competição de Lançamento de Peso, é recomendável distribuir os Juízes disponíveis da seguinte forma:

- 1. O Juiz Chefe que supervisionará toda a competição.*
- 2. Dois Juízes que verificam se o lançamento foi efetuado corretamente e medindo o ensaio. Um deve estar munido com duas bandeiras a branca para indicar se o ensaio é válido e a vermelha para indicar se é nulo. Quando o ensaio for medido, é aconselhável que um Juiz esteja no círculo com a bandeira vermelha levantada, enquanto o engenho é trazido para ser novamente lançado e a zona de queda novamente desimpedida. Em vez deste procedimento pode ser colocado um cone no centro do círculo. (Nalgumas competições esta posição é desempenhada pelo Juiz-Chefe do concurso).*

Nas provas em que o EDM não está a ser utilizado, o segundo juiz deve puxar e segurar na fita de medição, para que esta passe pelo centro do círculo.

- 3. Um Juiz que imediatamente após o lançamento coloca uma marca no ponto a partir do qual o ensaio deve ser medido. Caso o engenho caia fora do sector, ou este Juiz ou o que tem o estilete/prisma (o eu estiver mais próximo da linha), deverá indicar este facto estendendo um braço para o exterior do sector. Não é necessária qualquer indicação para um ensaio válido.*
- 4. Um Juiz que posiciona o estilete/prisma no ponto onde a marca anteriormente referida foi colocada, garantindo que a fita esteja na marca zero.*
- 5. Um Juiz encarregado de recuperar os engenhos e devolvê-los para serem colocados no suporte de engenhos ou colocá-los na calha de retorno.*

6. Um Juiz secretário que regista as marcas na folha de resultados e chama cada atleta (e aquele que lança a seguir).
7. Juiz responsável pelo marcador (ensaio-dorsal-resultado).
8. Um Juiz responsável pelo relógio de contagem decrescente para indicar aos atletas o tempo que eles têm para iniciar o ensaio.
9. Um Juiz responsável pelos atletas.
10. Um Juiz responsável pela peça de equipamento onde se colocam os engenhos. Em certas competições é necessário numerar os engenhos e registar, em cada lançamento, qual o número do engenho utilizado.

Nota (i): Esta é a configuração habitual dos Juízes. Nalgumas competições importantes, onde um sistema eletrónico de registo de dados e mostradores eletrónicos de resultados estão disponíveis, é necessário nomear pessoal especializado. Clarificando, nestes casos, o progresso e o resultado de um Concurso é realizado pelo Secretário e pelo sistema de registo de dados.

Nota (ii): Os Juízes e equipamentos devem ser colocados de forma a não obstruir o caminho do atleta nem impedir a visão dos espectadores.

REGRA 189

Lançamento do Disco

O Disco

1. O corpo do disco pode ser sólido ou oco e terá de ser feito de madeira ou outro material apropriado, com um aro de metal cuja margem será circular. A secção transversal do aro será redonda, formando um verdadeiro círculo, com um raio de aproximadamente 6mm. Podem existir placas circulares metálicas, colocadas à superfície, no centro das partes laterais do engenho.

Em alternativa, o disco pode ser fabricado sem placas de metal, desde que a área equivalente seja plana e as medições e peso total do engenho correspondam às especificações.

Os dois lados do disco terão de ser idênticos, sem recortes, saliências ou margens aguçadas.

Os lados aumentarão gradualmente de espessura desde o início da curva do aro até um círculo com um raio de 25mm a 28,5mm medidos a partir do centro do disco.

O perfil do disco será desenhado como se segue. Desde o início da curva do aro exterior, a espessura do disco aumentará gradualmente até ao valor máximo D.

Este valor máximo é atingido a uma distância de 25mm a 28,5mm do eixo Y do disco. Desde este ponto até ao eixo Y do disco, a espessura do mesmo será constante.

As faces, superior e inferior, do disco têm de ser idênticas, assim como o disco tem de ser simétrico relativamente à rotação à volta do eixo Y.

O disco, incluindo a superfície do aro, não terá rugosidades e a textura será lisa (ver Regra 188.4) e uniforme em toda a sua superfície.

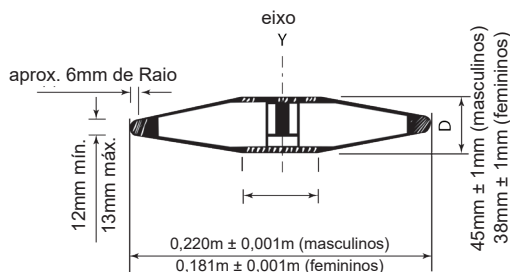


Fig. 189 – Disco

2. O disco terá de estar conforme com as seguintes especificações:

Disco		Femininos	Masculinos		
		Sub18 Sub 20 Seniores	Sub 18	Sub 20	Seniores
Peso mínimo para admissão na competição e homologação de recordes		1,000kg	1,500kg	1,750kg	2,000kg
diâmetro externo do aro de metal	mín.	180mm	200mm	210mm	219mm
	máx.	182mm	202mm	212mm	221mm
diâmetro placa central de metal ou da área plana	mín.	50mm	50mm	50mm	50mm
	máx.	57mm	57mm	57mm	57mm
espessura da placa central de metal ou da área plana	mín.	37mm	38mm	41mm	44mm
	máx.	39mm	40mm	43mm	46mm
espessura do aro medido a 6mm da margem	mín.	12mm	12mm	12mm	12mm
	máx.	13mm	13mm	13mm	13mm

Tab. dos Pesos e Medidas do Disco

Equipa de Juízes

Para uma competição de Lançamento de Disco, é recomendável distribuir os Juízes disponíveis da seguinte forma:

- 1. O Juiz Chefe que supervisionará toda a competição.*
- 2. Dois Juízes que verificam se o lançamento foi efetuado corretamente e medindo-o. Um deve estar munido com duas bandeiras a branca para indicar se o ensaio é válido e a vermelha para indicar se é nulo. Quando o ensaio for medido, é aconselhável que um Juiz esteja no círculo com a bandeira vermelha levantada, enquanto o engenho é trazido para ser novamente lançado e a zona de queda novamente desimpedida. Em vez deste procedimento pode ser colocado um cone no centro do círculo. (Nalgumas competições esta posição é desempenhada pelo Juiz-Chefe do concurso).*

Nas provas em que o EDM não está a ser utilizado, o segundo juiz deve puxar e segurar na fita métrica de metal, para que esta passe pelo centro do círculo.

- 3. Um Juiz que imediatamente após o lançamento coloca uma marca no ponto a partir do qual o ensaio deve ser medido. Caso o engenho caia fora do sector, ou este Juiz ou o que tem o estilete/prisma (o eu estiver mais próximo da linha), deverá indicar este facto estendendo um braço para o exterior do sector. Não é necessária qualquer indicação para um ensaio válido.*
- 4. Um Juiz que posiciona o estilete/prisma no ponto onde a marca foi deixada garantindo que a fita métrica esteja na marca zero.*
- 5. Um ou mais Juízes ou assistentes encarregados de recuperar os engenhos e devolvê-los para serem colocados no suporte de engenhos ou colocá-los na calha de retorno. Nos casos em que é feita medição por fita graduada, um destes juízes ou assistentes deveria assegurar que a fita está bem esticada, para ser assegurada uma medição correta.*
- 6. Um Juiz secretário que regista as marcas na folha de resultados e chama cada atleta (e aquele que lança a seguir).*
- 7. Um Juiz responsável pelo marcador (Ensaio-número-resultado).*
- 8. Um Juiz responsável pelo relógio de contagem decrescente para indicar aos atletas o tempo que eles têm para iniciar o ensaio.*
- 9. Um Juiz responsável pelos atletas.*
- 10. Um Juiz responsável pela peça de equipamento onde se colocam os engenhos. (em certas competições é necessário numerar os engenhos e registar, em cada lançamento, qual o número do engenho utilizado).*

Nota (i): Esta é a configuração habitual dos Juízes. Nalgumas competições importantes, onde um registo diferente é utilizado e estão disponíveis, um sistema eletrónico de registo de dados e mostrador(es) eletrónico(s) de resultados, é necessário nomear pessoal especializado. Clarificando, nestes casos, o progresso e o registo de resultados de um Concurso é feito pelo Secretário e pelo sistema de registo de dados.

Nota (ii): Os Juízes e equipamentos devem ser colocados de forma a não obstruir o caminho do atleta nem impedir a visão dos espectadores.

REGRA 190

Gaiola para o Lançamento do Disco

1. Todos os lançamentos do disco terão de ser efetuados do interior de um recinto fechado ou gaiola que mantenha a segurança dos espetadores, juízes e atletas. A gaiola especificada nesta Regra foi idealizada para utilização na Área de competição, com outras provas a decorrer em simultâneo, ou quando a prova se realiza fora da Área de Competição, com espetadores presentes. Nos casos em que isto não se aplique, especialmente em áreas de treino, uma construção muito mais simples pode ser satisfatória. Pode solicitar-se aos Membros e ao escritório da IAAF, informações disponíveis para este efeito.

Nota: A gaiola de proteção para o martelo especificada na Regra 192 pode também ser utilizada nas provas de lançamento do disco, quer instalando círculos concêntricos com 2,135m / 2,5m de diâmetro, quer usando a extensão dos painéis móveis daquela gaiola, com um círculo para o disco independente, situado à frente do círculo do martelo.

2. A gaiola deve ser desenhada, manufaturada e mantida de tal modo que possa parar um disco de 2kg movendo-se a uma velocidade até 25m/s. A sua disposição deve ser de tal forma que amortee o impacto do engenho, evitando o perigo do disco fazer ricochete ou saltar para trás no sentido do atleta ou passar sobre o topo da gaiola.

Desde que os requisitos desta Regra sejam satisfeitos, qualquer forma de desenho e construção da gaiola pode ser utilizado.

3. A gaiola deve ter a forma de U em plano, como mostra a Figura 190. A largura da abertura será de 6m e estará a uma distância de 7m à frente do centro do círculo de lançamento. As extremidades da abertura de 6m deverão corresponder às margens interiores, da rede da gaiola. A altura dos painéis da rede ou rede pendente no seu ponto mais baixo deverá

ser de pelo menos 4m e deverá ser de 6m, em cada lado, nos últimos 3 da parte frontal gaiola [a partir de 1 de janeiro de 2020]

Ao desenhar-se e construir uma gaiola, deverão ser adotadas medidas para impedir que um disco force o caminho através de qualquer charneira da gaiola, através da rede ou sob os painéis ou rede pendente.

Nota (i): A disposição dos painéis/redes da parte traseira da gaiola não é relevante, desde que a rede se encontre a um mínimo de 3m do centro do círculo.

Nota (ii): Desenhos inovadores que ofereçam o mesmo grau de proteção e que não aumentem a zona de perigo face às atuais gaiolas, podem ser certificadas pela IAAF.

Nota (iii): O comprimento dos lados da gaiola, particularmente ao longo da pista, pode ser aumentado, e/ou a sua altura, de forma a proporcionar uma maior proteção aos atletas participantes na pista anexa, durante uma competição de lançamento do Disco.

A rede deve ser fixada de forma que a abertura da boca da gaiola é igual em qualquer altura de cada lado da rede. Isto também se aplica para os painéis quando colocados na posição de acordo com a Nota ii) da Regra 192.4.

4. A rede para a gaiola pode ser feita a partir de um cordão de fibra natural ou sintética apropriada ou, em alternativa, a partir de arame de aço leve ou de alto poder de tensão. O tamanho máximo da malha será de 50mm para o arame de aço e de 44mm para o cordão.

Nota: Especificações complementares acerca da rede e procedimentos de inspeção de segurança encontram-se no Manual de Instalações de Atletismo da IAAF.

5. O sector máximo de perigo para os lançamentos de disco realizados desta gaiola, é aproximadamente de 69°, quando utilizada por lançadores dextros ou canhotos na mesma competição (calculado assumindo que o disco é lançado de um círculo circunscrito de 1,5m de raio). A posição e alinhamento da gaiola na Área de Competição é assim crítica para uma utilização segura.

Nota: O método usado para determinar a zona de perigo está ilustrado na Figura 190.

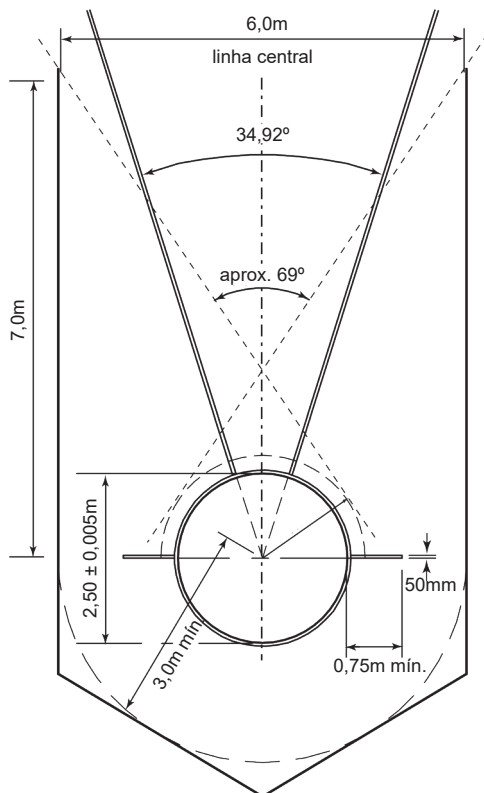


Fig. 190 – Gaiola apenas para Disco

REGRA 191

Lançamento do Martelo

Competição

1. Um atleta, na sua posição inicial, e antes dos molinetes ou rotações preliminares, está autorizado a colocar a cabeça do martelo no terreno dentro ou fora do círculo.

2. Não será considerado como falta o facto da cabeça do martelo tocar no terreno dentro ou fora do círculo, ou no topo do aro. O atleta pode interromper o lançamento e reiniciá-lo, desde que não tenha violado qualquer outra Regra.
3. Se o martelo se partir durante um lançamento ou quando estiver no ar, o ensaio não será nulo desde que o lançamento tenha sido feito de acordo com esta Regra. Se o atleta, por aquele motivo, perder o equilíbrio e cometer falta, o ensaio não será nulo. Em ambos os casos o atleta terá direito a um novo ensaio.

O Martelo

4. O martelo consistirá de 3 partes: uma cabeça de metal, um cabo e uma pega.
5. A cabeça do martelo terá de ser de ferro maciço, latão ou de qualquer metal não mais macio que o latão, ou constituída por um invólucro desse metal cheio de chumbo ou outro material sólido.

O centro de gravidade da cabeça não deverá estar a mais de 6mm do centro da esfera, i.e. tem de ser possível equilibrar a cabeça, sem o cabo e a pega, num orifício circular horizontal de margem aguçada com 12mm de diâmetro (ver diagrama).

Quando for usada uma substância para encher um invólucro, a mesma terá de ser incorporada de modo a ficar imóvel e que o centro de gravidade não se situe a mais de 6mm do centro da esfera.

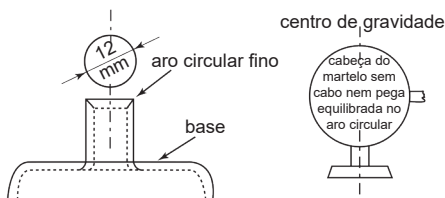


Fig.191(a) – Sugestão para Testar o Centro de Gravidade da Cabeça do Martelo

6. O cabo será um arame único, contínuo e direito de aço, com o mínimo de 3mm. de diâmetro, e não poderá distender-se apreciavelmente durante o lançamento.

O cabo pode ser dobrado em forma de anel num ou nos dois extremos para efeitos de ligação.

O cabo estará ligado à cabeça por meio de uma argola móvel, a qual pode ser simples ou montada num rolamento de esfera.

7. A pega será rígida e sem charneiras de qualquer espécie. A deformação total da pega sob uma tensão de 3,8kN não deve exceder os 3mm;

Estará ligada ao cabo de tal forma que não possa girar dentro da argola do cabo, de modo a que incremente o comprimento total do martelo. A pega estará ligada ao cabo por intermédio de uma argola. Um suporte giratório não pode ser utilizado.

A pega deverá ter um desenho simétrico, podendo ter uma empunhadura e/ou partes laterais curva(s) ou plana(s). A força mínima de rutura da pega será de 8 kN.

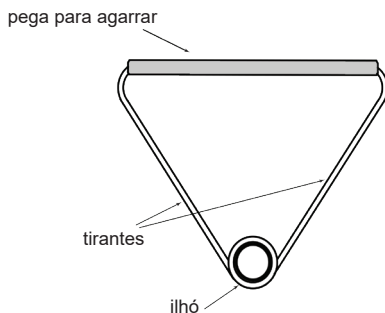


Fig. 191(b) - Pega Genérica do Martelo

Nota: Outros desenhos que cumpram com as especificações são aceitáveis.

8. O martelo terá de estar conforme com as seguintes especificações:

Martelo		Femininos		Masculinos		
		Sub 18	Sub 20 Seniores	Sub 18	Sub 20	Seniores
Peso mínimo para admissão na competição e homologação de recordes		3,000kg	4,000kg	5,000kg	6,000kg	7,260kg
comprimento do martelo medido desde o interior da pega	máx.	1195mm	1195mm	1200mm	1215mm	1215mm
diâmetro da cabeça	mín.	85mm	95mm	100mm	105mm	110mm
	máx.	100mm	110mm	120mm	125mm	130mm

Tab. dos Pesos e Medidas do Martelo

Nota: O peso do martelo compreende a cabeça, o cabo e a pega.

Equipa de Juízes

Para uma competição de Lançamento de Martelo, é recomendável distribuir os Juízes disponíveis da seguinte forma:

- 1. O Juiz Chefe que supervisionará toda a competição.*
- 2. Dois Juízes que verificam se o lançamento foi efetuado corretamente e medindo-o. Um deve estar munido com duas bandeiras a branca para indicar se o ensaio é válido e a vermelha para indicar se é nulo. Quando o ensaio for medido, é aconselhável que um Juiz esteja no círculo com a bandeira vermelha levantada, enquanto o engenho é trazido para ser novamente lançado e a zona de queda novamente desimpedida. Em vez deste procedimento pode ser colocado um cone no centro do círculo. (Nalgumas competições esta posição é desempenhada pelo Juiz-Chefe do concurso).*

Nas provas em que o EDM não está a ser utilizado, o segundo juiz deve puxar e segurar na fita métrica de metal, para que esta passe pelo centro do círculo.

- 3. Um Juiz que imediatamente após o lançamento coloca uma marca indicando o ponto a partir do qual o ensaio deve ser medido. Caso o engenho caia fora do sector, ou este Juiz ou o que tem o estilete/prisma (o eu estiver mais próximo da linha), deverá indicar este facto estendendo um braço para o exterior do sector. Não é necessária qualquer indicação para um ensaio válido.*
- 4. Um Juiz que posiciona o estilete/prisma no ponto onde a marca foi deixada garantindo que a fita métrica esteja na marca zero.*
- 5. Um ou mais Juízes ou assistentes encarregados de recuperar os engenhos e devolvê-los para serem colocados no suporte de engenhos ou colocá-los num equipamento de transporte. Quando uma fita metálica graduada é utilizada para medir os lançamentos, um destes Juízes ou assistente, deve-se assegurar que a fita está devidamente esticada para que faça uma correta medição.*
- 6. Um Juiz Secretário que regista as marcas na folha de resultados e chama cada atleta (e aquele que lança a seguir).*
- 7. Um Juiz responsável pelo marcador (Ensaio-número-resultado).*
- 8. Um Juiz responsável pelo relógio de contagem decrescente para indicar aos atletas o tempo que eles têm para iniciar o ensaio.*
- 9. Um Juiz responsável pelos atletas.*

10. Um Juiz responsável pela peça de equipamento onde se colocam os engenhos. (em certas competições é necessário numerar os engenhos e registar, em cada lançamento, qual o número do engenho utilizado.

Nota (i): Esta é a configuração habitual dos Juizes. Nalgumas competições importantes, onde um registo diferente é utilizado e estão disponíveis, um sistema eletrónico de registo de dados e mostrador(es) eletrónico(s) de resultados, é necessário nomear pessoal especializado. Clarificando, nestes casos, o progresso e o registo de resultados de um Concurso é feito pelo Secretário e pelo sistema de registo de dados.

Nota (ii): Os Juizes e equipamentos devem ser colocados de forma a não obstruir o caminho do atleta nem impedir a visão dos espectadores.

REGRA 192

Gaiola para o Lançamento do Martelo

1. Todos os lançamentos de martelo terão de ser efetuados do interior de um recinto fechado ou gaiola que mantenha a segurança dos espetadores, juizes e atletas. A gaiola especificada nesta Regra foi idealizada para utilização em provas que se realizem numa Área de Competição com outras provas a realizar-se em simultâneo, ou quando a prova se realize fora da Área de Competição, com espetadores presentes. Nos casos em que isto não se aplique, especialmente em áreas de treino, uma construção muito mais simples pode ser satisfatória. Pode solicitar-se aos Membros e ao escritório da IAAF, informações disponíveis para este efeito.

2. A gaiola deve ser desenhada, manufaturada e mantida de tal modo que possa parar a cabeça de um martelo com 7,260kg movendo-se a uma velocidade até 32m por segundo.

A sua disposição deve ser de tal forma que amortee o impacto do engenho evitando o perigo do martelo fazer ricochete ou saltar para trás no sentido do atleta, ou passar sobre o topo da gaiola.

Desde que os requisitos desta Regra sejam satisfeitos, qualquer forma de desenho e construção da gaiola pode ser utilizada.

3. A gaiola deve ter a forma de U (em planta), como mostra a Fig. 192a.

A largura da abertura será de 6m, estando a mesma colocada 7m à frente do centro do círculo de lançamento. As extremidades da abertura de 6m deverão corresponder às margens interiores, da rede da gaiola. A altura

mínima dos painéis de rede ou da rede pendente terá de ser, pelo menos, de 7m para os painéis / rede pendente da parte traseira da gaiola e de, pelo menos, 10m para os últimos painéis de 2,80m.

Devem ser tomadas medidas quanto ao desenho e construção da gaiola para evitar que um martelo force o caminho através de qualquer charneira da gaiola, ou da rede pendente ou sob os painéis de rede pendente.

Nota: *A disposição dos painéis e da rede da parte traseira da gaiola não é relevante desde que a rede se encontre a um mínimo de 3,5m do centro do círculo.*

4. Dois painéis móveis, com 2m de largura, terão de ser colocados na frente da gaiola, operando apenas um de cada vez. A altura mínima dos painéis terá de ser de 10m.

Nota (i): *O painel esquerdo é usado para lançadores (dextros) que giram no sentido contrário aos ponteiros do relógio e o painel direito para lançadores (canhotos) que giram no sentido dos ponteiros do relógio. Em vista da necessidade de mudar de um painel para o outro durante a competição, quando se encontram presentes lançadores dos dois tipos, é essencial que esta mudança requeira um mínimo de trabalho e seja efetuada no mínimo tempo possível;*

Nota (ii): *A posição final de ambos os painéis é mostrada nos diagramas, pese embora em competições apenas um painel deva estar fechado de cada vez.*

Nota (iii): *Quando é utilizado, o painel móvel terá de estar exatamente na posição indicada. Terão de ser tomadas medidas no desenho destes painéis que permitam imobilizá-los na posição operacional. Recomenda-se marcar no solo (de modo temporário ou permanente) a posição operacional dos painéis móveis.*

Nota (iv): *A construção destes painéis e o seu funcionamento dependem do desenho da gaiola. O funcionamento pode fazer-se por deslizamento, por rotação à volta de um eixo horizontal ou vertical ou por desmontagem. O único requisito firme é que o painel em questão seja capaz de parar qualquer martelo que contra ele bata e não deve existir o perigo de um martelo ser capaz de forçar o caminho entre os painéis móveis e fixos.*

Nota (v): *Desenhos inovadores que tenham em conta o mesmo grau de proteção e que não aumentem a zona de perigo face às atuais gaiolas, podem ser certificadas pela IAAF.*

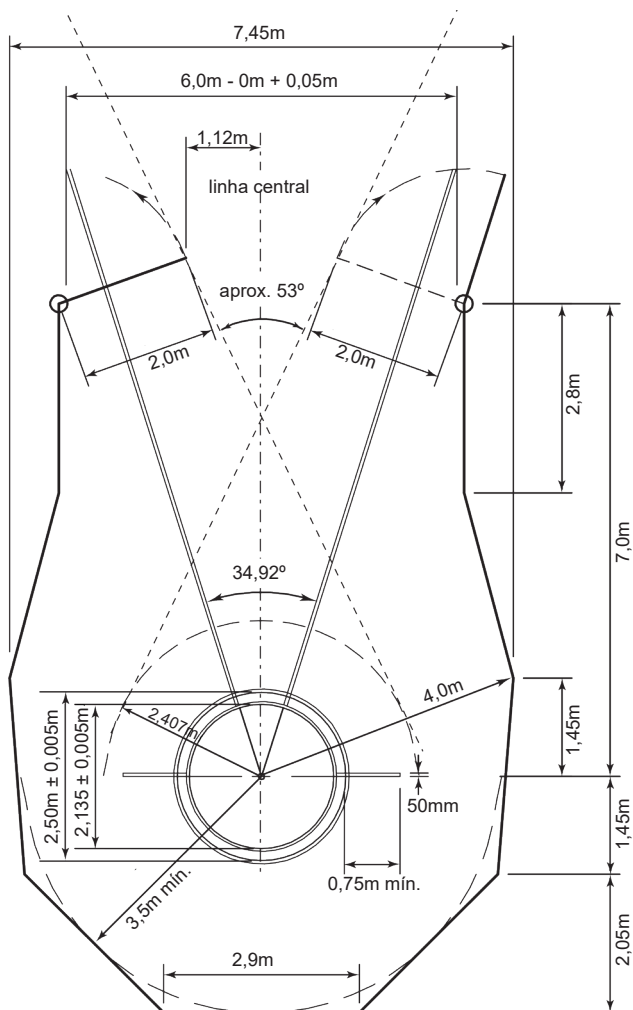


Fig. 192 (a) – Gaiola para Lançamento do martelo e Disco com Círculos Concêntricos
(Configuração do Lançamento do Martelo)

5. A rede para a gaiola pode ser feita a partir de um cordão de fibra natural ou sintética apropriado ou, em alternativa, a partir de arame de aço leve ou de alto poder de tensão. O tamanho máximo da malha será de 50mm para o arame de aço e de 44mm para o cordão.

Nota: *Especificações complementares acerca da rede e procedimentos de inspeção de segurança encontram-se no Manual de Instalações de Atletismo da IAAF.*

6. Quando se deseja utilizar a mesma gaiola para o lançamento do Disco, a instalação pode ser adaptada de 2 modos. O mais simples consiste em utilizar dois círculos concêntricos de 2,135m - 2,5m, mas isto envolve a utilização da mesma superfície para os lançamentos do Martelo e Disco.

A gaiola do Martelo poderá ser usada para o lançamento do Disco, fixando os painéis de rede móveis para fora da abertura da gaiola.

Quando se desejar ter círculos separados para o Martelo e Disco na mesma gaiola, os dois círculos terão de ser colocados um atrás do outro com os seus centros separados a 2,37m e colocados na linha central do sector de queda, e com o círculo de Disco na parte da frente.

Neste caso, os painéis de rede móvel serão utilizados para o lançamento do Disco, de modo a prolongar os lados da gaiola.

Nota: *A disposição dos painéis/redes da parte traseira da gaiola não é relevante desde que a rede se encontre a um mínimo de 3,5m desde o centro dos círculos concêntricos ou do centro do círculo de lançamento do Martelo no caso de círculos separados (ou 3m no caso de círculos separados cuja construção seja conforme a Regra anterior a 2004 com círculos de lançamento de Disco colocados atrás do círculo de lançamento de Martelo) (ver também Regra 192.4)).*

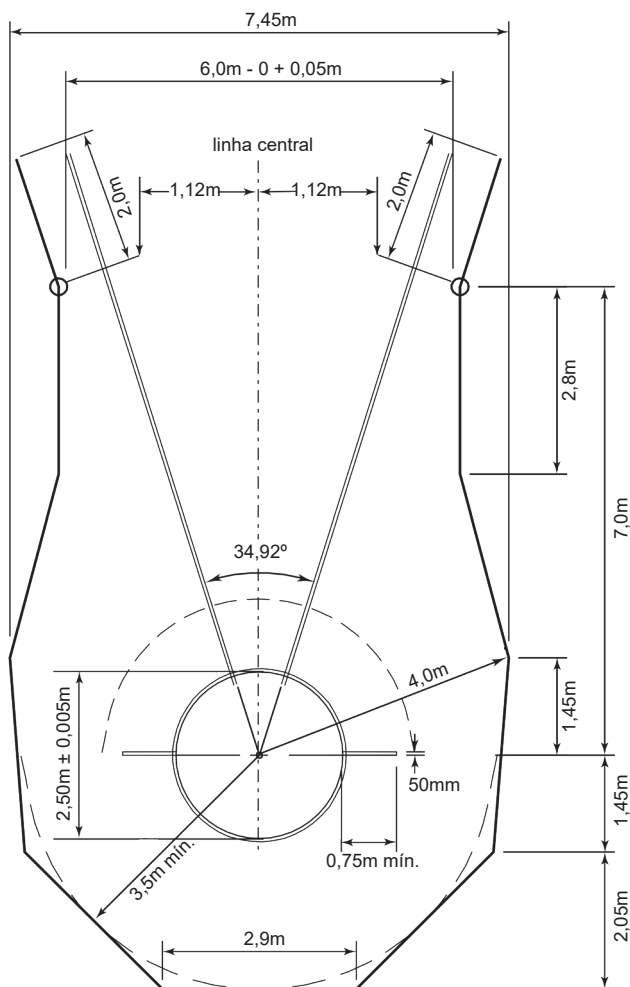


Fig. 192(b) – Gaiola para Lançamento do Disco e Martelo com Círculos Concêntricos
(Configuração do lançamento do Disco, com a compensação da dimensões da gaiola)

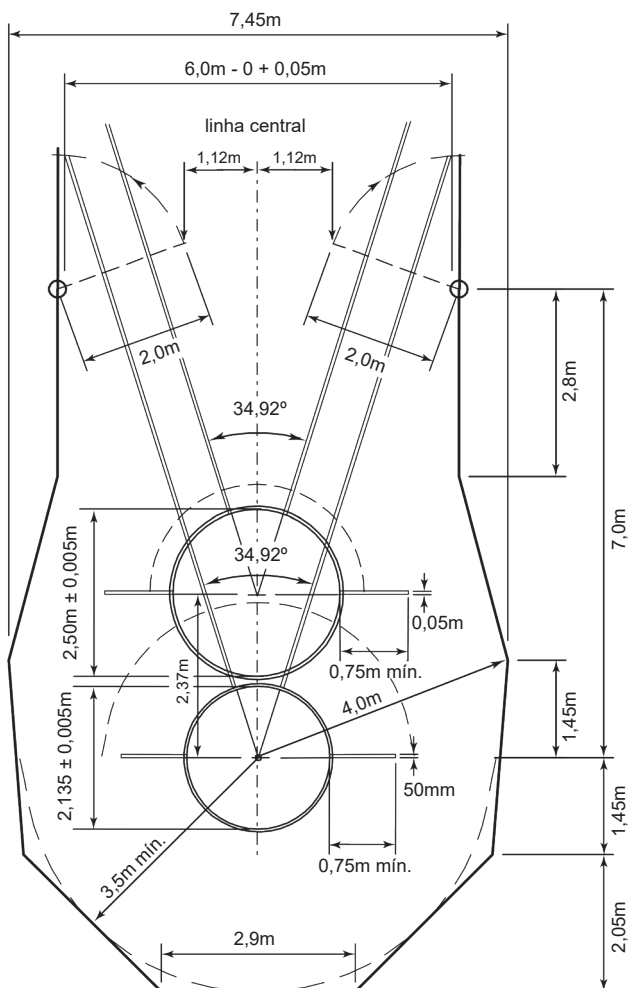


Fig. 192(c) – Gaiola para Lançamento do Disco e do Martelo com Círculos Separados

7. O sector máximo de perigo para os lançamentos do Martelo realizados desta gaiola, quando efetuados por lançadores destros e canhotos na mesma prova, é de aproximadamente 53° graus (calculado assumindo que o martelo é lançado de um círculo circunscrito de 2.407m de raio). A posição e alinhamento da gaiola na Área de Competição, é assim crítica para uma utilização segura.

Nota: O método utilizado para determinar a zona de perigo está ilustrado na Figura 192a.

REGRA 193

Lançamento do Dardo

Competição

1. a) O dardo terá de ser empunhado pelo encordoamento apenas com uma mão. O dardo terá de ser lançado por cima do ombro ou da parte superior do braço que efetua o lançamento e não poderá ser lançado como uma funda ou arremessado.

Os estilos não ortodoxos são interditos;

b) Um lançamento só será válido se a cabeça de metal tocar o solo antes de qualquer outra parte do dardo;

c) Até o dardo ter sido lançado para o ar, o atleta não poderá rodar completamente, de modo a que volte as costas para o arco de lançamento.

As referências das Regras feitas anteriormente à “ponta” do dardo foram removidas e são substituídas por uma referência genérica à cabeça. Isto reconhece que a forma da cabeça varia muito, fazendo com que seja mais difícil definir separadamente a ponta. Isto significa que os juízes têm agora uma área maior para avaliar, para determinar se o dardo caiu corretamente nos termos da Regra 180.16 e Regra 193.1 b) e para identificar o ponto de referência para a medida nos termos da Regra 187.20 b). Mas os princípios permanecem como antes e deve haver algum ângulo de queda, por menor que seja, para que o lançamento seja válido. As quedas “de chapa” ou da “cauda-primeiro” ainda devem ser consideradas lançamentos nulos.

2. Se o dardo se partir durante um lançamento ou quando estiver no ar, o ensaio não será nulo desde que o lançamento tenha sido feito de acordo com esta Regra. Se o atleta, por esta razão, perder o equilíbrio e cometer falta, o ensaio não lhe será contado como nulo. Em ambas as situações ser-lhe-á atribuído um novo ensaio.

O Dardo

3. O dardo consistirá de três partes principais: a cabeça, o corpo e uma pega em corda.
4. O corpo poderá ser sólido (maciço) ou oco e será construído em metal ou em outro material apropriado, de modo a constituir um todo fixo e integrado.

A superfície do corpo do dardo não terá reentrâncias, protuberâncias, ranhuras, estrias, buracos ou rugosidades, sendo lisa (ver Regra 188.4) e uniforme em toda a sua extensão.

5. O corpo terá a ele fixado uma cabeça de metal, com a extremidade aguçada. A cabeça será construída totalmente em metal. Poderá conter uma ponta reforçada de um outro metal soldada à parte terminal da cabeça, desde que a cabeça seja lisa (ver Regra 188.4) e uniforme ao longo de toda a sua superfície. O ângulo da extremidade não excederá os 40°.
6. A pega, que cobrirá o centro de gravidade, não poderá exceder o diâmetro do corpo em mais de 8mm. Poderá ter uma superfície de textura regular não escorregadia, mas sem tiras, entalhes ou recortes dentados de qualquer espécie.

A pega terá espessura uniforme.

7. A secção transversal terá de ser uniformemente circular ao longo do Dardo (ver Nota (i)). O diâmetro máximo do corpo terá de localizar-se imediatamente à frente da pega. A porção central do corpo, incluindo a parte sob a pega, pode ser cilíndrica ou com uma ligeira inclinação no sentido da parte posterior, mas em nenhum caso poderá a redução do diâmetro da zona imediatamente à frente da pega, até à zona imediatamente atrás, exceder 0,25mm. A partir da pega, o Dardo terá de adelgaçar-se uniformemente no sentido das extremidades anteriores e posteriores. O perfil longitudinal, desde a pega até às extremidades anterior e posterior terá de ser reto ou ligeiramente convexo (ver NOTA ii) e não poderá haver uma alteração abrupta do diâmetro ao longo do Dardo, com exceção das zonas imediatamente atrás da cabeça e à frente e atrás da pega. Na zona atrás da cabeça, a redução do diâmetro não pode exceder 2,5mm., e esta alteração das exigências referentes ao perfil longitudinal não pode prolongar-se por mais de 0,3m para trás da cabeça do dardo.

NOTA (i): Ainda que a secção transversal ao longo do dardo deva ser circular, é permitida uma diferença máxima de 2% entre o maior e o

menor dos diâmetros em qualquer secção circular. O valor médio destes dois diâmetros, em qualquer secção circular, terá de corresponder às especificações de um dardo circular nas tabelas que a seguir se encontram.

NOTA (ii): A forma do perfil longitudinal pode ser rápida e facilmente verificada usando um gume metálico reto com um comprimento mínimo de 500mm e dois calibres de 0,20mm e 1,25mm de espessura. Para secções do perfil ligeiramente convexo, o gume metálico reto oscilará quando estiver em contacto firme com uma pequena secção do dardo. Para secções retas do perfil, com o gume reto firmemente encostado contra ele, será impossível inserir o calibre de 0,20mm entre o dardo e o gume reto, em qualquer zona do contacto. Isto não se aplicará imediatamente atrás da zona de ligação entre a cabeça e o corpo. Neste local será impossível inserir o calibre de 1,25mm.

8. O Dardo terá de obedecer às seguintes especificações:

Dardo		Femininos		Mascullinos	
		Sub 18	Sub 20 Seniores	Sub 18	Sub 20 Seniores
peso mínimo para admissão na competição e homologação de recordes (incluindo a pega de corda)		500g	600g	700g	800g
comprimento total (L0)	mín.	2,000m	2,200m	2,300m	2,600m
	máx.	2,100m	2,300m	2,400m	2,700m
distância do extremo da cabeça metálica ao centro de gravidade (L1)	mín.	0,780m	0,800m	0,860m	0,900m
	máx.	0,880m	0,920m	1,000m	1,060m
comprimento da cauda ao centro de gravidade (L2)	mín.	1,120m	1,280m	1,300mm	1,540m
	máx.	1,320m	1,500m	1,540m	1,800m
comprimento da ponta de metal (L3)	mín.	0,220m	0,250m	0,250m	0,250m
	máx.	0,270m	0,330m	0,330m	0,330m
largura da pega de corda (L4)	mín.	0,135m	0,140m	0,150m	0,150m
	máx.	0,145m	0,150m	0,160m	0,160m
diâmetro do corpo no seu ponto de maior espessura (em frente à pega - D0)	mín.	20mm	20mm	23mm	25mm
	máx.	24mm	25mm	28mm	30mm

Tab. dos Pesos e Medidas dos Dardos

9. O Dardo não poderá ter partes móveis ou outro dispositivo que durante o lançamento possa alterar o seu centro de gravidade ou as características do lançamento.
10. O adelgaçamento do dardo no sentido da ponta da cabeça metálica será tal que o ângulo da ponta não excederá os 40° . O diâmetro no ponto situado a 0,15m da ponta, não deve exceder 80% do diâmetro máximo do corpo. No ponto situado a meia distância entre o centro de gravidade e a ponta da cabeça de metal, o diâmetro não poderá exceder 90% do diâmetro máximo do corpo.
11. O adelgaçamento do corpo no sentido da extremidade posterior será tal que o diâmetro, no ponto situado a meia distância entre o centro de gravidade e a extremidade posterior, não poderá ser inferior a 90% do diâmetro máximo do corpo. No ponto situado a 0,15m da extremidade posterior, o diâmetro não poderá ser inferior a 40% do diâmetro máximo do corpo. O diâmetro do corpo na extremidade posterior do dardo não poderá ser inferior a 3,5mm.

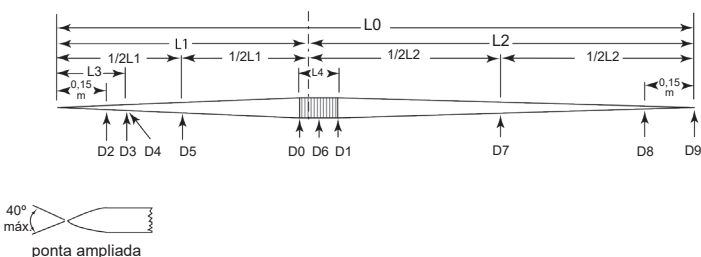


Fig. 193 – Dardo Internacional

comprimento		diâmetros		máx.	mín.
L0	comprimento total	D0	à frente do encordoamento	-	-
L1	extremidade anterior ao centro de gravidade	D1	atrás do encordoamento	D0	D0-0,25mm
1/2 L1	metade de L1	D2	a 150mm da extremidade anterior	0,8 D0	-
L2	extremidade posterior ao centro de gravidade	D3	extremidade posterior da ponta metálica	-	-
1/2 L2	metade de L2	D4	imediatamente atrás da cabeça metálica	-	D3 - 2,5mm
L3	ponta metálica	D5	a meio da distância entre a extremidade anterior do dardo e o centro de gravidade	0,9 D0	-
L4	encordoamento	D6	sobre o encordoamento	D0 +8mm	-
		D7	a meio da distância entre a extremidade posterior do dardo e o centro de gravidade	-	0,9 D0
		D8	a 150mm da extremidade posterior	-	0,4 D0
C de G		D9	na extremidade posterior	-	3,5mm

Tab. dos Pontos de Aferição dos Dardos com Pesos e Medidas

Equipa de Juizes

Para uma competição de Lançamento de Dardo, é recomendável distribuir os Juizes disponíveis da seguinte forma:

- 1. O Juiz Chefe que supervisionará toda a competição.*
- 2. Dois Juizes que verificam se o lançamento foi efetuado corretamente e medem-no. Um deve estar munido com duas bandeiras a branca para indicar se o ensaio é válido e a vermelha para indicar se é nulo. Quando o ensaio for medido, é aconselhável que um Juiz esteja no círculo com a bandeira vermelha levantada, enquanto o engenho é trazido para ser novamente lançado e a zona de queda novamente desimpedida. Em vez deste procedimento pode ser colocado um cone no centro do círculo. (Nalgumas competições esta posição é desempenhada pelo Juiz-Chefe do concurso).*

Nas provas em que o EDM não está a ser utilizado, o segundo juiz deve

segurar e puxar na fita métrica de metal, de tal forma que passa pelo ponto de 8m marcado na pista de balanço.

- 3. Um Juiz que imediatamente após o lançamento coloca uma marca indicando o ponto a partir do qual o ensaio deve ser medido. Caso o engenho caia fora do sector, ou este Juiz ou o que tem o estilete/prisma (o eu estiver mais próximo da linha), deverá indicar este facto estendendo um braço para o exterior do sector. Não é necessária qualquer indicação para um ensaio válido.*
- 4. Um Juiz que posiciona o estilete/prisma no ponto onde a marca foi deixada garantindo que a fita graduada esteja na marca zero.*
- 5. Um ou mais Juizes ou assistentes encarregados de recuperar os engenhos e devolvê-los para serem colocados no suporte de engenhos ou colocá-los num equipamento de transporte. Quando uma fita metálica graduada é utilizada para medir os lançamentos, um destes Juizes deve ou assistentes devem-se assegurar que a fita está devidamente esticada para que faça uma medição correta.*
- 6. Um Juiz Secretário que regista as marcas na folha de resultados e chama cada atleta (e aquele que lança a seguir).*
- 7. Um Juiz responsável pelo marcador (Ensaio-número-resultado).*
- 8. Um Juiz responsável pelo relógio de contagem decrescente para indicar aos atletas o tempo que eles têm para iniciar o ensaio.*
- 9. Um Juiz responsável pelos atletas.*
- 10. Um Juiz responsável pelo suporte de apoio aos engenhos, (em certas competições é necessário numerar os engenhos e registar, em cada lançamento, qual o número do engenho utilizado. Um Juiz responsável pela peça de equipamento onde se colocam os engenhos. (em certas competições é necessário numerar os engenhos e registar, em cada lançamento, qual o número do engenho utilizado.*

Nota (i): Esta é a configuração habitual dos Juizes. Nalgumas competições importantes, onde um registo diferente é utilizado e estão disponíveis, um sistema eletrónico de registo de dados e mostrador(es) eletrónico(s) de resultados, é necessário nomear pessoal especializado. Clarificando, nestes casos, o progresso e o registo de resultados de um Concurso é feito pelo Secretário e pelo sistema de registo de dados.

Nota (ii): Os Juizes e equipamentos devem ser colocados de forma a não obstruir o caminho do atleta nem impedir a visão dos espectadores.

SECÇÃO V - Provas Combinadas

REGRA 200

Competições de Provas Combinadas

Masculinos - Sub 18, Sub 20 e Seniores (Pentatlo e Decatlo)

1. O Pentatlo é composto por cinco provas, as quais terão de ser realizadas num dia e pela seguinte ordem: Salto em comprimento, Lançamento do dardo, 200m, Lançamento do disco, 1.500m.
2. O Decatlo para Sub 18 masculinos e para Homens é composto por dez provas, as quais terão de ser realizadas em dois dias consecutivos e pela seguinte ordem:

1º dia:

100m, Salto em comprimento, Lançamento do peso, Salto em altura, 400m

2º dia:

110m bar, Lançamento do disco, Salto com vara, Lançamento do dardo, 1.500m

Femininos - Sub 20 e Seniores (Heptatlo e Decatlo)

3. O Heptatlo é composto por sete provas, as quais terão de ser realizadas em dois dias consecutivos e pela seguinte ordem:

1º dia:

100m bar, Salto em altura, Lançamento do peso, 200m

2º dia:

Salto em comprimento, Lançamento do dardo, 800m

4. O Decatlo (feminino) é composto por dez provas, as quais terão de ser realizadas em dois dias consecutivos pela ordem indicada na regra 200.2 ou na seguinte ordem:

1º dia:

100m, Lançamento do disco, Salto com vara, Lançamento do dardo, 400m

2º dia:

100m bar, Salto em comprimento, Lançamento do peso, Salto em altura, 1.500m

Femininos - Sub 18 (Heptatlo)

5. O Heptatlo é composto por sete provas, as quais terão de ser realizadas em dois dias consecutivos e pela seguinte ordem:

1º dia:

100m bar, Salto em altura, Lançamento do peso, 200m

2º dia:

Salto em comprimento, Lançamento do dardo, 800m

Generalidades

6. À descrição do Árbitro de Provas Combinadas haverá, sempre que possível, um intervalo de pelo menos 30 minutos entre o fim de uma prova e o início da seguinte para cada atleta. Se possível, deverá haver um intervalo de 10 horas entre o fim da última prova do primeiro dia e o início da primeira prova do segundo dia.

O período mínimo de 30 minutos deve ser calculado como sendo o tempo real entre o final da última corrida ou ensaio para qualquer atleta no evento anterior até ao início da primeira corrida ou ensaio na prova seguinte. É portanto possível e não incomum que os atletas passem diretamente da conclusão de uma prova para o aquecimento da prova seguinte, de modo que os 30 minutos são utilizados no movimento de um local para outro e no aquecimento para a prova seguinte. Não são permitidas alterações no número de dias de duração de Provas Combinadas, exceto em casos especiais (por exemplo: condições climáticas excecionais). Tais decisões são assuntos para os Delegados Técnicos e/ou Árbitros nas circunstâncias particulares de cada caso. No entanto, se, por qualquer motivo, a competição for realizada por um período mais longo do que aquilo que estabelece as Regras 200 ou 223, então um recorde de Provas Combinadas (número total de pontos) não pode ser ratificado.

7. Em cada prova individual, exceto a última, de uma competição de Provas Combinadas, as eliminatórias e os grupos deverão ser elaborados pelo(s) Delegado(s) Técnico(s) ou pelo Árbitro de Provas Combinadas, conforme aplicável, para que os atletas com marcas semelhantes em cada prova individual durante um período predeterminado, sejam colocados na mesma eliminatória ou grupo.

De preferência cinco ou mais, e nunca menos de três atletas, serão colocados na mesma corrida ou grupo. Caso tal não seja possível dado o horário das provas, as corridas ou grupos para a prova seguinte deverão ser elaboradas consoante os atletas fiquem disponíveis da prova anterior.

Na última prova de uma competição de Provas Combinadas, as corridas deverão ser elaboradas de tal modo que um grupo contenha os atletas melhor classificados após a penúltima prova.

O(s) Delegado(s) Técnico(s) ou o Árbitro de Provas Combinadas terão autoridade para modificar qualquer grupo se, em sua opinião, tal for desejável.

8. São aplicáveis as Regras estabelecidas para cada prova individual com as seguintes exceções:

a) Serão concedidos apenas três ensaios a cada atleta, quer no salto em comprimento quer nos lançamentos;

b) Caso não se disponha de equipamento de cronometragem totalmente automática, os tempos obtidos por cada atleta terão de ser registados independentemente por três Cronometristas;

c) Nas provas de pista uma só falsa partida por prova será permitida sem a desclassificação do(s) atleta(s) responsável(is) pela falsa partida. Qualquer(is) atleta(s) responsável(is) por falsa(s) partida(s) posteriores na mesma corrida será(ão) desclassificado(s) pelo Juiz de Partida (Ver também Regra 162.8);

d) Nos Saltos Verticais, a fasquia subirá (incremento) uniformemente 3cm no salto em altura e 10 cm no salto com vara, durante a competição.

9. Um só sistema de cronometragem poderá ser utilizado em cada prova individual. No entanto, para efeitos de homologação de Recordes, tempos eletrónicos serão considerados, mesmo que esses tempos não estejam disponíveis para outros atletas.

Dois sistemas de cronometragem são reconhecidos para este fim - os estabelecidos na Regra 165.1 (a) e (b).

Se, por exemplo, há um mau funcionamento do Vídeo Finish nalgumas corridas mas não em todas de uma prova, será impossível comparar diretamente a pontuação nos dois sistemas para o mesmo tempo - um manual e o outro automático.

Uma vez que, de acordo com a Regra 200.9, apenas um sistema de cronometragem pode ser aplicado em cada prova individual de uma competição, neste caso, todos os atletas teriam os seus resultados determinados com base nos tempos manuais utilizando a tabela para tempos manuais.

Para ser mais preciso, se por acaso noutras provas individuais todos os atletas tiverem tempos eletrónicos, as tabelas para este tipo de tempos podem ser utilizados nestas provas individuais.

10. Qualquer atleta que não tente realizar uma partida ou um ensaio numa das provas, não poderá ser autorizado a tomar parte nas provas subsequentes, sendo considerado como tendo abandonado a competição. Por essa razão, não poderá figurar na classificação final.

Qualquer atleta que decida desistir de uma competição de provas combinadas terá de informar imediatamente o Árbitro de Provas Combinadas da sua decisão.

11. As pontuações, de acordo com as Tabelas da IAAF em vigor, terão de ser anunciadas, separadamente para cada prova e cumulativamente, no que concerne a todos os atletas, após o fim de cada prova.

Os atletas serão classificados de acordo com o número total de pontos obtido.

As mesmas tabelas de pontuação são usadas para cada competição, mesmo que, para os grupos etários mais jovens, as especificações para as provas de barreiras ou engenhos utilizados nos lançamentos diferem dos usados nas competições para atletas sénior.

A pontuação correspondente a qualquer marca de uma prova de pista ou de um concurso pode ser encontrada na tabela apropriada. Nalgumas provas, nem todos os tempos ou distâncias possíveis estão listadas na tabela. Nestes casos, a pontuação da marca imediatamente inferior existente na tabela será usada.

Exemplo: Para o Lançamento do Dardo feminino, não há pontos para uma marca de uma distância de 45,82m. A distância mais curta mais próxima na tabela é de 45,78m, que corresponde a 779 pontos.

Empates

12. Caso dois ou mais atletas consigam o mesmo número de pontos para qualquer posição classificativa na competição, deverá ser determinado que estamos em presença de um empate.

SECÇÃO VI - Competições em Pista Coberta

REGRA 210

Aplicabilidade do Regulamento das Competições ao Ar Livre às de Pista Coberta

Com as exceções referidas nas Regras desta Secção VI e os requisitos de medição do vento previstos pelas Regras 163 e 184, as Regras das Secções I a V para competições ao Ar Livre são também aplicáveis às competições em Pista Coberta.

REGRA 211

A Pista Coberta

1. O estádio será completamente fechado, coberto e provido de iluminação, aquecimento e ventilação, que permitam oferecer condições satisfatórias para a competição.
2. A área de Competição deverá incluir uma pista oval; uma pista reta para as corridas de velocidade e de barreiras; pistas de balanço e áreas de queda para saltos. Deverá dispor, para além disso, de um círculo e sector de queda para o lançamento do peso, sejam eles permanentes ou temporários.

Todas as instalações deverão estar conforme as especificações do Manual de Instalações da Atletismo da IAAF.

3. Todas as pistas, pistas de balanço ou áreas de chamada, terão de estar cobertas com um material sintético. Deverão, preferencialmente, permitir a utilização de bicos de 6mm nos sapatos dos atletas. Os responsáveis do local poderão autorizar dimensões alternativas, notificando os atletas acerca dessa permissão quanto à dimensão dos bicos (ver Regra 143.4).

As competições em Pista Coberta previstas na Regra 1.1 a), b), c) e f) deverão ser realizadas apenas em instalações que disponham de um Certificado da IAAF de Instalações de Pista Coberta

É recomendado que, quando estas instalações estejam disponíveis, as competições previstas na Regra 1.1. d) e), g), h), i) e j) sejam organizadas nestas instalações.

4. A base onde está assente a superfície sintética das pistas, das pistas de balanço e das áreas de chamada, terá de ser sólida (ex. cimento) ou,

se se tratar de uma construção suspensa (tal como tábuas montadas sobre barrotes), não deverá possuir em nenhuma secção características elásticas que produzam um efeito tipo trampolim. Até onde seja tecnicamente possível, cada pista de balanço terá de ter uma elasticidade uniforme em todos os locais. Tal terá de se comprovar para as áreas de chamada nos saltos, antes de cada competição.

Nota (i): *Uma secção com características elásticas ou com efeito de trampolim é uma secção cuja conceção ou construção permite deliberadamente oferecer uma assistência extra ao atleta.*

Nota (ii): *O Manual de Instalações de Atletismo da IAAF, que está disponível na sede da IAAF, ou pode ser descarregado da página Web da IAAF, contém especificações precisas e detalhadas para a conceção e construção de Pistas Cobertas, incluindo diagramas para as medições e marcações da pista.*

Nota (iii): *Formulários padrão atualizados, para ser usados nos pedidos de certificação e elaboração de relatórios de medição, bem como os Procedimentos do Sistema de Certificação, podem ser obtidos na sede da IAAF, ou poderão ser descarregados da página Web da IAAF.*

A falta de iluminação adequada é um problema comum para Competições em Pista Coberta. Um estádio coberto deve ter uma iluminação que permita uma organização correta e justa das competições e, se houver cobertura de televisão, pode ser necessário um maior nível de iluminação. A(s) zona(s) das linhas de chegada podem exigir iluminação adicional para a Cronometragem totalmente automática.

REGRA 212

A Pista Reta

1. A inclinação lateral máxima da pista não poderá exceder 1/100 (1%), a não ser que existam circunstâncias especiais que justifiquem que a IAAF determine uma isenção, e a inclinação no sentido da corrida não poderá exceder 1/250 (0,4%) em nenhum local, nem exceder 1/1000 (0,1%) em todo o seu comprimento.

Pistas Individuais

2. A pista deverá ter um mínimo de 6 e um máximo de 8 pistas individuais, separadas em ambos os lados, por linhas brancas com 5cm de largura. Todas as pistas individuais terão de ter a mesma largura de 1,22m (\pm

0,01m), nela se incluindo a linha branca que se situa à direita da pista individual.

Nota: Para todas as pistas construídas antes de 1 de janeiro de 2004 e para todas as pistas em construção, a largura das pistas individuais será no máximo de 1,25m.

Partida e Chegada

3. Deverá existir um espaço de pelo menos 3m atrás da linha de partida, livre de qualquer obstáculo. Terá de existir um espaço mínimo de 10m a seguir à linha de chegada, igualmente livre de obstáculos, e com acondicionamento adequado, de modo a que os atletas possam parar sem se lesionarem.

Nota: Recomenda-se fortemente que o espaço mínimo, livre de obstáculos, após a linha de chegada, seja de 15m.

REGRA 213

A Pista Oval e as suas Pistas Individuais

1. O perímetro deverá ser preferencialmente de 200m. Deverá de consistir de duas retas horizontais paralelas e duas curvas, que podem ser inclinadas, e cujos raios têm de ser iguais. O interior da pista terá de estar limitado, seja com um rebordo de um material apropriado, com aproximadamente 50mm de altura e largura, ou com uma linha branca de 50mm de largura. O limite exterior deste rebordo ou linha, forma o interior da pista individual número 1. O limite interior da linha ou rebordo terá de ser horizontal em toda a extensão do perímetro da pista, com um declive máximo de 1/1000 (0,1%). O rebordo nas duas retas pode ser omitido, sendo substituído por uma linha branca de 50mm.

Pistas Individuais

2. A pista deverá ter um mínimo de 4 e um máximo de 6 pistas individuais.

A largura nominal das pistas individuais deverá ser entre 0,90m e 1,10m, nela se incluindo a linha branca, que se situa à direita da pista individual. Todas as pistas individuais devem ser da mesma largura, com uma tolerância de $\pm 0.01\text{m}$ relativamente à largura selecionada.

As pistas individuais estarão separadas por linhas brancas com 50mm de largura.

Inclinação (relevé)

3. O ângulo de inclinação em todas as pistas individuais na curva e, separadamente, na reta, deverá ser o mesmo em qualquer secção transversal da pista. A reta pode ser plana ou ter uma inclinação máxima de 1:100 (1%) para o interior da pista.

A fim de facilitar a passagem da reta à curva inclinada, a mudança pode fazer-se com uma suave transição horizontal que pode prolongar-se na reta. Deverá, igualmente, existir uma transição vertical.

Marcação da margem interior

4. Nas pistas onde o bordo interno da mesma esteja marcado com uma linha branca, ela será assinalada, adicionalmente, com bandeiras ou cones nas curvas, e opcionalmente, nas retas. Os cones terão, pelo menos, 0,20m de altura. As bandeiras deverão ter um tamanho aproximado de 0,25m por 0,20m, com, pelo menos, 0,45m de altura, e formando um ângulo de 60° com o terreno situado interiormente à pista. As bandeiras ou cones terão de ser colocadas sobre a linha branca, de modo que a face externa do suporte da bandeira ou do cone coincida com a margem da linha branca que se situa mais próxima da pista. Os cones ou bandeiras terão de ser colocados com intervalos máximos de 1,5m nas curvas e de 10m nas retas.

Nota: Para todas as competições em Pista Coberta sob a égide da IAAF é fortemente recomendado o uso de rebordo interno.

As Regras anteriores são apenas uma indicação. De acordo com o raio e a inclinação da curva e o comprimento das retas da pista oval, as marcas alcançadas, especialmente nos 200m, mas mesmo nos 400m, podem variar.

A Pista Oval pode ser superior a 200m, mas qualquer recorde para corridas de 200m ou mais não seria homologado. O desenvolvimento de uma pista de 200m é mais vantajoso do que aquelas com menor distância. Para organizar as competições de alto nível, será útil ter uma pista com 6 corredores. A largura ideal dos corredores de uma pista oval deveria ser de 1m.

Cones devem ser colocados não só ao longo das curvas, mas ao longo de toda a Pista Oval.

Ao posicionar as bandeiras ou cones, deve-se ter em consideração que a linha branca na margem interna da pista 1 não pertence ao atleta sorteado para aquela pista. Cones são preferidos e recomendados para competições de Pista Coberta.

REGRA 214

Marcação das Linhas de Partida e Chegada da Pista Oval

1. Informações técnicas para a construção e marcação de uma pista coberta com curvas inclinadas de 200m, são dadas com detalhe no Manual de Instalações de Atletismo da IAAF. Os princípios básicos a adotar estão definidos nos parágrafos seguintes.

Requisitos básicos

2. A partida e chegada de uma corrida terão de ser indicadas por linhas brancas com 50mm de largura, marcadas na perpendicular em relação às linhas limitadoras das pistas individuais nas partes retas da pista, e ao longo de uma linha radial nas partes curvas da mesma.
3. Os requisitos para a linha de chegada são, se possível, que exista só uma para todas as corridas, que se situe numa parte reta da pista e o mais próximo possível do fim dessa reta.
4. O requisito essencial para todas as linhas de partida, sejam elas em reta, relativas a partidas escalonadas ou curvas, é que a distância percorrida por todos os atletas quando seguem o trajeto autorizado mais curto, terá de ser exatamente a mesma.
5. Sempre que possível, as linhas de partida (e as zonas de transmissão nas estafetas) não se deverão situar na parte mais inclinada de uma curva.

Modo de realização das corridas

6. a) As corridas até 300m inclusive, terão de ser corridas totalmente em pistas individuais.
b) As corridas de distância superior a 300m e inferiores a 800m terão de se iniciar e continuar em pistas individuais até à linha de passagem à corda, marcada no final da 2ª curva.
c) Nas corridas de 800m. a cada atleta poderá ser atribuída uma pista individual de partida, ou podem ser atribuídos até dois atletas por pista individual, ou realizar uma partida agrupada, como referido na Regra 163.5.b), utilizando, neste caso, e de preferência, as pistas 1 e 4. Nestes casos, os atletas poderão deixar as suas pistas individuais, ou aqueles correndo no grupo exterior podem juntar-se ao grupo interior, apenas após a linha de passagem à corda, marcada no final da primeira curva ou se a corrida se desenrola com duas curvas em pista individual, no final da 2ª curva. Uma só partida curva pode ser também utilizada.

d) Nas corridas de distância superior a 800m, não serão utilizadas pistas individuais para a partida, mas utilizar-se-á uma linha curva de partida ou o sistema de partida em grupos. Se for utilizada uma partida em grupos, a linha de passagem à corda estará marcada no final da 1ª ou da 2ª curva.

Se um atleta não cumprir com o previsto nesta Regra, ele será desclassificado.

A linha de passagem à corda será uma linha curva marcada após cada curva, com 50mm de largura, cruzando a pista de lado a lado, com exceção da pista 1. Para auxiliar os atletas a identificar a linha de passagem à corda, podem ser colocados pequenos cones, prismas ou outras marcas apropriadas (50mm x 50mm), com um máximo de 0,15m de altura, preferencialmente de cor diferente da linha de passagem à corda e das delimitadoras das pistas individuais, e serão colocados imediatamente antes da intersecção de cada pista individual com a linha de passagem a corda.

Nota (i): Com exceção das competições indicadas na Regra 1.1 a), b) c) e f), as equipas participantes podem acordar não utilizar pistas individuais na corrida de 800m.

Nota (ii): Em pistas com menos de 6 pistas individuais, poderão ser utilizadas partidas em grupo, de modo a permitir que 6 atletas compitam.

Linhas de partida e de chegada em pistas com perímetro de 200m

7. A linha de partida na pista individual n.º 1, deverá situar-se na reta principal.

A sua posição terá de ser determinada de tal modo que a linha de partida escalonada mais avançada da pista individual exterior (400m), se situe numa posição onde o ângulo de inclinação da curva não seja superior a 12 °.

A linha de chegada para todas as corridas na pista oval, será um prolongamento da linha de partida da pista individual n.º 1, cruzando a pista, e marcada perpendicularmente às linhas que limitam as pistas individuais.

As cores a serem usadas para marcar a pista são indicadas no Plano de Marcação de Pistas incluído no Manual de Instalações de Atletismo da IAAF.

REGRA 215

Sorteio das Pistas nas Corridas de Pista Coberta

1. Para todas competições de Pista Coberta efetuadas total ou parcialmente em pistas individuais à volta de uma pista, onde há voltas sucessivas, serão feitos três sorteios como se segue:

a) As duas pistas individuais exteriores, entre os 2 atletas ou equipas melhor seriadas.

b) As duas pistas seguintes, entre os 3º e 4º atletas ou equipas melhor seriados.

c) As pistas interiores que sobraem entre os outros atletas ou equipas.

A seriação referida deve ser determinada como segue:

d) Para a 1ª ronda, da lista relevante de marcas válidas obtidas durante o período de tempo predeterminado

e) Após a primeira volta, de acordo com os procedimentos descritos na Regra 166.3 b) i) ou no caso dos 800m, da Regra 166.3 b) (ii).

2. Para todas as outras corridas, a ordem da pista deve ser definida de acordo com as Regras 166.4 e 166.5.

Onde as pistas tenham uma configuração diferente das das pista individuais, as tabelas que serão utilizadas devem ser adaptadas quer nos Regulamentos Técnicos específicos da competição ou, se não, pelo(s) Delegado(s) Técnico(s) ou pelos Organizadores.

REGRA 216

Equipamento, Sapatos e Dorsais

Quando uma competição for realizada numa pista sintética, a parte de cada bico que se projeta da sola ou do tacão não poderá exceder 6mm de comprimento (ou o que for determinado pelos Organizadores), sempre sujeito aos limites estabelecidos na Regra 143.4).

REGRA 217

Corridas de Barreiras

1. As corridas de barreiras terão de ser efetuadas na pista reta em distâncias de 50m ou 60m.
2. Colocação das barreiras:

Prova	Masculinos			Femininos	
	Sub 18	Sub 20	Seniores	Sub 18	Sub 20 / Seniores
altura das barreiras	0,914m	0,991m	1,067m	0,762m	0,838m
distância da corrida	50m /60m				
número de barreiras	4 / 5				
distância					
da partida à 1ª bar.	13,72m			13,00m	
entre barreiras	9,14m			8,50m	
da última bar. à meta	8,86m / 9,72m			11,50m / 13,00m	

**Tab. com as Distâncias da Colocação das Barreiras,
Pesos e Alturas de Pista Coberta**

REGRA 218

Corridas de Estafetas**Modo de realização das corridas**

1. Nas corridas de Estafeta de 4x200m, todo o primeiro percurso e a primeira curva do segundo, até à margem da linha de passagem à corda mais próxima da linha de partida descrita na Regra 214.6, serão corridas em pistas individuais. Cada zona de transmissão deve ter 20 metros de comprimento e o segundo, terceiro e quarto atletas devem começar a correr dentro desta zona.
2. As corridas de Estafeta de 4x400m desenrolar-se-ão conforme a Regra 214.6 b).
3. As corridas de Estafeta de 4x800m desenrolar-se-ão conforme a Regra 214.6 c).

4. Nas 3^a e 4^a transmissões dos 4x200m e nas 2^a, 3^a e 4^a transmissões dos 4x400m e 4x800m, os atletas que vão receber o testemunho serão colocados por ordem (do interior para o exterior), sob a orientação do Oficial designado, na sua posição de espera, de acordo com a posição relativa dos atletas anteriores da equipa quando estas entrarem na última curva. Assim que estes atletas passem o ponto referido, os atletas que por eles esperam terão de se manter nesta ordem e não trocarão de posição no início da zona de transmissão. Se algum atleta não cumprir esta Regra, implicará a desclassificação da sua equipa.

Nota: Devido às pistas individuais serem mais estreitas, as corridas de estafetas em pista coberta estão muito mais expostas às colisões e obstruções sem intenção, que as corridas de estafetas que se realizam ao Ar Livre. Recomenda-se, por conseguinte, que, quando possível, se deixe uma pista individual livre entre cada equipa.

REGRA 219

Salto em Altura

Pista de Balanço e Área de Chamada

1. Se forem utilizados tapetes portáteis, todas as disposições do regulamento referentes ao nível da área de chamada, terão de ser interpretadas como sendo referidas ao nível da superfície superior dos tapetes utilizados.
2. O atleta pode iniciar a sua corrida de balanço na zona inclinada da pista oval, desde que pelo menos os últimos 15m se realizem sobre uma área de chamada que cumpra as especificações das Regras 182.3, 182.4 e 182.5.

REGRA 220

Salto com Vara

Pista de balanço

O atleta pode iniciar a sua corrida de balanço na zona inclinada da pista oval, desde que os últimos 40m se realizem sobre uma área de chamada que cumpra as especificações das Regras 183.6 e 183.7.

REGRA 221**Saltos Horizontais**

Pista de balanço

O atleta pode iniciar a sua corrida de balanço na zona inclinada da pista oval, desde que os últimos 40m se realizem sobre uma área de chamada que cumpra as especificações das Regras 184.1 e 184.2.

REGRA 222**Lançamento do Peso**

Sector de queda do Peso

1. O sector de queda terá de consistir de qualquer material apropriado, no qual o peso deixe uma marca, mas que reduza ao mínimo qualquer ressalto.
2. Quando necessário, o sector de queda terá de estar rodeado, na parte mais afastada do círculo e nas partes laterais, tão próximo do círculo de lançamento quanto seja possível, e com o fim de proteger os espectadores, outros atletas e os juízes, com uma barreira de detenção e/ou com uma rede de proteção com um mínimo de 4m de altura, que seja razoavelmente segura para deter um peso, seja na sua trajetória aérea, seja após qualquer ressalto na superfície de queda.
3. Dado o espaço limitado existente numa pista coberta, a zona rodeada pela barreira de detenção, poderá não ser suficientemente larga para que nela caiba um sector completo de $34,92^\circ$ graus. A tal restrição terá de se aplicar as seguintes disposições:
 - a) A barreira de detenção na parte mais afastada do círculo de lançamento, terá de estar pelo menos 0,50m para além da marca correspondente ao Recorde Mundial de homens e mulheres.
 - b) As linhas de sector situadas de cada lado têm de ser simétricas em relação à linha central do sector de $34,92^\circ$.
 - c) As linhas de sector podem, ou correr radialmente desde o centro do círculo do Peso limitando um sector completo de $34,92^\circ$, ou podem ser paralelas uma à outra e à linha central do sector de $34,92^\circ$. Onde as linhas sejam paralelas, a distância mínima entre elas será de 9m.

Recomenda-se que a barreira de detenção/rede de proteção de cada lado deva ser estendida em direção ao círculo, de modo que comece a 8m dele e que, ao longo do comprimento dessas extensões, a altura da rede seja de 5m.

Construção do peso

4. Dependendo do tipo de material da área de queda (ver Regra 222.1), o Peso será de metal sólido ou de invólucro metálico ou, em alternativa, de plástico macio ou borracha, preenchido com material apropriado. Ambos os tipos de Peso não podem ser utilizados na mesma competição.

Peso de metal sólido ou de invólucro metálico

5. Estes pesos terão de estar de acordo com as Regras 188.4 e 5, referentes ao lançamento do Peso ao Ar Livre.

Peso com invólucro de plástico ou borracha

6. O peso terá um invólucro de material plástico macio ou de borracha, preenchido com material apropriado, de tal forma que não cause estragos quando caia no piso normal de um pavilhão. Terá a forma esférica e a sua superfície não terá rugosidades, mas sim uma textura lisa.

Informação para os fabricantes: para ser liso, a altura média da sua superfície deverá ser inferior a $1,6\mu\text{m}$, i.e. uma rugosidade igual ou menor que n.º N7.

7. O peso terá de estar de acordo com as seguintes especificações:

Peso		Femininos		Masculinos		
		Sub 18	Sub 20 Seniores	Sub 18	Sub 20	Seniores
Peso mínimo para admissão na competição e homologação de recorde		3,000kg	4,000kg	5,000kg	6,000kg	7,260kg
diâmetro	mín.	85mm	95mm	100mm	105mm	110mm
	máx.	120mm	130mm	135mm	140mm	145mm

Tab. com os Pesos e Medidas do Peso de Pista Coberta

REGRA 223

Competições de Provas Combinadas

Masculinos - Sub 18, Sub 20 e Seniores (Pentatlo)

1. O Pentatlo é composto por 5 provas, as quais terão de ser realizadas num dia, e pela seguinte ordem:

60m bar, Salto em Comprimento, Lançamento do Peso, Salto em Altura, 1.000m

Masculinos - Sub 18, Sub 20 e Seniores (Heptatlo)

2. O heptatlo é composto por 7 provas, as quais terão de ser realizadas em 2 dias consecutivos e pela seguinte ordem:

1º dia:

60m, Salto em Comprimento, Lançamento do Peso, Salto em Altura

2º dia:

60m bar, Salto com Vara, 1.000m

Femininos - Sub 18, Sub 20 e Seniores (Pentatlo)

3. O Pentatlo é composto por 5 provas, as quais terão de ser realizadas num dia e pela seguinte ordem:

60m bar, Salto em Altura, Lançamento do Peso, Salto em Comprimento, 800m.

Corridas e Grupos

4. Preferencialmente competirão 4 ou mais atletas, e nunca menos de 3, em cada série ou grupo.

SECÇÃO VII - Provas de Marcha Atlética

REGRA 230

Marcha Atlética

Distâncias

1. As distâncias padrão serão as seguintes:

Pista Coberta: 3000m e 5000m

Ar Livre: 5000m, 10km, 10.000m, 20km, 20.000m, 50 km e 50.000m.

Definição de marcha atlética

2. A marcha atlética é uma forma de progressão por passos na qual o marchador estabelece contacto com o solo de tal forma que não seja visível (a olho nu) qualquer perda de contacto. A perna que avança terá de estar estendida (isto é, não fletida pelo joelho), desde o momento em que entra em contacto com o solo, até à passagem pela posição vertical.

Ajuizamento

3. a) Os Juizes de Marcha nomeados terão de eleger um Juiz-Chefe, caso este não tenha sido nomeado previamente.
- b) Os Juizes de Marcha terão de atuar independentemente e o seu julgamento basear-se-á em observações visuais (a olho nu).
- c) Nas competições segundo a Regra 1.1 a), todos os Juizes serão membros do Painel de Juizes Internacionais de Marcha da IAAF. Em competições organizadas sob a Regra 1.1 b), c), e), f) g) e j) todos os Juizes serão membros dos Painéis de Juizes Internacionais de Marcha da IAAF ou de Área.
- d) Em provas de estrada, por norma haverá um mínimo de seis e um máximo de nove Juizes de Marcha, incluindo o Juiz-Chefe.
- e) Em provas de pista, por norma haverá seis Juizes de Marcha, incluindo o Juiz-Chefe.
- f) Nas competições segundo a Regra 1.1 a) não poderá atuar mais do que um Juiz de Marcha (excluindo o Juiz-Chefe) filiado num Membro.

Nota: A filiação num Membro de cada Juiz é a que for mencionada nas listas em vigor dos Juizes Internacionais de Marcha da IAAF e de Área.

Juiz-Chefe

4. a) Nas competições segundo a Regra 1.1 a), b), c), d) e f), o Juiz-Chefe tem o poder de desclassificar um atleta nos últimos 100m, quando pelo seu modo de progressão o atleta infringe obviamente o artigo 2 desta Regra, independentemente do número de cartolinas vermelhas que o Juiz-chefe tenha recebido daquele atleta. Um atleta que seja desclassificado pelo Juiz-Chefe nestas circunstâncias será autorizado a terminar a sua prova. Ele deverá ser notificado dessa desclassificação pelo Juiz-Chefe ou por um Assistente do Juiz-Chefe, através da amostragem de uma raquete vermelha, na primeira oportunidade após o atleta ter terminado a prova.

b) O Juiz Chefe atuará como supervisor oficial da competição e somente atuará como Juiz na situação especial assinalada na Regra 230.4 a). Em competições organizadas sob a Regra 1.1 a), b) c) e f), serão designados dois ou mais Assistentes do Juiz-Chefe. Este(s) Assistente(s) do Juiz-Chefe ajudá-lo-á(ão) somente no aviso (notificação) das desclassificações e não atuarão como Juizes de Marcha.

c) Em todas as competições organizadas sob a Regra 1.1 a), b), c) e f), e quando possível para outras competições, um Juiz encarregado do Quadro de afixação de cartolinas vermelhas, e um Juiz-Chefe Secretário terão de ser nomeados.

Raquete amarela

5. Quando um juiz não esteja completamente satisfeito que um atleta está a cumprir integralmente a Regra 230.2 quanto ao modo de progressão, ele deve, quando possível, mostrar uma raquete amarela com o símbolo da ofensa em cada face. Não pode ser mostrada a um atleta uma raquete amarela, pela segunda vez, pela mesma ofensa, pelo mesmo juiz. Após ter mostrado uma raquete amarela a um atleta, o Juiz deverá de tal informar o Juiz Chefe após a competição.

Cartolinas Vermelhas

6. Se um Juiz observar um atleta a infringir o previsto no parágrafo 2 desta Regra, durante qualquer parte da competição, seja por perda visível de contacto com o solo ou por flexão da perna, o Juiz de Marcha enviará uma cartolina vermelha ao Juiz-Chefe.

Desclassificação

7. a) Com exceção do previsto na Regra 230.7 c), quando três cartolinas vermelhas de três juizes de marcha diferentes forem enviadas ao Juiz-Chefe, o atleta é desclassificado e terá de ser notificado dessa desclassificação pelo Juiz-Chefe de Marcha ou por um Assistente

do Juiz-Chefe de Marcha, através da amostragem de uma raquete vermelha. A falha na pronta notificação da desclassificação, não resultará na reclassificação do atleta.

b) Em competições organizadas sobre a Regra 1.1 a), b), c), ou e), em nenhum caso as cartolinas vermelhas de dois Juizes de Marcha filiados no mesmo Membro terão poder de desclassificação.

Note: *The Member affiliation of each Judge is that properly stated on the current lists of Area and International Race Walking Judges.*

c) Uma “Pit Lane” poderá ser utilizada em qualquer prova onde os regulamentos aplicáveis da competição o preveja, podendo ser utilizada noutras provas quando determinado pela entidade competente ou pelos Organizadores. Nestes casos, será requerido ao atleta que entre na “Pit Lane” e lá permaneça durante o período de tempo aplicável quando este tiver recebido três cartolinas vermelhas, e de tal avisado pelo Juiz-Chefe ou por alguém delegado por ele.

O período de tempo aplicável na Pit Lane será como se segue:

Provas até ,e incluindo:	Tempo
5 000m / 5km	0,5min
10 000m / 10km	1min
20 000m / 20km	2min
30 000m / 30km	3min
40 000m / 40km	4min
50 000m / 50km	5min

Se, em qualquer momento, o atleta receber outra cartolina vermelha de um Juiz distinto dos três juizes que tinham enviado previamente uma cartolina vermelha, este será desclassificado. Um atleta que não entre na “Pit Lane” quando for requerido que o faça, ou nela não permaneça pelo período de tempo aplicável, será desclassificado pelo Juiz-Chefe.

d) Em provas de pista, um atleta que seja desclassificado terá de abandonar imediatamente a pista e, em provas de estrada, terá de retirar os seus números identificativos e abandonar o percurso, imediatamente após ser desclassificado. Qualquer atleta desclassificado que não cumpra a obrigação de abandonar o circuito ou a pista ou não siga as instruções dadas conforme a Regra 230.7 c) de entrar e permanecer durante o período de tempo aplicável na “Pit Lane” fica sujeito a ação disciplinar adicional de acordo com as Regra 145.2.

e) Um ou mais quadros serão colocados no circuito e perto da linha de chegada a fim de manter os atletas informados a respeito do número de cartolinas vermelhas que foram enviadas ao Juiz-Chefe para cada atleta. O símbolo de cada infração deverá igualmente ser indicado no quadro.

f) Para todas as competições sob a Regra 1.1 a), dispositivos computadorizados portáteis com capacidade de transmissão, serão utilizados pelos Juízes para comunicar todas as cartolinas vermelhas para o Secretário, bem como para o Quadro.

Em todas as outras competições em que este sistema não for utilizado, o Juiz-Chefe, imediatamente após o término da prova, reportará ao Árbitro a identificação de todos os atletas desclassificados sob a Regra 230.4 a), 230.7 a) ou 230.7 c), indicando o dorsal, a hora de notificação e o motivo da desclassificação; o mesmo deverá ser feito para os atletas que receberam cartolinas vermelhas.

A partida

8. A partida da prova será dada com um disparo de pistola. Utilizar-se-ão as mesmas vozes de partida definidas para as provas superiores a 400m (Regra 162.2 b)). Em provas com um número elevado de atletas deverá dar-se um sinal de aviso 5 minutos, 3 minutos e 1 minuto antes da partida. Após a voz “Aos seus lugares”, os atletas reunir-se-ão na linha de partida, no modo determinado pelos organizadores. O Juiz de Partida assegurar-se-á de que nenhum atleta tem o(s) pé(s) (ou qualquer parte do corpo) a tocar a linha de partida ou o terreno à frente desta linha, e então dará a partida da prova.

Segurança

9. Os Organizadores de Provas de Marcha terão de garantir condições de segurança para os atletas e Juízes. Nas competições segundo a Regra 1.1 a), b), c) e f), os Organizadores deverão providenciar para que as ruas/estradas em que se disputam as competições estejam vedadas à circulação de veículos motorizados, em todas as direções.

Locais de refrescamento e de abastecimento em provas de estrada

10.a) Água e outros abastecimentos apropriados estarão disponíveis na partida e chegada de todas as provas.

b) Em todas as provas de 5km ou superiores, até, e incluindo os 10km, terão de ser providenciados locais de refrescamento com água e esponjas, colocados em intervalos apropriados, caso as condições climáticas o justifiquem.

Nota: *Estações de água nebulizada poderão ser instalados quando tal seja considerado apropriado tendo em consideração certas condições organizacionais ou climáticas.*

c) Em todas as provas de distância superior a 10km, terão de ser providenciados locais de abastecimento em cada volta. Em complemento, locais de refrescamento onde apenas será fornecida água e esponjas terão de ser colocados a aproximadamente meio caminho entre os locais de abastecimento ou com maior frequência caso as condições climáticas o justifiquem.

d) Os abastecimentos, que podem ser fornecidos pelos Organizadores ou pelo atleta, devem ser colocados nos pontos de abastecimento, para que sejam facilmente acessíveis ou entregues, por pessoas autorizadas, em mão aos atletas. Os abastecimentos, fornecidos pelos atletas ou seus representantes, deverão, desde a sua entrega, ser mantidos e guardados sob supervisão de juizes designados pela organização. Estes Juizes deverão assegurar que os abastecimentos não sejam alterados ou adulterados de qualquer modo.

e) Essas pessoas autorizadas não podem entrar no percurso ou obstruir os atletas. Elas podem entregar os abastecimentos ou por trás, ou de uma posição não mais do que 1m ao lado, mas não em frente, da mesa de abastecimento.

f) Em Competições organizadas sob a Regra 1.1 a), b), c) e f), um máximo de 2 oficiais por Membro pode estar situado atrás da mesa em qualquer altura. Nenhum oficial ou pessoa autorizada poderá, em nenhuma circunstância, correr ao lado de um atleta enquanto ele está a tomar um abastecimento ou água.

Nota: *Numa prova onde um Membro possa estar representado por mais de 3 atletas, os Regulamentos Técnicos poderão autorizar a permanência de oficiais adicionais nas mesas de abastecimento.*

g) Um atleta pode, em qualquer altura, transportar água ou abastecimentos na mão ou preso ao seu corpo, desde que o faça desde a partida ou o tenha recolhido numa estação oficial.

h) Um atleta que receba ou recolha um abastecimento ou água de um lugar que não uma estação oficial, exceto quando seja providenciado por razões médicas, de ou sob a direção de oficiais da prova, ou tome o abastecimento de outro atleta, deverá, no caso de uma primeira infração, ser advertido pelo Árbitro, normalmente pela amostragem de um cartão

amarelo. No caso de uma segunda infração, o Árbitro desclassificará o atleta, normalmente pela amostragem de um cartão vermelho. O atleta deverá, então, abandonar imediatamente o percurso.

Nota: Um atleta pode receber ou passar a outro atleta um abastecimento, água ou esponjas desde que tenha sido transportado desde o início ou recolhido ou recebido num ponto de abastecimento oficial. No entanto, qualquer apoio contínuo de um atleta a um ou mais atletas, pode ser considerado como assistência indevida e podem ser aplicados avisos e/ou desclassificações em conformidade com o acima descrito.

Geralmente, onde é lógico e de acordo com a prática, existe uma uniformidade nas disposições das Regras 230, 240 e 250 relativas às provas no Exterior. Deve notar-se, no entanto, que a Regra 230.10 e) acima é intencionalmente diferente da Regra 240.8 e) na medida em que em competições de marcha atlética, membros das equipas não podem situar-se à frente das mesas das zonas de abastecimento.

Provas de marcha em estrada

11.a) O circuito não será inferior a 1km nem superior a 2km.

Em provas que comecem e finalizem num Estádio, o circuito deverá estar tão perto quanto possível do Estádio.

b) As provas em estrada terão de ser medidas de acordo com a Regra 240.3.

Condução da Prova

12. Um atleta pode deixar a estrada ou pista, com a autorização e sob o controlo de um Juiz, desde que não encurte a distância a percorrer.

13. Se o Árbitro estiver satisfeito, com base na informação de um Juiz, Fiscal ou de outro modo, que um atleta saiu do percurso marcado e por conseguinte encurtou a distância a percorrer, ele será desclassificado.

SECÇÃO VIII - Corridas de Estrada

REGRA 240

Corridas de Estrada

Distâncias

1. As distâncias padrão serão as seguintes:

5km, 10km, 15km, 20km, Meia-Maratona, 25km, 30km, Maratona (42,195km), 100km e Estafeta em Estrada.

Nota (i): *Recomenda-se que a Estafeta em Estrada seja realizada numa distância correspondente à da Maratona, utilizando-se de preferência um circuito de 5km, com os percursos propostos de 5km, 10km, 5km, 10km, 5km, e 7,195km. No caso da Estafeta em Estrada para atletas Sub 20, a distância recomendada é a da Meia-Maratona com percursos propostos de 5km, 5km, 5km e 6,098km.*

Percurso

2. As corridas serão disputadas em estradas. No entanto, quando o tráfego ou circunstâncias análogas o tornem impossível, o percurso, devidamente marcado, poderá fazer-se nos caminhos ao longo da estrada reservados a ciclistas ou peões, mas nunca sobre terreno macio, tal como relvados ou similares.

O início e o fim da corrida podem ter lugar numa Área de Competição.

Nota (i): *Recomenda-se que, no caso de corridas de estrada realizadas em distâncias padrão, os locais de partida e chegada não fiquem afastados entre si, em linha reta, mais que a distância correspondente a 50% do comprimento da corrida. Para a homologação de recordes ver Regra 260.21 b).*

Nota (ii): *É aceitável que o início, o final e outros segmentos da prova sejam realizados em zona de relva ou outro tipo de superfície não pavimentado. Estes segmentos devem ser limitados ao mínimo.*

3. O percurso de uma corrida de estrada terá de ser medido ao longo do caminho mais curto possível que um atleta possa seguir, na parte da estrada reservada para a corrida. Em todas as competições referidas na Regra 1.1 a) e, quando possível, b) c) e f), a linha de medição deverá ser marcada ao longo do percurso com uma cor visível e que não possa ser confundida com outras marcações.

O comprimento da corrida não poderá ser inferior à distância oficial da prova. Nas competições previstas na Regra 1.1 a), b) c) e f), a tolerância na medição não deve exceder 0,1% (i.e. 42m para a maratona) e o comprimento da corrida deverá ter sido previamente certificado por um Medidor Oficial de percursos da IAAF.

Nota (i): Para a medição deve ser utilizado o "Método da Bicicleta Calibrada".

Nota (ii): Para evitar que, numa futura medição, se verifique que uma prova foi medida "por defeito", recomenda-se que um fator de prevenção seja tomado em consideração ao medir o percurso. No caso de medições com bicicleta, este fator deverá ser de 0,1 %, o que significa que cada quilómetro do percurso terá um "comprimento medido" de 1001m.

Nota (iii): Se for decidido, no dia da corrida, que partes do percurso serão definidos pela utilização de equipamento não permanente, como cones, grades, etc., o seu posicionamento terá de ser decidido antes da medição, e a documentação dessas decisões terá de ser incluída no relatório da medição.

Nota (iv): Recomenda-se que no caso de corridas de estrada realizadas segundo distâncias padrão, a diminuição da altitude entre a partida e a chegada não exceda 1 por mil, isto é 1 metro por km (0,1%). Para a certificação de recordes ver a Regra 260.21 c).

Nota (v): Um Certificado de Medição de um percurso é válido para 5 anos. Passado este período, o percurso voltará a ser medido, mesmo que não tenha sofrido alterações.

4. As distâncias em quilómetros ao longo do percurso, serão convenientemente indicadas a todos os atletas.
5. Em corridas de Estafeta em Estrada, serão marcadas linhas com 50mm de largura (linhas centrais), atravessando a estrada, que indicarão as distâncias de cada percurso, assim como a linha zero de cada percurso. As zonas de transmissão, serão assinaladas por linhas similares marcadas 10m antes e 10m depois de cada uma das linhas anteriormente referidas (linhas centrais). Todo o processo de transmissão, que a não ser que seja diferentemente especificado pelos organizadores, compreenderá um contacto físico entre o atleta que se aproxima e o que parte, terá de ser realizado dentro desta zona.

A partida

6. A partida da prova será dada com um disparo de pistola, canhão, buzina de ar ou outro dispositivo similar. Utilizar-se-ão as vozes e os procedimentos

de partida definidos para as provas superiores a 400m (Regra 162.2 b)). Em provas com um número elevado de atletas deverá dar um tiro de aviso 5 minutos, 3 minutos e 1 minuto antes da partida.

Após a voz “Aos seus lugares”, os atletas reunir-se-ão na linha de partida, no modo determinado pelos organizadores. O Juiz de Partida assegurar-se-á de que nenhum atleta tem o(s) pé(s) (ou qualquer parte do corpo) a tocar a linha de partida ou o terreno à frente desta linha, e então dará a partida da prova.

Assim como para Provas de Pista de meio fundo e fundo, recomenda-se que relativamente às provas levadas a cabo fora do estádio, os Juizes de Partida e os Árbitros evitem ser excessivamente zelosos na aplicação das regras da Falsa Partida nestas provas. Interromper partidas em competições de estrada e noutras provas realizadas no exterior pode ser complicado, e no caso de uma prova com muitos participantes, impraticável. No entanto, quando existe uma violação clara e intencional, o Árbitro não deve hesitar em considerar a aplicação da ação apropriada em relação a um atleta durante ou após a corrida. No entanto, em competições importantes, onde funcionou mal o mecanismo da partida e é claro ou possível que o Sistema Automático de Cronometragem talvez não tenha sido iniciado, assinalar uma falsa partida pode ser a melhor solução e a opção mais prática.

Segurança

7. Os Organizadores de Corridas de Estrada terão de assegurar a segurança dos atletas e juizes. Em competições previstas na Regra 1.1 a), b) c) e f), os Organizadores deverão, sempre que possível, assegurar-se que as estradas utilizadas na competição estejam vedadas ao trânsito motorizado, em todos os sentidos.

Locais de Refresco e de Abastecimento

8. a) Água e outros abastecimentos apropriados estarão disponíveis na partida e chegada de todas as corridas;

b) Em todas as provas, água será disponibilizada em intervalos apropriados de aproximadamente 5km. Para provas de distância superior a 10km, outros abastecimentos para além de água, podem ser disponibilizados nestes pontos.

Nota (i): Quando as condições o justificarem, tendo em consideração a natureza do evento, as condições climáticas e o estado de forma da maioria dos competidores, água e/ou abastecimentos podem ser colocados no percurso em intervalos mais curtos.

Nota (ii): *Estações de água nebulizada poderão ser instaladas quando tal seja considerado apropriado, tendo em consideração certas condições organizativas ou climatéricas.*

c) Os abastecimentos podem incluir bebidas, suplementos energéticos, alimentos ou qualquer outro alimento para além de água. Os Organizadores determinarão que abastecimentos providenciarão, baseado nas condições prevalentes.

d) Os abastecimentos, serão por norma providenciados pelos Organizadores, mas é permitido aos atletas que providenciem os seus próprios, e neste caso, os atletas indicarão em que estações eles lhe deverão ser disponibilizados. Os abastecimentos providenciados pelos atletas deverão ser guardados sob a supervisão de oficiais designados pelos Organizadores, a partir do momento em que os refrescamentos sejam entregues pelos atletas ou seus representantes. Estes oficiais assegurarão que os abastecimentos não são alterados de qualquer modo.

e) Os Organizadores delinearão, por barreiras, mesas ou marcações no chão, a área onde os abastecimentos podem ser recebidos ou recolhidos. Estas zonas não deverão estar diretamente na linha de medição do percurso. Os abastecimentos serão colocados de modo que sejam facilmente acessíveis ao atleta, ou podem ser entregues em mão ao atleta, por pessoas autorizadas. Essas pessoas permanecerão dentro da área designada e não entrarão no percurso nem obstruirão qualquer atleta. Nenhum oficial ou pessoa autorizada poderá, sob qualquer circunstância, correr ao lado de um atleta quando ele esteja a tomar um abastecimento ou água.

f) Em Competições organizadas sob a Regra 1.1 a), b), c) e f), um máximo de 2 oficiais por Membro pode estar situado atrás da mesa, em qualquer momento durante a prova.

Nota: *Numa prova onde um Membro possa estar representado por mais de 3 atletas, os Regulamentos Técnicos poderão autorizar a permanência de oficiais adicionais nas mesas de abastecimento.*

g) Um atleta pode, em qualquer altura, transportar água ou abastecimentos na mão ou preso ao seu corpo, desde que o faça desde a partida ou colhido ou recebido numa estação oficial.

h) Um atleta que receba um abastecimento ou água de um lugar que não uma estação oficial, exceto quando seja providenciado por razões médicas de ou sob a direção de oficiais da prova, ou tome o abastecimento de outro atleta, deverá, no caso de uma primeira infração,

ser advertido pelo Árbitro, normalmente pela amostragem de um cartão amarelo. No caso de uma segunda infração, o Árbitro desclassificará o atleta, normalmente pela amostragem de um cartão vermelho. O atleta deverá, então, abandonar imediatamente o percurso.

Nota: *Um atleta pode receber ou passar a outro atleta um abastecimento, água ou uma esponja, desde que tenha sido transportado desde a partida, ou recolhido ou recebido numa estação oficial. No entanto, qualquer apoio contínuo de um atleta a um ou mais atletas, pode ser considerado como uma assistência indevida e podem ser dados avisos e/ou mesmo uma desclassificação, de acordo com o acima descrito.*

Condução da Prova

9. Um atleta pode deixar o percurso marcado, com a autorização e sob o controlo de um Juiz, desde que não encurte a distância a percorrer.
10. Se o Árbitro estiver satisfeito, com base na informação de um Juiz, Fiscal ou de outro modo, que um atleta saiu do percurso marcado e por conseguinte encurtou a distância a percorrer, ele será desclassificado.
11. Os Fiscais devem ser colocados em intervalos regulares e em cada ponto-chave. Outros Fiscais devem mover-se ao longo do percurso durante a prova.

Reconhece-se que, seguindo uma prática de dar um primeiro aviso ao aplicar os aspectos relevantes da Regra 240 e, quando aplicável, das Regras 144.2 e 144.3, irá criar dificuldades para a sua implementação, mas caso surja essa oportunidade, o Árbitro deverá fazê-lo. Sugere-se que uma opção pode ser que Fiscais de percurso ou de Zonas de Abastecimento sejam designados como assistentes do Árbitro, e que estejam em comunicação com o Árbitro e entre si, para assegurar uma efetiva coordenação de advertências e desclassificações. Mas continua a haver a possibilidade, de acordo com a Nota da Regra 144.2 que, em algumas circunstâncias, uma desclassificação pode, e deveria ocorrer, sem aviso prévio.

Quando um Sistema de Cronometragem por Chip não estiver a ser utilizado, ou quando é importante haver um Sistema de Backup de registo de chegada, recomenda-se que seja utilizado um sistema de chegada estilo funil, como o descrito para as corridas de corta-mato, no comentário da Regra 250.

SECÇÃO IX - Corridas de Corta-Mato, Montanha e Trail

Existem variações extremas nas condições nas quais o Corta-Mato, as Corridas de Montanha e as Corridas de Trail são praticadas no Mundo, e é difícil legislar internacionalmente a standardização deste desporto. Há que reconhecer que a diferença entre provas com muito ou pouco êxito, depende frequentemente das características naturais do local, bem como da capacidade do desenhador do percurso. As Regras seguintes, foram estabelecidas como um guia e incentivo para auxiliar os países a desenvolver o Corta-Mato, as Corridas de Montanha e as Corridas de Trail.

REGRA 250

Corridas de Corta-Mato

Distâncias

1. As distâncias dos Campeonatos do Mundo de Corta-mato da IAAF (Seniores e sub 20), dos sub 18 serão, aproximadamente:

	Absolutos	Sub 20	Sub 18
Masculinos	10km	8km	6km
Femininos	10km	6km	4km

Tab. das Distâncias do Corta-Mato por Género e Grupo Etário

É recomendado que distâncias similares sejam utilizadas para outras competições Internacionais e Competições Nacionais.

Percurso

2. a) A prova deverá efetuar-se num percurso desenhado em campo aberto ou de mata (bosque), tanto quanto possível coberto de erva, com obstáculos naturais, que podem ser utilizados pelo desenhador para corridas um percurso estimulante e interessante.
 - b) O local deve ser suficientemente amplo para alojar, não somente o circuito, bem como todas as instalações necessárias.
3. Para Campeonatos e Competições Internacionais e, sempre que possível, para outras competições:

- a) Deve ser desenhado um percurso em circuito, com uma extensão entre 1500m e 2000m. Se necessário pode juntar-se uma volta pequena com o fim de ajustar as distâncias às distâncias totais requeridas pelas diversas provas, e nesse caso, a volta pequena deverá correr-se no início da prova. Recomenda-se que cada volta grande tenha uma subida (desnível) total de pelo menos 10m.
- b) Se possível, deverão utilizar-se obstáculos naturais já existentes. No entanto, deverão evitar-se obstáculos muito altos, assim como valas profundas, descidas ou subidas perigosas, matagais cerrados e, em geral, qualquer obstáculo que possa constituir uma dificuldade que vá para além da finalidade da prova.
- É preferível que não sejam usados obstáculos artificiais, mas se eles forem inevitáveis para o fim em vista, deverão ser feitos de modo a simular os encontrados em campo aberto. Quando o número de atletas for muito elevado, as passagens estreitas ou outros obstáculos que dificultem a corrida deverão ser evitados nos primeiros 1500m.
- c) A travessia de estradas de qualquer tipo, de superfície em macadame ou similar será a evitar, ou pelo menos reduzida a um mínimo. Quando for impossível evitar essas situações, numa ou duas áreas do percurso, essas áreas deverão ser cobertas de erva, terra ou tapetes.
- d) Com exceção das zonas de partida e chegada o percurso não deve conter mais nenhuma reta longa. Um percurso com uma "natural" ondulação com curvas suaves e retas curtas é o mais aconselhável.
4. a) O percurso deve estar claramente marcado com fita de ambos os lados. Recomenda-se que em todo o seu trajeto e de um dos lados do percurso haja um corredor de 1 metro de lado, bem vedado e no exterior do percurso, para uso exclusivo dos Oficiais da Organização e dos meios de comunicação social (obrigatório em provas de Campeonatos). As zonas cruciais devem estar fortemente vedadas; em particular a zona de partida (incluindo a zona de aquecimento e Câmara de Chamada) e a zona de chegada (incluindo a zona mista). Apenas pessoas devidamente acreditadas terão acesso a essas áreas.
- b) Ao público apenas será permitido cruzar o percurso na primeira parte da corrida, em pontos de passagem bem organizados e orientados por auxiliares da organização.
- c) Recomenda-se que, com exceção das zonas de partida e chegada, o percurso tenha uma largura de cinco metros, incluindo as zonas de obstáculos.

5. Para as estafetas de corta-mato, linhas de 50mm de largura situadas 20m entre si, serão desenhadas através do percurso, para indicar a zona de transmissão. Todos os procedimentos de transmissão, que salvo se diferentemente especificados pelos organizadores, devem incluir um contacto físico entre os atletas que, consecutivamente, vão participar na estafeta, serão completado dentro da zona.

A Partida

6. As corridas começarão com o disparo de uma pistola. Utilizar-se-ão as vozes e procedimentos de partida definidos para provas superiores a 400m (Regra 162.2 b)).

Em corridas que incluam um grande número de atletas, serão dados "avisos" 5 minutos, 3 minutos e 1 minuto antes da partida.

"Estações de partida" serão providenciadas nas corridas por equipas e os membros de cada equipa serão alinhados uns atrás dos outros no início da corrida. Noutras corridas, os atletas serão alinhados do modo determinado pelos organizadores. À voz de "Aos seus lugares", o juiz de partida assegurar-se-á de que nenhum atleta tem o(s) seu pé (és) (ou qualquer parte do corpo) a tocar a linha de partida ou o terreno à sua frente, e então, dará a partida.

Segurança

7. Os Organizadores de provas de Corta-Mato assegurará a segurança de atletas e oficiais:

Locais de refrescamento e de abastecimento

8. Água e outros abastecimentos apropriados terão de ser disponibilizados à partida e à chegada de todas as corridas.

Locais de refrescamento com esponjas/água terão de ser providenciados em todas as corridas em cada volta, caso as condições climatéricas o justifiquem.

Nota: Quando as condições o justificarem, tendo em conta a natureza da competição, as condições climatéricas e a condição física da maioria dos atletas, água e esponjas podem ser colocados em intervalos mais curtos ao longo do percurso.

Condução da prova

9. Quando o Árbitro estiver satisfeito, com base na informação de um Juiz, fiscal ou de outro modo, que um atleta saiu do percurso marcado e por conseguinte encurtou a distância a percorrer, ele será desclassificado.

A zona de chegada deve ser suficientemente ampla para permitir que vários atletas façam um sprint lado a lado e suficientemente comprida para separá-los no final.

A não ser que um Sistema de Cronometragem Chip seja utilizado, juntamente com um Sistema de registo da chegada de reserva (como uma gravação de vídeo) para verificar a ordem de chegada, corredores de chegada ("funis") devem ser montados, entre 8 a 10 metros depois da linha de chegada com uma largura máxima entre 70 a 80cm. Uma vez nos funis, não pode haver ultrapassagem de atletas. Os funis deveriam ter entre 35 e 40 metros de comprimento, para os quais os atletas devem ser direcionados depois de cruzarem a linha de chegada. No final de cada funil, os Juízes registarão os dorsais/nomes dos atletas e, se aplicável, recuperarão os chips dos atletas.

Os funis devem ter cordas amovíveis, no fim das quais os atletas entrarão no funil, de modo que, quando um corredor estiver cheio, a próxima corda pode ser desviada atrás do último atleta, para permitir que o próximo atleta a cortar a meta entre no novo corredor, e assim por diante.

Os Juízes de chegada e os cronometristas serão adicionalmente colocados de cada lado da linha de chegada e é recomendável que, para apoiar qualquer protesto ou apelo relativo à ordem de finalização, um Juiz com um equipamento adequado de gravação de vídeo (se possível com um relógio de meta à vista) e colocado alguns metros após a linha de meta, grave a ordem em que os atletas cruzam a referida linha.

REGRA 251

Corridas de Montanha

Tipos de Corrida de Montanha

1. a) A grande maioria das Corridas de Montanha têm uma partida com muitos atletas masculinos e femininos ou então partem separadamente tanto por categoria de sexo como por escalão etário.
- b) Para as Estafetas de Corridas de Montanha, a composição, distância do percurso e características do percurso pode variar em termos de dificuldade, dependendo das condições naturais e do planeamento dos Organizadores.
- c) As Corridas de Montanha, com partidas individuais, escalonadas por intervalos de tempo, são consideradas Competições em Conta-Relógio. Os resultados são ordenados pelos tempos individuais finais.

Percurso

2. a) As corridas de montanha têm lugar em terrenos que são, principalmente, fora de estrada, a não ser que haja uma elevação significativa no percurso, e neste caso, uma superfície em macadame será aceitável.
- b) Cada percurso de Corrida de Montanha é específico, com as condições naturais a determinar as características básicas do percurso. Devem, de preferência, ser usadas as estradas e trilhos já existentes. Os organizadores são responsáveis por cuidar do meio ambiente.
- c) O comprimento do percurso pode variar entre 1 km e a distância da Maratona, respeitando os requeridos detalhes técnicos.
- d) Os percursos podem ser fundamentalmente de subida de montanha, descida ou mistos.
- e) A inclinação média deverá incluir um mínimo de 5% (ou 50m por km) e não deve exceder 20% (ou 200m por km). O ganho da elevação média preferível é aproximadamente de 100m por km desde que o percurso possa ser considerado praticável em termos de corrida.
- f) Os percursos devem ser bem marcados. Um mapa detalhado do percurso com o perfil deve ser fornecido.

Partida

3. Os comandos para as corridas maiores de 400m devem ser utilizados (Regras 162.2 b). Nas corridas que incluem muitos atletas, deverão ser feitos avisos, cinco minutos, três minutos e um minuto antes da partida.

Segurança

4. Os Organizadores das Corridas de Montanha deverão assegurar a segurança dos atletas e dos Juízes. Condições específicas tais como a elevada altitude em relação às condições climáticas e as infraestruturas disponíveis deverão ser consideradas.

Locais de refrescamento e de abastecimento

5. Água e outros abastecimentos apropriados terão de ser disponibilizados à partida e à chegada de todas as corridas. Locais de refrescamento adicionais deveriam ser providenciados em locais apropriados ao longo de percurso.

Condução da prova

6. Se o Árbitro estiver satisfeito, com base na informação de um Juiz, fiscal ou de outro modo, que um atleta saiu do percurso marcado e por conseguinte encurtou a distância a percorrer, ele será desclassificado.

REGRA 252

Corridas de Trail

Percurso

1. a) As Corridas de Trail têm lugar numa ampla variedade de terrenos (incluindo caminho de terra, caminhos florestais e trilhos de sentido único) num ambiente natural em campo aberto (tais como montanhas, desertos, bosques ou planícies) principalmente fora de estrada.
- b) São aceites secções de superfície pavimentada ou cimentada mas devem ser reduzidas ao mínimo no percurso desejado e não devem exceder 20% da distância total da corrida. Não há limite estabelecido para as distâncias e ganhos ou perdas de altitude.
- c) Os Organizadores deverão, antes da corrida, anunciar a distância e a subida/descida total do percurso que deve ter sido medido e fornecer um mapa e perfil detalhado do percurso, juntamente com uma descrição das dificuldades técnicas a enfrentar durante a corrida.
- d) O percurso deve estar marcado de tal maneira que os atletas recebam informações suficientes para completa-lo sem desviar-se dele.

Equipamento

2. a) As Corridas de Trail não necessitam o uso de uma técnica particular ou de um equipamento específico para a sua realização.
- b) A Organização pode, no entanto, impor ou recomendar o uso de equipamento de segurança obrigatório face às condições esperadas ou que possivelmente se encontrarão durante a corrida que permitam ao atleta evitar situações de perigo ou, em caso de acidente, dar o alerta e esperar em segurança pela chegada de ajuda.
- c) Uma manta de sobrevivência, apito, abastecimento de água e reserva de comida são elementos mínimos que cada atleta deve possuir.
- d) Se os Organizadores o permitirem especificamente, os atletas poder utilizar bastões, tais como bastões de caminhada.

Partida

3. As corridas começarão com o disparo de uma pistola. Utilizar-se-ão as vozes e procedimentos de partida definidos para provas superiores a 400m (Regra 162.2 b)).

Em corridas que incluam um grande número de atletas, serão dados "avisos" 5 minutos, 3 minutos e 1 minuto antes da partida.

Segurança

4. Os Organizadores deverão assegurar a segurança de atletas e oficiais e devem ter um plano específico de saúde, segurança e resgate, incluindo os meios para proporcionar assistência aos atletas ou outros participantes em perigo.

Postos de Ajuda

5. Uma vez que as Corridas de Trail se baseiam na autossuficiência, cada atleta deve ter autonomia entre os postos de ajuda em relação a roupas, comunicações, comida e bebida. Por conseguinte, os postos de ajuda devem estar suficientemente espaçados de acordo com o plano dos organizadores de modo a respeitar a autonomia dos atletas, mas tendo em conta a saúde e a segurança.

Condução da prova

6. Se o Árbitro estiver satisfeito, com base na informação de um Juiz, fiscal ou de outro modo, que um atleta saiu do percurso marcado e por conseguinte encurtou a distância a percorrer, ele será desclassificado.
7. Só poderá ser proporcionada assistência nas estações de ajuda.
8. Os Organizadores de cada Corrida de Trail publicarão o Regulamento específico que estabeleça as circunstâncias que podem dar lugar a penalização ou desclassificação de um atleta.

SECÇÃO X - Recordes do Mundo

REGRA 260

Recordes do Mundo

Apresentação e Ratificação

1. O Recorde do Mundo tem de ser obtido no decorrer de uma prova realizada "de boa-fé" e que tenha sido marcada, anunciada e autorizada pela Federação Membro da IAAF do país em que a prova se efetuou, antes do dia da realização da mesma, e conduzida sob e em conformidade com as Regras.

No caso de provas individuais, pelo menos 3 atletas têm de participar na prova e, no caso de uma corrida de estafetas, pelo menos 2 equipas têm de participar, de boa-fé, na mesma.

Com exceção dos Concursos, realizados como referido na Regra 147, e competições realizadas fora do estádio relativas às Regras 230 e 240, nenhuma marca obtida por um atleta numa prova mista poderá ser homologada.

Nota: *Recordes de Corridas de Estrada só femininos, estão sujeitos às condições referidas na Regra 261.*

2. As seguintes categorias de Recordes do Mundo são aceites pela IAAF:

- a) Recordes do Mundo
- b) Recordes do Mundo de Sub 20
- c) Recordes do Mundo de Pista Coberta
- d) Recordes do Mundo de Sub 20 de Pista Coberta

Nota (i): *Para o efeito desta Regra, e a não ser que o contexto determine algo diferente, os Recorde do Mundo referem-se a todas as categorias de recordes, cobertos por esta Regra.*

Nota (ii): *Os Recordes do Mundo referidos na Regra 260.2(a) e (b) reconhecerão as melhores marcas ratificadas em qualquer instalação que cumpram as Regras 260.12 ou 260.13.*

3. Um atleta (ou atletas no caso das provas de estafetas) que obtenha um Record Mundial deve(m):

a) Ser elegível para competir de acordo com as Regras

b) Encontrar-se sob a jurisdição de uma Federação Membro.

c) No caso de Recordes do Mundo de Sub 20 (Regra 260.2 b) ou d)), e a não ser que a data de nascimento do atleta tenha sido previamente confirmada pela IAAF, deve o mesmo ser comprovado através do passaporte, certidão de nascimento ou documento oficial similar.

Caso não seja possível anexar ao formulário de solicitação uma cópia desta documentação, deve a mesma ser fornecida, sem demora, à IAAF pela própria Federação Nacional do atleta ou atletas.

d) Um Recorde de estafeta só pode ser realizado por uma equipa em que todos os seus componentes sejam cidadãos do mesmo Membro de acordo com Regra 5.1.

e) Sujeitar-se a um controlo de doping no final da prova, a ser conduzido de acordo com as Regras e os Regulamentos Antidoping da IAAF em vigor.

A(s) amostra(s) recolhida(s) será(ão) enviada(s) para análise, a um laboratório acreditado pela WADA e o(s) resultado(s) será(ão) enviado(s) à IAAF, para ser acrescentado às outras informações requeridas pela IAAF para ratificação do Recorde.

Se o teste for positivo ou não for realizado, a IAAF não ratificará este Recorde.

Nota (i): No caso de um Recorde de Estafetas, todos os membros da equipa terão de ser sujeitos ao controlo de doping.

Nota (ii): Quando um atleta admite que em determinada altura antes de obter um Recorde do Mundo, utilizou ou tirou vantagem de uma substância ou técnica proibida à época, então, sujeito ao parecer da Comissão Médica e de Antidoping, tal recorde não continuará a ser considerado pela IAAF como Recorde do Mundo.

4. Quando um Recorde do Mundo for estabelecido por um atleta ou por uma equipa, a Federação Membro do país onde o recorde se verificou tem de recolher, sem demora, todos os elementos necessários para a ratificação do Recorde pela IAAF. Nenhuma marca será considerada como Recorde do Mundo até ter sido ratificada pela IAAF. A Federação Membro deve informar imediatamente a IAAF da intenção de submeter a marca a ratificação.
5. Para ser homologado pela IAAF, o recorde tem de ser melhor ou igual ao recorde oficial em vigor para essa prova. Se o recorde for igualado, terá o mesmo estatuto que o recorde original.

6. O formulário oficial da IAAF será preenchido e enviado para o escritório da IAAF, num prazo de 30 dias.

Se o pedido de homologação se referir a um atleta ou equipa estrangeira, um duplicado do formulário será enviado, no mesmo período de tempo, à Federação do atleta ou equipa.

Nota: *Formulários estão disponíveis, a pedido, no escritório da IAAF, ou podem ser descarregados do site oficial da IAAF.*

7. A Federação Nacional do país onde o recorde foi estabelecido terá de enviar, juntamente com o impresso oficial já mencionado:

- a) O programa impresso da competição (ou em formato eletrónico);
- b) Os resultados completos da prova em questão, incluindo toda a informação requerida nesta Regra;
- c) A fotografia obtida da chegada da prova e a relativa ao teste zero no caso de Recordes do Mundo obtidos em Provas de Pista em que tenha sido utilizado um sistema de cronometragem automática.
- d) Qualquer outra informação que seja requerida para submissão de acordo com esta Regra, sempre que essa informação esteja ou deva estar em seu poder.

8. Os recordes estabelecidos em Voltas Qualificativas, desempates nos Saltos em Altura e com Vara, em qualquer prova ou parte de prova que seja subsequentemente decretada como nula conforme previsto na Regra 125.7, ou na Regra 146.4 b) ou nas provas individuais das Provas Combinadas, independentemente de terem ou não terminado a prova combinada, podem ser apresentados para ratificação.

9. O Presidente e o Secretário-Geral da IAAF, em conjunto, estão autorizados a reconhecer Recordes do Mundo. Caso tenham dúvidas quanto à ratificação de um Recorde, o caso será apresentado ao Conselho da IAAF para decisão.

10. Quando um Recorde do Mundo for homologado, a IAAF irá:

- a) Comunicar esse facto à Federação Nacional do atleta, à Federação Membro que solicitou a homologação do recorde e à respetiva Associação de Área;
- b) Fornecer as “Placas Oficiais de Recordes do Mundo” para entrega aos recordistas do mundo;
- c) Atualizar a lista oficial de Recordes do Mundo, sempre que um novo

Recorde do Mundo seja ratificado. Esta lista representará as marcas consideradas pela IAAF como sendo, desde a data da lista, as melhores marcas conseguidas por um atleta ou equipa de atletas, em cada uma das disciplinas listadas nas Regras 261, 262, 263 e 264;

d) Publicar oficialmente (através de carta Circular às Federações Membro) a lista atualizada a 1 de janeiro de cada ano;

11. Se o recorde não for homologado, serão dadas informações sobre as razões da não homologação.

Condições específicas

12. Exceto em provas de Corrida em Estrada:

a) Os Recordes Mundiais terão de ser realizados numa instalação de atletismo certificada pela IAAF ou numa área de competição que esteja conforme à Regra 140, ou quando aplicável, Regra 149.2.

b) Para que qualquer marca de uma distância igual ou superior a 200m possa ser ratificada, a pista na qual ela foi realizada não poderá exceder 402,3m (440 jardas) e a corrida terá de ter começado em alguma parte do seu perímetro. Esta limitação não se aplica às provas de obstáculos em que a vala de água esteja colocada fora de uma pista normal de 400m.

c) O Recorde, no caso de uma prova que utilize pelo menos uma das curvas, deverá ser realizado numa pista individual cujo raio não exceda os 50m, exceto nos casos em que a curva seja formada com 2 raios diferentes. Neste caso o maior dos dois arcos não deve corresponder a mais de 60° dos 180° da curva.

d) Os Recordes de pista ao ar livre só poderão ser estabelecidos numa pista que cumpra o previsto na Regra 160.

13. Para os Recordes do Mundo em pista coberta:

a) O Recorde deve ter sido obtido numa instalação de Atletismo certificada pela IAAF, ou numa área de competição que esteja conforme às Regras 211 e 213, como seja aplicável.

b) Para que qualquer Recorde de distância igual ou superior a 200m possa ser reconhecido, a pista oval na qual ele foi realizado não poderá exceder 201,2m (220 jardas).

c) O Recorde pode ser obtido numa pista oval com menos de 200m, desde que a distância percorrida se situe dentro da tolerância permitida para a distância.

d) As marcas estabelecidas numa competição realizada numa pista oval devem ser efetuadas numa pista onde o raio da projetada linha de corrida, no segmento circular inclinado, não exceda 27m e, para eventos com múltiplas voltas, as duas retas têm que ter cada uma, no mínimo 30m de comprimento.

e) Qualquer pista reta terá de cumprir com a Regra 212.

14. Para Recordes do Mundo de corridas e provas de Marcha:

a) Os recordes terão de ser cronometrados por Cronometristas oficiais, ou por um aparelho de cronometragem totalmente automática (para o qual se tenha realizado o teste zero de acordo com a Regra 165.19) ou por sistemas tipo “chip” (ver Regra 165.24), que cumpram as Regras da IAAF.

b) Em corridas até 800m inclusive (incluindo 4x200m e 4x400m), só serão ratificados os resultados cronometrados por um dispositivo totalmente automático que cumpra as Regras da IAAF..

c) Para todos os recordes obtidos ao ar livre até e incluindo os 200m, tem de ser fornecida uma informação respeitante à velocidade do vento, medida como é indicado na Regra 163.8 a 163.13 inclusive.

Se a velocidade do vento medida na direção da corrida, favoravelmente ao atleta, for superior a 2m por segundo, o Recorde não será homologado.

d) Nenhum resultado será ratificado, caso o atleta tenha infringido a Regra 163.3, ou, no caso de uma prova individual, quando um atleta tenha registado uma falsa partida como permitido na Regra 200.8.c).

e) Para todos os Recordes até e incluindo os 400m (incluindo 4x200m e 4x400m), segundo as Regras 261 e 263, os blocos de partida deverão estar ligados a um sistema de deteção de falsas partidas certificado pela IAAF, segundo a Regra 161.2, que deve ter funcionado corretamente, devendo o mesmo produzir tempos de reação, que serão mostrados nos resultados da prova.

15. Corridas ou Provas de marcha de distâncias múltiplas:

a) Uma corrida ou prova de marcha tem de ser determinada para uma só distância.

b) Uma corrida ou prova de marcha baseada na distância percorrida ao fim de um determinado tempo pode ser combinada com uma corrida ou prova de marcha determinada para uma distância fixa (por ex. 1 hora e 20.000m - ver Regra 164.3).

- c) É permitido a um mesmo atleta, obter na mesma prova qualquer número de Recordes.
- d) É permitido a vários atletas obter, na mesma prova, qualquer número de Recordes.
- e) Não é permitido, a um atleta, ser creditado com um Recorde de uma distância mais curta, se não tiver terminado a corrida na distância completa que tinha sido previamente fixada.

16. Para Recordes do Mundo de Estafetas:

O tempo obtido pelo primeiro atleta de uma equipa de estafetas não pode ser aceite como Recorde.

17. Para Recordes do Mundo de Concursos:

a) As marcas terão de ser medidas ou por 3 Juizes de Concursos que utilizem uma régua, ou fita de aço calibrada e verificada, ou por um aparelho de medição científica, cuja precisão tenha sido confirmada de acordo com a Regra 148.

b) No Salto em Comprimento e no Triplo-salto realizados ao ar livre, terão de ser dadas informações quanto à velocidade do vento, medida segundo as indicações da Regra 184.10, 11 e 12.

Se a velocidade do vento, medida na direção do salto, favoravelmente ao atleta, for superior a 2m por segundo, o Recorde não será homologado.

c) Os Recordes do Mundo podem ser creditados a mais de uma marca durante uma competição, desde que cada uma dessas marcas seja igual ou superior a melhor marca existente no momento.

d) No caso de lançamentos, o engenho utilizado deverá ter sido controlado antes da competição, de acordo com a Regra 123. Se o Árbitro tiver conhecimento durante uma prova, que o recorde foi igualado ou melhorado, ele deve marcar o engenho imediatamente, e realizar um controlo para garantir que ele ainda cumpre as Regras, ou se houve alguma modificação nas suas características. Em princípio, este engenho será controlado de novo no fim da prova de acordo com a Regra 123.

18. Para Recordes do Mundo de Provas Combinadas:

As condições, como definidas na Regra 200.8, devem ter sido cumpridas em cada uma das provas individuais. Adicionalmente, relativamente às provas em que se requiere a medição da velocidade do vento, a velocidade média (baseada na soma da velocidade do vento medida em cada prova individual, dividida pelo número dessas provas) não poderá ultrapassar os 2m/s.

19. Nos Recordes do Mundo de Marcha:

Pelo menos três Juizes Internacionais de Marcha de nível IAAF ou de Área, terão de ter atuado durante a competição e terão de assinar o formulário de pedido de homologação.

20. Para Recordes do Mundo de Marcha em Estrada:

a) O percurso deverá ser medido por um ou mais Medidor(es) aprovado(s) da IAAF/AIMS do Grau "A" ou "B", que garantirá que o relatório de homologação do percurso e qualquer outra informação prevista por esta Regra estará disponível para a IAAF se requerida.

b) O circuito terá um perímetro não superior a 2 km nem inferior a 1 km, podendo começar e terminar num estádio.

c) Qualquer dos medidores que mediu originalmente o percurso, ou qualquer outro Oficial adequadamente qualificado designado pelo medidor, com uma cópia detalhada do percurso medido, (depois de consultar a entidade responsável pela competição) deve confirmar que o percurso utilizado pelos atletas está de acordo com o percurso medido e documentado pelo medidor oficial.

d) O percurso deverá ser verificado (i.e. medido novamente), tão tarde quanto possível antes da prova, no dia da prova ou logo que seja possível depois da prova, de preferência por um Medidor da IAAF/AIMS de Grau "A" diferente do que o que efetuou a medição original.

Nota: Caso o percurso tenha sido inicialmente medido, e pelo menos, por dois medidores de grau "A" ou um "A" e um "B", não será necessária a verificação (nova medição) de acordo com a Regra 260.20 d).

e) Os Recordes do Mundo de Provas de Marcha em estrada, estabelecidos sobre distâncias intermédias no decorrer duma prova, devem obedecer à Regra 260. As distâncias intermédias devem ter sido medidas, registadas e subsequentemente marcadas como parte da medição do percurso, e deverão ter sido verificadas de acordo com a Regra 260.20 (d).

21. Para Recordes do Mundo de corridas em Estrada:

a) O percurso deverá ser medido por um o Medidor aprovado da IAAF/ AIMS do Grau "A" ou "B", que garantirá que o relatório de homologação do percurso e qualquer outra informação prevista por esta Regra estará disponível para a IAAF se requerida.

b) Os pontos de partida e de chegada do percurso, medidos em linha reta entre si, não poderão estar afastados mais do que 50% da distância da corrida.

c) A diminuição da altitude entre a partida e a chegada não poderá exceder uma média de um por mil, i.e. 1m por km (0,1%).

d) Qualquer dos medidores que mediu originalmente o percurso, ou qualquer outro Oficial designado pelo medidor, (após consultar a entidade responsável pela competição) com uma cópia detalhada do percurso medido, e antes do início da prova deverá confirmar se o percurso está em conformidade com o percurso medido e documentado pelo medidor oficial. Ele deverá ir no veículo que encabeça a corrida durante a competição ou de outra forma, fazer a avaliação de que é o mesmo percurso que os atletas vão percorrer.

e) O percurso deverá ser verificado (i.e. medido novamente), o mais tarde possível antes da corrida, no dia da prova ou logo que seja possível depois da prova, por um Medidor da IAAF/AIMS de Grau "A" diferente do que o que efetuou a medição original.

Nota: *Caso o percurso tenha sido inicialmente medido, e pelo menos, por dois medidores de grau "A" ou um "A" e um "B", não será necessária a verificação (nova medição) de acordo com a Regra 260.21.e).*

f) Os Recordes do Mundo de Corrida de Estrada em estrada, estabelecidos sobre distâncias intermédias no decorrer duma prova, devem obedecer à Regra 260. As distâncias intermédias devem ter sido medidas, registadas e subsequentemente marcadas como parte da medição do percurso, e deverão ter sido verificadas de acordo com a Regra 260.20.

g) Para a prova de estafetas em estrada, a corrida terá de ser efetuada em percursos de 5km, 10km, 5km, 10km, 5km e 7,195km. Cada percurso deve ter sido medido, registado e marcado como parte da medição do percurso, com uma tolerância aceite de $\pm 1\%$, da distância do percurso correspondente, e devem ser verificadas de acordo com a Regra 260.21 e).

Nota: *Recomenda-se que as Federações Nacionais e as Associações de Área adotem Regras similares às anteriores para o reconhecimento dos seus próprios recordes.*

REGRA 261

Provas em que se Reconhecem Recordes do Mundo

Cronometragem totalmente automática (C.A.)

Cronometragem Manual (C.M.)

Cronometragem tipo "Chip" (C.T.C.)

Masculinos		
Corridas, Provas Combinadas e Provas de Marcha	Apenas C.A.	100m; 200m; 400m; 800m; 110m bar; 400m bar; 4x100m; 4x200m; 4x400m; Decatlo
	C.A. ou C.M.	1 000m; 1 500m; Milha; 2 000m; 3 000m; 5 000m; 10 000m; 20 000m; 1hora; 25 000m; 30 000m; 3000m obstáculos; 4x800m; Estafeta Mista Longa; 4x1500m; Marcha (pista): 20 000m; 30 000m; 50 000m
	C.A., C.M. ou C.T.C.	Provas de Estrada: 5km(*);10km; Meia-Maratona; Maratona; 100Km; Estafeta em Estrada (apenas distância da Maratona); Marcha (estrada): 20km; 50km
Saltos		Salto em Altura; Salto com Vara, Salto em Comprimento; Triplo Salto
Lançamentos		Peso, Disco, Martelo, Dardo

Femininos		
Corridas, Provas Combinadas e Provas de Marcha	Apenas C.A.	100m; 200m; 400m; 800m; 110m bar; 400m bar; 4x100m; 4x200m; 4x400m; Heptatlo; Decatlo
	C.A. ou C.M.	1 000m; 1 500m; Milha; 2 000m; 3000m; 5 000m; 10 000m; 20 000m; 1hora; 25 000m; 30 000m; 3 000m obstáculos; 4x800m; Estafeta Mista Longa; 4x1500m; Marcha (pista): 10 000m; 20 000m; 50 000m
	C.A., C.M. ou C.T.C.	Provas de Estrada: 5km(*);10km; Meia-Maratona; Maratona; 100Km; Estafeta em Estrada (apenas distância da Maratona); Marcha (estrada): 20km; 50km
Saltos		Salto em Altura; Salto com Vara, Salto em Comprimento; Triplo Salto
Lançamentos		Peso, Disco, Martelo, Dardo

Tab. das Provas em que se Reconhecem Recordes do Mundo (m) (f)

NOTA (i): Com exceção das Provas de Marcha, a IAAF registrará dois Recordes do Mundo Femininos em Provas de Estrada: um Recorde Mundial

para marcas realizadas em provas mistas e um Recorde do Mundo para marcas obtidas em provas de um único género.

NOTA (ii): Uma prova de corrida de estrada “só para atletas do género feminino”, pode ser organizada tendo hora de partida para os atletas masculinos e uma hora de partida “separada” para as atletas femininas. A diferença de horas deverá ser escolhida de forma a prevenir qualquer possibilidade de assistência, marcação de ritmo ou interferência, especialmente em percursos envolvendo mais do que uma volta.

(*) Recorde inicial a ser reconhecido depois de 1 de Janeiro de 2018. Os resultados/performance em 2018 deverão ser iguais ou melhores que: 13:10 para os homens e 14:45 para as mulheres. Se estes resultados não forem alcançados, serão reconhecidos como recordes em 1 de janeiro de 2019 os melhores resultados de 2018.

Provas Universais (classificação em conjunto sem separação entre atletas masculinos e femininos)		
Corridas, Provas Combinadas e Provas de Marcha	Apenas C.A.	4 x 400m (equipas mistas)

Tab. das Provas em que se Reconhecem Recordes do Mundo (u)

REGRA 262

Provas em que se Reconhecem Recordes do Mundo de Sub 20

Cronometragem totalmente automática (**C.A.**)

Cronometragem Manual (**C.M.**)

Cronometragem tipo “Chip” (**C.T.C.**)

Masculinos - Sub 20		
Corridas, Provas Combinadas e Provas de Marcha	Apenas C.A.	100m; 200m; 400m; 800m; 110m bar; 400m bar; 4x100m; 4x400m; Decatlo
	C.A. ou C.M.	1 000m; 1 500m; Milha; 3 000m; 5 000m; 10 000m; 3 000m obs; Marcha (pista): 10 000m
	C.A., C.M. ou C.T.C.	Marcha (estrada): 10km
Saltos		Salto em Altura; Salto com Vara, Salto em Comprimento; Triplo Salto
Lançamentos		Peso, Disco, Martelo, Dardo

Tab. das Provas em que se Reconhecem Recordes do Mundo de Sub 20 (m)

Femininos - Sub 20		
Corridas, Provas Combinadas e Provas de Marcha	Apenas C.A.	100m; 200m; 400m; 800m; 110m bar; 400m bar; 4x100m; 4x400m; Heptatlo; Decatlo*
	C.A. ou C.M.	1 000m; 1 500m; Milha; 3 000m; 5 000m; 10 000m; 3 000m obs; Marcha (pista): 10 000m
	C.A., C.M. ou C.T.C.	Marcha (estrada): 10km
Saltos		Salto em Altura; Salto com Vara, Salto em Comprimento; Triplo Salto
Lançamentos		Peso, Disco, Martelo, Dardo

(*) Apenas homologado se for superior a 7.300 pontos

Tab. das Provas em que se Reconhecem Recordes do Mundo de Sub 20 (f)

REGRA 263

Provas em que se Reconhecem Recordes do Mundo de Pista Coberta

Cronometragem totalmente automática (**C.A.**)

Cronometragem Manual (**C.M.**)

Masculinos		
Corridas, Provas Combinadas e Provas de Marcha	Apenas C.A.	50m; 60m; 200m; 400m; 800m; 50m bar; 60m bar; 4x200m; 4x400m; Heptatlo
	C.A. ou C.M.	1 000m; 1 500m; Milha; 3 000m; 5 000m; 4x800m; Marcha (pista): 5 000m
Saltos		Salto em Altura; Salto com Vara, Salto em Comprimento; Triplo Salto
Lançamentos		Peso

Tab. das Provas em que se Reconhecem Recordes do Mundo de Pista Coberta (m)

Femininos		
Corridas, Provas Combinadas e Provas de Marcha	Apenas C.A.	50m; 60m; 200; 400m; 800m; 50m bar; 60m bar; 4x200m; 4x400m; Pentatlo
	C.A. ou C.M.	1 000m; 1 500m; Milha; 3 000m; 5 000m; 4x800m; Marcha (pista): 3 000m
Saltos		Salto em Altura; Salto com Vara, Salto em Comprimento; Triplo Salto
Lançamentos		Peso

Tab. das Provas em que se Reconhecem Recordes do Mundo de Pista Coberta (f)

REGRA 264

Provas em que se Reconhecem Recordes do Mundo de Sub 20 de Pista Coberta

Cronometragem totalmente automática (**C.A.**)

Cronometragem Manual (**C.M.**)

Masculinos		
Corridas, Provas Combinadas e Provas de Marcha	Apenas C.A.	60m; 200m; 400m; 800m; 60m bar; Heptatlo
	C.A. ou C.M.	1 000m; 1 500m; Milha; 3 000m; 5 000m
Saltos		Salto em Altura; Salto com Vara, Salto em Comprimento; Triplo Salto
Lançamentos		Peso

Tab. das Provas em que se Reconhecem Recordes do Mundo de Sub 20 de Pista Coberta (m)

Femininos		
Corridas, Provas Combinadas e Provas de Marcha	Apenas C.A.	60m; 200m; 400m; 800m; 60m bar; Pentatlo
	C.A. ou C.M.	1 000m; 1 500m; Milha; 3 000m; 5 000m
Saltos		Salto em Altura; Salto com Vara, Salto em Comprimento; Triplo Salto
Lançamentos		Peso

**Tab. das Provas em que se Reconhecem Recordes do Mundo de
Sub 20 de Pista Coberta (f)**

REGRA 265

Outros Recordes

1. Recordes de Jogos, campeonatos, meetings e outros similares podem ser estabelecidos pela organização que tem o controlo da competição ou pelos organizadores .
2. O recorde deve reconhecer a melhor marca alcançada em qualquer edição da competição, aplicável de acordo com as Regras, com a exceção de que as leituras da velocidade do vento podem ser ignoradas, a menos que seja especificamente previsto nos respetivos regulamentos outra forma.

Notas

This image shows a single page of white paper with horizontal ruling lines. The lines are evenly spaced and run across the width of the page. There are no margins, text, or other markings on the paper.

[illegible]

Notas

This image shows a single sheet of white paper with horizontal ruling lines. The lines are evenly spaced and run across the width of the page. There are no margins, text, or other markings on the paper.

Notas

This image shows a single page of white paper with horizontal ruling lines. The lines are evenly spaced and run across the width of the page. There are no margins, text, or other markings on the paper.





International Association of Athletics Federations

ISBN 978-989-98048-4-5



9 789899 804845